

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Órgão oficial do Conselho Nacional de Estatística
e da Sociedade Brasileira de Estatística, editado trimestralmente
pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

DIRETOR RESPONSÁVEL: LOURIVAL CÂMARA

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 166 — TELEFONES { Redação — 42-5294
Assinaturas — 42-7142

Oficinas: AVENIDA DAS BANDEIRAS, 815 — TELEFONE 30-4747

ASSINATURA ANUAL: Cr\$ 80,00

RIO DE JANEIRO — BRASIL

♦ ♦ ♦

SUMÁRIO

EDILBERTO AMARAL	
COMPONENTES ORTOGONAIS DE UMA VARIAÇÃO	3
EDUARDO ALCÂNTARA DE OLIVEIRA	
SUGESTÕES PARA AS ATIVIDADES DE UM INSTITUTO BRASILEIRO DE CONJUNTURA	9
VULTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA	
PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA — VISCONDE DO URUGUAI	19
NOÇÕES DE METODOLOGIA	
INICIAÇÃO ESTATÍSTICA — AJUSTAMENTO ESTATÍSTICO	23
DE ONTEM E DE HOJE	
A DATA DO RECENSEAMENTO GERAL DE 1950	26
A ESTATÍSTICA NA AMÉRICA	
SITUAÇÃO DO PROGRAMA DO CENSO DAS AMÉRICAS DE 1950	38
ESTUDOS E SUGESTÕES	
AS FORMAS DA DECLARAÇÃO DA IDADE NO CENSO DE 1950 NO DISTRITO FEDERAL	41
A COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL POR GRUPOS DE CÔR, SEGUNDO O CENSO DE 1.º-VII-1950	44
INFORMAÇÕES GERAIS	52
BIBLIOGRAFIA	59
LEGISLAÇÃO	62
RESENHA	66

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PRESIDENTE
GENERAL DJALMA POLLI COELHO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República. Tem por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República e da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar idênticamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do País, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistematizado do território brasileiro. Dentro do seu campo de atividades, coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fixa diretrizes, estabelece normas técnicas, faz divulgação, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambiente favorável às iniciativas necessárias, reclamando, em benefício dos seus objetivos, a colaboração das três órbitas de governo e os esforços conjugados de todos os brasileiros de boa vontade.

ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutural do Instituto compreende dois sistemas permanentes — o dos Serviços Estatísticos e o dos Serviços Geográficos, — e um de organização periódica — o dos Serviços Censitários.

I — SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

O Sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, consta de:

1. Um “Órgão Administrativo”, que é a Secretaria-Geral do Conselho.

2. “Órgãos Deliberativos” que são: a *Assembléia-Geral*, composta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos Presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); a *Junta Executiva Central*, composta do Presidente do Instituto, dos Diretores das cinco Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e de representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena e delibera “ad referendum” da Assembléia-Geral; as *Juntas Executivas Regionais*, no Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com a J.E.C. (reúnem-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena).

3. “Órgãos Opinitivos”, subdivididos em *Comissões Técnicas*, isto é, “Comissões Permanentes” (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas, etc.) e tantas “Comissões Especiais” quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, composto de 36 membros eleitos pela Assembléia-Geral.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. “Organização Federal”, isto é, as cinco Repartições Centrais de Estatística — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura) e Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda), e órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos.

2. “Organização Regional”, isto é, as Repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos Estados — Departamentos Estaduais de Estatística, e no Distrito Federal e no Território do

Acre — Departamentos de Geografia e Estatística, mais os órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos regionais.

3. “Organização Local”, isto é, as Agências Municipais de Estatística, existentes em todos os Municípios, subordinadas administrativamente à Secretaria-Geral do C. N. E., através da respectiva Inspeção Regional das Agências Municipais e, tecnicamente, ao Departamento Estadual de Estatística.

II — SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

O Sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação, criado pelo Decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, consta de:

1. Um “Órgão Administrativo”, que é a Secretaria-Geral do Conselho.

2. “Órgãos Deliberativos”, ou sejam a *Assembléia-Geral*, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, e dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os Estados e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); o *Diretório Central*, composto do Presidente do Instituto, do Secretário-Geral do C. N. G., de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Saúde pelas instituições do ensino da Geografia, de um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, de um representante do Governo Municipal da Capital da República e de um representante do C. N. E. (reúne-se ordinariamente no terceiro dia útil de cada quinzena); os *Diretórios Regionais*, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com o D. C. (reúnem-se ordinariamente uma vez por mês).

3. “Órgãos Opinitivos”, isto é, *Comissões Técnicas*, tantas quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, subdividido em Consultoria Nacional, articulada com o D. C., e 21 Consultorias Regionais, articuladas com os respectivos D. R.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. “Organização Federal”, com um órgão executivo central, — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica — e órgãos cooperadores — Serviços especializados dos Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda, Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicionada).

2. “Organização Regional”, isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de Geografia nos Estados,

3. “Organização Local”, — os Diretórios Municipais, Corpos de Informantes e Serviços Municipais com atividades geográficas

Sede do INSTITUTO: Av. Franklin Roosevelt, 166
RIO DE JANEIRO

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

CONSTITUIÇÃO DA JUNTA EXECUTIVA CENTRAL — *General Djalma Polli Coelho*, Presidente do I.B.G.E. e de seus dois Conselhos; *Rubens d'Almada Horta Porto*, representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; *Carlos Alberto Gonçalves*, representante do Ministério das Relações Exteriores; *Dursal Campelo de Macedo*, representante do Ministério da Guerra; *Manuel Pinto Ribeiro Espindola*, representante do Ministério da Marinha; *Alvaro Barbosa*, representante do Ministério da Aeronáutica; *Affonso Almira*, representante do Ministério da Fazenda; *Raul do Rêgo Lima*, representante do Ministério da Agricultura; *Moaçir Malheiros Fernandes da Silva*, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; *Lauro Sodré Veiros de Castro*, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; *Alberto Martins*, representante do Ministério da Educação e Saúde.

PRESIDENTES DAS JUNTAS EXECUTIVAS REGIONAIS

— ACRE: *Raul Arantes Meira*, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; AMAPÁ: *Raul Monteiro Valdez*, secretário do Governo; AMAZONAS: *Leopoldo Peres Sobrinho*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARÁ: *Orion Cavaleiro de Macedo Klautau*, diretor do Departamento Estadual de Estatística, MARANHÃO: *Hipátia Damasceno Ferreira*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PIAUÍ: *José Lopes dos Santos*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; CEARÁ: *José Nascimento*, secretário da Fazenda; RIO GRANDE DO NORTE: *Aderbal França*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARAÍBA: *Luis Periquito*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PERNAMBUCO: *Manoel Gomes Maranhão*, secretário de Agricultura, Indústria e Comércio; ALAGOAS: *Marcelo Aroucha*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SERGIPE: *José Cruz*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; BAHIA: *Felippe Nery*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MINAS GERAIS: *Romeu Jacob*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; ESPÍRITO SANTO: *Antônio Lugon*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; RIO DE JANEIRO: *Paulo Tavares da Gama*, secretário do Governo; DISTRITO FEDERAL: *Guaracy Lopes S. Castro*, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; SÃO PAULO: *Albano Ferreira Costa*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARANÁ: *Alcides Vieira Arcoverde*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SANTA CATARINA: *Roberto Lacerda*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; RIO GRANDE DO SUL: *Maurício Filchiner*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; GOIÁS: *Geraldo Campos*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MATO GROSSO: *Harmanda Pitalupa de Moura*, diretor do Departamento Estadual de Estatística.

CONSULTORES-TÉCNICOS — A) Seções: I — Estatística metodológica: *Milton da Silva Rodrigues*; II — Estatística matemática: *Jorge Kafuri*; III — Estatística cosmográfica: *Lúcio Gama*; IV — Estatística geológica: *Antônio Alves Bastos*; V — Estatística climatológica: *Sampaio Ferraz*; VI — Estatística territorial: *Everardo Backheuser*; VII — Estatística biológica: *Yago*; VIII — Estatística antropológica: *Roquette Pinto*; IX — Estatística demográfica: *Giorgio Mortara*; X — Estatística agrícola: *Belo Lisboa*; XI — Estatística industrial: *Alde Sampaio*; XII — Estatística dos transportes: *Saturnino*

Braga, XIII — Estatística das comunicações: *Cel. Raul de Albuquerque*; XIV — Estatística comercial: *Lafayette Belfort Garcia*; XV — Estatística do consumo: *Valentim Bouças*; XVI — Estatística dos serviços urbanos: *Luis Anhaia Melo*; XVII — Estatística do serviço social: *Monsenhor José Távora*; XVIII — Estatística do trabalho: *João Carlos Vital*; XIX — Estatística atuarial: *Lino de Sá Pereira*; XX — Estatística educacional: *Lourenço Filho*; XXI — Estatística cultural: *Fernando de Azevedo*; XXII — Estatística moral: *Alceu de Amoroso Lima*; XXIII — Estatística dos cultos: *Monsenhor Helder Câmara*; XXIV — Estatística policial: *José Gabriel Lemos Brito*; XXV — Estatística judiciária: *José Pereira Lira*; XXVI — Estatística da defesa nacional: *General Juarez Távora*; XXVII — Estatística da organização administrativa: *Luis Simões Lopes*; XXVIII — Estatística financeira: *Eugênio Guáin*; XXIX — Estatística política: *Luis Delgado*. B) Representações: I — Agricultura: *Artur Torres Filho*; II — Indústria: *Eusaldo Lodi*; III — Comércio: *João Daudt d'Oliveira*; IV — Trabalho: *Oscar Saraiva*; V — Imprensa: *Paulo Filho*; VI — Ensino: *Anísio Spínola Teixeira*; VII — Religião: *Dom João da Mata*.

COMISSÕES TÉCNICAS — I — Comissão de Estatísticas

Fielográficas — Organização federal: *José Vertissimo da Costa Pereira* e *Lucio de Castro Soares*; organização regional: *Napoléon de Azevedo Maia* (Acre), *Helena Bastos* (Alagoas) e *Maxuel Guedes de Araújo* (Bahia). II — Comissão de Estatísticas Demográficas — Organização federal: *Luis Nunes Briggs* e *Alceu W. Carvalho*; organização regional: *Raimundo Nonato de Almeida Gouveia* (Bahia), *Irene Teixeira de Freitas* (Paraná) e *Murilo Sales* (Minas Gerais). III — Comissão de Estatísticas da Produção — Organização federal: *Rubens Freitas* e *Dulce Matos Meurer*; organização regional: *José Mosqueira Pereira de Melo* (Minas Gerais), *Antonio de Assis Brasil* (Rio Grande do Sul) e *Olavo Batista* (São Paulo). IV — Comissão de Estatísticas da Circulação — Organização Federal: *Luis Timotheo da Costa* e *Gláucia Weinberger*; organização regional: *Helena Pentado* (São Paulo), *José Santiago Prudente* (Sergipe) e *Idete Azeiteiro* (Mato Grosso). V — Comissão de Estatísticas da Distribuição e Consumo — Organização Federal: *Armando Negreiros* e *Sérgio de Godói Magalhães Nunes*; organização regional: *Francisco Sanchez* (Rio de Janeiro), *Alfredo Valdeirato* (Espírito Santo) e *João Batista Guerra* (Rio Branco). VI — Comissão de Estatísticas do Bem-Estar Social — Organização federal: *Thomas Russel Raposo* e *Iridé Paes Leme*; organização regional: *Américo de Oliveira Costa* (Rio Grande do Norte), *Frederico dos Reis Coutinho* (Distrito Federal) e *Naíra da Rocha Campos* (Pernambuco). VII — Comissão de Estatísticas de Assistência Social — Organização federal: *Alfredo de Oliveira Pereira* e *Ripídio Praxedes de Oliveira*; organização regional: *Carlos Mendonça* (Guaporé), *Maria José Monteiro Lobato* (Pernambuco) e *Ivo Maes* (Santa Catarina). VIII — Comissão de Estatísticas Educacionais — Organização federal: *Nelsina Coelho Leal* e *Marietela Fleury Ferro*; organização regional: *Clóvis Pena Teixeira* (Amapá), *Idelzete Tavares Carneiro* (Ceará) e *Américo Pio de Almeida* (Rio Grande do Sul). IX — Comissão de Estatísticas Culturais — Organização federal: *Dênio Nogueira* e *Carmen Silva*; organização regional: *Odilon Nunes* (Piauí), *Leomax Falcão* (Paraíba) e *Eglantina de Sousa* (Amazonas). X — Comissão de Estatísticas Administrativas e Polífticas — Organização federal: *Mário Peçanha de Carvalho* e *Líneu Maria Vieira*; organização regional: *Maria das Dores Fonseca* (Goiás), *Orion Klautau* (Pará) e *Cássio Reis Costa* (Maranhão).

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Ano XIII

JANEIRO-MARÇO, 1952

N.º 49

EDILBERTO AMARAL

(Do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas)

COMPONENTES ORTOGONAIS DE UMA VARIAÇÃO*

1 — O uso da expressão ortogonalidade como sinônimo de independência, no sentido estatístico de ausência de correlação,** é comum nas aplicações da estatística, particularmente em estatística experimental. É assim que em um experimento em blocos, os fatores tratamentos e blocos são independentes, ortogonais. É o que exprime a identidade

$$\Sigma (t_i - \bar{t}) (b_j - \bar{b}) = 0$$

isto é, a covariação entre os dois fatores é nula, em outras palavras não há correlação entre eles. Realmente, se todos os tratamentos figuram uma vez, e uma só vez, em cada bloco, teremos

$$\Sigma (t_i - \bar{t}) (b_j - \bar{b}) = \Sigma [(b_j - \bar{b}) \Sigma (t_i - \bar{t})] = 0$$

$$\text{visto como } \Sigma (t_i - \bar{t}) = 0 \quad (1)$$

Outro exemplo ajudar-nos-á a compreender melhor o paralelismo entre os conceitos de ortogonalidade e independência.

Seja $z = x + y$ onde x e y são duas variantes quaisquer. Teremos $\bar{z} = \bar{x} + \bar{y}$, isto é, a média de uma soma é igual à soma das médias das parcelas. Subtraindo membro a membro: $z - \bar{z} = (x - \bar{x}) + (y - \bar{y})$. Se temos duas séries de n valores correspondentes de x e y , teremos, somando os quadrados dos desvios $z - \bar{z}$:

$$\Sigma (z - \bar{z})^2 = \Sigma (x - \bar{x})^2 + \Sigma (y - \bar{y})^2 + 2 \Sigma (x - \bar{x}) (y - \bar{y})$$

ou, dividindo ambos os membros por $n - 1$. $\sigma_z^2 = \sigma_x^2 + \sigma_y^2 + 2 \text{Cov} (x, y)$ isto é, a variância de uma soma é igual à soma das variâncias das parcelas mais duas vezes a covariância entre elas.

Se x e y são independentes, isto é, se $\text{Cov} (x, y) = 0$ ou $\Sigma (x - \bar{x}) (y - \bar{y}) = 0$, teremos: $\sigma_z^2 = \sigma_x^2 + \sigma_y^2$, isto é, a variância da soma de duas variantes independentes é igual à soma das variâncias das parcelas.

* Trabalho apresentado ao 4º Seminário de Estatística Aplicada, realizado no Instituto Biológico, São Paulo, em junho de 1950

** Conforme observou o Professor P. Egíbro, da Faculdade de Higiene da Universidade de São Paulo, o conceito estatístico de independência de duas variantes corresponde à possibilidade de decompor a expressão da probabilidade da distribuição conjunta das duas variantes no produto das probabilidades das distribuições de cada uma das variantes. Em uma distribuição normal, entretanto, os conceitos de independência e ausência de correlação se correspondem, visto como as distribuições das duas variantes só são separáveis se não há correlação entre elas

É notável o paralelismo entre o erro-padrão de uma soma e a soma de dois vetores. Se $\vec{\sigma}_x$ e $\vec{\sigma}_y$ são dois vetores que formam entre si um ângulo α , o módulo R da resultante Z será dado pela expressão.

$$R^2 = \sigma_x^2 + \sigma_y^2 + 2\sigma_x\sigma_y\cos\alpha$$

isto é, o autoproduto da resultante é igual à soma dos autoprodutos dos dois vetores mais duas vezes o produto escalar dos dois vetores. Voltando à expressão análoga da variância de uma soma podemos dar-lhe a forma seguinte. $\sigma_z^2 = \sigma_x^2 + \sigma_y^2 + 2\sigma_x\sigma_y r$

Como se vê, o coeficiente de correlação corresponde ao co-seno do ângulo dos dois vetores. Em particular, se os dois vetores são ortogonais, $\alpha = 90^\circ$, $\cos\alpha = 0$ e $R^2 = \sigma_x^2 + \sigma_y^2$. Aqui o paralelismo entre os conceitos de independência e ortogonalidade salta aos olhos. Se os vetores são colineares $\alpha = k\pi$ ($k = 0, 1, \dots$), $\cos\alpha = (-1)^k$,

$$R^2 = \sigma_x^2 + \sigma_y^2 + 2(-1)^k\sigma_x\sigma_y$$

$$\text{ou } R^2 = \sigma_x^2 + \sigma_y^2 \pm 2\sigma_x\sigma_y = (\sigma_x \pm \sigma_y)^2$$

ou $R = \sigma_x \pm \sigma_y$, usando o sinal $+$ se k é par e $-$ se k é ímpar. Do mesmo modo se há correlação perfeita entre x e y , isto é, se $r = \pm 1$, teremos $\sigma_z^2 = (\sigma_x \pm \sigma_y)^2$ ou $\sigma_z = \sigma_x \pm \sigma_y$, usando o sinal $+$ se a correlação é positiva. Se y é uma função linear de x , o erro-padrão de $x + y$ é igual à soma dos erros-padrão de x e y diminui quando x cresce.

2 — O método da análise da variação repousa sobre a possibilidade de discriminar a variação total em componentes independentes ou ortogonais, correspondentes aos diversos fatores que intervêm no experimento e suas interações. Em experimentos simples, com repetições distribuídas ao acaso, sem formar blocos, a variação dentro dos tratamentos constitui uma variação residual que permite fazer uma estimativa da variância acidental. Em experimentos em blocos ou de estrutura mais complexa, a variação acidental se acha confundida com as interações tratamentos \times blocos, mas pode, com a mesma legitimidade, ser usada para fazer uma estimativa da variância acidental. A possibilidade de fazer a discriminação da variação total em componentes ortogonais depende da correção do delineamento experimental, da ortogonalidade dos fatores que nêle intervêm (1).

Não é desnecessário esclarecer que a ortogonalidade entre tratamentos e blocos, ou em geral entre dois fatores, não impede que possa haver interação entre eles. A combinação de dois níveis de dois fatores A e B pode ser assim representada, prescindindo dos demais parâmetros: $A_i B_j = a_i + b_j + [a_i b_j]$ onde o termo $[a_i b_j]$ corre por conta da interação entre os dois fatores. A interação tratamentos \times blocos, entretanto, acha-se inteiramente confundida com a variação acidental.

3 — Estudaremos agora o problema da decomposição da variação entre os diversos níveis de um fator quantitativo (quantidade de um fertilizante, por exemplo). Embora o problema também se possa estender ao caso de uma competição de variedades (comparações entre grupos de variedades) o problema assume aspectos particularmente instrutivos no caso de um fator quantitativo. Não tem, por exemplo, qualquer significação falar de componente linear, quadrática, etc. no caso de um fator qualitativo.

O método de estudo que apresentamos no presente trabalho consiste na representação dos dados correspondentes aos diversos níveis de um fator por um ponto em um espaço n -dimensional, sendo n o número de níveis do fator em questão. A aplicação desse método ao estudo da distribuição da média e da variância em amostras de um universo normal pode ser encontrada em WOLFENDER (6) e em KENNEY (4). Este último informa que o criador do método é FISHER (2) em um artigo em *Metron*. Ao iniciar o presente trabalho desconhecíamos qualquer outra aplicação de uma tal geometria n -dimensional, bem como o artigo citado de FISHER. No ano último, após o terceiro Seminário de Estatística realizado em Piracicaba, tomamos conhecimento de outra aplicação do mesmo método sob o nome de análise fatorial (3). Agradecemos ao Professor LUIZ DE FREITAS BUENO as informações bibliográficas que nos forneceu a respeito. Em visita à Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de S. Paulo tivemos oportunidade de tomar conhecimento de um interessante trabalho de RAUL DE MORAIS e EUGÊNIA M ANDRADE (5) sobre o "inventário de personalidade" de ROBERT G. BERNREUTER, assunto em que se aplicam os métodos da análise fatorial. O problema no campo da psicologia a que se aplica particularmente o método é, aliás, substancialmente diverso daquele que nos preocupa aqui. Em nosso caso queremos decompor a variação entre os diversos níveis de um fator em componentes ortogonais que tenham uma significação física. No caso da análise fatorial aplicada ao estudo da personalidade, requer-se defini-la por certos traços ou fatores com significação psicológica, mas em geral não independentes, isto é, com uma certa correlação entre si.

Queremos responder desde logo a uma possível objeção ao emprêgo de uma geometria multidimensional. É que o "espaço" onde vamos aplicar essa geometria não é o espaço físico, mas um "espaço" sobre cuja multidimensionalidade não pode haver sombra de dúvida. No espaço físico tridimensional da mecânica clássica não pode haver quatro retas perpendiculares entre si. Podemos ter, entretanto, quatro ou mais variantes independentes entre si, isto é, ortogonais

4 — Sejam $y_1, y_2, y_3, \dots, y_n$ os dados experimentais correspondentes aos níveis $x_1, x_2, x_3, \dots, x_n$ de um fator y . Sendo esses dados independentes, podemos representá-los sobre n eixos ortogonais em um "espaço" n -dimensional. Em um tal espaço essas n coordenadas determinam um ponto P que representará a distribuição y . O lugar geométrico dos pontos representativos das distribuições com a mesma média da distribuição dada é um hiperplano ("espaço" com n menos uma dimensões igualmente inclinado em relação a todos os eixos coordenados, cujas interseções com esses eixos determinam com a origem segmentos iguais a $n\bar{y} = \Sigma y$. Traçando pela origem uma perpendicular a esse hiperplano, a interseção é um ponto A cujas coordenadas são todas iguais à média da distribuição dada.

O ponto representativo da distribuição e o ponto cujas coordenadas são todas iguais à média da distribuição, determinam um vetor \vec{AP} situado no hiperplano com $n-1$ dimensões, cuja projeção sobre um eixo qualquer y_i é igual a $y_i - \bar{y}$. Como o autoproduto de um vetor é igual à soma dos autoproductos de suas projeções sobre os eixos coordenados,*

$$\text{temos: } \overline{AP^2} = \Sigma (y_i - \bar{y})^2$$

* Essa propriedade pode ser demonstrada diretamente, sem recorrer à analogia com o que se passa no espaço tridimensional. Em um "espaço" quadridimensional, por exemplo, um vetor pode ser decomposto em dois: o primeiro segundo um dos eixos, o segundo no espaço tridimensional determinado pelos outros três. O raciocínio pode ser estendido ao caso de n dimensões

O autoproduto do vetor \overrightarrow{AP} representa portanto a variação entre os dados correspondentes aos diversos níveis do fator y .

Como vemos, a fixação do valor da média restringe a posição do ponto P representativo da distribuição a um hiperplano com $n-1$ dimensões ($n-1$ graus de liberdade). Podemos pois representar os pontos A e P em um "espaço" com $n-1$ dimensões e decompor a variação entre os y

(autoproduto do vetor \overrightarrow{AP}) em $n-1$ componentes ortogonais. Na realidade podemos fazê-lo de um número infinito de formas diferentes, de acôrdo com o sistema de coordenadas escolhido.

Fazendo uma transformação de coordenadas de tal modo que um dos novos eixos seja perpendicular ao hiperplano das distribuições com a mesma média da distribuição dada, onde está situado, como vimos, o vetor representativo da distribuição, é óbvio que será nula a projeção do vetor sobre esse eixo. No novo sistema a distribuição será univocamente determinada por $n-1$ coordenadas. Essas $n-1$ coordenadas são iguais à soma algébrica das projeções sobre os novos eixos das antigas coordenadas, projeções que são, como sabemos, os produtos das antigas coordenadas pelo co-seno do ângulo do eixo primitivo com o novo eixo sobre o qual são projetadas. Assim sendo, os coeficientes a_i, b_i, \dots

de $y_i - \bar{y}$ nas componentes de \overrightarrow{AP} representam os co-senos dos ângulos dos n eixos y_i do antigo sistema com os novos eixos sobre os quais estão situadas as $n-1$ componentes de \overrightarrow{AP} .

Sejam \vec{a} e \vec{b} dois vetores unitários situados sobre dois dos novos eixos das componentes ortogonais. Suas projeções sobre os n antigos eixos são evidentemente a_1, a_2, \dots, a_n e b_1, b_2, \dots, b_n .

$$\begin{aligned} \text{Teremos, pois } \vec{a} &= a_1 + a_2 + a_3 + \dots + a_n \\ \text{e } \vec{b} &= b_1 + b_2 + b_3 + \dots + b_n \end{aligned}$$

Sendo \vec{a} e \vec{b} ortogonais, seu produto escalar é nulo.

Teremos $\vec{a} \cdot \vec{b} = (a_1 + a_2 + a_3 + \dots + a_n)(b_1 + b_2 + b_3 + \dots + b_n) = 0$ que se reduz a $a_1 b_1 + a_2 b_2 + a_3 b_3 + \dots + a_n b_n = 0$, visto como o produto escalar de dois vetores ortogonais é nulo e o de dois vetores colineares é igual ao produto de seus módulos.

Temos demonstrado assim a condição de ortogonalidade de duas componentes de uma variação.

Passaremos a demonstrar outra importante propriedade dessas componentes: em cada uma delas a soma dos coeficientes é igual a zero, em outras palavras essas componentes representam contrastes entre iguais números de parcelas.

Para demonstrá-lo figuremos n vetores unitários sobre os antigos eixos. Sua resultante será normal ao hiperplano onde se acham contidos os $n-1$ novos eixos. A projeção dessa resultante sobre qualquer desses novos eixos é, evidentemente, nula e nula será portanto a soma algébrica das projeções dos n vetores unitários sobre qualquer desses novos eixos. Temos assim, por exemplo:

$$a_1 + a_2 + \dots + a_n = 0$$

e, análogamente, $b_1 + b_2 + \dots + b_n = 0$, etc.

Em virtude dessa propriedade, temos:

$$a = a_1(y_1 - \bar{y}) + a_2(y_2 - \bar{y}) + \dots + a_n(y_n - \bar{y}) = a_1 y_1 + a_2 y_2 + \dots + a_n y_n$$

Deduziremos em seguida outra interessante propriedade das componentes de uma variação: a soma dos quadrados dos coeficientes é igual à unidade. Realmente, efetuando o autoproduto do vetor unitário $\vec{a} = \vec{a}_1 + \vec{a}_2 + \dots + \vec{a}_n$ situado sobre o eixo da componente a , temos $a^2 = 1 = a_1^2 + a_2^2 + \dots + a_n^2$.

5 — A necessidade de determinar as componentes de uma variação surge particularmente quando a variação entre tratamentos não atinge o limite de significação estatística. Se, ainda que atribuíssemos toda a variação entre tratamentos a um só grau de liberdade, se ainda assim o limite de significância não fôsse atingido, seria inútil procurar discriminar aquela variação em componentes: nenhuma delas seria significativa. No caso contrário, entretanto, pode acontecer que algumas componentes tenham sua significação mascarada pela ausência de significação das demais componentes. Nesses casos é às vezes viável, pelo exame dos dados, localizar alguma componente possivelmente significativa. Assim no caso de três tratamentos, se a dois dêles correspondem resultados muito próximos, é evidente que quase toda a variação entre tratamentos corre por conta da diferença entre o terceiro e a média dos outros dois.

Entre todas as formas de discriminação entre tratamentos, há uma, entretanto, que assume significação particular quando se trata de fatores quantitativos: é a que realiza a discriminação de uma componente linear, uma componente quadrática, uma componente cúbica, etc., e finalmente, uma componente de ordem $n-1$.

Começemos pela componente linear. Se há uma relação linear entre os rendimentos obtidos e os níveis do fator quantitativo que intervem no experimento, teremos:

$$r^2 = \frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sum (x_i - \bar{x})^2 \sum (y_i - \bar{y})^2} = 1$$

donde $\sum (y_i - \bar{y})^2 = \frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sum (x_i - \bar{x})^2}$,

isto é, toda a variação entre tratamentos corresponde ao contraste

$$\frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum (x_i - \bar{x})^2}}$$

expressão que goza das duas propriedades das componentes:

- 1) A soma dos coeficientes do y_i é nula: $\frac{\sum (x_i - \bar{x})}{\sqrt{\sum (x_i - \bar{x})^2}} = 0$
- 2) A soma dos quadrados dos coeficientes é igual à unidade:

$$\frac{\sum (x_i - \bar{x})^2}{\sum (x_i - \bar{x})^2} = 1$$

Para maior precisão de linguagem chamaremos componente linear da variação entre tratamentos a expressão

$$\frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sum (x_i - \bar{x})^2}$$

e contraste linear sua raiz quadrada

$$\frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum (x_i - \bar{x})^2}}$$

Se os níveis de x_1, x_2, \dots, x_n do fator y estão em progressão aritmética, o contraste linear assume uma significação geométrica importante.

Se n é ímpar, seja $n = 2m + 1$, teremos $x_{m+1} = \bar{x}$, de modo que o contraste linear é normal ao eixo y_{m+1} (é independente do rendimento y_{m+1}), visto como o co-seno do ângulo formado pelo contraste linear com

o eixo y_{m+1} é $\frac{x_{m+1} - \bar{x}}{\sqrt{\sum (x_i - \bar{x})^2}} = 0$. Além disso os ângulos formados com os eixos y_{m+1} e y_{m+1-s} são suplementares, visto como

$$\frac{x_{m+1+s} - \bar{x}}{\sqrt{\sum (x_i - \bar{x})^2}} = - \frac{x_{m+1-s} - \bar{x}}{\sqrt{\sum (x_i - \bar{x})^2}}.$$

Teremos $\sum (x_i - \bar{x})^2 = 2(1^2 + 2^2 + \dots + m^2)$ onde $m = \frac{n-1}{2}$ ou

$$\sum (x_i - \bar{x})^2 = \frac{m(m+1)(2m+1)}{3} = \frac{(n-1)n(n+1)}{12} = \frac{n(n^2-1)}{12}.$$

Por exemplo, se $n=3$, o contraste linear será ortogonal a y_2 e os co-senos formados com y_1 e y_3 serão, respectivamente

$$- \sqrt{\frac{12}{3(9-1)}} = - \frac{1}{\sqrt{2}} \text{ e } + \frac{1}{\sqrt{2}}.$$

O contraste linear formará com o eixo y_1 um ângulo de 135° e com o eixo y_2 um ângulo de 45° e estará contido no plano y_1y_2 . O restante da variação entre tratamentos será, no caso particular em que $n=3$, totalmente atribuível a um contraste quadrático, ortogonal ao primeiro, situado na bissetriz y_3 do triângulo formado pela interseção do plano das distribuições com a mesma média da distribuição dada, com os planos y_1y_2 , y_2y_3 e y_3y_1 . De um modo geral se n é ímpar o restante da variação, ou melhor a resultante dos demais contrastes, estará situada em um "espaço" com $n-2$ dimensões ($n-2$ graus de liberdade).

6 — A determinação das componentes ortogonais não oferece maiores dificuldades se os diversos níveis do fator y formam uma progressão aritmética. O problema torna-se muito mais complicado se essa condição não é satisfeita. Deixaremos para um possível trabalho ulterior, ou para autor mais competente, o desenvolvimento mais completo do assunto.

REFERÊNCIAS

- (1) — AMARAL, E. — "Fundamentos da Análise da Variação" — REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, Ano VIII, n° 32, out-dez., 1947
- (2) — FISHER, R.A. — "Applications of "Student's" Distribution" — *Metron*, vol. 5, n° 3, 1925
- (3) — HOLZINGER, K J e H H HARMAN — *Factor Analysis* — University of Chicago Press
- (4) — KENNEY, J F — *Mathematics of Statistics*, New York, 1944
- (5) — MORAES, R e E M ANDRADE — "Adaptação do "Inventário de Personalidade" de ROBERT G. BERNREUTER" — Publicações números 84/87 do Instituto de Administração, São Paulo, 1949.
- (6) — WOLFENDEN, H H — *The Fundamental Principles of Mathematical Statistics* — Toronto, 1942.

EDUARDO ALCANTARA DE OLIVEIRA
(Da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo)

SUGESTÕES PARA AS ATIVIDADES DE UM INSTITUTO BRASILEIRO DE CONJUNTURA*

INTRODUÇÃO

Em 1930, o Sr. F. T. DE SOUZA REIS apresentou à Primeira Conferência Nacional de Estatística uma tese (“Contribuição para o Estudo dos Movimentos Econômicos”) em que solicitava fôsse adotado o seguinte voto: “Que o Governo Federal patrocine a constituição de uma comissão de estatísticos e economistas de reconhecida competência técnica, que oriente os trabalhos de um “bureau” destinado aos estudos dos fenômenos econômicos, sob o ponto de vista das previsões, em colaboração com os serviços de estatística federais e estaduais, quer tenham caráter oficial, quer não”.

Nesse trabalho o Autor ressaltava a necessidade de organizar os serviços de previsões econômicas, resumindo o que se tinha feito em outros países; sugere ainda que, ao iniciarmos tais serviços, o façamos sobre os moldes indicados pelo Instituto Internacional de Estatística, durante a sua XVIII.^a sessão realizada em Varsóvia em 1929, ao designar os índices mensais, cujos movimentos deveriam ser acompanhados nas principais nações e que esquematicamente se referiam aos setores seguintes:

1. finanças (bolsa de títulos, bancos, moeda);
2. preços (preço em grosso das mercadorias, preços em grosso para um grupo de mercadorias sensíveis),
3. comércio (transporte e consumo);
4. produção e desemprego.

Há pouco, decorridos quatorze anos, o Departamento de Economia Industrial da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo anunciou ter iniciado estudos sobre os “barômetros econômicos”, com o fim de determinar previsões de interesse para os negócios em geral.

Nesses quatorze anos, desde a tese apresentada pelo Sr. SOUZA REIS, nada de prático se fez em nosso País nesse terreno. A explicação poderia estar na falta de técnicos ou no fato que muitos estudiosos do assunto julgam impossível a estabilidade dos preços e não desejável uma economia sem conjuntura; todavia, desejável ou não, se tal conjuntura existe pode ser estudada e a sua previsão pode concorrer para atenuar as crises através de medidas referentes à política de crédito e à política monetária. A explicação do aparente descaso em que caíram êsses estudos parece-nos estar, em parte, na falta de ambiente social-econômico que os exigisse.

* Tese aprovada no I Congresso Brasileiro de Indústria e publicada pela Cadeira de Estatística Geral e Aplicada da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo

Creemos que as condições sociais-econômicas existentes condicionam as realizações em qualquer campo e só a necessidade pode mover os homens à criação de organismos com finalidades definidas

O empirismo cego em que se tem desenvolvido a nossa vida econômica foi pôsto em cheque nos dias de hoje em que a simples intuição dos homens de negócios não garante o acêrto das resoluções e não permite ver longe no panorama caótico do mundo. A complexidade dos fatos se tornou palpável aos que tentaram agir ignorando a existência das leis econômicas, que governam as relações entre êsses mesmos fatos. Foram tomadas medidas incoerentes nos setores da moeda, da produção, do trabalho e dos preços, com profundas repercussões no consumo, tudo contribuindo para que se rompesse o equilíbrio econômico existente, em direção muitas vêzes não desejada pelos agentes interessados

Agora que os fatos reagem, que o organismo desajustado força válvulas e motores e ameaça romper-se na incoercível busca de novo equilíbrio, que virá através de uma crise, é sensato que se tentem atenuar as conseqüências mais prejudiciais ao futuro econômico da nação.

Que a incúria não se repita, e que, nos anos de após-guerra, possamos contar com instituições capazes de esclarecer a nossa tão decantada e tão ignorada realidade, permitindo-nos agir com maior dose de acêrto.

Quando o homem procurou dirigir os fatos de natureza diversa, enveredou pelo caminho do progresso, em etapas cada vez mais curtas e mais surpreendentes, reconhecendo que deveria conhecer as leis que regem aquêles fatos e utilizá-las colocando ao seu serviço as forças que representam.

Ora, êsses mesmos fatos autorizam a afirmar a existência de uma relação de coexistência e de sucessão entre determinados fenômenos econômicos.

Entretanto, tudo não se passa exatamente da mesma maneira no Brasil e nos Estados Unidos, na China e na Rússia, na Argentina e no Japão. As diferenças verificadas no funcionamento de certas leis são devidas a diversidade de condições em que as mesmas se baseiam, a existência de fenômenos perturbadores, a presença de elementos novos. Daí a necessidade científica de conhecer bem os diversos meios em que se observam determinados organismos e sabê-los distinguir do meio em que particularmente nos interessa introduzir um organismo semelhante

É instrutivo o fato de que os "barômetros econômicos", instituídos para servir de indicação do curso futuro dos preços e negócios, tenham tido sorte diversa nos diversos meios em que foram ensaiados. É por isso que, à simples exposição do que se tem feito em outros lugares, preferimos referir-nos criticamente a alguns dêsses serviços e suas realizações, para indicar porque uns foram bem sucedidos e outros, de fama mundial ficaram comprometidos em determinados momentos da história econômica.

Procuraremos tirar dêsse estudo ensinamentos com que pretendemos justificar as conclusões de ordem metodológica e prática que adotamos.

Veremos que é aconselhável evitar, em estudos tão complexos e importantes:

- 1 °) a tendência a estudar apenas a conjuntura, sem o auxílio de outros elementos que possam esclarecer a sua marcha,
- 2 °) o abandono dos processos mais preciosos no tratamento preliminar das séries históricas;

- 3.º) a rigidez dos esquemas adotados, que deveriam ter a maleabilidade própria às hipóteses de trabalho,
- 4.º) a extrapolação para longos períodos de tempo.

Não é nossa tarefa definir e estudar detalhadamente os conhecidos processos de análise das séries cronológicas. De um modo geral, procuraremos esclarecer algumas questões de método que possam ser úteis no sentido de que os nossos futuros serviços de conjuntura elaborem processos próprios de observação.

SUGESTÕES PARA AS ATIVIDADES DE UM INSTITUTO BRASILEIRO DE CONJUNTURA

Parece-nos essencial que qualquer tentativa no sentido de estudar a conjuntura brasileira evite de início e sempre qualquer processo de pesquisa pouco seguro e apressado. Se procurarmos compreender a sorte dos estudos feitos em outros países, descobriremos esta surpreendente e ao mesmo tempo banal verdade: a prudência esclarecida permite bons resultados, embora modestos; a rigidez dos métodos aplicados e a aventura profética podem comprometer o respeito aos fatos, falseando as previsões. “É preciso repetir diariamente o que diariamente se esquece, por muito conhecido”, já dizia UNAMUNO.

Através de alguns exemplos, procuraremos indicar como o tratamento verdadeiramente científico do problema que nos ocupa exige que se lhe dê um caráter experimental e se garanta a objetividade das conclusões, distinguindo as previsões a curto e a longo prazo, por estarem intimamente ligadas a equilíbrios de natureza diversa. A noção matemática de tais equilíbrios deve guiar a quem se disponha a estudar as conseqüências de seu rompimento.

* * *

Começemos por relembrar a trajetória da vida do famoso “Harvard Committee on Economic Research”, criado em 1917. Em 1926 esse “comité”, com autonomia financeira, passou a constituir a “Harvard Economic Society”, separada da Universidade de Harvard. Depois, a atividade dessa organização se reduziu à publicação da *The Review of Economic Statistics* pelo Departamento Econômico da Universidade.

É sabido que, para suas previsões, os estudiosos de Harvard se serviam da observação do andamento de três curvas representativas da evolução da *especulação*, dos *negócios*, e do *dinheiro*. (Curva A — Mercado financeiro; curva B — Mercado industrial e comercial; curva C — Mercado monetário). A primeira se referia às operações de compensação dos bancos de New York e às cotações das ações industriais; a segunda, às contas dos devedores dos bancos fora de New York, assim como aos números-índices dos preços no comércio por atacado, sensíveis à conjuntura; a terceira, ao tipo de juros para as letras comerciais a 4-6 meses e 60-90 dias em New York.

Os movimentos periódicos das três curvas apresentavam certa “defasagem” que permitia prever a marcha futura dos fenômenos estudados. Através de modificações que a observação impunha, foi-se aperfeiçoando o esquema utilizado, o que permitiu previsões satisfatórias até 1925; o desacôrdo entre a previsão e os resultados, no período imediatamente anterior à crise de 1929, levou ao abandono das previsões.

Em diversas ocasiões foram introduzidas modificações para conseguir melhor adaptação à realidade, o que mostra o espírito científico que animava os economistas de Harvard. Todavia, nunca foi alterado o esquema geral, quando justamente a objetividade o exigia.

Esclareçamos melhor.

GINI,¹ ao observar que os índices destinados a servir de barômetros dos negócios ou dos preços escapam à aplicação do método de eliminação, notou que tais índices “não visam medir os fenômenos que exprimem, mas fenômenos diferentes que estão ligados aos que exprimimos por laços mais ou menos estreitos. É duvidoso que, a rigor, se possa falar de medida: com efeito, se o barômetro assim construído tem, em certo momento, um nível mais elevado que em outro, não podemos dizer com certeza que o nível geral dos preços ou dos negócios será mais forte, o nível mais elevado do barômetro pode com efeito ser devido a proximidade do movimento”

“Outras vezes poderemos dizer somente que o movimento é mais certo, como sucederia se a altura maior do barômetro dependesse da circunstância que todos os movimentos das mercadorias consideradas são concordantes e não há compensação pelo efeito das mercadorias que apresentam movimentos contrários. Não sei se neste caso se poderia falar de números-índices dos preços; estamos no domínio dos sintomas e, talvez, mais que uma média qualquer dos índices simples, é o estudo analítico que parece poder ser útil para as previsões.”

Essa necessidade da análise é que, nos parece, deve ser lembrada em diversos outros casos, na construção e interpretação dos barômetros econômicos.

“Mutatis-mutandis”, é o que queremos fazer notar no estudo do esquema das três curvas de Harvard.

Com efeito, a curva *B* de Harvard pode ser decomposta em duas outras, uma do volume da produção e outra dos preços. Se estas duas últimas não apresentassem atraso de fase, nada se poderia objetar. Entretanto, não é o que se verifica.

Sabemos que a atividade econômica está diretamente correlacionada às variações dos preços. A expansão econômica segue a elevação dos preços com um certo atraso, o mesmo se dando com a contração provocada pela queda dos preços. Chamando *T* o volume da atividade econômica, *P* o nível geral dos preços, a velocidade do movimento dos preços nos é dada pela derivada de *P* em função do tempo, que, em símbolos, se pode indicar com $P'(t)$, assim se compreende facilmente a fórmula de FISHER.²

$$(1) \quad T(t + \omega) = a + m^2 P'(t)$$

onde *a*, *m*, *ω*, são constantes, sendo a última necessariamente positiva

Se lembrarmos que, num mercado, os comerciantes compram ou vendem a preços que estão ligados à presumível variação do volume futuro de produção, podemos também estabelecer a equação da bolsa, que nos dá os preços como antecipação de presumíveis flutuações da velocidade da atividade econômica:

$$(2) \quad P(t) = b - n^2 T'(t + \omega_1)$$

onde *b*, *n*, *ω*₁, são constantes, sendo a última necessariamente positiva, conservando para *P* e *T* o mesmo significado anterior. Interpretando estas equações (1) e (2), poderemos repetir com LUIGI AMOROSO³ que elas podem ser consideradas respectivamente como equações dinâmicas da oferta e da procura, consideradas sinteticamente para o conjunto de todas as mercadorias.

¹ GINI C. — “Quelques Considérations au Sujet de la Construction des Nombres Indices des Prix”, *Metron*, XIV — 1924

² FISHER I — “Our Unstable Dollar and so-called Business Cycle”, *Journal of the American Statistical Association*, junho, 1925.

³ AMOROSO L — *Contributo alla Teoria Matematica della Dinamica Economica*

Na realidade, ω é aproximadamente igual a ω_1 . Compreende-se assim fãcilmente, através das equações (1) e (2), que, sempre que T e T' assumem valores iguais aos que representavam em um intervalo de tempo precedente, P e P' retomarão também os mesmos valores, mas *com atraso de fase*.

Ora, a síntese destas duas curvas nos daria outra de caráter igualmente cíclico, mas cujos máximos e mínimos poderiam se dispor (lembramos que na realidade a regularidade das curvas não é perfeita), de modo a prejudicar as previsões ou pelo menos nos roubando mais um fator de acêrto. É um daqueles casos em que a análise deveria ser tentada, passando-se a um esquema de quatro curvas.

Não podemos saber "a priori" se tal esquema levaria a previsões mais seguras; afirmamos, porém, que poderia ter sido experimentado, como hipótese de trabalho, que viria tornar mais maleável e talvez mais fecundo o esquema anterior.

Ainda mais: uma atividade verdadeiramente científica, única aceitável no estudo dos problemas que nos ocupam, deveria levar mais longe a análise, permitindo o estudo das relações entre fases de evolução de um mesmo fenômeno e o das correlações entre as fases de evolução de fenômenos diversos (além de um estudo comparativo com curvas teóricas determinadas para cada meio econômico).

Donde distinguir as previsões parciais, referentes a determinado setor econômico, das previsões gerais, cuja base empírica incluiria a utilização das primeiras como elementos auxiliares de esclarecimento.

Finalmente, como lembra SAUVY,⁴ "no estudo da situação econômica de um país, podemos distinguir a conjuntura de superfície e a conjuntura de fundo; a primeira trata os fenômenos sem se preocupar com a estabilidade dos equilíbrios a que conduzem. Tal é o estudo contínuo da série dos índices. A conjuntura de fundo tem por objeto determinar, segundo a estrutura de um país, e o estado das forças em presença, as condições de um equilíbrio estático. Esta distinção leva naturalmente a estudar o grau de solidez das mudanças registradas e a separar, por conseguinte, a previsão a curto têrmo da previsão a longo têrmo e a têrmo variável".

É fácil verificar que esta distinção de SAUVY apresenta paralelismo com a que fizemos das previsões parciais e previsões gerais.

É de incalculável valor, para o Brasil, o estudo dos fatores que permitem previsão a curto têrmo, devido ao fato de estarmos num regime de economia aberta, não autárquica, cujas perspectivas econômicas são, por assim dizer, função não apenas das modificações internas, mas também de conjuntura externa, fato acentuado ainda pela composição qualitativa do nosso comércio exterior, que inclui mercadorias de exportação muito sensíveis às variações de preços. Deixando, pois, para segundo plano a questão dos equilíbrios estáticos, é fácil compreender porque nossa conjuntura reflete com certo atraso as variações da conjuntura mundial, fato que facilita grandemente o problema das previsões baseadas em uma extrapolação dos movimentos observados.

Um dos mais bem sucedidos institutos de conjuntura do mundo foi o "Institut für Konjunkturforschung" de Berlim, fundado em 1925. Os principais fatores do seu bom êxito são certamente três para que chamamos a atenção de quem pretenda empreender trabalho no gênero no Brasil:

1.º — Elaboração de métodos que atendam às peculiaridades da vida econômica nacional;

⁴ SAUVY A — "Essai sur la Conjoncture et la Prévision Économique"

2.º — largo emprêgo dos processos matemáticos;

3.º — previsão a curto prazo (três meses)

Quanto à previsão a longo têrmo, fundada no estudo da conjuntura de fundo, parece-nos mais aconselhável o trabalho de vigilância contínua do que se passa nas economias profundas das principais potências econômicas do mundo

Ao lado disso, um estudo objetivo das condições dos equilíbrios elementares internos, onde uma depressão parcial pode provocar o desabamento do edifício, assim como o estudo de certos fatores cujo conhecimento é imprescindível para controlar as indicações conseguidas

Para concretizar nosso pensamento, indicaremos, embora sumariamente, alguns setores cujo conhecimento nos parece necessário:

a) Antes de mais nada, o conhecimento quantitativo e qualitativo do meio demográfico que está à base de nossa evolução econômica, como produtor e consumidor. É essencial o estudo periódico da composição da população, para que se determinem e prevejam as proporções entre os indivíduos que compõem a parte economicamente ativa e os que representam a parte mantida por aquela e as possíveis modificações para o futuro. Tais informações facilitam a compreensão e resolução dos problemas de mão-de-obra, de adaptação entre a oferta e procura, etc.

b) Estudo das variações da circulação monetária com tôdas as repercussões no movimento do crédito. É sabido que a tensão criada pela variação dos preços determina um equilíbrio pouco estável, que, em função de fatores psicológicos e mecânicos, pode contribuir para preparar a fase de depressão. As conseqüências da política monetária vão manifestar-se nas atividades econômicas quer através de sua influência sôbre as flutuações da inversão, quer indiretamente, determinando uma poupança forçada ou possibilitando uma poupança voluntária. E não cremos necessário encarecer a correlação existente entre expansão e contração da inversão, de um lado, e a marcha da conjuntura econômica.

c) Considerar a extensão e as possibilidades de sobrevivência das novas empresas, que, na época que atravessamos, por exemplo, constituem um dos fatores de uma provável crise do tipo das que nos descreve SCHUMPETER. Percebe-se a importância de tal estudo ao considerar que a existência da maior parte de tais empresas é aleatória e só foi possível devido à facilidade momentânea com que pessoas pouco capazes se tornam empreendedoras, aparecendo no cenário econômico à sombra de uma nova distribuição do poder de compra e de uma transformação quantitativa e qualitativa da procura. É essencial ponderar que tal fato tem por efeito determinar uma inflação de crédito que só poderá ser atenuada com o bom êxito de tais empreendedores improvisados, o que não é muito provável.

d) Vamos nos estender um pouco mais sôbre um dos fatores que menos têm sido considerados na observação dos fenômenos de conjuntura.

Já tivemos ocasião de ressaltar em outro lugar⁵ o interesse que pode apresentar o cálculo da riqueza e do rendimento de uma coletividade, devido à sua significação teórica e grande importância prática.

Dizíamos então que como elemento relevante do conjunto de fatores que contribuem para diversificar a estrutura social, o seu conhecimento permite esclarecer problemas de ordem econômica, demográfica, política e mesmo de ordem moral.

⁵ ALCANTARA DE OLIVEIRA E — "A Riqueza Privada do Estado de São Paulo", *Boletim do Departamento Estadual de Estatística*, n.º 9, São Paulo, setembro, 1942

Aos homens de govêrno a análise da riqueza permite uma política interna mais esclarecida ao mesmo tempo que uma atividade melhor dirigida em relação ao conjunto da situação internacional. Lembremos, por exemplo, que o lançamento dos impostos, não só para respeitar os princípios de justiça distributiva, como para permitir um aumento eqüitativo das rendas do Estado, deve considerar não apenas a capacidade global de contribuição dos indivíduos, como ponderar a diversa capacidade dos que pertencem a diversos setores de atividade, tanto mais que o fluxo produtivo das diversas categorias de riqueza não é igualmente intenso. E, no campo da concorrência internacional, o conhecimento das possibilidades produtivas permite a cada país uma ação mais segura e uma reação mais inteligente, tudo permitindo melhor aproveitamento e maior desenvolvimento das forças econômicas nacionais. A política econômica de cada Estado está estreitamente ligada ao montante e à distribuição qualitativa de sua riqueza.

Aqui nos interessa fazer notar a importância que tais cálculos assim como o do rendimento nacional podem ter para melhor esclarecimento dos ciclos econômicos e lembrar sua utilização como elemento auxiliar na interpretação dos barômetros econômicos.

No país que conta com a mais adiantada organização estatística do mundo, a Suécia, o Instituto de Conjuntura de Stockolmo toma como campo de suas atividades os três domínios seguintes:

- 1.º — Estudo contínuo do ciclo econômico.
- 2.º — Estudos gerais de mais longa duração (por exemplo, cálculos do rendimento nacional).
- 3.º — Pesquisas estatísticas especiais.

Parece-nos perfeitamente justificável a inclusão do segundo item que supõe o cálculo da riqueza privada e nacional. Com efeito, lembremos que não se pode falar em conjuntura a não ser em relação a uma estrutura cujas economias estejam em estreita dependência de um mercado. Por outro lado, a periodicidade do movimento econômico está intimamente ligada à abundância ou penúria de fundos destinados a inversões.

A composição da riqueza se modifica com o tempo determinando uma nova distribuição dos rendimentos segundo os diversos setores de atividade econômica.

Evidentemente as modificações de estrutura tornam um organismo econômico mais ou menos vulnerável às influências vindas de fora e mesmo torna mais ou menos prováveis determinadas reações do próprio organismo considerado. Uma série de tais reações diz respeito ao destino dos capitais de inversão.

Um país como o Brasil, que ainda permanece substancialmente em nível de economia semicolonial, apresenta-se com o balanço de comércio baseado em produtos extremamente sensíveis às influências exógenas. Sua economia, além disso, sob a repercussão de tais influências, apresenta tendência a modificar-se, como processo de defesa, redistribuindo os fatores de produção, desencadeando correntes endógenas que igualmente exercem influência sobre a conjuntura, preparando um novo quadro de reações à aproximação de um novo ciclo. Não fôsse o Brasil um país ainda preponderantemente agrícola, e deixaríamos de citar êste trecho de um trabalho de GOTTFRIED HABERLER em *Prosperidad y Depression*, publicado pela Sociedade das Nações:

“As variações da produção agrícola de tôdas as categorias exercem um influxo preponderante nas indústrias que utilizam matérias-primas dessa procedência, como a indústria de produtos alimentícios e a têxtil, assim como as atividades comerciais e na de transporte

dos produtos de origem vegetal e animal. Naturalmente, existe uma relação íntima entre uma indústria e a fonte que fornece matéria-prima."

E quanto à capacidade de compra dos agricultores, modificada em determinados momentos:

"O resultado efetivo de uma nova distribuição de poder de compra depende da situação particular, da fase do ciclo econômico e do estado do crédito nos diversos países e localidades interessadas nesta repartição, etc." Mais adiante. "É importante considerar as repercussões das flutuações das colheitas nas inversões, tanto por causa do efeito inicial sobre a atividade das indústrias de meios de produção, como devido à influência indireta que se deixa sentir ulteriormente na expansão ou no reajuste da circulação monetária."

A essas repercussões poderíamos acrescentar as que se verificam sobre os salários reais, sobre os movimentos de mão-de-obra entre o campo e a cidade, sobre a poupança, etc. Finalmente lembremos o aspecto internacional ligado à maior ou menor elasticidade da procura dos produtos agrícolas.

Tudo que dissemos não deve fazer crer que abraçamos a "teoria agrícola" para explicação do ciclo econômico, nossa intenção é apenas mostrar que uma modificação, em elementos que contribuem para o rendimento nacional, pode produzir efeitos em outros setores e repercutir sobre o ciclo econômico. (Exemplificamos com a Agricultura, devido à situação especial do Brasil.)

Ora, à medida que se modifica a composição da riqueza nacional e conseqüentemente a distribuição dos rendimentos em diversas massas, cada elemento que compõe aquela riqueza passará a apresentar maior ou menor capacidade de influir sobre os elementos restantes, maior ou menor sensibilidade frente às modificações por eles sofridas.

A sensibilidade de todo o organismo econômico aos fenômenos de conjuntura será de intensidade e natureza diversa.

Não esqueçamos que essas mudanças (que poderiam ser bruscas por causas ligadas às condições da própria atividade agrícola), a industrialização crescente do País vai aos poucos realizando, alterando a proporção com que os diversos elementos entram na composição de nossa riqueza. Com certo atraso, tal modificação influirá também na composição percentual de nossa exportação, em que as manufaturas ainda representam apenas 14% para os gêneros alimentícios.

Transformação inversa se dará se o atual movimento de industrialização for apenas superficial e se se agravarem as conseqüências do desequilíbrio econômico-demográfico entre o campo e a cidade.

Daí a necessidade de um estudo sério da correlação que possa existir entre a marcha (no tempo) destas modificações e a evolução dos diversos fatores considerados, no estudo da conjuntura.

e) Para que se possa ter melhor conhecimento das variações dos preços, são insuficientes as séries dos índices mensais recomendados pelo já citado congresso de estatística de Varsóvia, sempre que aquelas variações sejam grandes e nos períodos em que se verifica a intervenção do Estado em matéria de preços. Donde a conveniência de se organizar, como já se faz em alguns países, um índice sensível diário.

Seria praticamente impossível calcular tal série de índices sintetizando os preços de cinquenta ou sessenta artigos diversos. Em tal caso, dado o pequeno número de mercadorias consideradas no cômputo, é imprescindível que os elementos que o compõem sejam cuidadosamente escolhidos para evitar a influência predominante dos artigos que mais reagem às condições econômicas. O índice diário oferece a vantagem

de permitir o conhecimento antecipado dos movimentos do índice geral mensal. Embora tal antecipação se refira a um futuro próximo, permite mais oportuna interpretação da tendência apresentada pelo índice geral.

Aí temos alguns assuntos importantes que nem sempre são suficientemente lembrados por aqueles que se dedicam ao estudo da conjuntura. Não nos cabe, no momento, entrar nos detalhes de sua realização. Desejamos apenas lembrar que tal esquema nos leva a uma atitude objetiva em relação às teorias do ciclo econômico, permitindo-nos um processo de adaptação de métodos e processos às nossas necessidades de país em período de transição para um novo estágio do desenvolvimento econômico.

Não é demais recordar a extraordinária importância que cada vez mais assume a possibilidade de prever, dada a tendência mundial para a intervenção do Estado em assuntos econômicos. A racionalização da economia como recurso de esclarecido intervencionismo, levará provavelmente à planificação como garantia de boa execução.

Mas, independentemente dos regimes políticos vigentes, o ponto fraco da planificação reside na rigidez dos seus cálculos, para atenuar as conseqüências de sua inadaptabilidade eventual, nada mais valioso que o conhecimento analítico da conjuntura econômica.

Entretanto, a tarefa de dirigir a economia exige uma adaptação mútua dos planos e da atual organização econômica.

Terminemos com estas sábias palavras de ALFRED SAUVY: "A difusão da conjuntura e de seus métodos de investigação e de previsão é o meio mais eficaz de conservar as liberdades a que nos apegamos, caminhando para as novas formas de vida coletiva que se nos oferecem."

CONCLUSÃO

Alinharemos algumas conseqüências do que antes expusemos, sem nos preocupar com classificá-las segundo a natureza; algumas conclusões serão de ordem metodológica, outras de ordem prática (enquanto levam a guiar a ação). Estas encontram naquelas sua justificação ou, em outros termos, aquelas, para se realizarem, têm por condição o respeito às últimas.

Ao se organizarem os serviços de previsão da situação econômica, recomendamos:

1. Para que se consigam construir barômetros econômicos capazes de refletir sensivelmente a marcha da vida econômica, impõe-se o método científico-experimental no tratamento e interpretação das séries de índices usadas. Para consegui-lo, seria desejável o estudo das leis matemáticas segundo as quais determinadas atividades se desenvolvem, para determinar suas conseqüências e adaptá-las aos casos concretos.

2. As organizações para o estudo da conjuntura devem estar em condições de realizar estudos paralelos de fenômenos diversos que estão em íntima relação com a marcha cíclica da atividade econômica. Entre outros, o estudo das condições demográficas, das variações da circulação monetária, do desenvolvimento e concentração das empresas, da riqueza e do rendimento nacional. Para a realização de tal tarefa, impõe-se um estreito intercâmbio entre os serviços de previsão e as organizações estatísticas oficiais e particulares.

3. É medida aconselhável a organização de um índice sensível diário, para facilitar as previsões a curto prazo. Quanto à previsão

a longo prazo, para que se possam acompanhar as repercussões da conjuntura mundial sobre a economia nacional, é indispensável a colaboração dos serviços nacionais de conjuntura com os institutos similares de outros países, especialmente das principais potências econômicas. É ainda necessário estudar a tendência do nosso intercâmbio com o exterior.

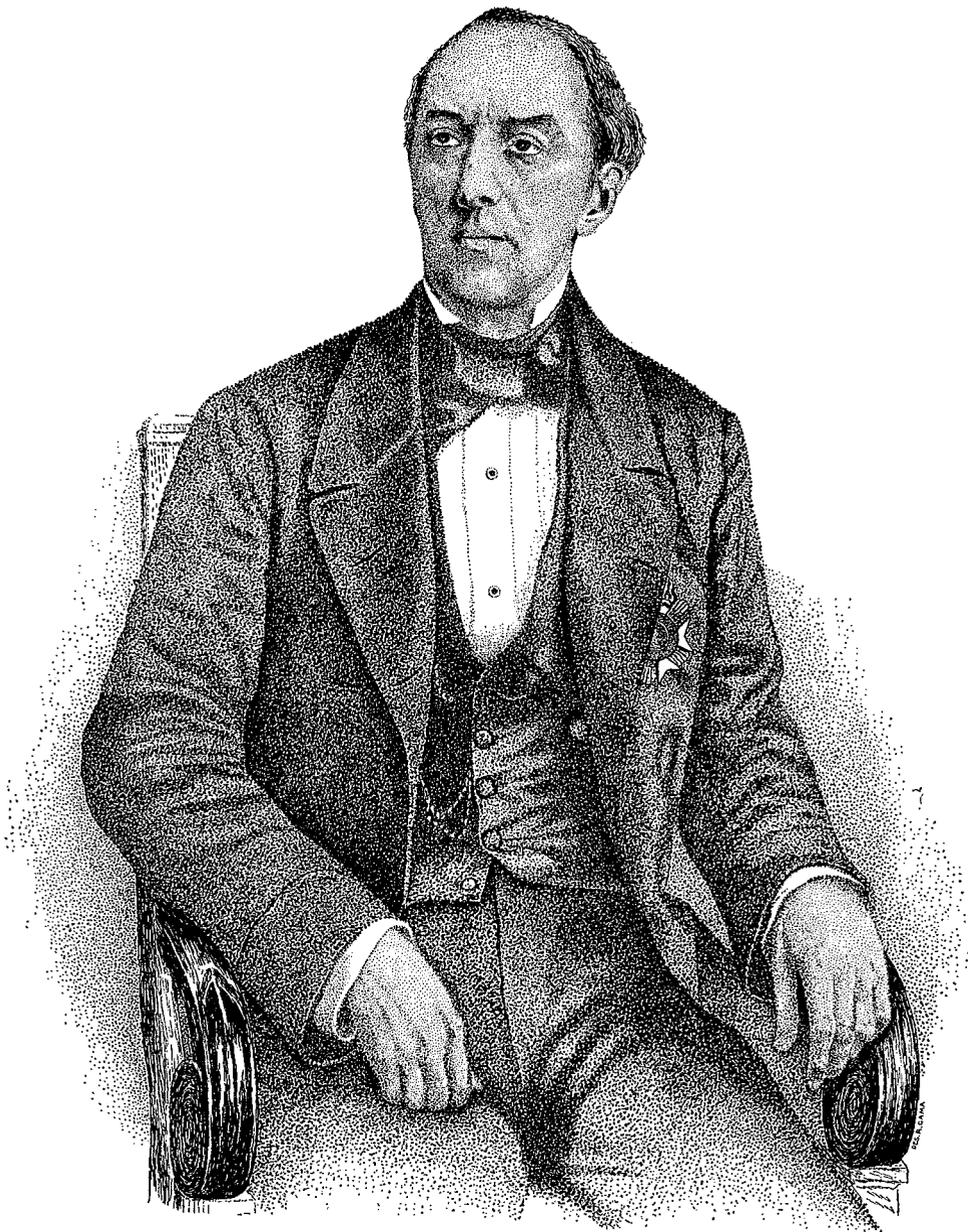
4. É aconselhável que se experimentem processos próprios no estudo da conjuntura nacional, devido à observação (banal aos que se dedicam ao estudo dos fenômenos sociais) de que em determinado meio podem ser maus os resultados obtidos pela aplicação de processos que provam bem em outros meios.

5. Se vier a se concretizar a criação de um Instituto Brasileiro de Conjuntura, para que o mesmo se mantenha à margem de injunções políticas ou de tendências finalísticas classistas, tal instituição poderá obedecer a uma organização sobre base universitária ou prever um estatuto que o entregue aos cuidados de um grupo que compreenda representantes do comércio, da indústria, da lavoura, das organizações operárias, dos meios bancários e bolsistas e admita delegados oficiais.

BIBLIOGRAFIA

- SOUZA REIS, F T — “Contribuição para o Estudo dos Movimentos Econômicos” — Rio de Janeiro, 1930.
- BENHAM, F — *Curso Superior de Economia* — Fundo de Cultura, México, 1941
- FISHER, I — *Recherches Mathématiques sur la Théorie de la Valeur et des Prix* — Girard, Paris, 1917.
- FISHER, I. — *L'illusion de La Monnaie Stable*, Payot, Paris, 1929
- FISHER, I — “Our Unstable Dollar and So-Called Business Cycle” — in *Journal of the American Statistical Association*, junho 1925.
- DIVISA, F — *Économie Rationnelle*, Doin, Paris, 1928
- HELLER, W. — “Dicionário de Economia Política” — *Labor*, 1937
- PRINCIPATO, A. — *Statistica Economica* — Principato, Messina, 1934
- BACH, F e REYNA, M. — “El Nuevo Indice de Precios, etc” — *El Trimestre Economico*, México, 1943.
- SCHULTZ, F e Outros — *Studies in Mathematical Economics and Econometrics* — The University of Chicago Press, 1942
- GOTTFRIED, H — *Prosperidad y Depression* — Fundo de Cultura Econômica, México, 1942.
- MORTARA, G. — *Lezioni di Statistica Economica*, Athenæum, 1920
- SCHUMPETER, J — “La Teoria dello Sviluppo Economico” — *Collana di Economisti*.
- SCHUMPETER, J. — *Business Cycles*. — Mc Grow-Hill Book Comp, New York, 1939.
- MARSHALL, A — *Principii di Economica* — U T E T — Torino, 1927
- AMOROSO, L. — “Contributo alla Teoria Matematica della Dinamica Economica”, — *Collana di Economisti*
- SAUVY, A. — “Essai sur la Conjoncture et la Prévision Économique” — C P E E, Paris, 1938
- REBOUD, P. — *Précis D'économie Politique* — Dalloz, Paris, 1934
- GINI, C. — “Quelques Considérations au Sujet de la Construction des Nombres Indices des Prix” — *Metron*, vol IV, 1924
- ALCANTARA, Ed — “A Riqueza Privada no Estado de São Paulo” — Boletim do Departamento Estadual de Estatística, n° 9, São Paulo, 1942
- TINBERGEN, J — *Business Cycles in U.S A*, League of Nations, 1939
- JULIN, A — *Statistique des Prix et Méthode des Indexnumbers* — Riviere, Paris, 1928
- PARETO, V. — “L'economia Matematica” — *Collana di Economisti*
- MAYER, H — *Concetto de Equilibrio nella Teoria Economica*
- EDGEWORTH, F. Y — “Psichica Matematica” — *Collana di Economisti*
- LASORSA, G — *Lezioni su la Organizzazione e le Fonti della Statistica Economica* — Cedam, Padova, 1938.
- COLETTI, F. — *Problemi di Statistica Economica* — Giuffrè, Milano, 1937.
- CROXTON and COWDEN — *Applied General Statistics* — Prentice-Hall Inc N Y, 1940
- WALRAS, L. — *Études D'économie Politique Appliquée* — Paris, 1936
- LAUFENBURGER, H — *L'intervention de L'état en Matière Économique* — Pichon, Paris, 1939

VULTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA



Visconde do Uruguai

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA

VISCONDE DO URUGUAI

Foi no ano de 1870 que o vulto de PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA se projetou no cenário da Estatística brasileira. Era êle, então, Ministro do Império, e nesta qualidade se apresentou à Câmara dos Deputados a fim de submeter à apreciação e votação daquela Casa do Congresso dois projetos de lei de sua autoria: o primeiro destinava-se a levantar verbas para a realização do Recenseamento, organização da Estatística nacional e criação do registro civil; e o segundo continha a interpretação de alguns artigos do Ato Adicional, sobre cuja execução estavam surgindo dúvidas.

O referente à Estatística estava assim redigido:

"A Assembléa-Geral decreta:

Art 1º — De dez em dez anos proceder-se-á ao recenseamento da população do Império

§ 1º — O primeiro recenseamento efetuar-se-á no dia 31 de dezembro de 1870. Para as respectivas despesas é concedido ao govêrno, no corrente exercício, o crédito de 400:000\$000, que, no caso de insuficiência, poderá ser elevado mediante abertura de créditos suplementares, e realizar-se-á pelos meios autorizados na lei do orçamento vigente.

§ 2º — No regulamento que se expedir para execução do Recenseamento poderão, ser cominadas multas até a quantia de 300\$000, e as penas de desobediência (Artigo 128 do Código Criminal)

§ 3º — Na proposta da lei do orçamento para os anos em que se tiverem de fazer os recenseamentos decenais, o govêrno incluirá o crédito necessário para essa despesa.

Art 2º — O govêrno organizará o registro dos nascimentos, casamentos e óbitos, ficando o regulamento que para êsse fim expedir, sujeito à aprovação da Assembléa-Geral na parte que se referir à penalidade e efeitos do mesmo registro, e criará na capital do Império uma Diretoria-Geral de Estatística, à qual incumbe:

1º — Dirigir os trabalhos do Censo em todo o Império e proceder ao arrolamento da Côrte, dando execução às ordens que receber do govêrno

2º — Organizar os quadros anuais dos nascimentos, casamentos e óbitos

3º — Coordenar e apurar todos os dados estatísticos recolhidos pelas diversas repartições públicas

4º — Formular os planos de cada ramo de estatística do Império, do local, e de cada Província, quando a isso fôr chamada, e da especial a cada classe de fatos

Parágrafo único — Com o pessoal da Diretoria-Geral de Estatística fica o govêrno autorizado a, desde já, despender anualmente até 25:000\$000

Art 3º — Ficam revogadas as disposições em contrário

Paço da Câmara dos Deputados, em 16 de julho de 1870 "

Êste Projeto mereceu belo parecer da Comissão de Estatística da Câmara dos Deputados, que, após tecer comentários sobre a necessidade de uma estatística oficial, finalizou seu parecer com as seguintes palavras:

"Assim, a estatística oficial já não é apenas uma necessidade das nações, é moralmente um quase compromisso internacional, que um dia há de ser regulado por convenções entre os Estados, no interesse da Civilização. O Projeto vem preparar o País para o desempenho dêste compromisso e satisfação daquela necessidade. O registro dos nascimentos, casamentos e óbitos, grande auxiliar para os estudos demográficos, é além disso indispensável para salvaguardar os importantísimos direitos que nascem em cada uma das três grandes épocas da vida do homem. O Projeto, nesta parte, bem como na que se refere ao Censo, não faz mais do que reproduzir disposições legislativas contidas nas leis de 19 de agosto de 1846 e 6 de setembro de 1850. A Comissão, pois, inteiramente identificada com as suas vistas, á de parecer qua seja êle quanto antes submetido à discussão e aprovado."

O Projeto foi aprovado quase na íntegra e transformou-se na Lei n.º 1829, de 9 de setembro de 1870. Houve, apenas, ligeira modificação no parágrafo 1.º do Artigo 1.º. Ao invés de determinar a data de 31 de dezembro de 1870 para a realização do 1.º Recenseamento, como desejava o Ministro do Império, a lei aprovada diz o seguinte: "O govêrno designará o dia em que se há de efetuar o 1.º Recenseamento, contando-se, porém, o prazo decenal para o seguinte, do dia 31 de dezembro de 1870."

Embora a necessidade de uma lei de tal natureza estivesse patente aos olhos de todos, o VISCONDE DO URUGUAI procurou justificar o seu Projeto, dizendo:

"A falta de dados positivos sobre objetos de interesse público não pode deixar de tolher muitas vezes o legislador na solução de graves questões, e é um dos embaraços com que luta a administração na execução de certas leis. Nem compreendo, Sr. Presidente, como se possa legislar com segurança para uma sociedade que não se conhece em seus elementos, situação e movimentos senão por apreciações gerais, e até certo ponto arbitrárias; como se possa bem administrar, quando no território não se assentam balizas regulares, e não se sabe como por êle se distribui a população e por esta a riqueza.

Em alguns trabalhos que empreendi tenho esbarrado ante a dificuldade resultante da falta de dados que orientem na parte de organização e na execução de serviços.

Um dos planos com que entrei para a administração e a que tenho verdadeiro afêro é o estabelecimento do ensino primário obrigatório, ao menos no Município da Côrte, de onde deve partir o exemplo para a realização desta idéia. Tenho-a adiado, não só por falta do preciso crédito, como porque não poderia levar a efeito uma distribuição regular do ensino sem conhecer qual a população na idade escolar, que não recebe o ensino primário, e como se localiza nas divisões administrativas desta capital. No intuito de obter os dados necessários para êsse trabalho, e que servirão para outros muito fins, tentei o arrolamento da população do Município da Côrte, a que se procedeu segundo as instruções expedidas em dois de abril último, e que revela, com relação a esta cidade, fatos dignos de estudo.

Procurei saber qual a população de todo o Império, segundo os trabalhos existentes, e requisitei informações dos presidentes das Províncias, que não puderam satisfazer-me. Com o que existe fez-se um trabalho de que a Câmara tem conhecimento, e que serve para ver-se o que há, e para demonstrar a necessidade das medidas que proponho. Os dados relativos ao Município da Côrte indicam quanto interessarão os que conseguirmos obter de todo o Império

Não basta, porém, saber qual a população do País, é indispensável indagar qual seu movimento, o que produz, como a riqueza se distribui, verificar, enfim, pelos números, qual a importância de muitos fatos sociais. Para conhecer o movimento da população torna-se preciso regularizar o registro dos nascimentos, casamentos e óbitos; para a reunião e apuração dos dados estatísticos que existem espalhados em diversas repartições, sem aproveitamento, convém formar um centro encarregado do seu estudo e disposição científica, e de preparar os materiais para novas informações e esclarecimentos."

De longa data se vinha fazendo sentir a necessidade de leis que resolvessem definitivamente o problema da Estatística no Brasil. A Lei 387, de 19 de agosto de 1846, regulava a maneira de proceder-se às eleições de Senadores, Deputados, Membros das Assembléias Provinciais, Juizes de Paz e Câmaras Municipais, e dizia, no Artigo 107: "De 8 em 8 anos proceder-se-á ao arrolamento geral da população do Império, pela maneira que o governo julgar acertado"

A Lei 586, de 6 de setembro de 1850, mandava reger no exercício de 1851 a 1852 a Lei do Orçamento n.º 555, de 15 de junho de 1850, e estipulava, no Artigo 17, parágrafo 3.º: "Fica o governo autorizado para despende o que necessário fór a fim de levar a efeito no menor prazo possível o Censo Geral do Império, com especificação do que respeita a cada uma das Províncias; e outrossim, para estabelecer registros regulares de nascimentos e óbitos"

O projeto do VISCONDE DO URUGUAI, apresentado vinte anos depois, veio trazer um impulso decisivo à causa da Estatística. O Recenseamento Geral do Império, por motivos vários, só viria a ser realizado em 1872. O Decreto n.º 4 676, de 14 de janeiro de 1871, baixara o regulamento para a sua execução

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA nasceu em Paris, no ano de 1807. Era filho do Dr. JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUZA e de Dona ANTÔNIA MADALENA SOARES DE SOUZA. Ainda criança viajou em companhia dos pais com destino à Província do Maranhão, ali fazendo os primeiros estudos

Aos quinze anos matriculava-se na Universidade de Coimbra, onde estudou até o quarto ano de Direito e Cânones, não recebendo grau por motivo da revolução que em Portugal se manifestara, a favor de Dom MIGUEL

Voltando ao Brasil, matriculou-se na Academia de Direito de São Paulo, bacharelando-se em 1831. Preferindo a magistratura à política, veio para o Rio e foi exercer o cargo de Juiz do Crime no Bairro de São José. Algum tempo depois era Juiz do Cível da 2.ª Vara da Côrte

Criara o Ato Adicional Assembléias Legislativas Provinciais em substituição aos Conselhos Gerais. Apresentou-se, assim, bela oportunidade a jovens de talento, que jamais teriam ocasião de se revelar na Assembléia-Geral. PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA foi um deles. Estreou com brilho na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, conquistando dentro de pouco tempo as simpatias dos fluminenses

Mais tarde o Regente FELJÓ nomeou-o presidente daquela Província e tal foi a habilidade do novo estadista no exercício desta missão, que a sua popularidade, longe de arrefecer, foi aumentando de dia para dia. Em 1836 era eleito representante do Rio de Janeiro na Câmara dos Deputados e então se filiou à corrente política chefiada por BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS e o MARQUÊS DE PARANÁ

Intenso às discussões, jamais PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA sustentou polémicas na tribuna da Câmara, ou se occupou de assuntos estranhos à causa pública. Criou merecida reputação como parlamentar prudente

Pela primeira vez, em 1840, fez parte do Conselho da Coroa, aceitando a pasta da Justiça no Ministério de 23 de maio, na qual se manteve durante, apenas, dois meses, isto é, até 23 de julho

Reeleito deputado nas eleições imediatas à Maioridade de Dom PEDRO II, em 1841 voltava à pasta da Justiça

Em 1843, caindo o Ministério de 23 de março e subindo o de 20 de janeiro, PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA passou a ocupar a pasta dos Negócios Estrangeiros, permanecendo neste posto até 2 de fevereiro de 1844, quando voltou à Câmara dos Deputados, resolvendo a fazer opposição ao Ministério que então se iniciava

Dissolvida a Câmara e realizadas novas eleições, obteve classificação de segundo suplente, sendo empossado em virtude do falecimento do Cônego JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA, e de ter entrado para o Senado o MARQUÊS DE CAXIAS

A fase mais importante da vida de PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA foi, sem dúvida, aquela em que se viu convidado a tomar parte no Ministério de 29 de setembro de 1848 onde occupou, pela segunda vez, a pasta dos Negócios Estrangeiros. O seu nome se projetou, então, no cenário internacional, como um dos que mais se bateram contra o tráfico de escravos. O discurso que pronunciou sobre o assunto na Câmara dos Deputados, a 15 de julho de 1850, foi considerado memorável. Graças a esse Ministério o Brasil se coligou com o General URQUIZA, relativamente à queda de ROSAS

Deve-se também a SOARES DE SOUZA a conclusão do tratado de comércio, limites e navegação fluvial com as Repúblicas do Peru e do Uruguai, no ano de 1850

Por Decreto de 6 de setembro de 1853 foi nomeado Conselheiro de Estado e a 2 de dezembro de 1854 recebeu, por graça imperial, o título de VISCONDE DO URUGUAI

Em 1865 apontava os erros e lacunas do Ato Adicional, de que fôra relator e defensor mais de vinte anos antes, e escrevia o livro Estudos Práticos sobre a Administração das Províncias do Brasil, onde declarava a inexistência, no País, de Municipalidades dignas deste nome, pois os problemas dos Municípios tinham que ser resolvidos pelas Assembléias Provinciais. Nesse trabalho o VISCONDE DO URUGUAI defende de tal maneira a autonomia municipal, que o seu nome passou a figurar também entre os Vultos do Municipalismo Brasileiro

Faleceu a 15 de julho de 1866, tendo dedicado toda a sua vida ao serviço da Pátria

INICIAÇÃO ESTATÍSTICA — AJUSTAMENTO
ESTATÍSTICO (Continuação)

AJUSTAMENTO DA CURVA NORMAL

111. Fundamento do processo —

Tal como a seguir exposto, o ajustamento da curva normal, pelo chamado *método das áreas*, se funda em tabelas que habilitam a determinar as freqüências teóricas das classes de uma distribuição de freqüências efetivas, em condições tais que “a curva ajustada apre-

Nesta expressão:

l_i = limite de intervalo considerado;

MA = média aritmética da distribuição a ser ajustada;

σ = desvio-padrão da mesma distribuição.

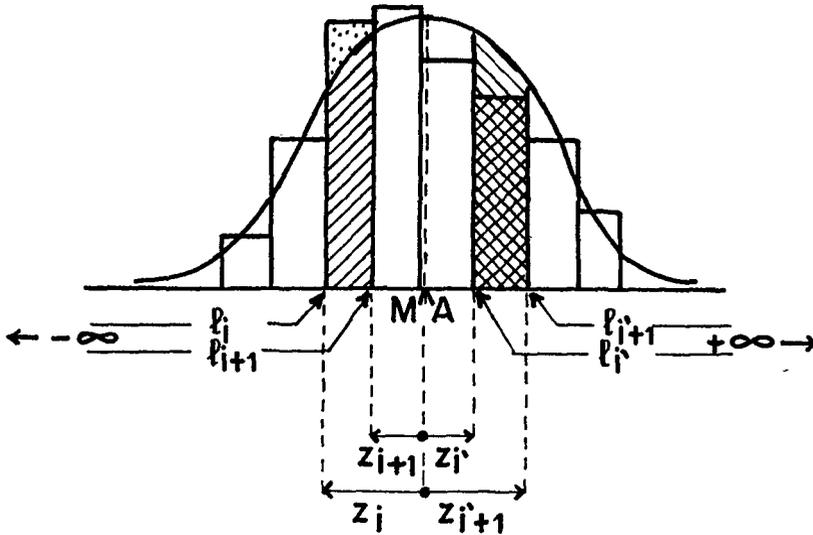


Figura 1

sente a *mesma freqüência total e o mesmo desvio-padrão* que a distribuição empírica a ser ajustada”

Limitando o assunto à aplicação prática de tais tabelas, para conformá-lo às finalidades das presentes Notas, deixa-se de desenvolver aqui o fundamento matemático de sua elaboração. Observar-se-á, apenas, que tal como elaboradas, as tabelas permitem obter, para a curva representativa de uma distribuição de *freqüência total igual à unidade e mesmo desvio-padrão* que a distribuição a ser ajustada, a área compreendida entre a curva e as ordenadas de dois pontos quaisquer sobre ela considerados. As abscissas desses pontos, referidas, nas tabelas, à média aritmética como origem, são as discrepâncias* dos limites dos intervalos determinados pelos pés das respectivas ordenadas (Fig. 1), expressas as discrepâncias sob a forma de desvios reduzidos, z_i , consoante simbolizado pela expressão a seguir

$$z_i = \frac{l_i - MA}{\sigma}$$

* Conforme terminologia indicada anteriormente discrepâncias são os desvios dos termos de uma série em relação à respectiva média aritmética.

A tabela fornece, então, para cada z_i calculado, a área sob a curva normal, desde seu início à esquerda ($-\infty$), até a ordenada do ponto de abscissa l_i , ou z_i , em relação à média aritmética como origem). A diferença entre as áreas extraídas da tabela para as duas ordenadas de abscissas z_i e z_{i+1} (ou z_i' e z_{i+1}') representará, portanto, a área compreendida entre a curva e essas duas ordenadas. Essa área, devidamente ajustada para passar da curva da tabela (área = 1) ao histograma efetivo (área = N , freqüência total), dá a freqüência teórica destinada a substituir a freqüência efetiva representada pelo retângulo que, no histograma, lhe corresponde.

112. Tabelas de áreas sob a curva normal e explicação de seu uso — Inclui-se, no fim desta secção sobre o ajustamento da curva normal, uma tabela de áreas sob a curva normal para valores de z_i variando por décimos. Na falta de tabela mais adequada a assegurar maiores aproximações, pode ela ser utilizada em aplicações correntes

A fim de explicar o emprêgo da referida tabela, consideremos o intervalo de classe da Figura 2, extraído de uma distribuição

de frequência que apresenta as seguintes características:

Frequência total: $N = 80$
 Média aritmética: $MA = 58,0$
 Desvio-padrão $\sigma = 7,0$

Calculando os *desvios reduzidos* referentes aos limites do intervalo de classe considerado, 55 — 65, acha-se

$$z_{55} = \frac{55 - 58}{7} = -\frac{3}{7} = -0,4;$$

$$z_{65} = \frac{65 - 58}{7} = \frac{7}{7} = +1,0$$

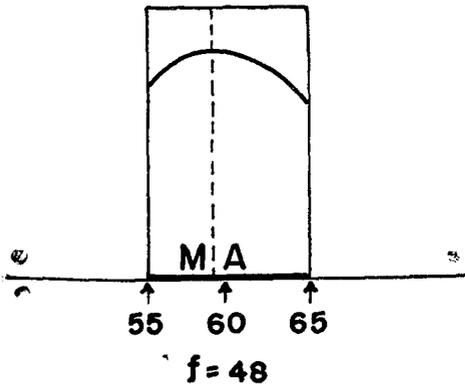


Figura 2

$MA = 54,4$ e $\sigma = 2,0$

CLASSES	Frequências	DESVIOS REDUZIDOS z	Áreas da tabela	Áreas entre ordenadas (a)	Frequências teóricas (b)
49 — 50	0	$\frac{49 - 54,4}{2,0} = -\frac{5,4}{2,0} = -2,7$	0,0035	0,0104	0,95
50 — 51	5	$\frac{50 - 54,4}{2,0} = -\frac{4,4}{2,0} = -2,2$	0,0139	0,0307	2,70
51 — 52	7	Cálculos desnecessários, pois,	0,0446	0,0705	6,42
52 — 53	10	uma vez obtido o	0,1151	0,1269	11,55
53 — 54	14	primeiro desvio	0,2420	0,1787	16,26
54 — 55	24	reduzido, todos	0,4207	0,1972	17,04
55 — 56	16	os que se lhe se-	0,6179	0,1702	15,49
56 — 57	6	guem resultam	0,7881	0,1151	10,47
57 — 58	4	da soma com o	0,9032	0,0609	5,54
58 — 59	3	precedente do	0,9641	0,0252	2,29
59 — 60	2	semi-intervalo de	0,9893	0,0081	0,74
60 — 61	0	classe 0,5	0,9974	0,0021	0,19
61 — 62	0		0,9995	—	—
TOTAL	91		—	0,9960	9,063

Coluna (a) Diferença entre o valor da mesma linha na coluna precedente e o valor que o segue na mesma coluna
 Coluna (b) Valores da coluna precedente, respectivamente multiplicados pela frequência total, 91

No gráfico de ajustamento da curva normal (Fig. 3), onde se encontra traçado, também, o histograma da distribuição ajustada,

Consultando a tabela de áreas sob a curva normal, tem-se

$$\begin{cases} \text{para } z_{55} = -0,4 \dots\dots S_{55} = 0,3446 \\ \text{para } z_{65} = +1,0 \dots\dots\dots S_{65} = 0,8413 \end{cases}$$

Donde,

área entre as ordenadas de z_{55} e z_{65} ,
 $s = 0,4967(S_{65} - S_{55})$.

A área $s = 0,4967$, correspondendo a uma frequência total igual à unidade, a área ajustada à distribuição efetiva, cuja frequência total é 80, seria

$$S_a = 0,4967 \times 80 = 39,736.$$

Então, para a classe 55 — 65, ter-se-á:
 frequência efetiva = 48;
 frequência teórica = 39,7

113. Ilustração de aplicação do método — Tomemos a distribuição abaixo para ilustrar o assunto, sabendo que se tem para ela

estão indicados, por um pequeno círculo (○), os pontos correspondentes às frequências teóricas calculadas na tabela precedente

GRÁFICO DE AJUSTAMENTO DA CURVA NORMAL

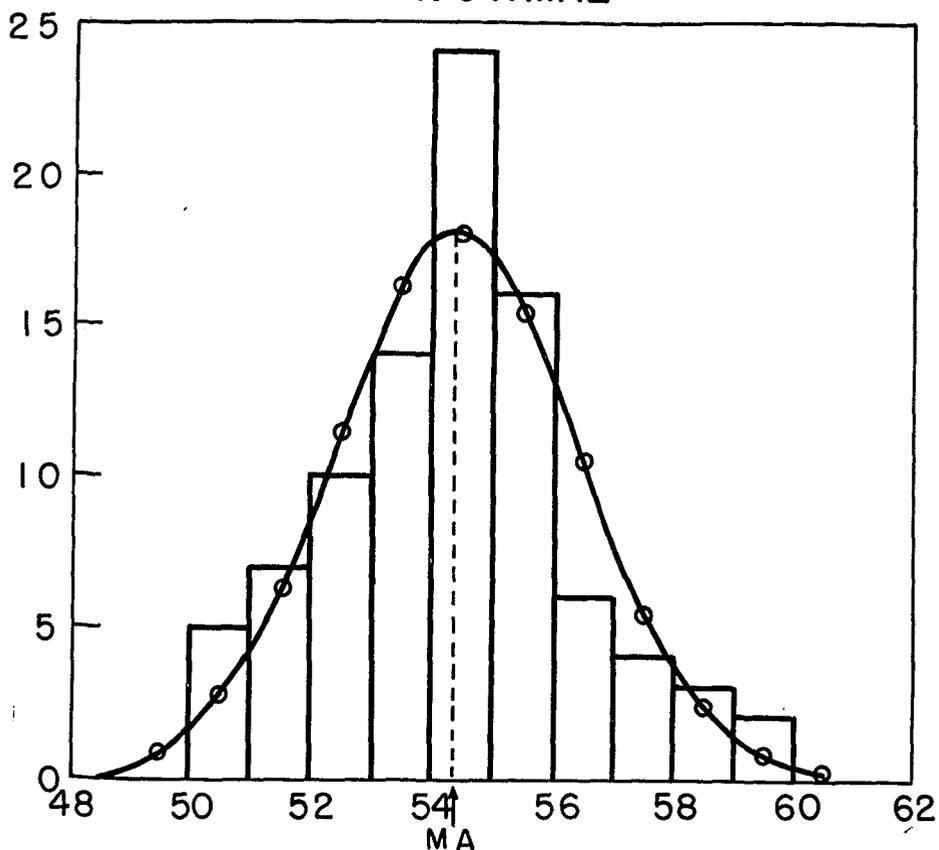


Figura 3

Tabela de Áreas sob a Curva Normal

$$\left(z = \frac{l_i - MA}{\sigma} \right)$$

$\frac{z}{10}$	- z (à esquerda da média)				+ z (à direita da média)			
	- 3	- 2	- 1	- 0	+ 0	+ 1	+ 2	+ 3
0,0	0,0013	0,0227	0,1587	0,5000	0,5000	0,8413	0,9773	0,9987
0,1	0,0010	0,0179	0,1357	0,4602	0,5398	0,8643	0,9821	0,9990
0,2	0,0007	0,0139	0,1151	0,4207	0,5793	0,8849	0,9861	0,9993
0,3	0,0005	0,0107	0,0968	0,3821	0,6179	0,9032	0,9893	0,9995
0,4	0,0003	0,0082	0,0808	0,3446	0,6554	0,9192	0,9918	0,9997
0,5	0,0002	0,0062	0,0668	0,3085	0,6915	0,9332	0,9938	0,9998
0,6	0,0002	0,0047	0,0548	0,2742	0,7258	0,9452	0,9953	0,9998
0,7	0,0001	0,0035	0,0446	0,2420	0,7580	0,9554	0,9965	0,9999
0,8	0,0001	0,0026	0,0359	0,2119	0,7881	0,9641	0,9974	0,9999
0,9	0,0000	0,0019	0,0287	0,1841	0,8159	0,9713	0,9981	1,0000

DE ONTEM E DE HOJE

A DATA DO RECENSEAMENTO GERAL DE 1950

DOS seis recenseamentos gerais já realizados no Brasil, um teve lugar em agosto, dois em dezembro, dois em setembro e o último em julho. Quatro deles, e portanto sua maioria, foram executados no primeiro dia do mês e ocorreram dentro do terceiro trimestre (julho-agosto-setembro); e apenas dois tiveram como data de referência, 31 de dezembro

Dêse modo, as variações nas datas de realização dos recenseamentos brasileiros não escondem a preferência pelo segundo semestre e giram em torno de um eixo: o mês de setembro

O critério de escolha do último dia e do último mês do ano, logo se revelou inconveniente e teve de ser abandonado. Se ele prevaleceu nos segundo e terceiro recenseamentos gerais, deve-se o fato, tão-somente, à influência exercida sobre os legisladores pelas tendências evidenciadas naquela época, nos congressos internacionais

Efetivamente, nos congressos que se reuniram em Bruxelas, em Londres e São Petersburgo, nos fins do século passado, os debates acerca da uniformização das datas de referência assumiram particular relevo. Ali se teve em vista, principalmente, a tradição dos países europeus, como se vê da seguinte citação da memória de SEMENOW e MAXSHEEW (apud parecer de OZIEL BORDEAUX REGO, apresentado, em setembro de 1910, à Diretoria-Geral de Estatística, REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, n.º 30-31, pág. 608):

"Atualmente os censos se operam no mês de dezembro, em todos os países da Europa, exceto a Grã-Bretanha, onde o Recenseamento de 1871 se efetuou a 2 de abril, e a Dinamarca, onde a última operação dessa espécie foi feita a 1.º de fevereiro. Justificou, assim, a experiência, quase em toda a parte, a escolha do mês de dezembro, e é inútil atenuar, com uma reserva que não tem mais razão de ser, a decisão de Bruxelas; aliás, esta, de tanta importância do ponto de vista da estatística internacional, foi restabelecida pelo Congresso de Florença

As datas censitárias se têm, pois, aproximado de tal modo, nos diversos países, que hoje só resta acordar na escolha definitiva, se porventura apresentasse dificuldades práticas, a fixação de um dia único, poder-se-ia, ao menos, resolver que as datas dos censos, para a Europa inteira, ficassem compreendidas num período de dez dias. Seria, pois, útil, a nosso ver, que o Congresso adotasse a resolução se-

guinte: "Em todos os países da Europa, deve ser feito um recenseamento da população, pelo menos, de dez em dez anos, no ano cujo milésimo termina por zero, devendo o dia do censo ser escolhido entre 22 e 31 de dezembro" (Cf. "Quelques questions relatives aux recensements de la population, apud Congrès International de Statistique à St. Petersburg", 1.ª partie, págs. 16-17)

Todavia, quando no Congresso de São Petersburgo o assunto veio a debate, o delegado do Brasil, F. A. DE VARNHAGEN (Visconde de Porto Seguro), opôs restrições à generalização que se fazia:

"Nas considerações pelas quais se guiou, a comissão organizadora do Congresso teve somente em mira o hemisfério setentrional, pois, no hemisfério austral, como é sabido, as mesmas condições se apresentam precisamente nos meses que correspondem, na Europa, aos rigores do verão. Caso seja adotado o mês de dezembro, convirá, portanto, frisar que essa escolha se refere apenas ao hemisfério setentrional; no Brasil, de ordinário, é nos meses de junho, julho e agosto que se reúnem as famílias

Nosso último recenseamento do Rio de Janeiro foi feito no mês de abril. O censo geral do Império a cuja apuração ora se procede, operou-se a 1.º de agosto. Imporia, pois, ao menos por amor à exatidão, dizer a que regiões se aplicará a época que o Congresso escolheu"

As justas considerações de VARNHAGEN, ao que parece, não tiveram em nosso País a necessária

repercussão a ponto de impedir que os dois recenseamentos que se seguiram ao primeiro recenseamento geral do Império, fôssem realizados, ambos, respectivamente, a 31 de dezembro de 1890 e de 1900. Mas em 1907, quando se divulgaram os resultados do censo efetuado, em 1906, na Capital da República (*Recenseamento do Rio de Janeiro*, págs. 7-8), as críticas sobre a inconveniência da escolha do fim do ano para os censos brasileiros punham a questão nos devidos termos:

"A escolha da data mais conveniente para as operações censitárias não é de somenos importância. Os Congressos Internacionais de Estatística, muito preocupados em tornar comparáveis os recenseamentos dos diversos países, tentaram estabelecer a esse respeito decisões gerais, no intuito de universalizar a Estatística. Mas, dentro em breve, modificaram o seu modo de pensar, atendendo aos inconvenientes que essa uniformidade (mais aparente do que real) poderia acarretar. Resolveram, por isso, deixar certo arbítrio aos governos das Nações na escolha das épocas mais próprias para efetuar os respectivos recenseamentos gerais. Assim é que, tendo o Congresso de Bruxelas,

DANDO prosseguimento ao critério de dar publicidade à documentação recolhida e sistematizada pelo Serviço Nacional de Recenseamento, a respeito dos Censos levados a efeito até nossos dias, a REVISTA tem a oportunidade de oferecer aos seus leitores mais um dos "Documentos Censitários", organizado sob a orientação e responsabilidade do Sr. TULO HOSTILIO MONTENEGRO, ex-diretor da Divisão Técnica do S. N. R. e compilado e redigido pelo Sr. ALBERTO PASSOS GUIMARÃES. Trata-se de documentário dos mais úteis das discussões e recomendações de congressos de estatística e técnicos em torno da controversa e complexa matéria que é a da escolha da data dos levantamentos censitários

reunido no ano de 1853, resolvido que os recenseamentos se deviam succeder em períodos decenais, sendo realizados no mês de dezembro, o Congresso de Londres, reunido em 1860, decidiu que, sempre que fôsse possível fazer o recenseamento num só dia, em todo o país, seria conveniente que a esse objetivo se subordinasse a escolha da ocasião mais própria para êle, de acôrdo com as condições locais. Só no caso de se não poder recensear em um mesmo dia o país inteiro, o aludido Congresso mantinha a decisão relativa à preferência anteriormente manifestada pelo mês de dezembro. Acentuando ainda mais essa tendência, o Congresso reunido em Florença, em 1867, decidiu que para cada país o recenseamento se deveria efetuar quando fôsse "minimum" o movimento de sua população, o que equivale a reconhecer a inconveniência de fixar uma data invariável para o levantamento dos censos de todos os países.

Se é verdade que, na maior parte das nações da Europa, certo estacionamento da população se verifica mais ou menos na mesma época, que é o fim do ano, o mesmo fenômeno se observa também em ocasiões bem diferentes noutros países, entre os quais, incontestavelmente, se acha o nosso. Além disso, a comparação sucessiva dos dados estatísticos, colligidos e organizados em cada nação, tem sempre mais importância e mais vantagem do que o cotejo dos seus progressos com os aperfeiçoamentos simultâneos dos outros povos. E' por isso que, apesar da preferência pelos dias 1º e 31 de dezembro, alguns países têm executado em outras datas os seus recenseamentos. Assim é que o censo do Canadá foi levantado em 1891, no dia 6 de abril; o recenseamento chileno de 1885 a 26 de novembro; o arrolamento dinamarquês de 1890 em 1º de fevereiro; o dos Estados Unidos no mesmo ano, em 1º de junho; o da França em 1891, a 12 de abril, e o do Brasil, em 1872, no dia 1 de agosto."

E, lamentando que não tivessem seguido o exemplo do Império os responsáveis pelos censos seguintes — os dois primeiros do período republicano — acrescenta o autor dessas considerações:

"Pena é que esta última data não tivesse prevalecido para os recenseamentos posteriores, porquanto, na maior parte do nosso País, o mês de dezembro é justamente aquêle em que a população está sujeita a movimentos mais consideráveis e acentuados. Os censos levantados no meio do ano trariam muito mais probabilidade de acôrdo do que os realizados a 31 de dezembro. No que diz respeito à cidade do Rio de Janeiro, é inegável que, de ordinário, é no mês de dezembro que ela se acha mais longe de suas condições normais. Muitos dos seus habitantes retiram-se para as localidades serranas, e precisamente no dia escolhido para o recenseamento geral, isto é, a 31 de dezembro, atinge talvez o seu "maximum" o deslocamento da população. Por isso a época mais favorável para as operações censitárias do Distrito Federal ("e, em geral, nos Estados" — observa BULHÕES CARVALHO ao transcrever esse trecho na sua obra *Estatística, Método e Aplicação*, pág. 162) é o trimestre de julho a setembro. Em condições normais, não há, nesse período, grande affluxo de população adventícia, nem começa a manifestar-se o habitual êxodo, que se observa principalmente no trimestre de dezembro a fevereiro."

A adoção da data de 1º de setembro para o Recenseamento Geral de 1920 parece atender a argumentos dêsse gênero, reconhecendo-se, com toda a razão, as vantagens que resultariam de processar-se a coleta em uma época em que estivessem afastados pelo menos os inconvenientes que decorrem dos grandes deslocamentos de população verificados nos últimos dias do ano.

Coube à Assembléa-Geral do Conselho Nacional de Estatística fixar a data de referência para o Recenseamento de 1940, fazendo-o pela Resolução nº 50, de 17 de julho de 1937, que manteve a escolhida para a operação censitária anterior:

"Todos os trabalhos censitários de caráter nacional se realizarão simultaneamente em uma grande operação, que se repetirá decenalmente nos anos de milésimo 0, executada a 1º de setembro" (Art 1º, inciso I)

Na representação dirigida ao Sr Presidente da República pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, anexa à citada Resolução nº 50, justifica-se, através de quatro ordens de motivos — "motivos de ordem técnica", "motivos de ordem política", "motivos de ordem administrativa", e "motivos de ordem econômica" — a viabilidade de execução do seguinte censo no ano de 1940. Mas nada há, no texto dessa representação, que revele as razões pelas quais seria assegurada em 1940, a mesma data preferida em 1920. A argumentação ali desenvolvida leva, entretanto, a acreditar que a manutenção do primeiro dia de setembro obedeceu a exigências de comparabilidade.

"É que" — diz a citada representação — "o que valoriza os resultados estatísticos são as comparações e estas carecem de sentido quando aquêles deixam de ser perfeitamente comparáveis, entre si. Se se levantassem, por exemplo, os censos demográficos de cada país em datas diferentes, nunca se poderiam comparar os respectivos grupos populacionais, perdendo a investigação estatística, no caso, o seu principal elemento de prestígio, isto é, a comparabilidade, ou seja o que confere ao conhecimento quantitativo o papel de poderoso amplificador da experiência humana" (*Resoluções da Assembléa-Geral do C N E*, Tomo II, pág. 58)

Não é outra a conclusão a que chega o Sr AFRÂNIO DE CARVALHO, em seu Relatório sobre os trabalhos do Censo de 1940, ao afirmar que,

"O que parece ter contribuído mais para repetir a data de 1º de setembro é a consideração unilateral da vantagem de manter a uniformidade da referência para todos os recenseamentos gerais, a fim de facilitar a comparabilidade dos dados."

O autor do Relatório, entretanto, não acha que em torno da comparabilidade esteja a questão decisiva, e pergunta:

"A que preço, porém, se paga essa vantagem? É o que resta indagar para decidir se convém possuí-la, ou dela abrir mão, buscando outra data, em torno da qual se estabeleça no futuro a desejada uniformidade."

Seus argumentos vão envolver outros aspectos da questão, como se vê:

"Antes de mais nada, cumpre não perder de vista que, embora marcado teoricamente para certo dia, o recenseamento, na prática, não se consuma nesse dia, mas se prolonga por um período mais ou menos extenso, que, no nosso País, difficilmente poderá ser inferior a quatro meses. O dia marcado não passa, por conseguinte, do ponto de partida da coleta e de ponto de referência das informações que, pôsto colhidas mais tarde, a êle não de reportar-se. O que, na realidade, serve de medida temporal à coleta é o período de cerca de quatro meses que se segue ao seu início. Na escolha da data do recenseamento o que está em causa é esse período, nas suas caracte-

terísticas climáticas e sociais, capazes de afetar a operação. Entre tais características merecem particular atenção, entre nós, as chuvas, os movimentos anormais da população e os usos relativos ao encerramento dos negócios. Estes, antigamente irrelevantes, quando o recenseamento se limitava à população, têm agora um grande peso, desde que se estendeu aos estabelecimentos agrícolas, industriais e comerciais."

Sem dúvida por considerações semelhantes, a Comissão Censitária Nacional, apesar de encontrar, no início de seus trabalhos, já resolvida, por parte da Assembléa-Geral do C N E, a indicação da data de referência para o Censo de 1940, julgou oportuno reabrir o debate

"Assim" — lê-se no Relatório AFRÂNIO DE CARVALHO — "resolveu dirigir uma consulta a todas as Juntas Regionais de Estatística, sobre se convinha a data de 1.º de setembro, marcada para o recenseamento, ou se outra parecia mais apropriada, visando com essa sondagem provocar o exame do assunto por aqueles colégios e habilitar-se a confirmar, ou não, a solução que lhe fora originalmente dada."

Acontece que 15, das 22 Unidades da Federação, consideraram satisfatória a data de 1.º de setembro e a única objeção séria foi a apresentada pela Junta Regional de Estatística do Amazonas, porque justamente na época os rios se encontravam em grande vasante, dificultando e, em alguns casos, impossibilitando, o acesso ao interior. Concluiu a Junta Regional do Amazonas por sugerir que a operação se fizesse em dois períodos diferentes, tendo-se em vista a facilidade de navegação:

"1.º — março e abril, nas regiões banhadas pelos afluentes da margem direita do rio Amazonas;

2.º — junho a julho nas regiões da margem esquerda."

A pretensão do Amazonas não pôde ser atendida. Em vista da adesão da maioria das Unidades Federadas, a Comissão Censitária Nacional considerou o debate encerrado e adotou a data de 1.º de setembro, fazendo-a constar do texto do projeto de Decreto-lei sobre os recenseamentos gerais do Brasil, mais tarde aprovado pela Resolução n.º 11, de 27 de agosto de 1938.

O problema da escolha da data de referência voltaria a preocupar os responsáveis pelo Recenseamento de 1950, sendo certo que, rigorosamente, ele não fora solucionado em 1940. O próprio Relatório AFRÂNIO DE CARVALHO revela que a Comissão Censitária Nacional considerara, então, "este ponto passível de revisão" e, ainda mais, animara-se "a afirmar, como já o fazia o Sr. TEIXEIRA DE FREITAS em 1920 (Cf. *O Recenseamento de 1920 em Minas Gerais*), que a data de 1.º de setembro é "intrinsecamente contra-indicada". No referido trabalho foram reunidas várias opiniões de Delegados que fizeram o Censo de 1940 nos Estados, alusivas às dificuldades de locomoção resultantes de enchentes e chuvas excessivas, ocorridas na época da coleta em parte dos Estados do Rio Grande do Sul, Sergipe, São Paulo, Bahia, Piauí, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro, para chegar-se, finalmente, à conclusão de que, "cumprido escolher uma data que se situe em

uma estação favorável à maior parte do País e, ao mesmo tempo, se aproxime, o mais possível, do fim do ano anterior. Outras palavras, uma data em que se concilie a facilidade de locomoção dos recenseadores e a posse de dados pelos informantes."

Diante da complexidade da questão, força é reconhecer que, para os planejadores do VI Recenseamento Geral do Brasil, a escolha de data teria de constituir-se "problema dos mais difíceis de resolver com acerto", dado que nossa experiência era — ou é ainda — insuficiente para determinar a data mais adequada a todas as condições de países como o nosso ou como os Estados Unidos, os quais dispõem de uma área de "vários milhões de quilômetros quadrados, com situações geográficas distintas".

"Os americanos, antes de fixar, em definitivo, a data do seu censo, levaram a efeito várias experiências, estabelecendo, por fim, na Seção 6 da Lei para o XV Recenseamento, que a enumeração seria feita a 1 de abril de 1930. A data para a anterior foi 1 de janeiro de 1920 e 15 de abril para a XIII. Entre 1830 e 1910 a coleta teve início e referiu-se a 1.º de junho. De 1790 a 1820 foi a primeira segunda-feira de agosto. "A troca das datas, de 15 de abril, em 1910, para 1 de janeiro, em 1920, efetuou-se em atenção aos desejos do Departamento de Agricultura e dos vários interessados em estatísticas agrícolas. O tempo em janeiro provou ser um sério obstáculo para os recenseadores, especialmente nos Estados do Norte e, por esta e outras razões, mudou-se novamente a data para 1 de abril de 1930." Não obstante, como escreve Mr. W. M. STEWART, antigo Diretor do Bureau do Censo, "a variedade das condições climáticas existentes neste país (Estados Unidos), torna impossível escolher uma data em que o tempo e o estado das estradas sejam os melhores em todas as seções" (TULO HOSTILIO MONTENEGRO, *Aspectos Censitários Americanos*, págs. 5-6).

Tendo iniciado suas atividades a 15 de dezembro de 1947, a Comissão de Planejamento Censitário (C P C) teve de encarar, entre muitas outras questões, a solução do problema da data de referência. Suas inclinações foram, a princípio, pelo dia 31 de março, "tendo em vista a documentação examinada, que parece torná-la aconselhável, porque permite a execução da coleta dentro do período que satisfaz:

- a) ao Estado do Amazonas, onde se apresentam como mais propícios, àquela operação, os meses de março e abril, para a região da margem sul do rio Amazonas, e os de maio e junho para a da margem norte;
- b) aos Estados do Sul e do Centro, porque foge ao chamado "tempo das chuvas" e não coincide com as épocas de "colheita" e "semeadura" que tão contrárias parecem ter sido à marcha regular das operações de registro de 1940."

Havia, entretanto, uma condição: o Censo teria que se situar no ano de 1951 e não no de 1950, desde que fôsse "vencedora a tendência dominante no seio da Comissão do Censo das Américas do I A S I reunida em Washington no ano findo, a qual, manifestando-se favorável à fixação do período de 1.º de julho de 1950 a 30 de junho de 1951 para execução dos censos de população do hemisfério, passou a decisão definitiva a res-

peito à Junta Coordenadora então instituída" (C P C, "Registro dos trabalhos no período de 15 de dezembro de 1947 a 31 de janeiro de 1948")

Não há dúvida de que, manifestando sua preferência pelo dia 31 de março, a Comissão de Planejamento Censitário levará em consideração os argumentos defendidos no Relatório AFRÂNIO DE CARVALHO em cujas páginas as vantagens de fazer-se o recenseamento na data de 1º de abril "ou outra próxima", são assim discriminadas:

- a) Coincidiria com o início da estação seca no centro e no sul do País, onde os meios de transporte são geralmente terrestres, e com a estação chuvosa na Amazônia, onde os meios de transporte são geralmente fluviais ou lacustres e onde os núcleos de população estão todos à beira d'água, o que quer dizer que conviria igualmente, por motivos opostos, ao norte e ao sul do País;
- b) aproximaria os censos econômicos do fim do ano a que a maioria dos seus dados se referem, aumentando, portanto, o grau de facilidade e de exatidão da coleta;
- c) coincidiria com o fim do primeiro trimestre do ano, quando, para o efeito do pagamento de impostos e taxas municipais, estaduais e federais, os informantes são obrigados a levantar um balanço do seu patrimônio e das suas atividades, relevando notar que as declarações para o imposto de renda são feitas em abril;
- d) permitiria a apuração provisória dos dados demográficos no próprio ano do recenseamento, e, talvez, a apuração definitiva de alguns desses dados, bem como de outros econômicos, no ano seguinte, constituindo isso uma razão psicológica de inegável alcance."

Ainda deveriam estar voltadas para a realização do Censo no mês de março, as preferências da Comissão de Planejamento Censitário, quando, em 17 de março de 1949, alguns dos seus membros dirigiram ao presidente da referida Comissão, "com o intuito de facilitar a solução do assunto", o seguinte memorando:

"Uma vez que não é possível determinar uma série de providências essenciais à execução do Recenseamento de 1950 sem ter, antes, fixada a data de referência para a operação, submetemos à vossa consideração, a seguir, as principais razões argüidas contra e a favor de cada uma das que foram examinadas até o presente:

Março 1º ou 31

Argumentos contrários:

1 Com referência ao ano de 1950, pela proximidade em relação à presente data, pois disporíamos, praticamente, de menos de um ano para a realização da enorme massa de trabalho, que poderá ser avaliada, embora superficialmente, pela simples leitura da "tabela de etapas" adotada por esta Comissão

2 Quanto a 1951, pelo fato de fazer-se o recenseamento no início de um novo período governamental, o que poderia determinar maiores obstáculos ao empreendimento; a mais, é preciso considerar que a atual administração, que está concedendo o crédito para o empreendimento, provavelmente teria interesse em incluí-lo entre suas realizações.

Argumentos favoráveis:

1 Em qualquer dos dois anos, atenderia melhor à situação climática de nossas regiões,

já que se aproxima do mês sugerido por AFRÂNIO DE CARVALHO (*Relatório sobre o Recenseamento de 1940*), que é o de abril pois, "coincidiria com o início da estação seca no centro e no sul do País, onde os meios de transporte são geralmente terrestres, e com a estação chuvosa na Amazônia, onde os meios de transporte são geralmente fluviais ou lacustres e onde os núcleos de população estão quase todos à beira d'água, o que quer dizer que conviria igualmente, por motivos opostos, ao norte e ao sul do País; aproximaria os censos econômicos do fim do ano a que a maioria dos dados se referem, aumentando, portanto, o grau de facilidade e de exatidão da coleta; coincidiria com o fim do primeiro trimestre do ano, quando, para o efeito do pagamento de impostos e taxas municipais, estaduais e federais, os informantes são obrigados a levantar um balanço do seu patrimônio e das suas atividades, relevando notar que as declarações para o imposto de renda são feitas em abril; permitiria a apuração provisória dos dados demográficos no próprio ano do recenseamento e, talvez, a apuração definitiva de alguns desses dados, bem como de outros econômicos, no ano seguinte, constituindo isso uma razão psicológica de inegável alcance"

2 Facilitaria sobremodo, pela proximidade do exercício considerado no inquérito, as estimativas sobre múltiplos aspectos ligados ao Censo Agrícola, evitando, em particular, o grande inconveniente observado em 1940 de um levantamento procedido entre setembro de 1940 e fevereiro de 1941, sobre fatos ocorridos durante o ano de 1939, quando já se interusera uma nova safra

3 Se efetuado em 1951, proporcionaria ampla margem de tempo para os trabalhos de planejamento e preparo da máquina censitária, publicidade, etc

Setembro de 1950

Argumentos contrários

1 Objeção formulada pela Junta Executiva Regional de Estatística do Amazonas, quanto à inconveniência da data, porque os rios então se encontram em vazante, impossibilitando as viagens pelo interior, etc

2. Diversos argumentos em contrário, "conforme se depreende da leitura dos relatórios dos Delegados Regionais, Seccionais e Municipais, que, principalmente nos estados sulinos, articulam contra a mesma (data) dois fatos que se associam intimamente, visto como o primeiro anuncia sempre a iminência do segundo: coincidência da época do recenseamento com a quadra de capina e sementeira na zona rural; coincidência da época do recenseamento com a estação das chuvas" (AFRÂNIO DE CARVALHO, relatório citado).

3 Dificuldades para o levantamento do Censo Agrícola, referidas no item 2 do parágrafo anterior, e que se estendem, em escala também sensível, aos demais censos econômicos

4 Atraso inevitável na apresentação de quaisquer resultados do censo econômico em função do período considerado no inquérito, pelo início da operação após decorridos 9 meses do encerramento das atividades visadas por esses censos

5 Coincidência da operação censitária com a sucessão presidencial, com toda a soma de inconvenientes resultantes desse fato

Argumentos favoráveis

1 Opinião do Professor J CARNEIRO FERLIPPE — expendida particularmente —, favorável à manutenção de 1º de setembro como ponto de referência

2 Manutenção da data que, tradicionalmente, vem sendo observada desde 1920

3 Atenderia ao fato de encontrarmos-nos relativamente atrasados nos trabalhos preliminares, proporcionando o prazo de um ano e meio para preparo e publicidade do Recenseamento

4 Realizar-se-ia a operação dentro do ano de milésimo zero

5 Permitiria que o Recenseamento se realizasse na vigência do Governo que propôs e obteve do Congresso os meios necessários à sua execução."

Após o reexame da questão, a Comissão de Planejamento Censitário encaminhou-se para uma outra fórmula, aprovada em reunião de 21 de março de 1949, decidindo:

- "1 Abandonar a idéia da realização no mês de março de 1950, à vista das razões em contrário
2. Prosseguir no planejamento e providências para a execução da operação tendo como referência a data de 1º de setembro de 1950
- 3 Atribuir ao Secretário-Geral do Instituto os entendimentos junto ao Governo da República, para exame da possibilidade da operação ser iniciada em março de 1951 "

A transferência para 1951 deixaria, entretanto, de possibilitar ao VI Recenseamento as vantagens que decorreriam se se realizasse "na vigência do Governo que propôs e obteve do Congresso os meios necessários à sua execução", além de trazer inconvenientes outros como a quebra de uma tradição mantida desde 1890, que é a da sua renovação nos anos de milésimo zero. Restava, pois, ou fixar definitivamente o ponto de referência a 1º de setembro ou, no caso de surgirem obstáculos de maior importância à aceitação dessa data, cuidar sem perda de tempo da solução do problema

Impunha-se uma decisão tão breve quanto possível, com o que estava de acordo a C P C., segundo transparece da seguinte carta, datada de 26 de abril de 1949, assinada por um de seus membros, o Sr João DE MESQUITA LARA:

"Em virtude de encontrar-me ausente desta Capital, em objeto de serviço, não participei das reuniões da Junta Executiva Central nas quais se discutiu o anteprojeto de regulamento para a execução do Recenseamento de 1950 Esta circunstância impediu-me de formular algumas observações sobre a orientação tomada pelo aludido órgão quanto à data do censo Como, todavia, o assunto ainda será objeto de exame por parte da Junta, venho pedir-vos, na qualidade de membro da Comissão de Planejamento Censitário, levels ao seu conhecimento as observações que passo a expor

2 A escolha da data do Censo foi objeto de demorado exame pela C P C., que, em vista de várias circunstâncias, preferiu fixá-la em 1º de setembro de 1950 A possibilidade de vir a operação a sofrer as conseqüências da campanha política, que deve desenvolver-se próximamente à citada data, não escapou à C P C Foi preferida, porém, a data de 1º de setembro, em vista da tradição brasileira, a conveniência de que o levantamento se fizesse durante o atual Governo da República e a possibilidade de ressentir-se a operação, se transferida para 1951, das condições que caracterizam o início das atividades dos novos governantes

3 É possível que a C P C. não tenha tido razão e de que a data de 1º de setembro não seja recomendável Nesta hipótese, porém, a meu ver, tornar-se-ia imprescindível a fixação, desde agora, de outra data O regulamento, em verdade, não pode deixar de referir-se expressamente a uma data, pelos seguintes motivos:

- a) A impressão dos questionários e instruções deve ter início dentro de curto prazo e é imperioso que dêles conste a data de referência das informações.

As circunstâncias negativas que ditaram a deliberação da Junta ocorrerão (se for o caso) no segundo semestre de 1950, quando grande parte do material já deve estar impresso e distribuído Não é possível, pois, aguardar a ocorrência dos fatos para fixar a data e, então, imprimir questionários e instruções Parece dispensável a justificação da necessidade do registro da data nos questionários e instruções.

- b) A instalação dos órgãos regionais precede, e de não poucos meses, a execução da coleta, pois a tarefa preliminar a realizar é avultada Essa instalação teria, entretanto, de ser adiada até a fixação da data da coleta — e isto só poderá verificar-se, como foi visto, no correr do segundo semestre de 50, — a menos que se considere de pouca importância o fato de ficarem serviços praticamente paralisados durante alguns meses Esta última solução, porém, não se harmoniza com os poucos recursos estimados pela C P C para a execução do Recenseamento
 - c) A não fixação da data teria uma repercussão bastante desfavorável, quer nos meios técnicos, quer entre o público, em geral Aos primeiros seria difícil justificar a omissão do requisito essencial à limitação do inquérito no tempo, enquanto que ao segundo causaria espécie o fato de a lei básica da operação, aquela que deverá ter a mais ampla difusão, não dizer em que dia será convocado a prestar informações
 - d) Tanto o Poder Legislativo quanto o Executivo não se conformarão com a medida, principalmente porque não se poderá justificar convenientemente o motivo real da supressão O Poder Legislativo, que tanto relutou na aprovação do crédito para a realização do Censo sob a forma de "auxílio", poderá pensar que se procura, com a fórmula, preparar o adiamento da operação e o consequente emprêgo, em outros fins (e não devemos esquecer que estaremos em véspera de eleições), dos recursos que concedeu Além disso, a consignação de elevada importância no orçamento da União, como é a que se pediu para a coleta, em 50, dos diferentes censos, dificilmente será conseguida se não se provar que a aplicação será feita em 50 Por outro lado, o Poder Executivo, na ignorância das razões que ditaram o dispositivo acatador, terá motivos para não confiar no Instituto, pois é este justamente que se confessa apreensivo com o futuro
 - e) A campanha publicitária, que deve ser de longa duração e com amplitude superior à de 1940, não poderá, logicamente, ser iniciada antes da fixação da data, pois esta constitui um dos seus elementos básicos
- 4 Não deve ser subestimada, evidentemente, a possível influência da campanha eleitoral sobre os trabalhos censitários Penso, entretanto, que cabe ao Instituto fazer frente à situação, preparando-se convenientemente para isso, desde já Parece óbvio que o próprio Governo, se as condições em setembro de 1950 forem de tal sorte que desaconselhem a realização do Recenseamento, atenderá prontamente às ponderações do Instituto, determinando o adiamento da operação. O motivo de força maior dispensa justificativas E assim sendo, quer a J E C., quer o Governo poderia deliberrar a respeito
5. Sou de parecer, por isso, que a J E C. inclua no regulamento a referência à data de 1º de setembro de 1950 Proporia, apenas, caso prevalecesse essa orientação, se incluísse, também, um dispositivo que possibilitasse a realização dos censos comercial, industrial e dos serviços, nas zonas urbanas e suburbanas, antes da referida data "

Por essa ocasião já outros argumentos — os de ordem política — começavam a preponderar até mesmo sobre os de ordem técnica, porquanto ganhava forças a idéia de que, tendo de realizar-se a 3 de outubro as eleições gerais em todo o País, a data de 1º de setembro se afigurava totalmente desaconselhável, mais do que por quaisquer outras razões, pela proximidade e quase simultaneidade das duas consultas nacionais. E, sob pressão dos argumentos políticos, considerando-se quanto, de fato, poderia ser prejudicial aos trabalhos de coleta do Censo sua execução ao mesmo tempo em que as atenções do povo se voltassem para as disputas eleitorais, novamente foi aberto o debate, com vistas, agora, a antecipar-se a data de referência do Recenseamento de 1950.

O mês de março estaria demasiado próximo para ser outra vez considerado, verificando-se, no curso dos estudos a que se procedeu, ser impraticável fazer recuar para o primeiro semestre a nova data a ser escolhida. Concentrando-se as preferências em torno do 1º de julho, foi esta data, finalmente, adotada.

Nessa escolha não deixou de desempenhar papel influente a opinião emitida há 30 anos das mais expressivas figuras da Estatística brasileira, o Sr MARIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, em seu relatório sobre *O Recenseamento de 1920 em Minas Gerais*

“A data do recenseamento” — dizia o Sr TEIXEIRA DE FREITAS a respeito do 1º de setembro — “não teve escolha feliz na presente lei do censo. É verdade que, dada a extrema variedade das condições climáticas e sociais nas várias regiões do País, não há uma época do ano que se possa considerar inteiramente favorável ao recenseamento em todos os Estados da União. Prova-o sobejamente a só consideração de que no Estado do Amazonas a época das cheias, a mais favorável ao serviço, não é a mesma em todo o território do Estado. É óbvio, entretanto, que o recenseamento se deve realizar em data que ofereça mais pronunciadas condições favoráveis na maior porção do País. Neste pressuposto, fica inteiramente contra-indicada a data de 1º de setembro, pela sua grande proximidade, em quase todo o Território Nacional, do início da estação chuvosa, coincidindo, por um lado, com prejudiciais movimentos no operariado, ocupado “nas roças”, no preparo das culturas, e, por outro lado, não dando tempo aos recenseadores de concluir os serviços antes de sobrevirem os percalços e óbices quase invencíveis da “época das águas”. Em contrário, parece aconselhável, sob todos os pontos de vista, a data de 1º de julho. Assinala, de fato, o meio do ano, e é uma data de escolha consagrada na prática censitária de inúmeros países. Não coincide, além disso, com qualquer flutuação nas populações do interior ou das cidades. É está colocada, finalmente, em plena estação seca, em quase todo o Brasil, oferecendo, assim, aos serviços censitários mais de dois meses de tempo favorável, quer para o preparo da operação, quer para a sua execução própria-mente dita” (Edição de 1939, pág. 28)

Fixando a data de referência do Censo Demográfico a 1º de julho e a dos Censos Econômicos a 1º de janeiro de 1950, o Regulamento do VI Recenseamento Geral do Brasil, aprovado pelo Decreto n.º 26.914, de 20 de julho de 1949, deveria ter encerrado, definitivamente, a questão.

Cerca de um ano mais tarde, no entanto, em 14 de fevereiro de 1950, quando poucos

meses faltavam para o início da operação censitária, surge no Senado Federal o Projeto de Lei n.º 4, nos seguintes termos:

“Fixa nova data para o Recenseamento Geral do Brasil

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º — Realizar-se-á decenalmente, no dia 1º de janeiro dos anos de milésimo um, o recenseamento geral do Brasil.

Parágrafo único — O sexto recenseamento geral do Brasil, previsto para 1950, será realizado a 1º de janeiro de 1951, e na conformidade do Decreto-lei n.º 969, de 21 de dezembro de 1938, com as alterações da presente Lei e da de n.º 651, de 13 de março de 1949.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O Decreto-lei n.º 969, de 21 de dezembro de 1938, determinou no seu Artigo 1º — “Realizar-se-á decenalmente, no dia 1º de setembro dos anos de milésimo zero, o recenseamento geral do Brasil”.

Firmado nesse preceito legal votou o Congresso Nacional a Lei n.º 651, de 13 de março de 1949, em cujo Artigo 1º dispôs: — “O sexto recenseamento geral do Brasil, previsto para 1950, será realizado na conformidade das disposições do Decreto-lei n.º 969, de 21 de dezembro de 1938, com as modificações estabelecidas na presente Lei. § 1º — Serão realizados, em 1950, além dos censos demográfico, agrícola, industrial, comercial e dos serviços, os inquéritos e levantamentos complementares que forem julgados necessários”.

Verifica-se, porém, que esse trabalho, sendo realizado nos anos de milésimo zero, coincidirá com as agitações político-partidárias consequentes das eleições do Presidente e Vice-Presidente da República, conforme estabelecem os Artigos 81 e 82 da Constituição Federal.

No ano em curso, particularmente, essa coincidência se dará com os trabalhos eleitorais para a sucessão do Presidente e Vice-Presidente da República, dos Governadores dos Estados, dos representantes federais, estaduais e municipais, dos Prefeitos e, em algumas unidades federativas, dos Juizes de Paz.

É patente a inconveniência de tal coincidência, que se refletirá, de modo altamente prejudicial, nos resultados do censo.

O interesse na perfeição máxima do trabalho censitário ditou ao legislador do Decreto-lei n.º 969, de 1938, aquele Artigo 6º, assim redigido: — “O Governo providenciará para que, na época do recenseamento, não se efetuem deslocamentos de massas demográficas, inclusive forças de terra e mar, nem se promovam medidas de profunda repercussão econômica, ressalvados os casos de força maior”.

E, justamente neste ano, naquele período determinado na Lei para o Recenseamento, estará o País em plena agitação da propaganda eleitoral, com grande movimentação de massas demográficas e com profunda repercussão econômica.

A transferência, portanto, do sexto recenseamento para o ano vindouro e a dos futuros para o ano posterior à eleição presidencial, é um imperativo da própria legislação já existente e da maior perfeição desse serviço.

Também a fixação da data de 1º de janeiro para o recenseamento vem atender melhor os interesses do serviço, já manifestado no Regulamento aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 26.914, de 20 de julho de 1949, onde se estabeleceu, no Artigo 3º, que: — “Ressalvados os casos expressos em que as informações devem reportar-se ao ano de 1949, as datas de referência dos censos serão as seguintes: — 1º de janeiro para os censos

industrial, comercial e dos serviços; — 1º de julho para os censos demográfico e agrícola”

S. S do Senado Federal, em 14 de fevereiro de 1950 — JOÃO VILLASBOAS — HAMILTON NOGUEIRA — JOSÉ AMÉRICO — KERGINALDO CAVALCANTI — VERGNAUD WANDERLEY — MAYNARD GOMES — FERREIRA DE SOUZA — SALGADO FILHO — CLODOMIR CARDOSO — EUCLIDES VIEIRA — ADALBERTO RIBEIRO — PLÍNIO POMPEU — DARIO CARDOSO — ERNESTO DORNÉLES — FERREIRA PINTO — SEVERINO NUNES — EVANDRO VIANA — RIBEIRO GONÇALVES — JOAQUIM PIRES — ALOÍSIO DE CARVALHO”

Empenhando-se pelo rápido andamento dessa proposição o seu autor, em 27 de março, pede, pelo requerimento n.º 44, a inclusão em Ordem do Dia A 29 de março, volta o Senado a tomar conhecimento do Projeto n.º 4, quando a Comissão de Constituição e Justiça emite seu parecer favorável, por maioria de votos

Inicialmente fixada para 1º de janeiro de 1951, é nessa ocasião que o próprio autor do Projeto n.º 4, Senador João VILLASBOAS, submete a estudo uma nova emenda, desta vez modificando a data censitária para 1º de dezembro, trazendo novos argumentos que melhor se conhecerão através das palavras com que fez acompanhar sua nova apresentação:

“Sr Presidente, conforme expus na minha justificação, o Projeto visa impedir, na forma determinada pelo Decreto-lei n.º 969, de 21 de dezembro de 1938, que o censo coincida com os trabalhos e a campanha eleitoral

De acôrdo com o disposto no Artigo 1º da referida disposição, as atividades relativas ao censo deverão iniciar-se no dia 1º de setembro de cada ano de milésimo zero

Sem que o Congresso Nacional houvesse tomado qualquer medida no sentido de alterar a data fixada nesse diploma legal, o I B G E, no regulamento que submeteu à consideração do Presidente da República, para a execução do censo no ano corrente, modificou o referido Decreto-lei, determinando a realização do censo no dia 1º de julho O Chefe do Governo, por um decreto aprovou este regulamento Os trabalhos do I B G E estão sendo orientados no sentido de se realizar o censo precisamente a 1º de julho, contrariamente ao que dispõe o Decreto-lei n.º 969, citado

Ora, Sr Presidente, não sòmente para evitar que o trabalho do censo seja perturbado pelo da propaganda eleitoral, com êle coincidente, como também para determinar em lei data certa em que se deva fazer o censo neste ano, apresentei o projeto ora em discussão

Contra êle surgiram na imprensa comentários e entre outras alegações a de que, por uma convenção — que efetivamente, não existe — entre as Repùblicas americanas, o censo deveria sempre se realizar nos anos de milésimo zero

Como, porém, o Decreto-lei n.º 969, em vigor, marca o censo para 1º de setembro e o regulamento aprovado pelo Decreto do Sr Presidente da República estabeleceu, contrariamente a essa lei, a data de 1º de julho, eu, atendendo às reclamações feitas pela imprensa e procurando enquadrá-las na legislação existente, sem alterar a época dos milésimos zero para milésimo um, formulei o Projeto No sentido, porém, de impedir que o trabalho censitário coincida com o serviço eleitoral, ofereço agora emenda à apreciação da douta Comissão de Constituição e Justiça estabelecendo a data de 1º de dezembro de 1950 em vez de 1º de janeiro de 1951

Atende-se, assim, precisamente, ao que está na Lei n.º 969 Realiza-se o censo num ano de milésimo zero, isto é, dentro do ano de 1950 Elimina-se, ao demais, a possibilidade de perturbação do serviço censitário pelos traba-

lhos eleitorais, uma vez que seu início será em princípios de dezembro, passado já o pleito eleitoral. É o meio de dirimirmos a divergência legal entre o Decreto-lei n.º 969, plenamente em vigor, reformado pela Lei n.º 651, de 13 de março de 1949, e o Decreto do Poder Executivo que modificou a data de 1º de julho do corrente ano

Submeto ao estudo da douta Comissão, para posterior apreciação do Senado, a emenda que acabo de apresentar (Muito bem; muito bem)

Vem à Mesa, é lida e apoiada a seguinte

Emenda n.º 1 ao Projeto de Lei do Senado n.º 4-50

AO Artigo 1º e seu parágrafo único: Substitua-se pelo seguinte:

“Art 1º — O 6º recenseamento geral do Brasil, previsto para o ano de 1950, será realizado a 1º de dezembro e na conformidade do Decreto-lei n.º 969, de 21-12-38, com as alterações da presente Lei e da de n.º 651, de 13-3-1949

Justificação

A modificação oferecida pela emenda atende ao preceito legal e à conveniência de se realizar o censo nos anos milésimos zero, sem que o seu trabalho coincida com o período da campanha eleitoral

S S, em 28-3-50 — JOÃO VILLASBOAS

Seguindo normalmente seus trâmites o Projeto n.º 4 volta à Comissão de Constituição e Justiça, de onde torna ao plenário para ser aprovado em 1ª discussão a 24 de março; daí segue à Comissão de Redação de Leis e, finalmente, a 3 de maio, aprovado em 2ª discussão, é encaminhado à Câmara dos Deputados

A essa altura, com todos os preparativos dispostos para a realização do Recenseamento a 1º de julho, os órgãos incumbidos da operação censitária viam-se envolvidos por um embaraçoso dilema e foi ponderando as graves conseqüências dessa situação que, a 9 de maio de 1950, o Presidente do I B G E, dirigiu ao Chefe do Executivo o seguinte officio:

“Senhor Presidente da República,

O Senado Federal aprovou em discussão final, em sua sessão de 2 do corrente mês, o Projeto de Lei n.º 4/1950, que fixa nova data para o Recenseamento Geral do Brasil O projeto em causa foi apresentado por iniciativa do ilustre Senador JOÃO VILLASBOAS e mereceu regime de urgência para discussão e votação

2 A circunstância de tratar o projeto de matéria de natureza técnica e de não haver sido solicitado, durante a fase já encerrada da sua discussão, o pronunciamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao qual está entregue a execução dos diferentes censos, aconselha sejam presentes à Câmara dos Deputados, que deve estudar o assunto dentro em breve, algumas considerações sobre os graves inconvenientes que acarretará qualquer modificação do plano de trabalho anteriormente aprovado para o Recenseamento Esta providência se me afigura tanto mais razoável quanto é certo que o Instituto não poderá assumir a responsabilidade de garantir à operação censitária as indispensáveis condições de rapidez, fidedignidade e compreensão, na hipótese de deixar de prevalecer o planejamento estabelecido pelos seus órgãos técnicos Assim sendo, tudo aconselha, evidentemente, que o Poder Executivo fixe o seu ponto de vista em relação à matéria

3. A direção do Instituto não se tem furtado de manifestar, sempre que lhe é oferecida oportunidade, a opinião de que as lutas polí-

tico-partidárias — principal motivo invocado para a transferência da data — não prejudicaria as tarefas censitárias. O fato de estarem a cargo da própria organização permanente do Instituto — Agências Municipais de Estatística e Inspetorias Regionais — as atribuições mais importantes relacionadas com a coleta e a circunstância de que o pessoal a ser admitido, para suplementação dos quadros dos órgãos estáveis, terá de submeter-se a provas públicas de seleção, afastam, ao que parece, a possibilidade de predominarem injunções ou conveniências políticas, na escolha do pessoal censitário.

4. Motivos de natureza adversa concorrem para tornar inconveniente a adoção de nova data para a execução do censo, assim como tornam praticamente inaceitável a escolha de 1º de dezembro, prevista no Projeto de Lei ora em transição no Congresso Nacional.

5. As opiniões emitidas nos relatórios apresentados pelos que trabalharam no Recenseamento de 1940 deixam a convicção de que o período mais satisfatório para a execução, no Brasil, de operações censitárias gerais, é o que tem início a 31 de março. A partir desta data, com efeito, e durante prazo razoável para o desenvolvimento da fase primária dos recenseamentos, são encontradas em todo o território nacional, em maior ou menor intensidade, as condições climatéricas e meteorológicas consideradas satisfatórias para a realização de trabalhos de coleta censitária.

6. A fixação definitiva da data de referência dos censos, porém, foi influenciada decisivamente pelo retardamento havido na promulgação da Lei n° 651, que dispôs sobre a realização do VI Recenseamento Geral. A escolha de 1º de julho, feita com o amparo da ressalva constante do § 1º do artigo 4º do mencionado diploma, se impôs por ser uma data que, distanciada do período em que são desfavoráveis as condições ambientes, tornava possível a realização das complexas e demoradas tarefas preliminares à coleta (levantamentos de cadastros, divisão de setores, preparo de mapas, fixação de itinerários e, principalmente, estudo, impressão e distribuição de questionários e instruções).

7. Os órgãos técnicos do Instituto reputam inteiramente impraticável a realização do Recenseamento no período novembro-fevereiro. Justificam seu ponto de vista com o fato de se manifestar no período, em sua máxima intensidade nas regiões sul e centro-oeste do País, o principal fator negativo das coletas estatísticas, isto é, as precipitações pluviométricas. As isoletas correspondentes a observações mensais realizadas no Brasil durante vinte e cinco anos, confirmam a mencionada opinião, o que torna desaconselhável a data de 1º de dezembro para início do levantamento. Chuva e coleta estatística, principalmente em um país em que os meios de transporte e as vias de comunicações se ressentem fundamentalmente da ocorrência da primeira, não se conciliam, em absoluto, tornando impossível garantir a fidedignidade e compreensividade dos levantamentos porventura realizados.

8. Além dessa manifesta insuficiência técnica dos dados estatísticos obtidos, duas consequências se observariam, na hipótese de ser a coleta realizada sob as condições adversas do período dezembro-fevereiro: encarecimento e retardamento da fase primária da operação censitária. A inclemência do tempo, em verdade, seria forte obstáculo ao recrutamento de Agentes Recenseadores, só removível, por certo, mediante a elevação das taxas previstas para remuneração das respectivas tarefas. Mas, ainda que se conseguisse selecionar bons recenseadores com essa melhoria de remuneração, estes, por mais dedicados que fossem, não teriam capacidade para se sobreporem às condições negativas do momento e apresentarem o rendimento mínimo de trabalho que tem sido considerado no planejamento das diferentes tarefas censitárias. E assim ocorrendo, haveria maior dilatação da coleta, o que exigiria a anulação do prazo de dois anos concedidos ao Instituto para a divulgação dos resultados

gerais do Recenseamento (Art 4º, § 2º, da Lei n° 651).

9. A alteração seria particularmente prejudicial ao Censo Agrícola, ainda mesmo que fossem afastados os demais fatores negativos. E isso porque as indagações se reportam, ora a situações na data de referência — que no caso seria a de 1º de dezembro — ora ao resultado de atividades verificadas durante o ano de 1949. Como a coleta se prolongará provavelmente até abril, o informante ficaria obrigado a fornecer, em 1951, dados estatísticos sobre atividades desenvolvidas durante o ano de 1949. Tendo-se em vista que os mais adiantados proprietários rurais não dispõem de escrituração agrária, logo se formará idéia quanto à precariedade dos elementos informativos que se obteriam.

10. O tempo disponível não permite, por outro lado, efetuar nova edição dos questionários e instruções, e promover a sua distribuição aos Municípios em prazo oportuno. A solução seria a por a nova data, mediante carimbo, em todos os pontos dos instrumentos de coleta em que houvesse referência a 1º de julho. O número de correções que devem ser feitas é de tal ordem, porém, que a providência se torna inconveniente, sendo preferível o recurso a uma advertência única sobre a modificação havida. Exigindo a aposição do carimbo único que o informante subentenda a corrigenda sempre que encontrar referência à data de 1º de julho, tornar-se-á necessário enorme esforço de atenção e de interpretação, para o qual evidentemente a maioria da população brasileira não possui o nível mental adequado. E, conseqüentemente, se criarão novas oportunidades para erros de informação.

11. Outra conseqüência de ordem técnica, de não menor importância, que acarretará a transferência da realização do Recenseamento, será a redução do programa de atividades regulares das repartições permanentes do sistema do Instituto, durante o ano de 1951. Cabendo aos Agentes de Estatística, nos termos da Lei, a responsabilidade pela execução, no respectivo Município, dos trabalhos de coleta censitária e devendo esta prolongar-se, se mudada a data, durante pelo menos os quatro primeiros meses do ano vindouro, não poderão aqueles servidores, como é evidente, receber outros encargos, sob pena de prejudicarem a tarefa principal, que é a do Recenseamento. Esta circunstância exigiria a abstenção plena das repartições especializadas no campo estatístico local, pois a elas também interessa, em primeiro lugar, a eficiência da pesquisa censitária.

12. Se essa restrição à atividade investigadora das repartições de estatística é grave em condições normais, assumiria, em 1951, características ainda mais relevantes e ponderáveis. É que no corrente ano, em virtude justamente da realização dos trabalhos preliminares do Recenseamento, foram reduzidos ao mínimo os inquéritos cuja coleta está atribuída aos Agentes de Estatística, os quais correspondem, aliás, a cerca de 80% dos levantamentos efetuados. As necessidades do País, quanto à documentação numérica baseada nos inquéritos a cargo do Instituto, não permitem, como é óbvio, a interrupção, pelo prazo de dois anos, do plano de indagações, anualmente executado, o que ocorreria, entretanto, na hipótese de vir a ser suprimida, como teria de acontecer, a Campanha Estatística de 1951. É de notar, aliás, que daí resultariam sérias dificuldades para os trabalhos a cargo dos órgãos da defesa nacional, aos quais o Instituto fornece, com regularidade, o material estatístico necessário às suas tarefas específicas.

13. Focalizados os aspectos referentes aos problemas de ordem técnica, devo assinalar que não serão de menor vulto as conseqüências de natureza financeira que a modificação da data determinará. Grande parte das providências já executadas — ou em vias de execução — a fim de iniciar-se o Recenseamento a 1º de julho próximo, já não poderão ser anuladas, sob pena de ocorrerem prejuízos

ainda maiores Assim, o pessoal que já foi selecionado e se encontra em serviço não deverá ser dispensado, do mesmo modo que terão de ser mantidos os contratos firmados para locação de sedes ou o aluguel de máquinas de apuração mecânica. Ao lado dessas despesas haverá aquelas que estarão perdidas, exigindo as providências por elas atendidas o dispêndio de mais recursos, e outras que aparecerão em decorrência da alteração da data. Entre as primeiras estão os trabalhos de propaganda, incluindo todo o material próprio, realizados com base na data fixada de 1º de julho.

14 Esta Presidência, para exame mais objetivo do assunto, determinou a estimativa das despesas extraordinárias, no caso de ser efetivada a transferência da execução do Recenseamento para 1º de dezembro deste ano. Sem computar o encarecimento da coleta, em virtude da inevitável majoração das taxas "per capita", exigida pelas condições meteorológicas e admitindo-se que se possa aproveitar os questionários já distribuídos, a modificação da data exigirá um acréscimo de dezoito milhões de cruzeiros nas dotações previstas para a realização do Recenseamento. Considerado o previsto encarecimento da coleta, o aumento da despesa será de trinta e três milhões de cruzeiros, isto é, cerca de 20% da verba fixada para o atendimento dos trabalhos que se deveriam processar no corrente exercício.

15 A majoração do custo do VI Recenseamento, nessas condições, não virá a ser compensada pelos resultados técnicos que poderão ser obtidos. Ao contrário disso, tudo indica que, conforme foi salientado, os elementos negativos ocorrentes, na hipótese de prevalecer a data de 1º de dezembro, só poderão contribuir para sensíveis deficiências na execução da coleta.

16 Tendo em vista o exposto, venho ponderar a Vossa Excelência, com a devida vênia, a conveniência de que sejam transmitidas à Câmara dos Deputados as considerações formuladas no presente ofício, no qual procurei resumir o ponto de vista dos órgãos especializados deste Instituto, contrário à modificação da data do VI Recenseamento Geral do Brasil. Em complemento, julgo-me no dever de reafirmar a Vossa Excelência que a direção do Instituto tudo fará com o objetivo de resguardar os serviços censitários de quaisquer influências decorrentes da campanha eleitoral, ou da atuação de elementos suspeitos de proselitismo político-social, bem assim empenhará todos os esforços para que a execução do Recenseamento se revista do esperado êxito.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

(a) JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES
Presidente

Essa exposição, feita com o fim de pôr a Presidência da República ao corrente dos prejuízos materiais que resultariam da transferência pretendida, bem como dos sérios inconvenientes, do ponto de vista técnico, capazes de fazer perigar o êxito da operação censitária, levava a mesma data em que, por sua vez, o autor do Projeto de Lei n.º 4, solicitava ao Senado fossem pedidas ao Poder Executivo informações quanto ao dispositivo legal em que se havia baseado o I B G E para estabelecer a data do Censo de 1950.

Necessário se faria, mais uma vez, levar ao Sr. Presidente da República a palavra do I B G E acerca das razões legais que serviram de base para a execução do VI Recenseamento Geral do Brasil, na data, já próxima, de 1.º de julho de 1950:

"Senhor Presidente da República,

Em sessão do Senado Federal do dia 9 último foi apresentado um requerimento, que

recebeu o n.º 78, no qual o seu ilustre signatário Senador JOÃO VILLASBOAS, solicitou fossem pedidas ao Poder Executivo informações sobre o dispositivo legal em que se baseou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para fixar as datas de referência do VI Recenseamento Geral do Brasil, bem assim sobre se Vossa Excelência teria conhecimento da orientação fixada por esta entidade ou com ela concordara.

2 Em nome do Presidente do Instituto, Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, eventualmente ausente desta Capital, apresso-me a fornecer a Vossa Excelência os elementos necessários à resposta à indagação formulada por aquele Congressista.

3 Cumpre-me acentuar, preliminarmente, a fim de dissipar a impressão que pode resultar da leitura dos "consideranda" do requerimento, que as referências feitas pelo Instituto à data de 1º de julho, quer nos instrumentos de coleta, quer na propaganda que vem desenvolvendo com o objetivo de preparar convenientemente para o Recenseamento a opinião pública do País, têm por base, não simples deliberação dos seus órgãos competentes, e sim disposição expressa de lei. Com efeito, o Artigo 3.º do Regulamento baixado pelo Decreto n.º 26.914, de 20 de julho de 1949, estabelece as datas de 1º de janeiro e 1º de julho para referência, dos Censos Industrial, Comercial e dos Serviços e dos Censos Demográfico e Agrícola, respectivamente. O Instituto, por conseguinte, nada mais tem feito do que acatar e cumprir disposição legal baixada pelo Poder competente.

4 O Poder Executivo, por outro lado, ao fixar as datas de referência constantes do Regulamento, não cometeu nenhuma irregularidade, pois tem o amparo da Lei n.º 651, de 13 de março de 1949, cujos dispositivos, ao que parece, não estão sendo devidamente interpretados.

5 Constitui noção elementar em Estatística a premissa de que os fenômenos coletivamente típicos, cujo estudo é o objetivo do método, não poderão ser convenientemente pesquisados sem a precisa conceituação dos fenômenos individuais que os integram. E, em complemento, se reconhece que entre as características definidoras da unidade estatística se encontram, além dos atributos qualitativos e quantitativos que lhe são intrínsecos, as determinantes do tempo. Assim, embora os elementos específicos da unidade estatística estejam sistematicamente enumerados, a omissão da referência ao momento em que eles devam ser considerados torna insuficiente a definição, sob o ponto de vista exclusivamente técnico.

6. A complexidade dos levantamentos estatísticos decorre, por isso mesmo, em grande parcela, da definição que se adote para a manifestação individual das unidades componentes do fenômeno e no qual se professam as normas indispensáveis a que se restrinja a compreensão que talvez pudesse ter a unidade estatística, em decorrência da sua conceituação costumeira. A limitação do tempo é então referida, ao lado das restrições de precisão, especialização e compreensão, como providência que atinge as próprias características da unidade de cada levantamento. Assim, a definição de habitante para a pesquisa de atributos qualitativos dos componentes de um grupo demográfico — idade, estado civil, nacionalidade, grau de instrução, profissão, etc — traz em si, como pressuposto essencial, a fixação do momento a que corresponde a situação de cada indivíduo recenseado, embora seja da técnica censitária a não coincidência entre a data da inquirição e a de referência.

7 Estas ponderações tornam-se necessárias para acentuar, com todo o rigor técnico, o significado real do § 2º do Artigo 1º da Lei n.º 651. Ali se diz, com efeito, que as unidades censitárias e suas características serão determinadas e definidas em regulamento. O dispositivo completa, com muito acerto, o artigo, que determina a realização do Recenseamento com obediência da lei geral até então

vigente, modificada pelas novas disposições legais é fácil deprender que o legislador de 1949, reconhecendo que a fixação da data constitua matéria de origem técnica indissolúvelmente ligada à definição da unidade estatística, preferiu deixá-la a critério da autoridade mais credenciada para o seu estudo, — no caso, a que tem a responsabilidade da execução da operação censitária —, abandonando, nesse ponto, a orientação mais rígida e menos feliz que prevalecera na legislação anterior

8. É de observar, aliás, que o Decreto-lei n° 969, por isso mesmo que fez expressa referência à data da realização do Recenseamento, não contém dispositivo semelhante ao § 2° do Artigo 1° da Lei n° 651

9. Cumpre ter em vista, ainda, que, embora satisfazendo o princípio, universalmente consagrado, da realização dos censos decenais no 0° anos de milésimo 0, em suas precisas referências ao ano de 1950, a Lei n° 651 contém outro dispositivo expressamente destinado a possibilitar — quanto a dia e mês — a modificação da data anteriormente fixada para a realização do Recenseamento. Quero referir-me ao § 1° do Artigo 4°, que manda sejam observadas, na sua regulamentação, as recomendações baixadas pelo Instituto Interamericano de Estatística, relativamente ao Censo das Américas de 1950, “dentro dos limites aconselhados pela experiência brasileira”

10. Com efeito. Não eram conhecidas ainda, quando o Instituto se dirigiu a Vossa Excelência, propondo a realização do VI Recenseamento (E. M. de 16 de agosto de 1948), as conclusões da Comissão do Censo das Américas de 1950, relativas às datas de referência. As discussões havidas em torno da matéria tornaram aconselhável, porém, a ressalva constante do parágrafo citado, pois o critério que parecia destinado a predominar não atenderia aos interesses da Estatística brasileira

11. No Brasil, o período considerado pelos técnicos mais satisfatório para as coletas censitárias do caráter nacional, tem início no fim de março. Durante os quatro meses que se seguem — e cujo decurso é suficiente, de modo geral, para a execução da coleta — as condições climatéricas e meteorológicas são favoráveis, em todo o País, ao trabalho dos recenseadores. O propósito do Instituto, em face do pronunciamento objetivo dos seus técnicos, era realizar o VI Recenseamento a partir de 31 de março; assim, a prevista orientação da Comissão do Censo das Américas não poderia ser aceita. Ocorreu, porém, que a decisão do mencionado órgão, — só conhecida pelo Instituto depois de submetido à consideração do Governo o projeto de lei censitária —, foi bastante ampla, recomendando, apenas, se executasse a operação no ano de 1950 ou em época aproximada.

12. É oportuno observar, aliás, que a convicção de poder a data ser fixada livremente no Regulamento, em virtude do disposto no § 2° do Artigo 1°, era tão firme a ponto de se ter como dispensável qualquer referência à data de 31 de março, que merecia, justamente, a preferência dos técnicos, — embora se julgasse conveniente assegurar, desde logo, base legal para o descumprimento de deliberação de um órgão de cooperação internacional, cuja autoridade, no caso, decorreria apenas de compromisso livremente firmado. Daí condicionou-se a observância das recomendações do Instituto Interamericano de Estatística, relativamente ao Censo das Américas, às sugestões da nossa própria experiência, em matéria censitária

13. A data de 31 de março não pôde, infelizmente, ser adotada em face do retardamento havido na aprovação da Lei n° 651, que autorizou a realização do VI Recenseamento, em 1950. O Projeto, apresentado em agosto de 1948, só a 13 de março de 1949 foi transformado em Lei. Nessas condições, ficou reduzido a um ano o período com que se poderia contar para a realização de complexas tarefas que constituem os trabalhos preliminares às operações censitárias. Todo o plano teve de ser revisto, de modo que as tarefas

pudessem ser cumpridas, senão até o dia 31 de março, como estava nas cogitações dos técnicos do Instituto, pelo menos até o limite máximo do período considerado, sob o ponto de vista nacional, satisfatório para a coleta. Fixou-se, por isso, em 1° de julho a data de referência do Censo Demográfico, embora se tivesse, a princípio, diante da situação de fato criada pela insuficiência de tempo para a execução da fase pré-censitária, cogitado de manter a data tradicional de 1° de setembro, apesar de reconhecidamente inconveniente, sob vários aspectos, conforme o demonstrara, de forma exaustiva, a experiência do Recenseamento de 1940

14. O Instituto está firmemente convencido da perfeita legalidade do Artigo 3° do Regulamento do VI Recenseamento Geral do Brasil, bem assim de que não houve nenhum intuito de desprestigiar atribuições do Poder Legislativo. Tem como certo, por outro lado, que, em face da situação atual dos trabalhos e das despesas já realizadas, seria de todo inconveniente transferir a realização do Recenseamento para data posterior, não só pelas dificuldades de ordem técnica, praticamente intransponíveis, que daí resultariam, mas também pelo sensível acréscimo de recursos que se tornaria necessário para fazer face às novas condições criadas

15. Julgo haver fornecido a Vossa Excelência os elementos suficientes ao atendimento da solicitação do Senador JOÃO VILASBOAS Vossa Excelência se dignará determinar, todavia, se fôr o caso, quaisquer outras providências que ainda se fizerem necessárias, para esclarecimento do assunto

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito

(a.) RUBENS FÓRTO
Vice-Presidente do Instituto”

Como não poderia deixar de acontecer, os argumentos expostos, tanto os de ordem legal como os de ordem técnica, calaram profundamente no espírito dos nossos homens públicos e uma solução consentânea com os interesses nacionais foi finalmente encontrada

Iniciados a 1° de julho de 1950, os trabalhos de coleta do VI Recenseamento Geral do Brasil decorreram em plena normalidade, sem qualquer interferência do pleito eleitoral realizado três meses depois¹

¹ Na Câmara dos Deputados o Projeto n° 284 (n° 4 do Senado) recebeu várias emendas, conforme publicação no *Diário do Congresso Nacional*, em 30/5/50:

“Projeto n° 284, de 1950, dispondo sobre o 6° recenseamento geral do Brasil (do Senado)

Emendas oferecidas ao Projeto n° 284, de 1950, quando em pauta, para serem encaminhadas

N° 1 — A Comissão de Constituição e Justiça

Substitua-se o Artigo 1° pelo seguinte:

“Art 1° — Ressalvados os casos expressos em que as informações devem reportar-se ao ano de 1948, as datas de referência dos Censos serão as seguintes: 1° de janeiro para os Censos Industrial, Comercial e dos Serviços; 1° de julho para os Censos Demográfico e Agrícola”

Justificação

A redação proposta reproduz o Artigo 3° do Regulamento do VI Recenseamento Geral do Brasil aprovada pelo Decreto n° 26 913, de 20 de julho de 1949. Com base nesse dispositivo, cuja validade em face da Lei n° 651

foi questionada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística levou a efeito todo o planejamento da grande operação censitária e realizou os complexos trabalhos preliminares que exige um levantamento dessa amplitude. O adiamento da operação acarretará graves conseqüências, colocando em perigo o êxito dos censos realizados no período novembro-fevereiro, em vista das condições desfavoráveis de tempo.

Estamos certos de que o Poder Executivo poderia ter fixado as datas de referência dos censos, como fez em vista do que estabelecem o § 2.º do Artigo 1.º e o § 1.º do Artigo 4.º da Lei n.º 651. Em todo o caso, e desde que o principal objetivo do Projeto n.º 4 do Senado foi regularizar uma situação que se julgava contrária à Lei, ofereço a emenda consagrando definitivamente as datas de 1.º de janeiro e de 1.º de julho.

Sala das Sessões,

VASCONCELOS COSTA

N.º 2 — A Comissão de Educação e Cultura

Acrescente-se, onde se julgar conveniente:

"Art — O prazo referido no § 2.º do Artigo 4 da Lei n.º 651, de 13 de março de 1949, será de três anos, devendo, porém, o Serviço Nacional de Recenseamento prover a que os dados necessários à Segurança Nacional sejam fornecidos à medida que forem apurados."

Justificativa

O § 2.º do Artigo 4 da Lei n.º 651 estabelece o prazo de dois anos, contados da data do censo, para a divulgação dos resultados gerais do Recenseamento. Sempre julgamos esse prazo diminuto, pois não desconhecemos as dificuldades de transporte e de meios de comunicação existentes no País e sabemos como são difíceis os trabalhos estatísticos. O prazo, aliás, foi fixado, evidentemente, com base no fato de que o censo se iniciaria a 1.º de julho e estaria terminado antes do fim do ano, que é a estação das chuvas.

Se, por conseguinte, se pretende transferir a realização do censo para o período chamado "das águas" os trabalhos serão demorados, impedindo a obediência ao prazo legal. Em virtude dessas razões, proponho a dilatação do prazo, não só para atender a essa eventualidade, mas também para evitar que o I B G E se apresse e prejudique o resultado do Recenseamento.

Há elementos, todavia, como os necessários à orientação dos trabalhos de Segurança Nacional, que não podem ser retardados. Há uma lei antiga, se não nos enganamos de 1942, que reconhece o I B G E, como órgão do Conselho de Segurança Nacional e das Forças Armadas. Este fato justifica a ressalva feita no final do artigo proposto.

Sala das Sessões,

HEITOR COLLET

N.º 3 — A Comissão de Economia

Acrescentar o seguinte Artigo, onde couber:

"Art — O Poder Executivo estudará as medidas necessárias ao aproveitamento, no serviço público da União e nas autarquias federais, do pessoal que houver trabalhado no Recenseamento e fôr sendo dispensado."

Justificativa

A emenda tem por fim premiar aqueles que colaboraram com o Governo na realização das árduas e penosas tarefas do Recenseamento. Procura, ainda, diminuir os efeitos de desemprego de muitas pessoas, que deixam de trabalhar ao mesmo tempo.

O pessoal que trabalha no Recenseamento adquire, via de regra, em virtude das condições de serviço, uma experiência aproveitável. O Estado só teria a lucrar se pudesse contar com esse pessoal permanentemente. Em rela-

ção ao pessoal do Recenseamento de 1940 a providência foi tomada pelo Executivo, produzindo excelentes resultados. O que se pretende, agora, é reproduzir a medida.

Sala das Sessões,

VASCONCELOS COSTA

N.º 4 — A Comissão de Serviço Público Civil e de Finanças

Acrescente-se:

"Art — Os compromissos de natureza internacional relacionados com o VI Recenseamento e firmados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística serão revistos, a fim de se ajustarem às disposições da presente Lei."

Justificação

A Lei do Recenseamento (n.º 651, de 13-3-49) determina a obediência às recomendações do Instituto Interamericano de Estatística relativamente ao Censo das Américas de 1950. Como não se ignora, todos os países da América realizarão, no corrente ano, os seus recenseamentos, obedecendo a certos requisitos uniformes necessários à comparação dos respectivos resultados. O Brasil também se comprometeu a seguir essas normas, que, possivelmente, serão influenciadas pela modificação proposta no projeto de Lei em discussão.

Parece-me indispensável, por isso mesmo, a introdução da ressalva, a fim de que as repartições de estatística brasileira não fiquem em má posição perante as suas congêneres do Hemisfério Ocidental.

Sala das Sessões,

DARCI GROSS

Ainda na Câmara dos Deputados, o Projeto n.º 284 foi apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça, que emitiu o seguinte parecer:

"O projeto em causa, de iniciativa do Senado, dispõe sobre o VI Recenseamento do Brasil, marcando o próximo dia 1.º de dezembro para o início da sua realização.

Em pauta, no plenário desta Casa, foram apresentadas quatro emendas.

Cabe-nos, por força do Regimento, dizer sobre a constitucionalidade, não só dessas emendas, como da proposição principal.

O projeto, não há negar, embora tenhamos sérias dúvidas sobre a sua oportunidade e conveniência, — aspecto que, aliás, como já dito, escapa à nossa apreciação, — é, evidentemente, constitucional, seja por em nada ferir qualquer dos preceitos de nossa Lei Máxima, seja por caber, perfeitamente, dentro do âmbito da competência do Legislativo da União.

Nem se diga não ser lícito através de uma Lei, ato do Congresso, revogar-se, no todo ou em parte, a norma prescrita no Regulamento, atribuição do Executivo. Esta própria Comissão, em mais de um caso, aliás, sem discrepância, por expressiva unanimidade, e com aquiescência do Plenário, já tem decidido poder a Lei revogar ou derrogar o Regulamento.

Nem é outra, por igual, a lição dos nossos melhores constitucionalistas. Hája vista o que diz a respeito o insigne CARLOS MAXIMILIANO: "Quem pode o mais, pode o menos. Competindo às Câmaras a função legislativa, não devem ser embaraçadas pelos atos do Executivo: O Congresso revoga, não só as leis, mas também os regulamentos decretados pelo Executivo ('Apud' Comentários à Constituição Brasileira, 2.ª edição, pág. 489)."

A propósito desse aspecto da questão, encarando-a sobre outro ângulo, vale, ainda, referir, mais a título de ressalva ou esclarecimento de ordem doutrinária, que, se constitucional é o projeto, não menos legítimo é o Regulamento, do Executivo, que ele objetiva modificar em parte.

Assim pensamos, não só porque a fixação da data do Recenseamento nos parece matéria também pertinente à finalidade do Regula-

mento, — que, no ensinamento sempre atual de PIMENTA BUENO, é o "ato do Poder Executivo que determina os detalhes, os meios, as providências necessárias para a fácil execução das leis" ("Apud" *Direito Público Brasileiro*, pág. 236), como, ainda, porque, no caso em tela, foi a própria Lei n.º 651, de 13 de maio de 1949 que, dispondo sobre a realização do VI Recenseamento Geral do Brasil, acertada e propositalmente, deixando em aberto o detalhe da data, em seu Artigo 1.º, § 2.º, atribuiu ao Executivo determinar, em Regulamento, as características das unidades censitárias, como tal se considerando, no consenso unânime dos doutos e técnicos do assunto, a *fixação do tempo* da efetivação de um censo ("Apud" *Manual de Estatística*, FILIPPO VIRGILI, tradução brasileira, pág. 28; *Corso di Statistica*, Professor Ugo TOMBESI, pág. 21; *Lezioni di Statistica*, Professor GAETANO PIETRA, pág. 23; *Estatística*, SIGMUND SCHOTT, tradução castelhana, pág. 55; *Précis de Cours de Statistique*, ARMAND JULIN, pág. 12)

Como quer que seja, necessário, ou não, sob o ponto de vista jurídico, e por mais que o tenhamos inconveniente tecnicamente, até

pelo sério prejuízo que causaria a sua aprovação ao erário público, prejuízo esse estimado em cerca de 35 milhões de cruzeiros, forçoso é reconhecer e proclamar, dentro do que compete a esta Comissão, a indiscutível constitucionalidade do projeto em exame

No tocante às quatro emendas de plenário, são todas elas de evidente constitucionalidade, cumprindo acentuar em relação à primeira o seu alto mérito de conciliar o projeto com a legislação anterior reguladora do assunto e no tocante à de número 3.º ser, se aprovada e transformada em Lei, de duvidosa utilidade, senão inoperante, por conter, apenas, na realidade, bem examinados os seus termos e seu exato alcance, uma recomendação ao Executivo, sem a necessária força imperativa, que, aliás, não poderia ter, sob pena de incidir em inconstitucionalidade

É o nosso parecer

Comissão de Constituição e Justiça, em 6 de junho de 1950 (aa) SOARES FILHO, Presidente "ad-hoc", LAMEIRA BITTENCOURT, Relator, PINHEIRO MACHADO, CAIADO DE GODÓI, PEREIRA DA SILVA, ADROALDO COSTA "

SITUAÇÃO DO PROGRAMA DO CENSO DAS AMÉRICAS DE 1950*

No decorrer do segundo semestre de 1951, os 17 países que completaram suas operações censitárias no período compreendido entre 1950 e o primeiro semestre de 1951, deram prosseguimento aos trabalhos de elaboração dos dados do Censo Demográfico, realizado dentro do programa do Censo das Américas de 1950. São os seguintes os países nessa condição: Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Salvador e Venezuela.

Os dados preliminares ou definitivos sobre a população total desses países, disponíveis em 31 de dezembro de 1951, são encontrados na Tabela I, que apresenta, ainda, informações adicionais sobre Censos anteriores e a taxa geométrica anual de crescimento no período intercensitário. Na Tabela II exibem-se os totais da população de cada uma das Capitais dos diversos países. Chama-se atenção especial para o fato de que os dados contidos nessa Tabela apresentam deficiências quanto à comparabilidade, em virtude da falta de um conhecimento mais exato do que constitui, em cada caso, a "cidade capital". Com o fim de facilitar a interpretação dos dados sobre as capitais nacionais, foram incluídas breves notas explicativas na lista de fontes dada no apêndice.

Os dados concernentes à Argentina, que realizou o Censo em 1947, foram também incluídos nas Tabelas, tendo em vista o princípio estabelecido pela IV Sessão do Comitê do Censo das Américas de 1950, que estabeleceu que os censos realizados no período 1947-1953 serão considerados dentro do citado programa, desde que as tabulações se apresentem satisfatoriamente ajustadas às recomendações adotadas.

Quatro países ainda estão fora do programa do Censo de 1950: Chile, Cuba, Peru e Uruguai. Entre eles somente o Chile decidiu levantar um censo de população e domicílios em abril de 1952. Há esperanças de que os outros países decidirão unir-se ao programa levantando, pelo menos, até 1953, o Censo de população.

Dispõem-se de poucos dados em relação aos totais dos censos de domicílios nos oito países que os levantaram à parte do Censo Demográfico. Foram os seguintes os países que realizaram este levantamento: Canadá, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, Salvador e Venezuela. Os totais nacionais de unidades domiciliárias são conhecidos, apenas, para os países seguintes: Estados Unidos, 45 875 000; Honduras, 213 011; e Salvador, 133 874 (somente unidades domiciliárias urbanas).

No que diz respeito ao Censo Agrícola, a secretaria do I A S I carece quase totalmente de informações, motivo por que não se incluíram no presente relatório os raros elementos de que se dispõe. Exceção digna de nota, neste particular, é o caso da Costa Rica, que já deu à publicidade alguns dados do Censo Agrícola de 1950 obtido através de um censo à base de amostragem ** (*Algunos Cuadros sobre Estadística Agrícola: Tabulación Avanzada por Muestreo del Censo Agropecuario de 1950* Series Estadísticas N° 7 Agosto/Septiembre de 1951 Ministério de Economía y Hacienda Dirección General de Estadística y Censos).

* Relatório n° 1125a — 300 de 27/12/51 do Instituto Interamericano de Estatística.

** Trabalho de cooperação levado a efeito pela Direção Geral de Estatística e Censos de Costa Rica, Instituto Interamericano de Estatística e Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas.

TABELA I.

População total e taxa geométrica anual de crescimento de diversos países americanos de acordo com os resultados do Censo das Américas de 1950 e anteriores

PAÍSES	CENSOS DENTRO DO PROGRAMA DE 1950		CENSOS ANTERIORES		TAXA GEOMÉTRICA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)
	Data da realização do Censo	Total da população recenseada	Data da realização do Censo	Total da população recenseada	
Argentina	10-V-47	(1) 15 893 827	1-VI-1914	7 885 237	2,2
Bolívia	5-IX-50	(2) 3 019 031	1-IX-1900	1 766 451	1,1
Brasil	1-VII-50	52 645 479	1-IX-1940	41 236 315	2,5
Canadá	1-VI-51	(3) 13 893 208	2-VI-1941	(4) 11 506 655	(5) 1,6
Chile	24-IV-52	—	28-XI-1940	5 023 539	—
Colômbia	9-V-51	11 537 000	5-VII-1938	8 701 816	2,2

(1) Exclusivo as Ilhas Malvinas e áreas dependentes e as áreas árticas, cuja população é estimada em 3 300 habitantes, a qual somada à população total a 10 de maio de 1947 perfaz 15 897 127 habitantes, que é a oficialmente aprovada pelo Congresso. (2) Inclusive estimativa da população indígena nas selvas. (3) Inclusive Newfoundland com 357 762 habitantes, Yukon e Territórios do Noroeste. (4) Inclusive Yukon e Territórios do Noroeste, exceto Newfoundland. (5) Calculada sem incluir na população

TABELA I (conclusão)

População total e taxa geométrica anual de crescimento de diversos países americanos de acordo com os resultados do Censo das Américas de 1950 e anteriores

PAÍSES	CENSOS DENTRO DO PROGRAMA DE 1950		CENSOS ANTERIORES		TAXA GEOMÉTRICA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)
	Data da realização do Censo	Total da população recenseada	Data da realização do Censo	Total da população recenseada	
Costa Rica	22- V -50	800 875	11- V -1927	471 524	2,3
Cuba	—	—	25- VII -1943	4 778 583	—
Ecuador	29- XI -50	3 076 933	Não há Censo anterior		—
Estados Unidos	1- IV -50	(6) 150 697 361	1- IV -1940	131 669 275	1,4
Guatemala	18- IV -50	2 787 030	7- IV -1940	(7) 3 283 209	—
Haiti	7-VIII-50	3 111 973	1918-1919	(8) 1 631 250	2,1
Honduras	18- VI -50	1 368 605	- VI -1945	1 200 542	2,7
México	6- VI -50	25 581 250	6- III -1940	19 653 552	2,7
Nicarágua	15- IV -50	1 053 189	23- V -1940	(9) 835 686	2,3
Panamá	10-XII-50	801 982	8- IX -1940	622 576	2,6
Paraguai	28- X -50	1 405 627	3- IV -1936	931 799	3,0
Peru	—	—	9- VI -1940	7 023 111	—
República Dominicana	6-VIII-50	2 121 083	13- V -1935	1 479 417	2,4
Salvador	13- VI -50	1 851 141	1- V -1930	1 434 361	1,3
Uruguai	—	—	12- X -1908	1 042 686	—
Venezuela	26- XI -50	(10) 4 985 716	7- XI -1941	3 850 771	2,9

total de 1951 a da Newfoundland (6) População continental (7) O Bureau Geral de Estatística da Guatemala, em seu *Boletim* n.º 26 de agosto de 1950, cita documentos que mostram que o total da população está inflacionado em cerca de 900 000 habitantes. Com base nessa informação a taxa de crescimento seria de 1,6. (8) Recentes publicações oficiais se referem ao Censo de 1950 como sendo o primeiro realizado no país. (9) Dados originais de acordo com o relatório apresentado à IV Sessão do Comitê do Censo das Américas de 1950 O dado publicado que se considerou inflacionado foi 983 160 (10) Exclutiva a população indígena na selva.

TABELA II

População das capitais nacionais de acordo com a informação censitária realizada sob o programa de 1950

PAÍSES	CAPITAIS*	POPULAÇÃO
Argentina	Buenos Aires	2 981 043
Bolívia	La Paz	321 063
Brasil	Rio de Janeiro	2 333 063
Canadá	Ottawa	198 773
Chile	Santiago	—
Colômbia	Bogotá	643 187
Costa Rica	São José	109 693
Cuba	Havana	—
Ecuador	Quito	212 873
Estados Unidos	Washington, D C	802 178
Guatemala	Guatemala	283 100
Haiti	Porto Príncipe	142 840
Honduras	Tegucigalpa	99 948
México	México, D F	2 942 594
Nicarágua	Manágua	107 444
Panamá	Panamá	127 407
Paraguai	Assunção	205 605
Peru	Lima	—
República Dominicana	Ciudad Trujillo	181 533
Salvador	São Salvador	212 933
Uruguai	Montevideo	—
Venezuela	Caracas	487 983

* Vejam-se as notas explicativas para cada país dadas no apêndice

APÊNDICE

FONTES DOS DADOS DO CENSO DE 1950
E NOTAS ADICIONAIS

ARGENTINA — *IV Censo General de la Nación*, 1947: *Resultados Generales del Censo de Población Informe D 1 1951* Argentina Ministerio de Asuntos Técnicos Dirección General

del Servicio Estadístico Nacional (Dados finais aprovados pelo Congresso Capital do país: População urbana da Capital Federal, incluindo as Ilhas de Martim Garcia)

BOLÍVIA — Carta da Dirección General de Estadística, 23 de novembro de 1951 (Dados preliminares Capital do país: População da capital do Departamento de La Paz)

BRASIL — *Recenseamento Geral do Brasil (1º de julho de 1950): Sinopse do Censo Demográfico 1951* Brasil Conselho Nacional de Estatística Serviço Nacional de Recenseamento (Dados preliminares)

IV Recenseamento Geral do Brasil (1º de julho de 1950): Censo Demográfico Distrito Federal: Seleção dos Principais Dados 1951 Conselho Nacional de Estatística Serviço Nacional de Recenseamento (Dados definitivos Capital do País: População urbana e sub-urbana do Distrito Federal.)

CANADÁ — *Ninth Census of Canada, 1951: Preliminary Series* N.º P-16 1951 Canadá Dominion Bureau of Statistics Population Section of the Census Division (Dados preliminares Capital do país: População da cidade de Ottawa)

COLÔMBIA — Fonte não oficial para a população total (Capital do país: População urbana de Bogotá, conforme publicado em *Colombia Censal*, 7 de junho de 1951)

COSTA RICA — *Boletín Informativo: Censos de 1950* N.ºs 18-19, julho-agosto, 1951 Costa Rica Dirección General de Estadística y Censos (Dados definitivos Capital do país: População urbana do Cantão Central)

EQUADOR — *El Primer Censo Nacional: Población del Ecuador* (29 de novembro de 1950)

- 1951 Equador Dirección General de Estadística y Censos (Dados preliminares Capital do país: População urbana da capital da Provincia de Pichincha)
- ESTADOS UNIDOS — 1950 *Census of Population: Advance Reports Series PC-9, N° 1, 1950* Estados Unidos Department of Commerce Bureau of the Census (Dados definitivos Capital do país: População total do Distrito de Colúmbia)
- GUATEMALA — *Boletín N° 26* Agosto de 1950 Guatemala Dirección General de Estadística (Dados preliminares Capital do país: População urbana do Município de Guatemala)
- HAITI — *Recensement de la République d'Haiti: Premier Denombrement de la Population* 1950 Haiti Department de l'Economie Nationale Bureau de Recensement (Capital do país: População das cidades de Porto Príncipe e Carrefour)
- HONDURAS — Carta da Dirección General de Censos y Estadísticas Nacionales, 21 de novembro de 1951 (Capital do país: População da "cabecera" do Departamento de Francisco Morazón)
- MÉXICO — *Población Según Censos de 1950 y 1940, de las Entidades Federativas de la República y Porcentaje de Aumento de las Mismas* 1950 México Secretaría de Economía Dirección General de Estadística Departamento Técnico Oficina de Informaciones (Dados sujeitos a retificações Capital do país: População total do Distrito Federal)
- NICARÁGUA — *Resultados del Censo Nacional de Población de 1950* 1950 Nicarágua Dirección General de Estadística Oficina de los Censos (Dados preliminares Capital do país: População urbana do Município de Manágua)
- PANAMÁ — *Boletín Informativo N° 1: Quinto Censo Nacional de Población y Vivienda* (10 de diciembre de 1950) 1951 Panamá Contraloría General de la República Dirección de Estadística y Censo Departamento de Censos (Dados preliminares Capital do país: População compreendida sob a designação de "Cidade")
- PARAGUAI — *Informe del Paraguay a la IV Reunión de la Comisión del Censo de las Américas* 1951 Paraguai Dirección General de Estadística y Censos *International Newsletter* Vol III, n° 7 1951 Estados Unidos Department of Commerce Office of the Coordinator, International Statistics (Dados preliminares Capital do país: Cidade de Assunção conforme se encontra na *International Newsletter* acima referida)
- REPÚBLICA DOMINICANA — *Tercer Censo Nacional de Población: Población de la República Según el Sexo, por Provincias, Comunes y Distritos Municipales* 1950 República Dominicana Dirección General de Estadística (Dados preliminares Capital do país: População de Ciudad Trujillo)
- SALVADOR — Carta do Departamento Nacional del Censo, 20 de novembro de 1951 (Dados preliminares, exceto para o Departamento de São Salvador Capital do país: População urbana do Departamento de São Salvador)
- VENEZUELA — *VIII Censo Nacional de Población (26 de noviembre de 1950): Resumen por Entidades Federales y Capitales* 1951 Venezuela Ministério de Fomento Dirección General de Estadística Oficina del Censo Nacional Departamento de Elaboración Técnica y Publicidad (Dados preliminares Capital do país: População das áreas designadas como urbanas)
-

ESTUDOS E SUGESTÕES

AS FORMAS DA DECLARAÇÃO DA IDADE NO CENSO DE 1950, NO DISTRITO FEDERAL¹

SUMÁRIO: 1. Resultados do censo de 1950, por sexo e idade. — 2. Cálculo da proporção das declarações de nascimento, em conjunto e por sexo e idade, e comparação com o censo de 1940. — 3. Os erros na declaração de idade, segundo a forma desta. — 4. Ensaio de determinação e medição de alguns desses erros; comparações com 1940.

1 No censo demográfico de 1950, assim como no anterior, o quesito referente à idade foi expresso com o pedido de especificação da data de nascimento, concedendo-se, entretanto, aos que não estavam habilitados a responder, pela ignorância dessa data, indicar a idade presumida

A Tabela I, resumindo por sexo e grupos decenais de idade os dados constantes, por grupos anuais, da *Seleção dos Principais Dados do Censo Demográfico de 1950 para o Distrito Federal*, publicada em 1951 pelo Serviço Nacional de Recenseamento, mostra o número das declarações prestadas em uma e outra forma

Em conjunto, a proporção desta forma de declaração é quase igual para os dois sexos em 1950, enquanto em 1940 era um pouco maior para o sexo masculino

A proporção dos casos em que foi especificada a data de nascimento, em 1950, é máxima em ambos os sexos nas idades da infância e adolescência e tende, depois, a diminuir com o crescer da idade; essa diminuição, inicialmente lenta e interrupta, acelera-se nas idades senis

Enquanto em 1940 a proporção dos casos em que foi especificada a data de nascimento era em todos os grupos de idade menor para as

TABELA I

DISTRITO FEDERAL

População presente em 1.º-VII-1950, segundo a forma da declaração de idade, por sexo e grupos de idade

IDADE Anos completos	HOMENS			MULHERES		
	Declaração de idade		Total	Declaração de idade		Total
	Data	Anos, etc ²		Data	Anos, etc ²	
0 a 9	217 141	16 853	233 994	214 384	16 400	230 784
10 a 19	198 536	17 706	216 242	216 374	17 966	234 340
20 a 29	220 090	28 569	248 659	231 768	21 648	253 416
30 a 39	165 120	18 752	183 872	171 500	16 470	187 970
40 a 49	124 466	13 437	137 903	121 425	14 091	135 516
50 a 59	74 280	8 824	83 104	75 567	12 753	88 320
60 a 69	36 541	5 056	41 597	42 726	9 310	52 036
70 a 79	9 976	1 926	11 902	16 484	4 921	21 405
80 e mais	1 749	690	2 439	4 663	2 610	7 273
Não declarada	—	—	3 078	—	—	3 601
TOTAL	1 047 899	111 813	1 162 790	1 094 891	116 189	1 214 661

2 A Tabela II indica, para cada grupo de sexo e idade, as percentagens das declarações da data de nascimento, sobre o total dos declarantes, verificadas nos censos de 1940³ e 1950

Contrariamente ao esperado, a quota dos habitantes cuja data de nascimento foi especificada em 1950 não excedeu à observada em 1940, antes ficou um pouco inferior (90,13%, em comparação com 91,93%, na população total; 90,38%, em comparação com 92,26%, entre os habitantes a respeito dos quais foi respondido o quesito da idade)

mulheres do que para os homens, em 1950 a proporção verificada no sexo feminino excede à verificada no masculino nos grupos de idade

¹ Estudo redigido no Laboratório de Estatística da Secretaria-Geral do C N E, por ROBERTO RODRIGUES MONTEIRO

² Anos, meses ou dias. As colunas do total incluem 3 078 homens e 3 601 mulheres de quem não foi declarada a idade

³ Dados e comentários referentes ao censo de 1940 constam do estudo divulgado em 1944 pelo Gabinete-Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento de 1940, *As Declarações de Idade Segundo a Forma, no Distrito Federal* (Nº 140 das "Análises de Resultados do Censo Demográfico")

de 0 a 39 anos, ficando-lhe inferior nos seguintes

TABELA II
DISTRITO FEDERAL

Percentagem das declarações da data do nascimento no total das declarações de idade, em cada grupo de sexo e idade, nos censos de 1940 e 1950

IDADE Anos completos	HOMENS		MULHERES	
	1940	1950	1940	1950
0 a 9	95,51	92,80	95,49	92,89
10 a 19	94,38	91,81	93,66	92,33
20 a 29	93,94	88,51	92,37	91,46
30 a 39	94,06	89,80	90,79	91,24
40 a 49	92,36	90,26	86,75	89,60
50 a 59	91,36	89,38	83,89	85,56
60 a 69	87,81	87,85	78,47	82,11
70 a 79	82,30	83,82	74,62	77,01
80 e mais	67,45	71,71	59,35	64,11
Tôdas as idades	93,68	90,36	90,84	90,41

★

3 O exame comparativo da distribuição segundo a idade declarada dos que especificaram a data de nascimento — por um lado — e dos que indicaram a idade presumida — por outro — mostra que as irregularidades típicas das declarações errôneas se apresentam muito mais acentuadas na segunda dessas classes, como, aliás, era fácil prever

A Tabela III oferece uma amostra dessa distribuição, limitada às idades de 45 a 60 anos. Considerando, por exemplo, a idade "atrativa" de 50 anos e as duas idades "repulsivas" adjacentes, verifica-se que, entre os homens que declararam a data de nascimento, se encontrariam:

11 231 de 49 anos,
10 861 de 50 anos,
8 275 de 51 anos;

enquanto, entre os que declararam a idade presumida, haveria:

905 de 49 anos,
2 039 de 50 anos,
583 de 51 anos

Entre os primeiros, a concentração na idade "atrativa" é apenas visível; entre os segundos, é bastante acentuada

Para as mulheres, os dados correspondentes são os seguintes:

entre as que declararam a data do nascimento:

11 880 de 49 anos,
11 205 de 50 anos,
8 090 de 51 anos;

entre as que declararam a idade presumida:

1 079 de 49 anos,
3 101 de 50 anos,
652 de 51 anos

Entre as primeiras, em comparação com as segundas, é moderada a concentração na idade "atrativa"; em ambas as categorias, entretanto, essa concentração é maior entre as mulheres do que entre os homens

TABELA III

DISTRITO FEDERAL

População presente em 1º-VII-1950, de 45 a 60 anos de idade, segundo a forma de declaração da idade, por sexo

IDADE Anos completos	DECLARAÇÃO DE IDADE			
	Data		Anos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
45	12 555	12 016	1 823	2 059
46	11 492	10 804	1 031	1 095
47	11 193	10 667	773	83
48	10 538	10 135	1 336	1 723
49	11 231	11 880	905	1 079
50	10 861	11 205	2 039	3 101
51	8 275	8 090	583	652
52	8 538	7 979	1 109	1 321
53	8 038	7 903	832	1 010
54	7 584	7 831	785	1 13
55	7 241	7 471	859	1 335
56	6 850	6 904	826	1 238
57	6 189	6 450	527	745
58	5 439	5 817	767	1 383
59	5 265	5 917	497	858
60	5 777	6 476	1 336	2 718

4 Para medir, aproximadamente, a gravidade dos erros ocorridos nas declarações de idade, compararam-se, na Tabela IV, os números observados de presentes nas idades múltiplas de 10, desde 30 até 80 anos, com os correspondentes números retificados pelo processo do ajustamento por médias decenais muitas vezes aplicado em estudos anteriores

Por exemplo, comparando-se o número observado de 3 101 mulheres de 50 anos, conforme a declaração da idade presumida, com o número retificado de 1 356, média aritmética ponderada dos números observados nas idades de 45 a 55 anos (com peso de 0,5 para cada idade extrema e de 1 para cada idade intermédia), obtém-se 1 745 como valor aproximado do erro por excesso do número observado. Em relação ao número retificado, que se toma como expressão aproximada da verdade, este excesso de 1 745 representa um erro relativo de 128,7%

TABELA IV
DISTRITO FEDERAL

Comparação entre os números observados e os números retificados de presentes em 1.º-VII-1950 em algumas idades múltiplas de 10, segundo a forma de declaração de idade, por sexo

IDADE Anos completos	DECLARAÇÃO DA DATA DE NASCIMENTO				DECLARAÇÃO DA IDADE PRESUMIDA			
	Número observado	Número retificado	Diferença	Diferença %	Número observado	Número retificado	Diferença	Diferença %
1 HOMENS								
30	18 404	18 602	— 198	— 1,06	3 215	2 316	899	38,82
40	15 088	14 488	600	4,14	2 814	1 615	1 199	74,24
50	10 861	9 765	1 096	11,22	2 039	1 073	966	90,03
60	5 777	5 226	551	10,54	1 356	658	698	106,08
70	1 865	1 897	— 32	— 1,69	553	288	265	92,01
0	401	392	9	2,30	180	96	84	87,50
2 MULHERES								
30	19 416	19 352	64	0,33	2 842	1 809	1 033	57,10
40	15 396	14 664	832	5,71	2 865	1 551	1 314	84,72
50	11 205	9 624	1 581	16,43	3 101	1 356	1 745	128,69
60	6 476	5 688	788	13,85	2 718	1 119	1 599	142,90
70	2 815	2 593	222	8,56	1 519	641	878	136,97
80	882	826	56	6,78	742	288	454	157,64

O exame da Tabela IV mostra que:

os erros relativos nas declarações de idade são sempre maiores no sexo feminino do que no masculino; em geral a diferença é notável; esses erros tendem, embora irregularmente, a se agravar com o crescer da idade;

a medida desses erros é moderada entre os de quem foi declarada a data de nascimento, atingindo, no máximo, cerca de 11% entre os homens e cerca de 16% entre as mulheres; é elevada, pelo contrário, entre os de quem foi declarada a idade presumida, atingindo, no má-

são, por outros aspectos, memoráveis) O "ano secular" de 1900 parece ser um desses anos atrativos; entre os que declararam este ano de nascimento, uma fração não desprezível, como consta dos erros percentuais correspondentes à idade de 50 anos da Tabela IV, de fato devia ter nascido em outros anos, próximos daquele

A comparação, realizada na Tabela V, entre os erros relativos calculados para as idades múltiplas de 10, desde 30 até 80 anos, com base nos censos de 1940 e 1950, mostra que em geral esses erros diminuíram sensivelmente do penúl-

TABELA V
DISTRITO FEDERAL

Comparação entre os números observados e os números retificados de presentes em 1.º-IX-1940 e em 1.º-VII-1950 em algumas idades múltiplas de 10

IDADE Anos completos	1940				1950			
	Número observado	Número retificado	Diferença	Diferença %	Número observado	Número retificado	Diferença	Diferença %
30	35 570	32 431	3 139	9,68	43 877	42 079	1 798	4,27
40	30 047	24 218	6 019	25,05	36 163	32 218	3 945	12,24
50	18 274	15 404	2 870	18,63	27 206	21 818	5 388	24,70
60	10 623	8 159	2 464	30,20	16 327	12 691	3 636	28,65
70	4 617	3 397	1 220	35,91	6 752	5 419	1 333	24,60
80	1 656	1 082	574	53,05	2 205	1 602	603	37,64

ximo, cerca de 106% entre os homens e cerca de 158% entre as mulheres

Não há somente anos de idade, mas também anos do calendário "atrativos" (os a que correspondem grandes acontecimentos, ou que

timo para o último censo. As medidas excepcionalmente elevadas do erro na idade de 40 anos em 1940 e na de 50 em 1950 dependem da circunstância salientada acima, da concentração de declarações no "ano secular"

A COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL POR GRUPOS DE CÔR, SEGUNDO O CENSO DE 1.º-VII-1950¹

SUMÁRIO: 1 Objetivo do estudo — 2 A composição por grupos de cor da população total, em 1940 e em 1950 — 3 Análise segundo o sexo — 4 Análise segundo a idade — 5 Análise segundo o sexo e a idade — 6 As proporções dos dois sexos, segundo grupos de idade, nos diversos grupos de cor — 7 A composição por grupos de cor dos diversos grupos de idade — 8. Recapitulação

1 Na *Seleção dos Principais Dados do Censo Demográfico de 1º de Julho de 1950 para o Distrito Federal*, publicada em setembro de 1951 pelo Serviço Nacional de Recenseamento, foram apresentados dados definitivos sobre a composição da população considerada, por grupos de cor, em combinação com o sexo e a idade

No presente estudo esses dados serão resumidos, elaborados e comparados com os correspondentes resultados do censo de 1940 :

* * *

2 Considerando-se em conjunto a população do Distrito Federal, verifica-se que os declarados brancos constituem quase sete décimos, e os declarados pardos ou pretos três décimos, da população total

Como foi advertido nos estudos anteriores sobre este assunto, a discriminação dos diversos grupos de cor fornecida pelos censos demográficos não representa o resultado da aplicação de critérios fixados com processo objetivo e científico, e sim o de apreciações individuais dos informantes e dos recenseadores, fortemente sujeitas às influências do meio social e de fatores subjetivos. Na maior parte dos casos, essas influências tendem a determinar declarações de matizes mais claros do que os que daria um levantamento feito com critérios objetivos; portanto, conforme a nomenclatura censitária, elas fazem incluir entre os declarados brancos indivíduos que mais apropriadamente seriam qualificados pardos, e entre os pardos, indivíduos que deveriam ser considerados pretos. Verificam-se, também, mas decerto com frequência muito menor, deslocamentos no sentido oposto.

Essas influências agem com intensidade variável no tempo e no espaço; entretanto, não há motivo para se supor que, no Distrito Federal, a sua ação em 1950 tenha sido muito diferente daquela de 1940, e a própria semelhança entre os resultados proporcionais dos dois censos parece confirmar essa opinião.

A comparação entre esses resultados,² realizada na Tabela I, indica uma leve diminuição

¹ Estudo redigido no Laboratório de Estatística da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, por Giorgio MORTARA, Assessor-Técnico do C N E, e Luiz CLÁUDIO DE CASTRO E COSTA

² Resultados expostos e comentados nos *Estudos Sobre a Composição da População do Brasil Segundo a Cor* (I B G E, 1950), págs. 105 a 131

³ Essa comparação fica levemente perturbada pelo aumento da proporção dos habitantes sem declaração de cor, de 0,19% em 1940 para 0,30% em 1950. Os dados da Tabela I, entretanto, permitem, a quem o desejar, efetuar o cálculo das proporções dos diversos grupos de cor no conjunto dos habitantes de cor declarada

da proporção do grupo branco e um pequeno aumento da proporção do grupo preto; é muito pequeno o aumento do grupo pardo. A proporção do grupo amarelo, já desprezível em 1940, fica ainda menor em 1950, principalmente em consequência da interrupção da imigração japonesa para o Brasil, e, talvez, também de movimentos emigratórios.

O número dos declarados pardos ou pretos, que já excedia 500 000 em 1940, ultrapassa 700 000 em 1950.

TABELA I

DISTRITO FEDERAL

Composição da população presente segundo grupos de cor em 1º-IX-1940 e em 1º-VII-1950

CÔR	HABITANTES			
	Número absoluto		Porcentagem	
	1940	1950	1940	1950
Branca	1 254 353	1 660 834	71,10	69,86
Parda	305 433	415 935	17,31	17,50
Preta	199 523	292 524	11,31	12,30
Amarela	1 550	1 032	0,09	0,04
Não declarada	3 282	7 126	0,19	0,30
TOTAL	1 764 141	2 377 451	100,00	100,00

De 1940 a 1950, verificaram-se nos principais grupos de cor os aumentos relativos constantes dos seguintes dados:

Branços	+ 32,41%
Pardos	+ 36,18%
Pretos	+ 46,61%

O maior aumento relativo dos grupos pardo e preto deve ser atribuído principalmente, e talvez exclusivamente, à maior participação desses grupos na imigração do interior para a Capital.

Com efeito, embora a natalidade seja mais elevada nesses grupos do que no grupo branco,⁴ a maior mortalidade provavelmente anula essa vantagem⁵ e torna a taxa de incremento natural menor entre os pardos e os pretos do que entre os brancos.

Cumpra lembrai que, nos dez anos sucessivos à data do censo de 1940, o número dos habitantes do Distrito Federal aumentou de

⁴ Vejam-se, sobre esse assunto, as informações expostas no volume *Estimativas da Taxa de Natalidade para o Brasil, as Unidades da Federação e as Principais Capitais* (I B G E, 1948, págs. 36 a 38) e no estudo mimeografado *Fecundidade e Proliferação da Mulher no Distrito Federal* (S N R, 1944, N.º 137 da série "Análises de Resultados do Censo Demográfico", págs. 4 a 8)

⁵ Veja-se, quanto à mortalidade infantil, o primeiro dos estudos citados na nota 4 (págs. 39 e 40)

cêrca de 625 000, discriminando-se êsse aumento em 179 000, excedente dos nascimentos sôbre os óbitos, e 446 000, excedente das imigrações sôbre as emigrações⁶

O excedente de imigrações, por sua vez, discrimina-se em 22 000, excedente nas trocas de populações com o exterior, e 424 000, excedente nas trocas com o interior

Êsse excedente de 22 000 imigrantes do exterior representou um refôrço para a população branca, mas nessa mesma população, entre os naturais de países estrangeiros, verificaram-se 40 000 óbitos (sem compensação de nascimentos, porque os filhos de estrangeiros nascidos aqui são brasileiros natos), de modo que o excedente de imigrações cobriu apenas a metade das perdas causadas pelos óbitos ao grupo dos brancos naturais do exterior

A coincidência entre o enfraquecimento da imigração do exterior e a grande intensificação da imigração do interior contribuiu, portanto, para determinar o aumento observado da proporção dos dois principais grupos não brancos na população do Distrito Federal

* * *

branco: em 1940, nesse grupo, o número dos homens excedia de 30 061 o das mulheres; em 1950, fica inferior de 2 542

No grupo pardo, o excedente feminino passou de 15 075 em 1940 para 17 515 em 1950; no grupo prêto, de 22 621 para 31 906

Como se vê pela Tabela II, a quota dos brancos diminuiu mais na população masculina do que na feminina, de 1940 para 1950; a dos pardos aumentou sensivelmente na população masculina, mas diminuiu levemente na feminina; a dos pretos aumentou para ambos os sexos

De 1940 a 1950 verificaram-se nos principais grupos de côr, discriminados segundo o sexo, os aumentos relativos constantes dos seguintes dados

	Homens	Mulheres
Branco	+ 29,11%	+ 35,86%
Pardos	+ 37,22%	+ 35,24%
Pretos	+ 47,32%	+ 46,04%

Em virtude do aumento relativo levemente maior do sexo masculino nos grupos pardo e prêto, diminuiu levemente a inferioridade da representação masculina nesses grupos, infe-

TABELA II

DISTRITO FEDERAL

Composição da população presente segundo grupos de côr, por sexo, em 1.º-IX-1940 e em 1.º-VII-1950

CÔR	HOMENS				MULHERES			
	Número absoluto		Porcentagem		Número absoluto		Porcentagem	
	1940	1950	1940	1950	1940	1950	1940	1950
Branca	642 207	829 146	73,12	71,31	612 146	831 688	69,10	68,47
Parda	145 179	199 210	16,53	17,13	180 254	216 725	18,09	17,84
Preta	88 451	130 309	10,07	11,21	111 072	162 215	12,54	13,36
Amarela	889	700	0,10	0,06	661	332	0,08	0,03
Não declarada	1 573	3 425	0,18	0,29	1 709	3 701	0,19	0,30
TOTAL	878 299	1 162 796	100,00	100,00	885 842	1 214 661	100,00	100,00

3 Discriminando-se os sexos, verifica-se que, em 1950, assim como em 1940, a proporção dos brancos é maior entre os homens do que entre as mulheres, enquanto as proporções dos pardos e dos pretos são menores no sexo masculino do que no feminino. Contribuem para determinar essas diferenças a predominância masculina na imigração exterior e a feminina na imigração interior

Entre 1940 e 1950, como já se lembrou acima, foi relativamente fraca a afluência de imigrantes do exterior; esta circunstância concorreu para atenuar e inverter a diferença entre a representação dos dois sexos no grupo

rioridade que, todavia, se mantém bem forte, como consta dos seguintes dados

	Homens por 1 000 mulheres	
	1940	1950
Branco	1 049	997
Pardos	906	919
Pretos	796	803

Como foi lembrado em estudos anteriores,⁷ um fator importante da predominância feminina nos grupos pardo e prêto consiste na larga afluência de mulheres para as ocupações do serviço doméstico remunerado no Distrito Federal

⁶ Veja-se o estudo sôbre o incremento da população do Distrito Federal entre 1940 e 1950, no volume *Pesquisas Sôbre o Desenvolvimento da População do Brasil* (I B G E, 1951, pág. 47)

⁷ Veja-se o volume *Pesquisas Sôbre os Diversos Grupos de Côr nas Populações do Estado de São Paulo e do Distrito Federal* (I B G E, 1951, págs. 86 e seguintes, e especialmente 110 a 118).

TABELA III A
DISTRITO FEDERAL
Composição da população presente em 1.º-VII-1950 segundo grupos de
côr, por sexo e grupos de idade

A Dados absolutos

IDADE Anos completos	BRANCOS		PARDOS ^s		PRETOS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 9	157 468	154 137	46 802	46 900	29 620	29 652
10 a 19	146 824	150 928	42 660	47 715	26 690	35 623
20 a 29	171 932	167 224	46 862	48 272	29 750	37 871
30 a 39	132 319	131 872	30 967	32 216	20 464	23 828
40 a 49	105 931	98 226	19 076	21 103	12 729	16 154
50 a 59	66 447	65 690	9 925	12 569	6 652	10 038
60 a 69	34 454	39 742	4 249	7 082	2 862	5 207
70 a 79	10 107	16 768	1 009	2 620	779	2 015
80 e mais	1 864	5 042	263	1 091	308	1 140
Idade ignorada	1 800	2 059	822	855	455	687
TOTAL	829 146	831 688	202 635	220 426	130 369	162 215

IDADE Anos completos	AMARELOS		TOTAL		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
0 a 9	104	95	233 994	230 784	464 778
10 a 19	68	74	216 242	234 340	450 582
20 a 29	115	49	248 659	253 416	502 075
30 a 39	122	54	183 872	187 970	371 842
40 a 49	167	30	137 903	135 516	273 419
50 a 59	80	23	83 104	88 320	171 424
60 a 69	32	5	41 597	52 036	93 633
70 a 79	7	2	11 902	21 405	33 307
80 e mais	4	—	2 439	7 273	9 712
Idade ignorada	1	—	3 078	3 601	6 679
TOTAL	700	332	1 162 790	1 214 661	2 377 451

TABELA III B
DISTRITO FEDERAL
Composição da população presente em 1.º-VII-1950 segundo a côr,
por sexo e grupos de idade

B Proporção por 1 000 habitantes

IDADE Anos completos	BRANCOS		PARDOS ^s		PRETOS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 9	66 233	64 834	19 686	19 727	12 450	12 472
10 a 19	61 757	63 483	17 944	20 070	11 225	14 984
20 a 29	72 319	70 337	19 711	20 304	12 513	15 929
30 a 39	55 656	55 467	13 025	13 551	8 608	10 023
40 a 49	44 557	41 316	8 023	8 878	5 354	6 794
50 a 59	27 949	27 630	4 174	5 287	2 798	4 222
60 a 69	14 492	16 716	1 788	2 979	1 204	2 190
70 a 79	4 251	7 053	424	1 102	328	848
80 e mais	784	2 121	110	458	130	480
Idade ignorada	757	866	347	359	191	289
TOTAL	348 755	349 823	85 232	92 715	54 810	68 231

IDADE Anos completos	AMARELOS		TOTAL		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
0 a 9	44	39	98 422	97 072	195 494
10 a 19	29	31	90 955	98 568	189 523
20 a 29	48	21	104 591	106 591	211 182
30 a 39	51	23	77 340	79 064	156 404
40 a 49	70	13	58 004	57 001	115 005
50 a 59	34	10	34 955	37 149	72 104
60 a 69	13	2	17 497	21 887	39 384
70 a 79	3	1	5 006	9 004	14 010
80 e mais	2	—	1 026	3 059	4 085
Idade ignorada	—	—	1 295	1 514	2 809
TOTAL	94	140	489 091	510 909	1 000 000

^s Inclusive os habitantes de côr não declarada

^o Inclusive os habitantes de côr não declarada

* * *

4 A discriminação da população presente em 1.º de julho de 1950 no Distrito Federal, segundo a cor, em combinação com o sexo e grupos decenais de idade,¹⁰ consta das Tabelas IIIA, de dados absolutos, e IIIB, de dados proporcionais a 1 milhão de habitantes

feita sobretudo nos grupos de cor que participaram mais ativamente nesse movimento

O aumento da proporção das idades senis em parte depende da maior longevidade em que se manifesta o efeito da diminuição da mortalidade, e se verifica principalmente no grupo branco, que deve ser o mais beneficiado por essa diminuição

TABELA IV
DISTRITO FEDERAL

Comparação entre a composição proporcional da população segundo grupos de cor e grandes grupos de idade, em 1.º-IX-1940 e em 1.º-VII-1950

IDADE Anos completos	ANO DO CENSO	PROPORÇÕES DOS DIVERSOS GRUPOS DE IDADE E CÔR POR 1 000 000 DE HABITANTES				
		Branco	Pardos ¹¹	Pretos	Amarelos	Total
0 a 19	1940	276 620	78 691	47 057	319	402 687
	1950	256 307	77 427	51 140	143	385 017
	Varição	- 20 313	- 1 264	+ 4 083	- 176	- 17 670
20 a 59	1940	394 154	89 608	60 730	517	545 009
	1950	395 231	92 953	66 241	270	554 695
	Varição	+ 1 077	+ 3 345	+ 5 511	- 247	+ 9 686
60 e mais	1940	38 066	5 941	4 710	38	48 755
	1950	45 417	6 861	5 180	21	57 479
	Varição	+ 7 351	+ 920	+ 470	- 17	+ 8 724
TOTAL ¹²	1940	711 028	174 994	113 099	879	1 000 000
	1950	698 578	177 947	123 041	434	1 000 000
	Varição	- 12 450	+ 2 953	+ 9 942	- 445	-

Resumindo esses dados proporcionais, sem discriminação do sexo e por grupos de idade mais amplos — o de 0 a 19 anos, compreendendo as idades infantis e adolescentes, o de 20 a 59 anos, das idades moças e maduras, e o de 60 anos e mais, das idades senis —, e comparando-os com os correspondentes dados de 1940, obtém-se o seguinte quadro (Tabela IV)

A proporção das idades de 0 a 19 anos na população do Distrito Federal diminuiu sensivelmente de 1940 a 1950. Vê-se, pela Tabela IV, que essa diminuição se verificou principalmente no grupo branco; a moderada diminuição que se observa no grupo pardo acha-se mais que compensada pelo aumento no grupo preto

A proporção das idades de 20 a 59 anos manifesta sensível aumento, para o qual contribuem em parte preponderante os grupos preto e pardo e apenas em pequena parte o grupo branco

Pelo contrário, cabe ao grupo branco parte preponderante do notável aumento da proporção das idades de 60 anos e mais, sendo pequena a parte dos grupos pardo e preto

O aumento da proporção das idades moças e maduras reflete principalmente a intensificação da imigração do interior para o Distrito Federal no período intercensitário e se mani-

A diminuição da proporção das idades infantis e adolescentes em parte pode ser consequência do rápido incremento migratório; em parte, talvez, reflita o efeito da limitação voluntária da prole

Uma comparação paralela à efetuada na Tabela IV, sem discriminação do sexo, é realizada na Tabela V, com essa discriminação, limitadamente aos três maiores grupos de cor

No grupo de 0 a 19 anos essa comparação não revela fortes diferenças entre os dois sexos

No grupo de 20 a 59 anos, pelo contrário, encontra-se grande diferença no que diz respeito ao grupo branco, onde diminui a quota masculina correspondente a essas idades, enquanto aumenta a feminina em medida um pouco superior. É digno de nota, também, no grupo preto, o maior aumento da quota feminina correspondente a essas idades, em comparação com a masculina. Ambas essas diferenças refletem, em parte, os efeitos de variações nos movimentos migratórios (escassa imigração do exterior e emigração masculina para o exterior no período bélico; intensificação das migrações interiores)

No grupo de 60 anos e mais tornam-se de novo pouco diferentes as variações verificadas nas proporções relativas aos dois sexos

¹⁰ Em vista da escassa confiança que merecem, na maior parte dos casos, as declarações de idades muito avançadas, foram reunidas em um só grupo as idades de 80 anos e mais

¹¹ Inclusive os habitantes de cor não declarada.

¹² Inclusive os habitantes de idade não declarada

TABELA V
DISTRITO FEDERAL

Comparação entre a composição proporcional da população segundo o sexo, grupos de cor e grandes grupos de idade, em 1.º-IX-1940 e em 1.º-VII-1950

IDADE Anos completos	ANO DO CENSO	PROPORÇÕES DOS DIVERSOS GRUPOS DE IDADE E CÔR POR 1 000 000 DE HABITANTES					
		Branços		Pardos ¹³		Pretos	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 19	1940	138 675	137 945	37 926	40 765	21 638	25 419
	1950	127 990	128 317	37 630	39 797	23 684	27 456
	Variacão	- 10 685	- 9 628	- 296	- 968	+ 2 046	+ 2 037
20 a 59	1940	208 292	185 862	43 093	46 515	26 936	33 794
	1950	200 481	194 750	44 933	48 020	29 273	36 968
	Variacão	- 7 811	+ 8 888	+ 1 840	+ 1 505	+ 2 337	+ 3 174
60 e mais	1940	16 011	22 055	1 860	4 081	1 352	3 358
	1950	19 527	25 890	2 322	4 539	1 662	3 518
	Variacão	+ 3 516	+ 3 835	+ 462	+ 458	+ 310	+ 160
TOTAL ¹¹	1940	364 034	346 994	83 186	91 808	50 138	62 961
	1950	348 755	349 823	85 232	92 715	54 810	68 231
	Variacão	- 15 279	+ 2 829	+ 2 046	+ 907	+ 4 672	+ 5 270

* * *

5 Os dados expostos no parágrafo anterior já indicam a existência de notáveis diferenças entre a composição proporcional, segundo a

proporção dos habitantes nessas idades bem maior entre os brancos do que entre os pretos e os pardos De 1940 a 1950 aumentaram as proporções desses grupos de idade, especialmente entre os brancos

TABELA VI
DISTRITO FEDERAL

Comparação entre a composição proporcional dos três principais grupos de cor, segundo a idade, em 1.º-IX-1940 e em 1.º-VII-1950

IDADE Anos completos	PROPORÇÕES DOS DIVERSOS GRUPOS DE IDADE POR 10 000					
	Branços		Pardos ¹⁵		Pretos	
	1940	1950	1940	1950	1940	1950
0 a 19	3 890	3 669	4 497	4 351	4 161	4 156
20 a 39	3 613	3 633	3 680	3 742	3 839	3 826
40 a 59	1 930	2 025	1 441	1 481	1 531	1 558
60 a 79	500	608	306	354	345	371
80 e mais	36	42	33	32	71	50
Ignorada	31	23	43	40	53	39
TOTAL	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000

idade, dos diversos grupos de cor Os dados da Tabela VI põem em relêvo, diretamente, essas diferenças, no que diz respeito aos três grupos principais, comparando a situação de 1950 com a de 1940

A proporção dos habitantes em idades infantis e adolescentes é bem menor no grupo branco do que no preto e neste do que no pardo Essa proporção diminuiu de 1940 a 1950, apenas levemente no grupo preto, mas em medida maior no pardo e no branco

A proporção dos habitantes em idades de 20 a 39 anos apresenta menores diferenças nos diversos grupos de cor, sendo, entretanto, mais elevada no grupo preto do que no pardo e neste do que no branco Houve só moderadas variações de 1940 a 1950

Acentuam-se de novo as diferenças nas idades de 40 a 59 e de 60 a 79 anos, sendo a

Nas idades de 80 anos e mais, a maior frequência de declarações de idades superiores às efetivas faz passar em primeiro lugar a proporção referente ao grupo preto; se fossem eliminados esses erros, esta posição provavelmente caberia ao grupo branco De 1940 a 1950 diminuiu a proporção aparente dessas idades no grupo preto, variou pouco no pardo, aumentou no branco

Discriminando-se os dois sexos, mas mantendo-se como referência o número total dos componentes de cada grupo de cor, obtêm-se, para 1950, as proporções dos diversos grupos de idade constantes da Tabela VII

¹³ Inclusive os habitantes de cor não declarada.

¹⁴ Inclusive os habitantes de idade não declarada

¹⁵ Inclusive os habitantes de cor não declarada

TABELA VII
DISTRITO FEDERAL
Composição proporcional dos três principais grupos de cor, segundo o sexo e a idade, em 1.º-VII-1950

IDADE Anos completos	PROPORÇÕES DOS DIVERSOS GRUPOS DE SEXO E IDADE POR 10 000					
	Branco		Pardos ^{15 bis}		Pretos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 19	1 832	1 837	2 115	2 236	1 925	2 231
20 a 39	1 832	1 801	1 840	1 903	1 717	2 109
40 a 59	1 038	987	686	796	663	895
60 a 79	268	340	124	229	121	247
80 e mais	11	31	6	28	11	39
Ignorada	11	12	18	20	15	24
TOTAL POR SEXO	4 992	5 008	4 790	5 210	4 455	5 545
TOTAL GERAL	10 000		10 000		10 000	

Cumprir lembrar que a distribuição aparente por amplos grupos de idade, como os discriminados nas Tabelas VI e VII, está afetada por erros de rejuvenescimento (declarações de idades inferiores às efetivas), muito mais frequentes entre as mulheres moças e maduras do que entre os homens, e por erros de envelhecimento (declarações de idades superiores às efetivas), cuja frequência é sensivelmente maior no sexo feminino do que no masculino

Esses erros contribuem para elevar a proporção aparente, na população total, das mulheres, especialmente no intervalo de 10 a 30 anos, e para diminuir-la, especialmente no de 30 a 50 anos, como também para elevá-la nas idades mais avançadas (esta última alteração verificando-se também, mas em menor proporção, para o sexo masculino)

No grupo branco há sensível inferioridade da quota feminina em comparação com a masculina nos grupos de 20 a 39 e de 40 a 59 anos; forte superioridade relativa nos de 60 a 79 e de 80 anos e mais (superioridade em boa parte real, e não apenas aparente, dependendo da maior longevidade das mulheres)

No grupo pardo, os efeitos da imigração e dos erros de rejuvenescimento contribuem para elevar a quota da população feminina de 0 a 19 anos; ainda mais acentuados são esses efeitos no grupo preto. A maior imigração feminina parece ser o fator principal das quotas de mulheres mais elevadas do que as de homens nas idades de 20 a 39 anos, no grupo preto, e, embora em medida muito menor, no pardo¹⁶. A partir do grupo de 40 a 59 anos, é a maior mortalidade masculina o principal fator de inferioridade das quotas referentes aos homens em comparação com as referentes às mulheres; acrescentam-se os efeitos da maior imigração feminina, e, nas idades mais avançadas, os dos mais frequentes erros de envelhecimento no sexo feminino

* * *

^{15 bis} Inclusive os habitantes de cor não declarada

¹⁶ Note-se que a presença da numerosa guarnição militar tende a elevar a quota do grupo masculino de 20 a 39 anos

6 A composição por sexo dos diferentes grupos de idade nos três principais grupos de cor é ilustrada pelas proporções dos homens por 1 000 mulheres, constantes da Tabela VIII

Para o cálculo dessas proporções, tornou-se conveniente considerar grupos decenais de idade

TABELA VIII
DISTRITO FEDERAL
Proporção dos homens por 1 000 mulheres nos três principais grupos de cor, por grupos de idades

IDADE Anos completos	PROPORÇÃO DE HOMENS POR 1 000 MULHERES			
	Branco	Pardos ¹⁷	Pretos	Total ¹⁸
0 a 9	1 022	998	999	1 014
10 a 19	973	894	749	923
20 a 29	1 028	971	786	981
30 a 39	1 003	961	859	978
40 a 49	1 078	904	788	1 018
50 a 59	1 012	790	663	941
60 a 69	867	600	550	799
70 a 79	603	385	387	556
80 e mais	370	241	270	335
Ignorada	874	961	662	855
Tôdas as idades	997	919	803	957

No primeiro decênio, observa-se ligeira prevalência masculina entre os brancos, e levisíssima inferioridade do mesmo sexo entre os pardos e os pretos. Como em todos os grupos de cor o número dos nascimentos masculinos excede o dos femininos, enquanto a diferença entre a imigração de crianças dos dois sexos é pequena, essa inferioridade só pode depender da maior mortalidade masculina nos anos da infância¹⁹

¹⁷ Inclusive os habitantes de cor não declarada

¹⁸ Inclusive os habitantes de cor amarela

¹⁹ Sobre a mortalidade comparativa dos dois sexos nas diferentes idades, veja-se o segundo dos estudos reunidos na coletânea *Pesquisas Sobre o Desenvolvimento da População do Brasil* (I B G E, 1951, págs 34 e 35)

Nas idades de 10 a 19 anos, a menor imigração²⁰ e a maior mortalidade contribuem para reduzir fortemente a proporção masculina no grupo dos pretos e, embora em menor medida, no dos pardos; acentua-se, ainda, essa redução em virtude dos erros de rejuvenescimento nas declarações de idade femininas. No grupo branco, todas essas circunstâncias agem com intensidade muito menor do que nos dois outros, todavia o número dos homens fica inferior, nessas idades, ao das mulheres.

Nas idades de 20 a 29 anos a presença de fortes contingentes militares concorre para elevar a proporção masculina, que, porém, somente no grupo branco excede a feminina, enquanto no grupo pardo lhe fica um pouco inferior e no preto muito inferior. Em parte, a ação dos fatores de real elevação dessa proporção — serviço militar e imigração de trabalhadores — fica disfarçada pelo efeito dos erros de rejuvenescimento, fatores de aparente elevação da proporção feminina.

No grupo de 30 a 39 anos, o número dos homens no conjunto da população fica moderadamente inferior ao das mulheres. Prevalencem estas, embora em medida não grande, na imigração interior, mas aquêles na imigração exterior. Assim, no grupo branco, a proporção masculina excede levemente a feminina, enquanto no grupo pardo há sensível inferioridade masculina e no preto forte inferioridade.

A prevalência masculina que se verifica nas idades de 40 a 49 anos em parte é efetiva, dependendo da maior representação deste sexo entre os imigrados do exterior, em parte apa-

rente, pois que numerosas mulheres que efetivamente estão nessas idades figuram em grupos de idade anteriores, em virtude de declarações erradas. Como a primeira circunstância age quase exclusivamente no grupo branco, é neste que se manifesta acentuada a prevalência masculina; enquanto nos grupos pardo e preto a segunda circunstância não basta para compensar os efeitos da maior mortalidade e da menor imigração interior masculina.

Ainda nas idades de 50 a 59 anos a maior imigração do exterior eleva o número dos homens acima do das mulheres no grupo branco; nos demais grupos, prevalece o efeito da maior mortalidade masculina, fazendo descer as proporções deste sexo muito abaixo dos níveis observados nas idades anteriores.

A partir da idade de 60 anos, em todos os grupos de cor a proporção masculina cai rapidamente com o subir da idade, em consequência da menor longevidade do homem, sendo apenas retardada essa queda no grupo branco pela presença de maiores contingentes masculinos, resíduo de antigas correntes imigratórias.

* * *

7 Foi estudada acima, no § 5, a composição proporcional, segundo a idade, dos diversos grupos de cor. É interessante examinar, também, a composição proporcional, segundo a cor, dos diversos grupos de idade, que consta dos dados comparativos da Tabela IX, calculados com base nos censos de 1940 e 1950.

TABELA IX
DISTRITO FEDERAL
Comparação entre a composição proporcional dos diversos grupos de idade, segundo grupos de cor, em 1.º-IX-1940 e em 1.º-VII-1950

IDADE Anos completos	ANO DO CENSO	PROPORÇÕES DOS DIVERSOS GRUPOS DE CÔR POR 10 000 HABITANTES EM CADA GRUPO DE IDADE				
		Branco	Pardos ²¹	Pretos	Amarelos	Total
0 a 19	1940	6 889	1 954	1 169	8	10 000
	1950	6 657	2 011	1 328	4	10 000
20 a 39	1940	7 037	1 764	1 180	10	10 000
	1950	6 904	1 811	1 281	4	10 000
40 a 59	1940	7 628	1 401	962	9	10 000
	1950	7 560	1 409	1 024	7	10 000
60 a 79	1940	7 927	1 195	870	8	10 000
	1950	7 962	1 178	856	4	10 000
80 e mais	1940	6 448	1 481	2 061	10	10 000
	1950	7 111	1 394	1 491	1	10 000

A proporção dos brancos tende a aumentar com o subir da idade; a aparente exceção do grupo de 80 anos e mais depende da menor

freqüência de erros de envelhecimento entre os brancos em comparação com os pardos e os pretos. Cumpre observar que a proporção dos brancos diminuiu sensivelmente, de 1940 a 1950, nos grupos de idade de 0 a 19, de 20 a 39 e de 40 a 59 anos.

A proporção dos pardos tende a diminuir com o subir da idade; de 1940 a 1950, essa

²⁰ Segundo o censo de 1950, estavam presentes no Distrito Federal 67 688 homens e 83 001 mulheres de 10 a 19 anos de idade, naturais do Brasil mas não do próprio Distrito Federal. O excedente de mais de 15 000 mulheres em parte pode ser aparente e causado por erros de rejuvenescimento, mas na maior parte é real e dependente da maior imigração feminina do interior para a Capital.

²¹ Inclusive os habitantes de cor não declarada.

proporção aumentou sensivelmente nos grupos de 0 a 19 e de 20 a 39 anos

A proporção dos pretos tende, também, a diminuir com o subir da idade, mas menos rapidamente do que a dos pardos. Note-se que em 1940 parecia atingir seu máximo no grupo de 20 a 39 anos e não no de 0 a 19. E advirta-se que a proporção muito elevada de pretos nas idades mais avançadas depende principalmente, e talvez exclusivamente, da grande frequência dos erros de envelhecimento neste grupo.²² De 1940 a 1950 houve aumentos relativamente fortes da proporção dos pretos nos grupos de 0 a 19, de 20 a 39 e de 40 a 59 anos

* * *

8 Recapitulando, salienta-se, como o resultado mais importante do censo de 1950, no que diz respeito à composição da população do Distrito Federal segundo a cor, a verificação de que a tendência observada no período de 1872 a 1940 para o progressivo aumento da propor-

²² A mesma observação aplica-se ao grupo pardo

ção do grupo branco sofreu uma interrupção no decênio de 1940 a 1950, no curso do qual, antes, essa proporção, embora mantendo-se preponderante, diminuiu um pouco, de 71,10% para 69,86%

Diminuiu fortemente a proporção, aliás já desprezível em 1940, dos amarelos

Aumentou levemente a proporção dos pardos e em medida maior a dos pretos. Em conjunto, estes dois grupos constituíram 28,62% da população do Distrito Federal em 1940 e 29,80% em 1950

A diminuição da proporção dos brancos e o aumento da proporção dos pardos e pretos foram maiores na população masculina do que na feminina

Aquela diminuição e este aumento verificaram-se com a maior intensidade nas idades infantis e adolescentes e com intensidade ainda notável nas idades moças e maduras

Os fatores principais das variações observadas são constituídos pelos movimentos migratórios. O enfraquecimento da imigração do exterior contribuiu para a redução da proporção dos brancos e a ativa imigração do interior reforçou a proporção dos pardos e pretos.

INFORMAÇÕES GERAIS

BRASIL

ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO NOS ANOS DE 1941 a 1952*

Os resultados dos censos demográficos de 1º de julho de 1950 indicam a população presente nessas datas em cada Unidade da Federação

Pela comparação entre os dados de população apurados nos dois censos, pode-se determinar tanto o incremento relativo da população no período intercensitário como a taxa média geométrica anual de incremento

Por exemplo, para o Estado do Rio de Janeiro, cuja população presente ascendia a 1 847 857 habitantes em 1º de setembro de 1940 e a 2 297 194 em 1º de julho de 1950, a diferença entre o logaritmo do segundo e o do primeiro número,

$$6,3611977 - 6,2666684 = 0,0945293,$$

dá o logaritmo da razão entre os dois dados, a qual resulta igual a 1,243167, ficando, portanto, determinado em 24,32% o incremento relativo da população entre as duas datas

Sendo o intervalo entre os dois censos de 9 anos e 10 meses, isto é, de 118 meses, é preciso dividir por 118/12 o logaritmo da razão determinada acima, para se obter o logaritmo da razão média geométrica anual de incremento Obtém-se:

$$0,0945293 : (118 : 12) = 0,00961315,$$

ficando assim determinada em 1,0223819 a razão média geométrica anual e em 22,38 por 1 000 habitantes a taxa média geométrica anual de incremento da população

Querendo-se estimar a população em datas intermédias às dos dois censos, pode-se supor que o incremento observado entre o quinto e o sexto censo se tenha verificado regularmente, ficando constante em todo o período intercensitário sua taxa média geométrica anual Dessa maneira, realizam-se estimativas por interpolação

Se fôr estendida a mesma hipótese a épocas posteriores ao censo de 1950, a estimativa fica realizada por extrapolação, com maior risco de afastamento da verdade

Na situação atual das estatísticas do movimento da população — estando fortemente incompletos os registros dos nascimentos e óbitos e faltando qualquer registro dos vastos movimentos de migração interior —, é inevitável o recurso a êsses processos de interpolação e extrapolação para a execução de estimativas da população nos períodos intercensitários e pós-censitários Deve-se todavia lembrar que essas estimativas indicam apenas a *tendência* da marcha da população: *tendência observada* nos períodos intercensitários, mas

apenas *suposta* nos pós-censitários É certo que de fato a marcha da população foi menos regular do que parece por essas estimativas; além disto, é possível que nos períodos pós-censitários a tendência efetiva se tenha afastado daquela observada no período intercensitário, que se supõe continuar

Devem, portanto, ser usadas com prudência, e sempre com a reserva de seu caráter aproximativo, as estimativas que serão divulgadas, como anexos ao presente estudo, para as diversas Unidades da Federação

Para cada Unidade, serão especificados o incremento relativo da população entre os dois censos, a taxa média geométrica anual de incremento e a população estimada em 1º de janeiro e em 1º de julho de cada ano de 1940 a 1952 A população estimada em 1º de julho pode ser tomada como expressão aproximativa da população média do ano

ANEXO A

ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NOS ANOS DE 1941 A 1952 *

População presente em 1º-IX-1940 (5º censo)	1 847 857
População presente em 1º-VII-1950 (6º censo)	2 297 194
Incremento relativo da população presente, entre o 5º e o 6º censo (intervalo de 9 anos e 10 meses)	24,32%
Incremento relativo calculado para um intervalo de 10 anos	24,78%
Taxa média geométrica anual de incremento da população presente, entre o 5º e o 6º censo: 22,38 por 1 000 habitantes	

População presente estimada

ANO	POPULAÇÃO ESTIMADA	
	Em 1º de janeiro	Em 1º de julho
1941	1 861 542	1 882 259
1942	1 903 207	1 924 388
1943	1 945 804	1 967 459
1944	1 989 355	2 011 494
1945	2 033 880	2 056 515
1946	2 079 402	2 102 544
1947	2 125 943	2 149 602
1948	2 173 526	2 197 715
1949	2 222 173	2 246 904
1950	2 271 910	2 297 194**
1951	2 322 760	2 348 609
1952	2 374 747	2 401 176

* Nota compilada pelo Professor GIORGIO MORTARA

* Cálculos realizados pelo Estatístico Analista ORÊNCIO LONGINO DE ARRUDA GOMES
** Censo de 1950

ANEXO B

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ
NOS ANOS DE 1941 A 1952 *

População presente em 1º-IX-1940 (5º censo) . . . 2 091 032
 População presente em 1º-VII-1950 (6º censo) . . . 2 695 450
 Incremento relativo da população presente, entre o 5º e o 6º censo (intervalo de 9 anos e 10 meses) . . . 28,91%
 Incremento relativo calculado para um intervalo de 10 anos . . . 29,46%
 Taxa média geométrica anual de incremento da população presente, entre o 5º e o 6º censo: 26,16 por 1 000 habitantes

População presente estimada

ANO	POPULAÇÃO ESTIMADA	
	Em 1º de janeiro	Em 1º de julho
1941	2 109 107	2 136 513
1942	2 164 276	2 192 399
1943	2 220 888	2 249 746
1944	2 278 980	2 308 594
1945	2 338 592	2 368 980
1946	2 399 764	2 430 946
1947	2 462 535	2 494 534
1948	2 526 949	2 559 785
1949	2 593 046	2 626 411
1950	2 660 874	2 695 450**
1951	2 730 475	2 765 955
1952	2 801 897	2 838 306

* Cálculos realizados pelo Estatístico Analista ORÊNCIO LONGINO DE ARRUDA GOMES
 ** Censo de 1950

ANEXO C

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NOS ANOS DE 1941 A 1952 *

População presente em 1º-IX-1940 (5º censo) . . . 750 107
 População presente em 1º-VII-1950 (6º censo) . . . 861 562
 Incremento relativo da população presente, entre o 5º e o 6º censo (intervalo de 9 anos e 10 meses) . . . 14,86%
 Incremento relativo calculado para um intervalo de 10 anos . . . 15,13%
 Taxa média geométrica anual de incremento da população presente, entre o 5º e o 6º censo: 14,19 por 1 000 habitantes

População presente estimada

ANO	POPULAÇÃO ESTIMADA	
	Em 1º de janeiro	Em 1º de julho
1941	753 638	758 965
1942	764 330	769 703
1943	775 174	780 654
1944	786 172	791 729
1945	797 326	802 962
1946	808 638	814 354
1947	820 111	825 908
1948	831 746	837 626
1949	843 547	849 509
1950	855 515	861 562**
1951	867 652	873 785
1952	879 962	886 182

* Cálculos realizados pelo Estatístico Analista ORÊNCIO LONGINO DE ARRUDA GOMES.
 ** Censo de 1950

ANEXO D

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE NOS ANOS DE 1941 A 1952 *

População presente em 1º-IX-1940 (5º censo) . . . 768 018
 População presente em 1º-VII-1950 (6º censo) . . . 967 921
 Incremento relativo da população presente, entre o 5º e o 6º censo (intervalo de 9 anos e 10 meses) . . . 26,03%
 Incremento relativo calculado para um intervalo de 10 anos . . . 26,52%
 Taxa média geométrica anual de incremento da população presente, entre o 5º e o 6º censo: 23,80 por 1 000 habitantes

População presente estimada

ANO	POPULAÇÃO ESTIMADA	
	Em 1º de janeiro	Em 1º de julho
1941	774 064	783 223
1942	792 491	801 868
1943	811 356	820 956
1944	830 670	840 499
1945	850 444	860 507
1946	870 688	880 991
1947	891 415	901 963
1948	912 635	923 433
1949	934 360	945 416
1950	956 602	967 921**
1951	979 374	990 962
1952	1 002 688	1 014 552

* Cálculos realizados pelo Estatístico Analista MOYSÉS ISAAC KESSEL
 ** Censo de 1950

ANEXO E

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, NOS ANOS DE 1941 A 1952 *

População presente em 1º-IX-1940 (5º censo) . . . 1 422 282
 População presente em 1º-VII-1950 (6º censo) . . . 1 713 259
 Incremento relativo da população presente, entre o 5º e o 6º censo (intervalo de 9 anos e 10 meses) . . . 20,46%
 Incremento relativo calculado para um intervalo de 10 anos . . . 20,84%
 Taxa média geométrica anual de incremento da população presente, entre o 5º e o 6º censo: 19,11 por 1 000 habitantes

População presente estimada

ANO	POPULAÇÃO ESTIMADA	
	Em 1º de janeiro	Em 1º de julho
1941	1 431 285	1 444 895
1942	1 458 635	1 472 506
1943	1 486 509	1 500 644
1944	1 514 915	1 529 321
1945	1 543 863	1 558 545
1946	1 573 366	1 588 227
1947	1 603 431	1 618 679
1948	1 634 072	1 649 611
1949	1 665 298	1 681 134
1950	1 697 120	1 713 259**
1951	1 729 551	1 745 998
1952	1 762 601	1 779 363

* Cálculos realizados pelo Estatístico Analista MOYSÉS ISAAC KESSEL.
 ** Censo de 1950

ANEXO F

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DO ESTADO DE SERGIPE
NOS ANOS DE 1941 A 1952 *

População presente em 1º-IX-1940 (5º censo)	542 326
População presente em 1º-VII-1950 (6º censo)	644 361
Incremento relativo da população presente, entre o 5º e o 6º censo (intervalo de 9 anos e 10 meses)	18,81%
Incremento relativo calculado para um intervalo de 10 anos	19,16%
Taxa média geométrica anual de incremento da população presente, entre o 5º e o 6º censo: 17,69 por 1 000 habitantes	

População presente estimada

ANO	POPULAÇÃO ESTIMADA	
	Em 1º de janeiro	Em 1º de julho
1941	545 504	550 307
1942	555 152	560 040
1943	564 971	569 945
1944	574 963	580 025
1945	585 131	590 283
1946	595 480	600 723
1947	606 012	611 347
1948	616 730	622 159
1949	627 637	633 183
1950	638 738	644 361**
1951	650 034	655 757
1952	661 531	667 355

* Cálculos realizados pelo Estatístico Analista MOYSÉS ISAAC KESSEL

** Censo de 1950

ANEXO G

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
NOS ANOS DE 1941 A 1952 *

População presente em 1º-IX-1940 (5º censo)	1 764 141
População presente em 1º-VII-1950 (6º censo)	2 377 451
Incremento relativo da população presente, entre o 5º e o 6º censo (intervalo de 9 anos e 10 meses)	34,77%
Incremento relativo calculado para um intervalo de 10 anos	35,45%
Taxa média geométrica anual de incremento da população presente, entre o 5º e o 6º censo: 30,81 por 1 000 habitantes	

População presente estimada

ANO	POPULAÇÃO ESTIMADA	
	Em 1º de janeiro	Em 1º de julho
1941	1 782 074	1 809 316
1942	1 836 975	1 865 057
1943	1 895 567	1 922 514
1944	1 951 903	1 981 741
1945	2 012 035	2 042 793
1946	2 074 021	2 105 726
1947	2 137 915	2 170 598
1948	2 203 779	2 237 468
1949	2 271 671	2 306 398
1950	2 341 655	2 377 451**
1951	2 413 795	2 450 694
1952	2 488 157	2 526 194

* Cálculos realizados pelo Estatístico Analista ORÊNCIO LONGINO DE ARRUDA GOMES

** Censo de 1950

ANEXO H

ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL NOS ANOS DE 1941 A 1952 *

População presente em 1º-IX-1940 (5º censo)	3 320 689
População presente em 1º-VII-1950 (6º censo)	4 164 821
Incremento relativo da população presente, entre o 5º e o 6º censo (intervalo de 9 anos e 10 meses)	25,42%
Incremento relativo calculado para um intervalo de 10 anos	25,90%
Taxa média geométrica anual de incremento da população presente, entre o 5º e o 6º censo: 23,30 por 1 000 habitantes	

População presente estimada

ANO	POPULAÇÃO ESTIMADA	
	Em 1º de janeiro	Em 1º de julho
1941	3 346 283	3 385 045
1942	3 424 256	3 463 921
1943	3 504 046	3 544 636
1944	3 585 694	3 627 230
1945	3 669 247	3 711 750
1946	3 754 745	3 798 238
1947	3 842 235	3 866 742
1948	3 931 765	3 977 308
1949	4 023 381	4 069 985
1950	4 117 130	4 194 821**
1951	4 213 065	4 261 867
1952	4 311 235	4 361 175

* Cálculos realizados pelo Estatístico Analista ORÊNCIO LONGINO DE ARRUDA GOMES

** Censo de 1950

ANEXO I

ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO
MARANHÃO NOS ANOS DE 1941 A 1952 *

População presente em 1º-IX-1940 (5º censo)	1 235 169
População presente em 1º-VII-1950 (6º censo)	1 583 248
Incremento relativo da população presente, entre o 5º e o 6º censo (intervalo de 9 anos e 10 meses)	28,18%
Incremento relativo calculado para um intervalo de 10 anos	28,72%
Taxa média geométrica anual de incremento da população presente, entre o 5º e o 6º censo: 25,57 por 1 000 habitantes	

População presente estimada

ANO	POPULAÇÃO ESTIMADA	
	Em 1º de janeiro	Em 1º de julho
1941	1 245 608	1 261 432
1942	1 277 457	1 293 686
1943	1 310 121	1 326 765
1944	1 343 620	1 360 689
1945	1 377 975	1 395 481
1946	1 413 209	1 431 162
1947	1 449 344	1 467 756
1948	1 486 402	1 505 285
1949	1 524 409	1 543 775
1950	1 563 387	1 583 248**
1951	1 603 362	1 623 731
1952	1 644 358	1 665 248

* Cálculos realizados pelo Estatístico Analista ORÊNCIO LONGINO DE ARRUDA GOMES

** Censo de 1950

ANEXO J

ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO DO TERRITÓRIO DO ACRE NOS ANOS DE 1941 A 1952 *

População presente em 1º-IX-1940 (5º censo)	79 768
População presente em 1º-VII-1950 (6º censo)	114 755
Incremento relativo da população presente, entre o 5º e o 6º censo (intervalo de 9 anos e 10 meses)	43,86%
Incremento relativo calculado para um intervalo de 10 anos	44,75%
Taxa média geométrica anual de incremento da população presente, entre o 5º e o 6º censo: 37,68 por 1 000 habitantes	

População presente estimada

ANO	POPULAÇÃO ESTIMADA	
	Em 1º de janeiro	Em 1º de julho
1941	80 757	82 265
1942	83 800	85 364
1943	86 957	88 580
1944	90 234	91 918
1945	93 633	95 381
1946	97 161	98 975
1947	100 822	102 704
1948	104 620	106 573
1949	108 562	110 588
1950	112 652	114 755**
1951	116 897	119 079
1952	121 301	123 565

* Cálculos realizados pelo Estatístico Analista ORÊNCIO LONGINO DE ARRUDA GOMES
** Censo de 1950

ANEXO K

ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ NOS ANOS DE 1941 A 1952 *

População presente em 1º-IX-1940 (5º censo)	923 086 **
População presente em 1º-VII-1950 (6º censo)	1 123 273
Incremento relativo da população presente, entre o 5º e o 6º censo (intervalo de 9 anos e 10 meses)	21,69%
Incremento relativo calculado para um intervalo de 10 anos	22,09%
Taxa média geométrica anual de incremento da população presente, entre o 5º e o 6º censo: 20,16 por 1 000 habitantes	

População presente estimada

ANO	POPULAÇÃO ESTIMADA	
	Em 1º de janeiro	Em 1º de julho
1941	929 248	938 569
1942	947 983	957 492
1943	967 095	976 796
1944	986 593	996 489
1945	1 006 484	1 016 579
1946	1 026 776	1 037 075
1947	1 047 477	1 057 984
1948	1 068 596	1 079 314
1949	1 090 140	1 101 074
1950	1 112 118	1 123 273***
1951	1 134 540	1 145 920
1952	1 157 414	1 169 023

* Cálculos realizados pelo Estatístico Analista ORÊNCIO LONGINO DE ARRUDA GOMES.
** Nas fronteiras de 1950
*** Censo de 1950

ANEXO L

ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ NOS ANOS DE 1941 A 1952 *

População presente em 1º-IX-1940 (5º censo)	817 601
População presente em 1º-VII-1950 (6º censo)	1 045 696
Incremento relativo da população presente, entre o 5º e o 6º censo (intervalo de 9 anos e 10 meses)	27,90%
Incremento relativo calculado para um intervalo de 10 anos	28,43%
Taxa média geométrica anual de incremento da população presente, entre o 5º e o 6º censo: 25,34 por 1 000 habitantes	

População presente estimada

ANO	POPULAÇÃO ESTIMADA	
	Em 1º de janeiro	Em 1º de julho
1941	824 442	834 828
1942	845 331	855 982
1943	866 758	877 871
1944	888 721	899 910
1945	911 124	922 712
1946	934 330	946 093
1947	958 004	970 065
1948	982 228	994 645
1949	1 007 168	1 019 848
1950	1 032 688	1 045 696**
1951	1 058 855	1 072 186
1952	1 085 685	1 099 354

* Cálculos realizados pelo Estatístico Analista ELÍCIO ALVES
** Censo de 1950

ANEXO M

ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO DO TERRITÓRIO DO GUAPORÉ NOS ANOS DE 1941 A 1952 *

População presente em 1º-IX-1940 (5º censo)	21 251
População presente em 1º-VII-1950 (6º censo)	36 935
Incremento relativo da população presente, entre o 5º e o 6º censo (intervalos de 9 anos e 10 meses)	73,8u%
Incremento relativo calculado para um intervalo de 10 anos	75,44%
Taxa média geométrica anual de incremento da população presente, entre o 5º e o 6º censo: 57,82 por 1 000 habitantes	

População presente estimada

ANO	POPULAÇÃO ESTIMADA	
	Em 1º de janeiro	Em 1º de julho
1941	21 653	22 270
1942	22 905	23 558
1943	24 229	24 920
1944	25 630	26 361
1945	27 112	27 885
1946	28 680	29 498
1947	30 338	31 203
1948	32 093	33 007
1949	33 948	34 916
1950	35 911	36 935**
1951	37 988	39 071
1952	40 184	41 330

* Cálculos realizados pelo Estatístico Analista ORÊNCIO LONGINO DE ARRUDA GOMES.
** Censo de 1950

ANEXO N

ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO DO TERRITÓRIO DO
AMAPÁ NOS ANOS DE 1941 A 1952 *

População presente em 1º-IX-1940 (5º censo)	21 558
População presente em 1º-VII-1950 (6º censo)	37 477
Incremento relativo da população presente, entre o 5º e o 6º censo (intervalo de 9 anos e 10 meses)	73,84%
Incremento relativo calculado para um intervalo de 10 anos	75,48%
Taxa média geométrica anual de incremento da população presente, entre o 5º e o 6º censo: 57,85 por 1 000 habitantes	

População presente estimada

ANO	POPULAÇÃO ESTIMADA	
	Em 1º de janeiro	Em 1º de julho
1941	21 966	22 592
1942	23 236	23 899
1943	24 581	25 281
1944	26 003	26 744
1945	27 507	28 201
1946	29 098	29 928
1947	30 781	31 659
1948	32 562	33 490
1949	34 445	35 428
1950	36 438	37 477**
1951	38 546	39 645
1952	40 775	41 938

* Cálculos realizados pelo Estatístico Analista ELÍCIO ALVES

** Censo de 1950

ANEXO O

ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO DO TERRITÓRIO DO RIO
BRANCO NOS ANOS DE 1941 A 1952 *

População presente em 1º-IX-1940 (5º censo)	12 130
População presente em 1º-VII-1950 (6º censo)	18 116
Incremento relativo da população presente, entre o 5º e o 6º censo (intervalo de 9 anos e 10 meses)	49,35%
Incremento relativo calculado para um intervalo de 10 anos	50,37%
Taxa média geométrica anual de incremento da população presente, entre o 5º e o 6º censo: 41,63 por 1 000 habitantes	

População presente estimada

ANO	POPULAÇÃO ESTIMADA	
	Em 1º de janeiro	Em 1º de julho
1941	12 296	12 549
1942	12 808	13 072
1943	13 341	13 616
1944	13 897	14 183
1945	14 475	14 774
1946	15 078	15 389
1947	15 706	16 029
1948	16 360	16 697
1949	17 041	17 392
1950	17 750	18 116**
1951	18 489	18 870
1952	19 259	19 656

* Cálculos realizados pelo Estatístico Analista ORÊNCIO LONGINO DE ARRUDA GOMES

** Censo de 1950

ANEXO P

ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO DO ESTADO DE MATO
GROSSO NOS ANOS DE 1941 A 1952*

População presente em 1º-IX-1940 (5º censo)	420 835**
População presente em 1º-VII-1950 (6º censo)	522 044
Incremento relativo da população presente, entre o 5º e o 6º censo (intervalo de 9 anos e 10 meses)	24,05%
Incremento relativo calculado para um intervalo de 10 anos	24,50%
Taxa média geométrica anual de incremento da população presente, entre o 5º e o 6º censo: 22,16 por 1 000 habitantes	

População presente estimada

ANO	POPULAÇÃO ESTIMADA	
	Em 1º de janeiro	Em 1º de julho
1941	423 921	428 592
1942	433 314	438 088
1943	442 916	447 796
1944	452 730	457 718
1945	462 761	467 860
1946	473 016	478 227
1947	483 497	488 824
1948	494 210	499 656
1949	505 161	510 727
1950	516 355	522 044***
1951	527 796	533 612
1952	539 491	545 436

* Cálculos realizados pelo Estatístico Analista ORÊNCIO LONGINO DE ARRUDA GOMES

** Nas fronteiras de 1950

*** Censo de 1950

ESTRANGEIRO

A PRODUÇÃO MUNDIAL DE TRIGO

O *Monthly Bulletin of Statistics*, das Nações Unidas, em seu número de março, divulga dados que permitem apreciar as médias mensais da produção mundial de farinha de trigo, segundo os principais produtores, exclusiva a Rússia.

A Tabela I exhibe as médias mensais anuais da produção para os anos de 1937 e 1938, tidos como normais, e por isso, destinados a servir de base nas comparações da evolução do fenômeno no tempo, e as médias do período 1948-1951, excluindo-se, como se vê, os anos anormais de guerra. Quanto ao biênio 1950-1951, o *Bulletin* incluiu, ainda, as produções mensais. Visando a dar ao leitor informações mais completas sobre estas últimas, foram incluídos na Tabela I os dados do primeiro semestre de 1950, não divulgados no número de março da citada publicação.

A liderança da produção mundial de fari-

nha de trigo cabe aos Estados Unidos, que se distanciam de modo bastante significativo, em volume de produção, dos demais principais produtores. Segundo os dados anuais disponíveis na Tabela I, o máximo da produção norte-americana foi alcançado em 1948, com a média mensal de 1 055 toneladas. No biênio seguinte, 1949-1950, registrou-se ligeira queda com sinais de recuperação em 1951. Ressalta-se aqui o pequeno crescimento da produção dos Estados Unidos em relação a 1937: o ano de 1951 representou o aumento de apenas 16,69% relativamente àquele ano-base.

Após os Estados Unidos aparece a Grã-Bretanha, cuja marcha da produção ofereceu comportamento análogo à daquele país, ou seja, um ponto máximo em 1948, decréscimo nos dois anos seguintes, e ligeira recuperação em 1951. Este último ano mostrou um acréscimo de 12,31% em relação a 1938.

TABELA I

Produção mundial de farinha de trigo, segundo os principais países produtores
(Médias mensais e produção mensal em toneladas)

ANOS OU MESES	Argentina	Austrália (1)	Bélgica (2)	Canadá	Chile	Estados Unidos	Grã-Bretanha	Índia (3)	Irlanda	Japão	México	Nova Zelândia (4)	União Sul-Africana
MÉDIAS MENSAIS													
1937	127,0	93		101	32,4	743	..		28,4	66,4	18,5	11,3	24,3
1938	131,5	95		102	34,3	760	325		27,6	85,6	20,7	11,0	25,5
1948	163,8	121	60,0	170	44,9	1 055	394	12,6	29,8	84,3	24,4	13,1	38,5
1949	155,5	218	63,1	149	45,1	886	379		30,6	156,0	24,8	13,3	43,6
1950	164,3	114	58,6	156	44,1	850	355	31,0	29,1	141,7	28,1	13,2	44,4
1951		131	63,1	170		867	365					12,7	47,8
PRODUÇÃO MENSAL													
1950 Janeiro	176,9	108		137	39,6	869	(5) 420	37,4	27,7	146,4	29,1	9,8	43,0
Fevereiro	149,9	91		142	42,9	803	315	45,6	25,0	155,5	25,1	14,0	37,3
Março	172,0	91		166	49,9	909	321	40,0	29,6	162,2	25,3	14,0	41,8
Abril	149,9	86		159	43,6	765	(5) 408	23,5	25,7	81,4	23,1	10,9	37,2
Maio	151,4	126		151	48,1	833	339	18,8	31,4	131,5	24,4	15,8	46,3
Junho	173,0	124		147	47,1	802	347	32,5	31,6	149,8	29,9	13,3	45,0
Julho	168,9	132		114	48,5	860	(5) 371	8,7	28,3	76,0	31,3	13,7	44,8
Agosto	175,3	134	68,9	152	48,1	953	303	31,7	29,1	140,8	29,8	14,9	47,7
Setembro	175,5	133	60,1	166	44,1	853	351	18,4	29,8	129,9	28,7	11,0	47,0
Outubro	160,0	130	55,9	189	46,7	850	(5) 421	30,5	27,8	149,3	31,2	12,8	49,3
Novembro	170,3	111	65,8	190	36,9	836	341	24,6	31,5	187,1	29,9	13,6	48,8
Dezembro	148,5	109	50,7	174	33,7	888	326	59,6	26,9	177,5	28,4	11,2	45,0
1951 Janeiro	170,5	129	73,5	175	46,3	1 007	(5) 421	31,2	25,3	134,7	31,7	10,8	47,3
Fevereiro	159,9	120	59,5	176	44,0	850	341	31,5	27,4	107,8	28,1	12,7	41,3
Março	184,9	127	57,4	195	52,7	894	325	32,0	28,2	62,4	25,7	12,2	43,8
Abril	175,4	129	54,2	186	52,8	782	(5) 457	23,0	27,4	81,4	29,4	12,6	45,5
Maio	170,2	140	68,0	188	50,4	840	331	38,6	21,3	165,4	28,0	12,8	48,1
Junho	164,6	140	59,5	186	49,7	775	333	24,0	34,0	128,0	27,4	13,6	46,4
Julho		153	56,0	125	51,1	818	(5) 392	40,4	28,1	108,4	29,7	13,6	49,9
Agosto		142	80,4	151	50,4	891	311	33,8	27,1	151,6	30,1	14,5	52,5
Setembro		132	63,6	160	45,8	853	345	35,5	29,7	82,0	28,6	12,7	51,8
Outubro		134	59,6	171	55,2	955	(5) 431	37,2		131,5	30,6	13,2	54,5
Novembro		130	67,0	173		902	358	39,3		115,1		13,9	48,0
Dezembro		114	58,3	156		834	335					9,9	45,1

FONTE — *Monthly Bulletin of Statistics*, março de 1952

(1) Dados anuais, 12 meses terminando a 30 de junho do ano mencionado — (2) Fonte: "Association des Meuniers Belges".
— (3) Aproximadamente 60% da produção total — (4) Dados anuais, 12 meses começando a 1º de abril do ano mencionado —
(5) Cinco semanas; outros meses, quatro semanas

A Argentina, cuja produção nos anos em foco tem oscilado entre pouco menos de um sexto e um quinto da dos Estados Unidos, figura como o terceiro produtor sem maiores perturbações na tendência

O Canadá e a Austrália aparecem, a seguir, em nível de produção próximo ao da Argentina Vale ressaltar, ainda, o incremento da produção japonesa no triênio 1949-1951

No que tange à produção mundial de trigo em grão, a Tabela II mostra os dados oferecidos no *Statistical Yearbook* de 1951, editado pela Organização das Nações Unidas Nota-se que a produção mundial de trigo em grão, exclusive a da Rússia, exibiu no período 1940-1950 duas tendências distintas: a primeira, nos anos de 1940 a 1945, estacionária com oscilações alternadas, notando-se que a produção

dos anos pares (1940, 1942 e 1944) tende para 120 000 toneladas e a dos de ordem ímpar (1941, 1943 e 1945), para 114 000 toneladas; a segunda tendência é ascensional e compreende o quinquênio 1946-1950

Observa-se mais uma vez a pujança da produção norte-americana em confronto com os principais produtores O Canadá com uma produção visivelmente oscilante mostra tendência decrescente à medida que diminuem as amplitudes das variações A Argentina e a Itália, que se mostraram fortes produtores nos anos de 1940-1943 e 1940-1944, respectivamente, perderam terreno para a França, que no triênio 1948-1950 apresentou elevado nível de produção após o período de crise de 1945-1947 O nível mais baixo da produção argentina, cuja tendência é levemente decrescente, foi registrado no biênio 1944-1945

TABELA II

Produção mundial de trigo em grão, segundo os principais países — 1940-1950

ANOS	Produção Mundial (1)	Estados Unidos	Canadá	França (2)	Itália	Argentina	Austrália	Alemanha	Turquia	Espanha
1940	116 500	22 171	14 702	5 061	7 080	8 150	2 238	3 533	4 068	2 161
1941	113 800	25 637	8 568	5 577	7 044	6 487	4 537	3 618	3 483	2 813
1942	119 500	26 383	15 151	5 483	6 553	6 400	4 238	2 925	4 263	2 720
1943	113 900	22 965	7 742	6 378	6 412	6 800	2 986	3 675	3 510	2 322
1944	119 100	28 852	11 339	6 359	6 378	4 085	1 439		3 148	2 820
1945	114 000	30 161	8 669	4 209	4 173	3 907	3 876		2 189	1 680
1946	132 900	31 381	11 259	6 759	6 122	5 615	3 191	2 261	3 648	3 618
1947	129 600	37 209	9 301	3 266	4 679	6 664	5 991	1 709	3 246	2 362
1948	145 100	35 749	10 515	7 634	6 144	5 200	5 190	2 953	4 867	2 432
1949	139 200	31 202	9 999	8 082	7 020	5 144	5 939	3 398	2 517	2 580
1950	146 000	27 944	12 565	7 701	7 612	(3) 6 000	4 993	3 430	3 872	(3) 3 540

FONTE — *Statistical Yearbook*, 1951, das Nações Unidas

(1) Exclusive a Rússia (2) 1940-1944: exclusive a Alsácia-Lorena; 1943: exclusive a Córsega; (3) Estimativa.

BIBLIOGRAFIA

YATES, FRANK — Méthodes de Sondage pour Recensements et enquêtes — Masson et Cie. — Paris, 1952.

Em sua primeira sessão de setembro de 1947, em Lake Success, a Subcomissão de Amostragem das Nações Unidas exprimiu o desejo de se preparar um manual que servisse de auxílio na execução dos censos mundiais de agricultura e população previstos para o decorrer de 1950. Esse fato originou a publicação do atual livro do Professor FRANK YATES, agora traduzido para o francês sob a direção do Professor GEORGES DARMOIS da Faculdade de Ciências de Paris e membro daquela Subcomissão.

O livro do Professor FRANK YATES reflete sua larga experiência nos problemas de amostragem. Os profundos conhecimentos do Autor, quer referentes à teoria, quer à prática, atribuem a seu livro um mérito incomum, tornando-se uma das obras mais interessantes já publicadas no mundo em matéria de amostragem.

Quando entre nós, em agosto do ano passado, a convite da Sociedade Brasileira de Estatística, o Professor FRANK YATES, em conferência pronunciada no auditório do C N E e divulgada pela REVISTA,* teve ocasião de dizer: "Em anos recentes, durante e depois da guerra, tem havido, no campo da amostragem, completa reunião dos dois campos na teoria e também na prática; ambos se entendem melhor agora do que antes, e creio que meu livro acerca do método de amostragem em censos e pesquisas é uma indicação de como a teoria se combina em ambos os casos."

O que mais caracteriza o livro do Professor FRANK YATES é que os princípios e os métodos práticos de Amostragem são ali expostos sem profundos desenvolvimentos matemáticos e com numerosos exemplos, tornando-se, assim, acessível a quantos se utilizem dele. A segunda parte é consagrada ao estudo crítico da precisão dos resultados e dos recentes desenvolvimentos da teoria da Amostragem.

Os oito capítulos do livro desenvolvem o seguinte programa: 1 o papel da Amostragem nos trabalhos censitários; 2 as qualidades fundamentais de uma boa amostra; 3 a estrutura de diversos tipos de amostras; 4 problemas práticos da organização de um inquérito; 5 problemas que surgem na execução e preparação de um inquérito; 6 apreciação das características da população estudada; 7 estimação do erro de amostragem; 8 eficácia.

LISERRE, GUIDO O. e CONDE, RAUL — Control Estadístico en la Producción Industrial y en la Dirección de Empresas — Emilio Fenner Ltda. — Rosario, 1952.

Com o desenvolvimento da técnica moderna de produção, a Amostragem tem constituído valioso processo científico de que se valem en-

genheiros, técnicos e industriais, no setor do controle de qualidade.

A bibliografia especializada na matéria acaba de ser enriquecida com mais um volume, desta feita de autores argentinos que integram o corpo de catedráticos da "Facultad de Ciencias Económicas, Comerciales y Políticas de la Universidad Nacional del Litoral".

Prefaciando a obra, o Professor C E DIEULEFAIT, já conhecido dos leitores da REVISTA através do seu "Curso de Estatística", assim se expressou: "O Professor LISERRE propôs-se, e creio que o técnico lho agradecerá, superar a corriqueira linguagem expositiva de mero caráter de descrição e receituário, introduzindo os oportunos complementos da segunda parte do livro, de que constam os elementos estatísticos mais fundamentais. Esta orientação de ensinar e educar, e de não se contentar com o espírito de regras apenas decoradas e de questões de algebrilha, parece-me muito importante, uma vez que, com a mesma, o técnico poderá decidir intervenções adequadas sobre experiências novas que se lhe apresentem e, ao mesmo tempo, poderá continuar estes estudos contando com balizas que lhe marcam uma grande parte fundamental de seu caminho."

O livro está dividido em duas partes: a primeira se destina aos que desejam conhecer, apenas, como se aplicam os controles de qualidade; mediante exemplos, o A explica os métodos estatísticos para localizar a perda de controle; indica, também, as regras e cuidados que se devem ter presentes ao adotar o método de controle de qualidade numa fábrica. A segunda parte esclarece os fundamentos teóricos em que se baseiam os gráficos de controle. Nessa fração do livro o A deu um tratamento matemático mais elevado, iniciando-a com elementos de Cálculo das Probabilidades. Somente aqueles que possuem conhecimentos de Cálculo Infinitesimal e Geometria Analítica poderão acompanhar com segurança as lições aí ministradas.

CÂMARA, LOURIVAL — Iniciação à Amostragem — Serviço Gráfico do I. B. G. E. — Rio de Janeiro, 1952.

A convite da Sociedade Brasileira de Estatística o Professor LOURIVAL CÂMARA realizou, em setembro do ano recém-fimido, por ocasião da XI Assembléia-Geral do C N E, uma palestra sobre as bases em que se fundamentam os métodos modernos da Amostragem. Posteriormente, os membros daquela Assembléia-Geral deliberaram recomendar à Secretaria-Geral do C N E fôsse a palestra, feita à base de notas, reconstituída e publicada, para distribuição entre os órgãos federais e regionais do sistema estatístico brasileiro.

Conforme salienta o próprio Autor, o trabalho se caracteriza pela elementalidade, sendo a matéria exposta com a maior simplicidade possível, de forma a dar à assistência — nem toda ela suficientemente familiarizada com a Matemática — uma compreensão clara do mé-

* REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, n.º 47, julho-setembro de 1950.

todo de Amostragem, para, então, ajuizar da sua aplicabilidade ao Brasil

Ao tratar de "Como se faz Amostragem", o A, sem fugir ao escopo da palestra, deu maior desenvolvimento à publicação, proporcionando aos leitores noções fundamentais do método *Iniciação à Amostragem* é especialmente recomendado aos que se iniciam no estudo da Amostragem

Trata, o A, em seu trabalho, dos seguintes pontos: Idéias básicas; Que é Amostragem; Por que se faz Amostragem?; Como se faz Amostragem; e A Amostragem no Brasil

STATISTICAL OFFICE OF THE UNITED NATIONS — Department of Economic Affairs — Demographic Yearbook 1951 — New York, 1951

O "Statistical Office of the United Nations" deu à publicidade, em janeiro do corrente, o terceiro volume, referente a 1951, do *Demographic Yearbook*

Contém o atual volume 608 páginas, das quais 450 são de tabelas estatísticas. A matéria nêle incluída, dando grande destaque à mortalidade e seus aspectos, se distribui segundo um agregado de dados correntes e retrospectivos (alguns abrangendo os últimos 50 anos) sobre a população, estatística vital e migração, de todos os países e unidades geográficas do mundo, com a particularidade da inclusão de dados de diversos países até aqui ainda não representados

Além das tabelas, há, também, três capítulos em inglês e francês, bibliografia suplementar de itens que surgiram depois do número anterior, índice dos países mencionados nas tabelas, relação cumulativa de assuntos estudados nos números anteriores do Anuário, e um jogo de mapas para identificação das áreas cujos dados são divulgados

As secções que tratam das estatísticas correntes da população total especificam os seguintes dados: número de habitantes, área e densidade de todos os países e territórios habitados; coeficientes de crescimento da população desde 1900; população segundo a idade e sexo; e dados definitivos ou provisórios da população total de muitos dos países que fizeram censos de população em 1950 e 1951

Os estudos demográficos divulgados pelas Nações Unidas através do *Demographic Yearbook* confirmam a acentuada tendência para o declínio das taxas de mortalidade durante os últimos vinte anos, e, principalmente, depois do fim da segunda guerra mundial. Assinalam os referidos estudos que as taxas brutas de mortalidade — isto é, o total de óbitos em relação à população — caiu, em grande número de países, de 33 a 50 por cento, desde 1930

Em todos os países que dispõem de estatísticas pormenorizadas (que retratam bem a situação das Américas, da Europa e da Oceania, porém, com menor fidelidade, a da Ásia e da Oceania) foram assinalados fortes declínios em quase todas as idades, principalmente entre crianças, e mais acentuadamente entre os homens. Essas tendências refletem-se em maior expectativa de vida, que, em grande número de países, ultrapassa, atualmente, os 70 anos

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Estatística Comercial n.º 1 (Estudos de Estatística Teórica e Aplicada) — Números-índices dos Preços e das Quantidades no Comércio Exterior e de Cabotagem — Serviço Gráfico do I B G E — Rio de Janeiro, 1951.

Desde 1948 vem o Laboratório de Estatística da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística dando publicidade a uma série de estudos sobre a marcha dos preços e das quantidades em diversos setores da produção e do comércio. Parte desses estudos, divulgada anteriormente em redação preliminar sob a forma de folhetos mimeografados, foi reunida e, agora, entregue à publicidade com acréscimos e modificações aconselhados por cuidadosa revisão, sob o título genérico de *Estatística Comercial n.º 1* integrando a série dos "Estudos de Estatística Teórica e Aplicada"

Reúne a citada coletânea oito estudos sobre a variação dos preços e das quantidades nos comércios exterior e de cabotagem, apresentando, o primeiro deles, um resumo dos resultados de alguns estudos preliminares sobre as quantidades e os preços das mercadorias produzidas ou negociadas

Ao fim da publicação foi incluída, em apêndice, uma tabela que contém dados sobre o curso do câmbio e respectivos números-índices nos anos de 1901 a 1949

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Sinopse Estatística do Município de Salvador — Serviço Gráfico do I B G E — Rio de Janeiro, 1951

Dando prosseguimento ao seu objetivo de promover a divulgação de dados estatísticos, históricos e geográficos dos Municípios, nos termos dos compromissos assumidos nos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística deu à publicidade mais uma "plaquette" que integra uma nova série de Sinopses, referentes às Capitais das Unidades da Federação

A *Sinopse Estatística do Município de Salvador*, como as demais que se lhe seguirão, obedece a um plano técnico bem estudado, compreendendo quatro partes: uma de texto, relativa à evolução histórica e social e aos aspectos gerais do Município; outra, com resultados dos Censos demográfico, agrícola e industrial realizados em setembro de 1940, visando a proporcionar aos estudiosos material para confrontos com os resultados da apuração do Recenseamento de 1950; outra, ainda numérica, com informações estatísticas obtidas através dos inquéritos levados a efeito, anualmente, pelo I B G E, referente ao período 1947/49; e a quarta, finalmente, de aspectos fotográficos

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Produção Agrícola (separata do Anuário Estatístico do Brasil, ano XII, 1951) — Serviço Gráfico do I B G E — Rio de Janeiro, 1952

Cumprindo sua tradicional e útil prática de divulgar por antecipação os dados de maior interesse do *Anuário Estatístico do Brasil*, o I B G E ofereceu ao público o folheto *Produção Agrícola*, separata do número XII, re-

ferente a 1951, daquela publicação, a sair nos próximos meses

Consta a referida separata de uma coletânea de tabelas, nas quais figuram dados referentes às principais culturas, com um retrospecto, segundo as culturas, e outro, segundo as Unidades Federadas em 1941/50. Informações mais detalhadas são fornecidas no que se refere à área cultivada, rendimento médio, quantidade produzida e valor da produção, segundo as Unidades da Federação, para 29 culturas principais nos anos de 1948 a 1950.

Completando essas informações da produção agrícola do País, acha-se incluída, ao fim da publicação, uma tabela referente à população pecuária com os efetivos estimados, segundo as Unidades da Federação, em 31-XII-1950.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Comércio (separata do Anuário Estatístico do Brasil, ano XII — 1951) — Serviço Gráfico do I. B. G. E. — Rio de Janeiro, 1952

Dando continuidade à prática de divulgar por antecipação os dados de maior interesse do *Anuário Estatístico do Brasil*, o I. B. G. E. ofereceu à publicidade o folheto *Comércio*, separata do número XII, referente a 1951, daquela publicação, que deverá circular nos próximos meses.

Na coletânea de tabelas divulgadas por antecipação, figuram as relativas ao comércio exterior, interestadual e local, bem como um capítulo dedicado a cotações de preços de mercadorias nas bolsas do Rio de Janeiro, Santos, Vitória e New York, além de quadros dos preços médios de gêneros alimentícios no comércio varejista dos Municípios das Capitais nos anos de 1938 a 1950.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Sinopse Preliminar do Censo Industrial — Estado de Sergipe — Serviço Gráfico do I. B. G. E. — Rio de Janeiro, 1951.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através do Serviço Nacional de Recenseamento, iniciou, com a *Sinopse Preliminar do Censo Industrial do Estado de Sergipe*, a divulgação dos resultados preliminares do Censo Industrial realizado em 1950, como parte do VI Recenseamento Geral do Brasil.

A referida *Sinopse* contém seis tabelas cujos títulos, a seguir enumerados, revelam o conteúdo das informações divulgadas: I — Principais resultados dos Censos de 1940 e 1950, segundo a classe de indústria do estabelecimento; II — Capital, pessoal e força motriz dos estabelecimentos, segundo a constituição jurídica da empresa e a classe de indústria do estabelecimento — 1º-1-1950; III — Operários, despesas e valor da produção dos estabelecimentos, segundo a constituição jurídica da empresa e a classe de indústria do estabelecimento — 1949; IV — Despesas, valor da produção e valor da transformação industrial dos estabelecimentos das indústrias de transformação — 1949; V — Capital, força motriz, operários, despesas e valor da produção dos estabelecimentos, segundo os Municípios; e VI — Discriminação, por subgrupos, de capital, força motriz, operários, despesas e valor da produção dos estabelecimentos pertencentes às classes de indústria mais importantes.

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

JUNTA EXECUTIVA CENTRAL

Resolução n.º 383, de 8 de fevereiro de 1952

Consubstancia os principais pontos do acôrdo estabelecido entre o Serviço de Estatística Econômica e Financeira e os Departamentos Estaduais de Estatística, com o fim de acelerar e aperfeiçoar as apurações de comércio exterior e de cabotagem e do movimento bancário

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando o feliz resultado dos entendimentos havidos entre o Serviço de Estatística Econômica e Financeira e os Departamentos Estaduais de Estatística, com o objetivo, principalmente, de acelerar e aperfeiçoar as apurações do comércio exterior e de cabotagem, bem assim do movimento bancário;

considerando, ainda, que tais entendimentos, iniciados por ocasião da XI Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística, realizada nesta Capital, em setembro do ano próximo passado, tiveram a aprovação e a assistência desta Junta Executiva Central;

considerando, finalmente, a conveniência de dar conhecimento e de transmitir instruções às Juntas Executivas Regionais de Estatística,

RESOLVE:

Art 1.º — Consubstanciar nos seguintes dispositivos os principais pontos do acôrdo resultante dos citados entendimentos, recomendando-se à Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística e às Juntas Executivas Regionais de Estatística o seu exato cumprimento:

I — O Serviço de Estatística Econômica e Financeira deverá remeter, mensalmente, os mapas de apuração do comércio exterior, de cada Unidade da Federação, aos Departamentos Estaduais de Estatística, comprometendo-se estes a não mais realizar tais apurações

II — Os Departamentos Estaduais de Estatística continuarão a apurar as estatísticas do comércio de cabotagem, enviando os resultados, mensalmente, ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira, o qual, por sua vez, deixará de efetuar tais apurações estatísticas do movimento bancário, remetendo os resultados aos Departamentos Estaduais de Estatística

III — Da mesma forma, o Serviço de Estatística Econômica e Financeira prosseguirá apurando as estatísticas do movimento bancário, remetendo os resultados aos Departamentos Estaduais de Estatística

IV — As apurações do comércio de cabotagem, relativas a janeiro de 1952, serão já feitas pelos Departamentos Estaduais de Estatística,

de conformidade com o código de mercadorias adotado pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira, evitando-se, assim, solução de continuidade na divulgação dos resultados

V — O código de mercadorias aprovado na X Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística, em caráter provisório, e que vem sendo, desde janeiro de 1951, utilizado para as apurações do comércio interno, será revisto por uma comissão de técnicos da Secretaria-Geral e do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, que apresentará as suas conclusões a tempo de receber sugestões dos Departamentos Estaduais de Estatística, a fim de que a matéria possa entrar em pauta na próxima Assembléia-Geral, a realizar-se em julho do corrente ano

Art 2.º — A Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística auxiliará os Departamentos Estaduais de Estatística, quando solicitada e por intermédio das Inspetorias Regionais, no fiel cumprimento do acôrdo, para que a coleta dos dados e as apurações não venham a ser interrompidas em tempo algum

Art 3.º — O Serviço de Estatística Econômica e Financeira baixará as instruções julgadas indispensáveis à melhor interpretação desta Resolução e fiscalizará, em estreita colaboração com os Departamentos Estaduais de Estatística, a sua execução

Resolução n.º 384, de 8 de fevereiro de 1952

Autoniza o Presidente do Instituto a aceitar a doação de imóvel situado em Niterói, para a construção da sede dos serviços locais do I B G E

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, no uso de suas atribuições, e

considerando que a Câmara de Vereadores do Município de Niterói, em um ato louvável e de alta compreensão das finalidades dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, autorizou a doação, ao I B G E, do lote n.º 49 sito à Avenida Amaral Peixoto, naquela cidade;

considerando o que estabelece o Artigo 11 do Decreto n.º 1 200, de 17-11-1936,

RESOLVE:

Art 1.º — Fica o Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística autorizado a aceitar a doação que a Prefeitura Municipal de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, de acôrdo com a deliberação n.º 1 609, de 4-4-49, fez ao Instituto, do lote de terreno n.º 49 sito à Avenida Amaral Peixoto, naquela Capital

Parágrafo único — O Presidente do Instituto tomará as providências necessárias à transfe-

rência efetiva do referido imóvel para o patrimônio da entidade

Art 2º — A Junta Executiva Central exprime os agradecimentos do Conselho à Câmara de Vereadores e ao Prefeito de Niterói pela demonstração de apoio que assim deram às atividades do Instituto

Resolução n.º 385, de 22 de fevereiro de 1952

Altera a redação do Artigo 3º do Regimento anexo à Resolução n.º 133, de 29 de maio de 1942

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art 1º — Passa a ter a seguinte redação o Artigo 3º do Regimento anexo à Resolução n.º 133, de 29 de maio de 1942, desta Junta:

“Art 3º — A Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística funcionará durante o horário que fôr estabelecido pela Presidência do Instituto e com o expediente de 33 horas semanais ”

Art 2º — Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Resolução n.º 386, de 7 de março de 1952

Concede auxílio especial ao Departamento de Estatística do Estado de São Paulo, no exercício de 1952

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, no uso de suas atribuições, e

considerando que a criação do Departamento de Estatística do Estado de São Paulo, através da Lei n.º 877, de 4 de dezembro de 1950, veio preencher sensível lacuna, aberta pela extinção, dois anos antes, do Departamento Estadual de Estatística;

considerando que o novo órgão, instalado a 1º de janeiro de 1951, não conseguiu, no ano passado, segundo o pronunciamento da Junta Executiva Regional de Estatística, dar perfeito cumprimento ao seu programa, em virtude de grande número de funcionários do referido Departamento permanecer à disposição de outras repartições da administração estadual;

considerando as grandes responsabilidades daquele Departamento perante a Estatística Nacional, especialmente no que se refere à execução das Campanhas Estatísticas, responsabilidades essas que se acham bastante agravadas, em face da paralisação, durante dois anos, das atividades do órgão central regional de Estatística;

considerando que a Junta Executiva Regional de Estatística, de São Paulo, solicitou à Junta Executiva Central um auxílio financeiro de Cr\$ 500 000,00 para o exercício de 1952, destinado ao aludido Departamento;

considerando, de outro lado, que o citado Departamento deve receber, em 1952, o auxílio ordinário de Cr\$ 210 000,00;

considerando a necessidade da concessão de um auxílio especial de Cr\$ 290 000,00 ao referido Departamento,

RESOLVE:

Art 1º — É concedido o auxílio especial de Cr\$ 290 000,00 ao Departamento de Estatística do Estado de São Paulo, no exercício de 1952

Parágrafo Único — Será destacado da Caixa Nacional de Estatística Municipal o auxílio de que trata o Artigo 1º da presente Resolução

Art 2º — É formulado caloroso apêlo ao Excelentíssimo Senhor Governador LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, no sentido do retorno ao Departamento de Estatística do Estado dos antigos servidores do Departamento Estadual de Estatística

Art 3º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Resolução n.º 387, de 18 de março de 1952

Suspende, até ulterior deliberação, os efeitos da Resolução n.º 233, de 7 de dezembro de 1945, da Junta Executiva Central

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, no uso de suas atribuições, e

considerando que, de acôrdo com a Cláusula Nona, n.º 2, alínea b, do Convênio Nacional de Estatística Municipal, ratificado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul pelo Decreto-lei n.º 227, de 17 de agosto de 1942, na forma do Decreto-lei Federal n.º 4181, de 26 de março do mesmo ano, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística assumiu o compromisso de “delegar ao Diretor do Departamento Estadual de Estatística, na forma que fôr combinada — e enquanto tal medida não deixar de convir aos interesses da estatística nacional ou estadual, a juízo da Junta Regional de Estatística, por parte do Estado, ou da Junta Central de Estatística, por parte da União — as funções de administração e inspeção das Agências Municipais de Estatística a seu cargo, bem como as atribuíveis, nos Estados, aos Inspectores Regionais do I B G E ”;

considerando que esta Junta, através de sua Resolução n.º 233, de 7 de dezembro de 1945, reconheceu “ser mais conveniente aos interesses recíprocos da União e do Estado que o Diretor do Departamento Estadual de Estatística exerça com inteira autonomia a autoridade que lhe é própria, sem acumular as funções de Inspetor Regional, em cujo exercício aquela autonomia fica efetivamente limitada”;

considerando, porém, que o Artigo 4º, § 2º, do Anexo à Resolução n.º 191, de 18 de agosto de 1944, desta Junta, atribui ao “Presidente do Instituto delegar as funções de Inspetor Regional ao Diretor do Departamento de Estatística de qualquer Unidade da Federação onde houver instalada, ou em vias de o ser, uma rede de subagências distritais de estatística, subordinadas ao mesmo Departamento”;

considerando que o Governador do Estado do Rio Grande do Sul — bem assim a direção geral do órgão central-regional do sistema — tem reiterado à Presidência do Instituto, “com o fim de harmonizar os interesses de ambas as

órbitas administrativas e estatísticas", a conveniência de se delegar provisoriamente, ao Diretor-Geral daquele Departamento, as funções de administração e inspeção das Agências Municipais de Estatística, consoante o que dispõe a supramencionada cláusula convencional;

considerando, também, as condições especiais da organização estatística do Rio Grande do Sul e que, além disso, o respectivo órgão central-regional do sistema executa, no momento, uma pesquisa de estatística agrícola à base de amostragem, pesquisa essa que pode servir de valiosa experiência à estatística nacional;

considerando, finalmente, que a Junta Executiva Central, sem derogar os termos da sua Resolução n.º 233, reconhece que, em casos excepcionais e emergentes, como o do Rio Grande do Sul, pode ser atribuída ao Diretor do Departamento Estadual de Estatística a delegação referida,

RESOLVE:

Artigo único — Ficam suspensos, até ulterior deliberação da Junta Executiva Central, ou da Assembléa-Geral do Conselho Nacional de Estatística, os efeitos da Resolução n.º 233, de 7 de dezembro de 1945, desta Junta

Resolução n.º 388, de 21 de março de 1952

Complementa o Anexo I à Resolução n.º 373, de 21 de dezembro de 1951, da Junta Executiva Central

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que no Anexo I à Resolução n.º 373, desta Junta, foram omitidas algumas antigas Agências Municipais de Estatística da classe B, do Estado de São Paulo, as quais passaram à classe D por força da aludida Resolução,

RESOLVE:

Artigo único — São incluídas no Anexo I à Resolução n.º 373, desta Junta, como Agências Municipais de Estatística da classe D, do Estado de São Paulo, as dos Municípios de Rio das Pedras, Rubiácea, Sales de Oliveira, Salesópolis, Salto Grande, Santa Adélia, Santa Branca, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Gertrudes e Santa Rosa de Viterbo

Resolução n.º 389, de 28 de março de 1952

Concede abono de emergência a servidores das Inspetorias Regionais e Agências Municipais de Estatística

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, no uso de suas atribuições, e

considerando os numerosos memoriais e solicitações dirigidos à superior direção do Instituto por Prefeituras Municipais, Câmaras Municipais, Juntas Executivas Regionais de Estatística, Inspetorias Regionais de Estatística Municipal, parlamentares e associações de classe, no sentido de se promover o reajustamento dos salários dos Agentes de Estatística;

considerando que a situação desses servidores, notadamente em alguns Estados, chega

a ser aflitiva, em face da elevação constante no custo-da-vida;

considerando a necessidade da concessão de um abono de emergência, já autorizado por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, aos servidores das Inspetorias Regionais e Agências Municipais, até que se ultimem os estudos de reclassificação das Agências e dentro das disponibilidades financeiras do Conselho;

considerando que esse abono não deve atingir os servidores lotados no Estado de São Paulo, porque os respectivos salários foram reajustados pelas Resoluções n.ºs 372 e 373, de 21 de dezembro de 1951, desta Junta,

RESOLVE:

Art 1.º — É concedido um abono de emergência, a ser pago mensalmente, aos servidores das Inspetorias Regionais e Agências Municipais, excluídos os lotados no Estado de São Paulo, nas seguintes bases:

a) Agentes de Estatística	
Classes	Abono mensal
	Cr\$
De A a C	200,00
De D a I	300,00
b) Auxiliares de Agências	
Salários atuais	Abono mensal
	Cr\$
Até 1 600,00	150,00
De mais de 1 600,00	200,00
c) Inspetorias Regionais	
Salários atuais	Abono mensal
	Cr\$
Até 1 600,00	200,00
De 1 601,00 a 3 000,00	300,00
De 3 001,00 e mais	500,00

Art 2.º — O abono de emergência será pago até que se completem os estudos referentes aos reajustamentos dos salários dos servidores lotados nas Inspetorias Regionais e Agências Municipais

Art 3.º — Esta Resolução produzirá seus efeitos a partir de 1.º de janeiro de 1952, revogadas as disposições em contrário

Resolução Censitária n.º 27, de 15 de fevereiro de 1952

Sugere medidas para o aproveitamento do pessoal censitário

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando que o pessoal do Serviço Nacional de Recenseamento foi selecionado por meio de provas públicas a que compareceu elevado número de candidatos e cujos resultados foram satisfatórios;

considerando que, em decorrência da transitoriedade das funções censitárias, a serem extintas em prazos certos, por força da conclusão das tarefas, o pessoal do Serviço Nacional de Recenseamento está submetido a severo regime de trabalho, que resulta, automaticamente, na eliminação dos inadaptados;

considerando que o aproveitamento, em funções permanentes, dos servidores que con-

servarem, até o término dos trabalhos censitários, qualidades funcionais que os recomendem, é providência aconselhável, em face da experiência adquirida na execução de tarefas técnicas e administrativas;

considerando que esse aproveitamento constitui medida de interesse social, assegurando continuidade de ocupação a numerosos brasileiros, ao mesmo tempo que proporciona oportunidades de se recompensar o merecimento dos servidores e sua dedicação aos trabalhos censitários;

considerando que a Comissão Censitária Nacional, responsável pelo Recenseamento Geral de 1940, pleiteou e obteve, em determinados casos e condições, medidas adequadas ao aproveitamento, em funções públicas, autárquicas e particulares, do pessoal que bem serviu àquela operação censitária;

considerando que não será possível admitir, em funções permanentes do Conselho Nacional de Estatística, senão o número de servidores estritamente necessário ao desempenho das tarefas afetas ao referido Conselho,

RESOLVE:

Art 1º — A Junta recomenda à Direção do Serviço Nacional de Recenseamento que:

a) a partir desta data, o provimento de vagas ocorrentes, inclusive por motivos de ampliação dos trabalhos, nos setores onde essa medida se faça aconselhável, seja privativo dos servidores mais bem classificados, de acordo com os critérios que forem estabelecidos, levando-se em conta a assiduidade, disciplina, qualidade do trabalho e nota das provas;

b) nas dispensas parceladas de pessoal, decorrentes de redução das respectivas tarefas, sejam levados em conta os fatores a que alude o Artigo 2º, § 2º, da presente Resolução

Art 2º — A Junta reconhece a conveniência de serem tomadas providências no sentido de obter-se o aproveitamento, em funções permanentes de órgãos públicos, autárquicos e particulares, dos ex-servidores do Sexto Recenseamento Geral do Brasil que tenham demonstrado satisfatórias qualidades funcionais

§ 1º — Tais providências só deverão abranger o pessoal dispensado, por motivos de redução ou conclusão das tarefas respectivas, após o exercício mínimo de seis meses no Serviço Nacional de Recenseamento

§ 2º — Na classificação do pessoal cujo aproveitamento se recomenda, deverão ser levadas em conta, além de outros fatores julgados convenientes, a assiduidade e a disciplina durante o tempo de exercício; a qualidade do trabalho executado, expressa, relativamente aos tarefeiros, pelos índices de erros e produção média horária em um período nunca inferior a um mês; e quando fôr o caso, a nota final obtida nas provas de seleção realizada pelo Serviço Nacional de Recenseamento

Art 3º — A Junta dirige um encarecido apêlo ao Senhor Presidente do Instituto no sentido de que:

a) sejam estudadas as condições em que poderá ser aproveitada, nos quadros do Con-

selho Nacional de Estatística, parte do pessoal ora a serviço do Recenseamento;

b) seja solicitado ao Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia examine a possibilidade de aproveitar, nas condições consentâneas com o seu regime administrativo, outra parte do referido pessoal;

c) seja solicitado ao Senhor Presidente da República haja por bem determinar o estudo, por intermédio do D A S P, da possibilidade de serem aproveitados, em funções de extranumerários mensalistas do Serviço Público Federal, os ex-servidores do Censo de 1950, que se enquadrem nos §§ 1º e 2º do Artigo 2º desta Resolução;

d) seja solicitado aos dirigentes dos órgãos autárquicos e paraestatais, bem como de entidades particulares, o aproveitamento de servidores censitários nos respectivos quadros e tabelas de pessoal

Resolução Censitária n.º 28, de 23 de março de 1952

Define o emprêgo das expressões "estado conjugal" e "estado civil"

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando a controvérsia surgida em torno do emprêgo da expressão "estado conjugal", em substituição a "estado civil", nas publicações dos resultados do censo demográfico de 1950;

considerando as razões expostas por técnicos e especialistas em abono do emprêgo de cada uma das expressões em causa;

considerando, sobretudo, o fato de que os dados censitários relativos à matéria têm maior amplitude que a pesquisa efetuada através do "registro civil", tornando-se, em consequência, aconselhável o emprêgo de designações distintas na divulgação dos competentes resultados;

considerando, ainda, a tradição já firmada com a divulgação dos dados de 1940, em sua totalidade, e os de 1950, já publicados;

considerando, também, os inconvenientes da mudança de orientação;

considerando, finalmente, o parecer da comissão especial, designada pela Junta, para examinar o assunto,

RESOLVE:

Artigo único — Serão mantidas as expressões:

a) "estado conjugal", nas publicações dos resultados do censo demográfico de 1950, relativos às condições de "solteiro", "casado", "desquitados", "divorciados" e "viúvos", devendo constar, entretanto, a seguinte nota explicativa: "na distribuição da população, segundo o estado conjugal, considerou-se, além do vínculo jurídico, a sua constituição mediante matrimônio exclusivamente religioso";

b) "estado civil", nas demais publicações estatísticas do C N E, quando os respectivos dados forem oriundos do "registro civil", ou de documentos de identificação baseada em assentamentos legais

INSTITUTO INTERNACIONAL DE ESTATÍSTICA

Realizou-se em Nova Delhi e em Calcutá, Índia, de 5 a 18 de dezembro do ano próximo findo, a 27ª sessão do Instituto Internacional de Estatística. Participaram das reuniões membros titulares e "ex-officio" da entidade e, como convidados, outras figuras de projeção nas atividades estatísticas de diferentes países. O Chefe da delegação brasileira, Sr RUBENS PÔRTO, que também representou o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, na qualidade de Diretor do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, apresentou à Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística o seguinte relatório:

"Senhor Presidente

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência, a seguir, o relatório da Delegação do Brasil às Conferências Internacionais de Estatística, realizadas na Índia em dezembro do ano findo

Cabe-me êsse dever em virtude de Vossa Excelência, na impossibilidade, por motivo de saúde, de comparecer pessoalmente às citadas reuniões, haver-me transferido a responsabilidade de chefia a representação brasileira. Desejo, aliás, nesta oportunidade, renovar-lhe meus agradecimentos pela deferência com que me distinguiu Vossa Excelência

I — PRELIMINARES

O plano elaborado pelo Governo da Índia para a realização das Conferências Internacionais de Estatística compreendia a reunião, em Nova Delhi e Calcutá, de entidades de maior prestígio nos círculos científicos mundiais, principalmente nos setores relacionados com a estatística. Haveria, com efeito, sessões do Instituto Internacional de Estatística, Associação Internacional de Pesquisas sobre a Renda Nacional, Sociedade Internacional de Biometria, Sociedade Econométrica Internacional, União Internacional para o Estudo Científico dos Problemas de População, além de se reunirem, também, a Subcomissão de Estatística por Amostras da Organização das Nações Unidas e o Instituto Indiano de Estatística e outras instituições culturais especializadas da Índia e da Ásia

A agenda estabelecida para os trabalhos das Conferências, abrangendo o campo de conhecimentos representados pelas várias associações concorrentes, incluía, entre outros assuntos, o exame de problemas relacionados com a verificação dos dados estatísticos, o levantamento da renda nacional, a aplicação dos métodos de amostragem, etc

O justo renome das entidades que patrocinavam as Conferências e as matérias incluídas na agenda para discussão, aliadas à circunstância de haver sido o programa estabelecido com a estrita cooperação de um dos grandes mestres da estatística moderna, — o Professor P C MAHALANOBIS, da Índia, — faziam prognosticar se revestiriam as reuniões da maior importância para o desenvolvimento das teorias e práticas do método estatístico

Se não bastassem êses esperados resultados para justificar a presença de uma delegação brasileira nas Conferências, outro fato ainda concorria para aconselhar o envio à Índia de uma representação nacional. É que, segundo informações recebidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, esperava-se fôsse manifestado oficialmente durante a reunião, em confirmação ao transmitido à entidade na sessão de Berna pelos delegados brasileiros o de-

sejo de o Brasil servir de sede, em 1955, à XXIX sessão do Instituto Internacional de Estatística. Embora as decisões sobre a sede das suas Sessões sejam tomadas pelo Instituto Internacional de Estatística, de acordo com os Estatutos, na reunião imediatamente anterior à em exame, vai-se firmando a praxe de a escolha ser feita, em princípio, com quatro anos de antecedência

II — CONSTITUIÇÃO DA DELEGAÇÃO BRASILEIRA

O Brasil recebeu, à semelhança de outros 70 países do mundo, o convite oficial do Governo da República da Índia no sentido de constituir uma delegação às Conferências Internacionais de Estatística. O convite foi transmitido ao Ministério das Relações Exteriores pela representação indiana no Rio de Janeiro. Outros convites foram endereçados a repartições, entidades e pessoas brasileiras, diretamente pelo Professor MAHALANOBIS, Secretário-Geral das Conferências

Ao se dirigir ao I B G E para dar conhecimento do convite formulado pelo Governo da Índia e encarecer as medidas necessárias à constituição da representação brasileira, — na hipótese de ser reconhecida a conveniência da sua organização — o Ministério das Relações Exteriores informou não possuírem as suas dotações orçamentárias disponibilidades suficientes para permitir corresse por sua conta as despesas de qualquer delegação

Em face dêsse preliminar, e tendo em conta a circunstância de que as suas verbas não comportariam nenhuma outra despesa além do que fôsse necessário para custear a viagem de um ou dois delegados próprios, o I B G E deliberou consultar outras entidades administrativas e técnico-culturais com o objetivo de verificar se lhes interessaria designar representantes para integrar a delegação nacional. Esta orientação, que produzira efeito quando da constituição da delegação que compareceu às Conferências Internacionais de Estatística de Washington, em 1947, proporcionou de novo os melhores resultados, favorecendo a organização da representação brasileira

Conforme atos de Vossa Excelência, oportunamente baixados, e comunicação feita ao Governo da Índia por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, a delegação brasileira assim ficou constituída:

General DJALMA POLI COELHO, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, representando esta entidade

GIORGIO MORTARA, Assessor-Técnico do Conselho Nacional de Estatística, representando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

RAUL DO REGO LIMA, Diretor do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, representando esta Secretaria de Estado

AFONSO ALMIRO RIBEIRO DA COSTA JÚNIOR, Diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, representando esta Secretaria de Estado

GERMANO JARDIM, Estatístico do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, do Ministério da Educação e Saúde, representando esta Secretaria de Estado e a Sociedade Brasileira de Estatística

GASTÃO QUARTIN PINTO DE MOURA, Atuário, representando o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

GILBERTO LYRA DA SILVA, Atuário, representando o Conselho Atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

SEBASTIÃO DE SANT'ANNA E SILVA, Diretor da Divisão de Orçamento e Organização do De-

partamento Administrativo do Serviço Público, representando esta repartição

WILLIAM ALFREDO MAYA, Chefe da Divisão de Cadastro e Estatística do Instituto Nacional do Pinho, representando esta autarquia

PAULO LEOPOLDO PEREIRA DA CÂMARA, Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, representando esta autarquia

ALBANO FERREIRA DA COSTA, Diretor do Departamento de Estatística de São Paulo, representando o Governo do Estado

LÍCIO MARCONDES DO AMARAL, da Casa Civil do Governador de São Paulo, representando o Governo do Estado

JOÃO DE MESQUITA LARA, 1.º Secretário da Sociedade Brasileira de Estatística, representando esta instituição cultural

MILTON DA SILVA RODRIGUES, Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, representando a Sociedade Brasileira de Estatística

MARCOS DE SOUZA DANTAS, alto funcionário do Banco do Brasil (Não havendo sido publicado o decreto de sua designação, como esperava fosse feito, deixou, por este motivo, de tomar parte na Conferência)

RUBENS D'ALMADA HORTA PÓRTO, Diretor do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, representando esta Secretaria de Estado

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística expressamente ratificou a constituição da delegação, atribuindo a Vossa Excelência a sua chefia. Vossa Excelência, entretanto, por motivo de doença, não pôde viajar, razão por que, conforme foi dito, me foi transferida, com a anuência da Junta, aquela responsabilidade. Dessa modificação foram feitas as necessárias comunicações à Secretaria-Geral das Conferências

A delegação ficou desfalcada, também, da colaboração do DR ALBANO FERREIRA DA COSTA, que, segundo comunicação telegráfica feita para Nova Delhi, foi forçado a regressar ao Brasil de Lisboa, por motivo de doença

Atraso verificado na obtenção da autorização do Senhor Presidente da República para a viagem ao exterior do País e contratempos surgidos quanto ao transporte contribuíram para que dois dos delegados — os Doutores GASTÃO QUARTIN PINTO DE MOURA e GILBERTO LYRA DA SILVA — chegassem a Nova Delhi quando já se encontravam encerrados os trabalhos da primeira parte das reuniões, isto é, as que se deviam realizar na referida Capital

As dificuldades de transporte, principalmente no que concerne às conexões para a viagem de regresso, impediram, também, que todos os delegados comparecessem a Calcutá, para participar da segunda fase dos trabalhos do Brasil, entretanto, mesmo assim, ficou representado até o final das Conferências, nas pessoas do Chefe da delegação e dos Senhores GIORGIO MORTARA, RAUL LIMA, GERMANO JARDIM, MILTON RODRIGUES e WILLIAM ALFREDO MAYA

III — A INSTALAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS

A instalação solene das Conferências Internacionais de Estatística teve lugar na sala do plenário da Casa do Parlamento, o magnífico edifício onde se reúne o Congresso da Índia, às 10 horas do dia 5 de dezembro. Reunidos mais de 300 delegados, representando 36 Nações (além da própria Índia), juntamente com autoridades, corpo diplomático, funcionários e estudantes, foi ouvido o hino nacional indiano, a cujos acordes deu entrada no recinto Sua Excelência DR RAJENDRA PRASAD, Presidente da República, que se fazia acompanhar do Primeiro Ministro, JAWAHARLAL NEHRU.

Formulando as "boas-vindas" do Governo indiano aos congressistas, em discurso no qual teve oportunidade de registrar a importância da estatística para a manutenção de um mundo próspero e pacífico, Sua Excelência o Senhor Presidente RAJENDRA PRASAD declarou abertos os trabalhos das Conferências. Em seguida falou o Senhor C D DESHMUKH, Ministro das

Finanças, na qualidade de Presidente do Comitê Executivo Nacional das Conferências e do Instituto Indiano de Estatística, e o Senhor STUART RICE, Presidente do Instituto Internacional de Estatística. Esta última oração teve grande repercussão, em virtude de haver sido assinalado, com bastante propriedade, o prejuízo que acarretavam para o maior desenvolvimento das relações estatísticas internacionais as limitações criadas pela União Soviética no setor da divulgação estatística e as concepções defendidas pela referida nação no que concerne ao mencionado método

Usou da palavra, finalmente, antes do encerramento da sessão, o Primeiro Ministro NEHRU, que ressaltou o fundamental papel que caberia à estatística para a melhoria do padrão-de-vida dos indianos, dos "361 milhões de problemas", como éle próprio considerou

A delegação brasileira, que esteve presente à solenidade, sentiu o orgulho de ver tremular o pavilhão nacional, no recinto, entre as bandeiras das nações que enviaram representantes às Conferências

IV — SESSÕES TÉCNICAS

A orientação seguida para a realização dos trabalhos da Conferência foi a de organizar sessões e "mesas-redondas" com o objetivo de examinar as matérias, gerais ou específicas, da agenda. Como é compreensível, a extensão e a profundidade das matérias programadas para estudo exigiu a constituição de grande número desses núcleos de trabalho. A limitação do tempo disponível, outrossim, determinou a realização, na mesma hora mas em locais diferentes, das reuniões.

Estas circunstâncias impuseram à delegação brasileira o modo de agir, o qual, se não foi o melhor, pelo menos se adaptou às condições do momento. Decidiu-se, em face das circunstâncias, que membros da delegação estivessem sempre presentes às reuniões, determinando-se o comparecimento de acordo com a especialização do delegado ou as matérias de sua preferência. O Chefe da representação, sem embaraço do prevailecimento desse critério, procuraria comparecer a todas as reuniões, ainda que não permanecesse nas mesmas durante todo o período de trabalho. Parece que esse plano produziu satisfatório resultado, visto que nenhum dos delegados ficou impedido de tomar parte nas sessões de seu interesse e sempre havia, nas reuniões, um assistente brasileiro

Nesta parte da exposição serão referidas, tão-somente, aquelas reuniões em cujos debates participaram membros da delegação brasileira ou nas quais foram tomadas decisões de interesse especial para o Brasil. A seguir será transcrito trecho do relatório do Professor MORTARA em que são examinados, de maneira geral, os trabalhos técnicos das Conferências. Desta maneira, e levando-se em conta os documentos anexos que pormenorizam as reuniões realizadas pelas diferentes entidades, poder-se-á ter uma visão geral das Conferências Internacionais de Estatística.

Na sessão, realizada no dia 5, relativa à exatidão dos dados demográficos, o Professor GIORGIO MORTARA teve oportunidade de intervir nos debates após a leitura do relatório apresentado por DEPOIN (França), para salientar que no Brasil foram realizados vários trabalhos de análise dos resultados do recenseamento de 1940, com o objetivo de avaliar a precisão dos dados finais, principalmente no que se referia às declarações de idade, número de filhos, côr e enfermidades. Leu o título de alguns desses trabalhos, oferecendo-se para fornecer a coleção completa a quem os desejasse. F W LORIMER (E Unidos) chamou a atenção dos presentes para a importância dos trabalhos levados a efeito no Brasil, os quais testemunhavam a possibilidade da realização dos estudos que o relator da matéria estava recomendando

Nesse mesmo dia teve lugar uma sessão administrativa do Instituto Internacional de Estatística. Em virtude de ser privativa, apenas compareceram à reunião os Professores GIORGIO MORTARA e MILTON DA SILVA RODRIGUES, os membros da delegação que são sócios da en-

tidade Foi aprovada, na sessão, a constituição da comissão que, nos termos dos Estatutos, deveria propor à Assembléa-Geral os nomes dos sócios que integrariam a nova Diretoria do Instituto. Entre os quatro nomes eleitos figurou o do Professor MORTARA. Foi ainda aprovada, na mesma oportunidade, a relação dos Presidentes das sessões que se realizariam sob os auspícios do Instituto. O Brasil foi distinguido mais uma vez, havendo sido escolhido o nome de Vossa Excelência para presidir os trabalhos da Comissão de Estatísticas Econômicas, que se reuniria em Calcutá no dia 17.

No dia 6 se reuniu a Comissão encarregada dos estudos sobre o desenvolvimento dos sistemas estatísticos nacionais. Foi apresentada à mesma a contribuição do Senhor JOÃO DE MESQUITA LARA "Some Characteristic Aspects of Sui-Generis Statistical Organization". Outro membro da delegação, Senhor GERMANO JARDIM, participando dos debates, chamou a atenção para a estrutura do sistema estatístico brasileiro, que, ao lado da descentralização executiva, apresentava uma coordenação centralizada, a cargo do órgão colegial integrado por representantes das organizações interessadas.

O Comitê de Indicação do Instituto Internacional de Estatística, reunido na tarde de 6, depois de demoradas discussões, resolveu por unanimidade recomendar os seguintes nomes para constituírem a nova Diretoria da entidade:

Presidente: STUART A RICE (Estados Unidos)

Vice-Presidentes: P C MAHALANOBIS (Índia); J L RUEFF (França); R C GEARY (Irlanda) e M A TEIXEIRA DE FREITAS (Brasil)

Secretário-Geral: PH J IDENBURG (Holanda)

Tesoureiro: R G D ALLEN (Inglaterra)

A indicação do nome do Senhor TEIXEIRA DE FREITAS, conforme se pôde verificar, foi muito bem acolhida, havendo mesmo alguns estatísticos, como RICE, SAUVY e TOVAR, apresentado aos membros da delegação brasileira as suas congratulações.

No dia 7, pela manhã, se reuniu a comissão encarregada de examinar o desenvolvimento de um sistema para estatísticas da população. O Professor MORTARA foi um dos relatores da sessão, tendo a sua contribuição "Some Considerations on the Development of Population Statistics in Underdeveloped Countries" merecido elogios dos especialistas presentes, principalmente do Professor MAHALANOBIS.

A Comissão de Estatísticas da População prosseguiu com os seus trabalhos no dia 8, quando o Professor MORTARA fez entrega de duas outras contribuições de sua autoria, intituladas "Durée de la Vie Economiquement Active Suiivant la Mortalité" e "Contribution of the Brazilian Institute of Geography and Statistics to Population Studies". A primeira tese provocou debates entre os especialistas presentes, que a consideraram contribuição original para o estudo da matéria. Intervieram nas discussões havidas dois outros membros da delegação, os Senhores PAULO CÂMARA e GERMANO JARDIM. O primeiro assinalou o valor que apresentam para os estudos da população, de modo geral, e em especial para o exame da vida economicamente ativa, as estatísticas de previdência social; o segundo, reportando-se ao estudo de MORTARA sobre a contribuição do I B G E. para os estudos demográficos, fez referências à realização do VI Recenseamento Geral do Brasil, em 1950, acentuando a celeridade com que vem se processando a apuração dos respectivos resultados.

No dia 10, teve lugar, pela manhã, a reunião dedicada ao estudo dos sistemas de estatística da produção agrícola. No relatório básico, apresentado por P V SUKATME, Chefe de Secção da Estatística da Divisão Econômica da F.A.O., a organização da estatística agrícola do Brasil mereceu especial destaque, sendo incluída entre os oito sistemas bem definidos, sedimentados e vigentes na maioria dos países mais desenvolvidos. As conclusões do mencionado técnico focalizam as vantagens e desvantagens dos sistemas centralizados e des-

centralizados e registram a necessidade, qualquer que seja o princípio seguido, da coordenação dos trabalhos. Esta coordenação, nos países de grande extensão territorial, deveria processar-se através de órgãos específicos, como, no caso do Brasil, o I B G E. O Senhor RAUL LIMA, ao apresentar a sua contribuição "Crops and Livestock Production Statistics in Brazil", em que o sistema brasileiro é descrito com pormenores, manifestou seu regozijo pelas referências feitas à organização nacional no referido relatório.

À tarde se reuniu a Comissão de Estatísticas Educacionais e Culturais, havendo servido de base aos debates o relatório do Chefe do Serviço de Estatística da U N E S C O, o Senhor B. A. LIU. Antes de iniciar a leitura do citado documento, o Senhor LIU se refeiu aos técnicos que colaboraram com a U N E S C O para a elaboração do programa mínimo de estatísticas educacionais, destacando de modo especial entre os nomes mencionados o de GERMANO JARDIM, um dos delegados brasileiros presentes à sessão. O relatório em causa foi objeto de discussão, merecendo reparos, aceitos pelo plenário, do Professor MORTARA e GERMANO JARDIM. Este, aliás, em complemento, apresentou o trabalho "Measuring education in Brazil", de sua autoria.

A Assembléa-Geral do Instituto Internacional de Estatística se realizou no dia 11, pela manhã. Em virtude de a qualidade de membro "ex-officio" da entidade ser considerada pessoal, não me foi possível participar dos trabalhos da reunião, em substituição a Vossa Excelência. O Presidente STUART RICE, entretanto, num gesto de nimia gentileza — que traduziu o seu apreço não tanto para mim quanto para o Brasil — convidou-me para assistir a primeira parte dos trabalhos, tomando lugar à mesa. Nessas condições, foi-me possível dirigir a palavra à ilustre Assembléa para renovar, de acordo com as instruções recebidas, o convite, já formulado em Berna em nome do Governo Brasileiro, no sentido de que a XXIX Sessão do Instituto Internacional de Estatística se reunisse no Rio de Janeiro em 1955. Assinalei, na oportunidade, a satisfação e orgulho que teríamos de acolher os eminentes mestres da estatística mundial.

O convite foi recebido pela assistência sob calorosa salva de palmas, havendo o Presidente STUART RICE, depois de amáveis palavras com que assinalou o desenvolvimento da estatística brasileira, proposto a sua aceitação, em princípio, em face das disposições estatutárias em vigor. O Professor ALFRED SAUVY, da França, apoiou vivamente a proposta do Presidente e transmitiu a impressão favorável que lhe deixaram os serviços estatísticos brasileiros em recente visita que fizera ao nosso país. O Professor MAHALANOBIS também se pronunciou favoravelmente à aprovação da proposta, principalmente por que, segundo experiência que adquiriu, o prazo de dois anos era insuficiente para o preparo das reuniões do Instituto Submetida a votos a proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Na segunda parte da ordem do dia, à qual não assisti pelos motivos já expostos, processou-se a eleição da nova Diretoria do Instituto. Os nomes indicados previamente pelo Comitê foram eleitos, sendo digno de menção o fato de haver o Senhor TEIXEIRA DE FREITAS recebido votos de quase a totalidade dos membros presentes. A observação pessoal dos fatos que precederam e sucederam à referida eleição autorizam afirmar que a escolha do estatístico português para o cargo de Vice-Presidente do I I E constituiu realmente uma honra para o Brasil, devendo ser encarado como alguma coisa mais do que um simples ato da vida interna de uma entidade cultural de grande prestígio.

As sessões técnicas foram suspensas, na tarde de 11, para permitir o embarque dos congressistas para Calcutá. No dia 16, já nesta cidade, foram reiniciados os trabalhos, com a observação das operações de campo de uma pesquisa por amostras, em um vilarejo próximo.

Na sessão destinada às contribuições sobre estatística econômica, reunida a 17 e que deveria ser presidida por Vossa Excelência, foi

apresentado o trabalho "Financial Statistics and Budget Standards", de autoria de AFONSO ALMIRO RIBEIRO DA COSTA JÚNIOR

V — CONTRIBUIÇÕES DOS DELEGADOS BRASILEIROS

Não obstante as referências já feitas, no corpo dos comentários anteriores, às contribuições, apresentadas às Conferências Internacionais de Estatística pelos membros da delegação brasileira, parece conveniente a reprodução dos títulos, de maneira destacada, para melhor apreciação dos assuntos versados:

AFONSO ALMIRO — "Financial Statistics and Budget Standards"

GERMÃO JARDIM — "Measuring Education in Brazil"

GIORGIO MORTARA — "Contribution of the Brazilian Institute of Geography and Statistics to Population Studies"

"Durée de la Vie Économiquement Active suivant la Mortalité"

"Quelques Considérations sur le Développement de la Statistique de la Population dans les Pays Arriérés"

JOÃO LARA — "Some Characteristic Aspects of a Sui-Generis Statistical Organization"

RAUL LIMA — "Crops and Livestock Production Statistics in Brazil"

WILLIAM A MAYA — "Brazilian Timber Economy"

O representante do Instituto Nacional do Pinho, Senhor WILLIAM ALFREDO MAYA, ofertou às altas autoridades do Governo da Índia e aos Presidentes das entidades que patrocinaram a realização das Conferências artísticos álbuns, contendo gráficos e estatísticas sobre a economia madeireira no Brasil Fêz expor, além disso, painéis que reproduziam, em escala maior, alguns dos mais expressivos gráficos contidos nos álbuns

VI — OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE OS ASPECTOS TÉCNICOS

Reproduz-se, a seguir, conforme foi esclarecido, trecho de relatório elaborado pelo Professor GIORGIO MORTARA sobre as Conferências, o qual proporciona uma visão geral sobre os aspectos técnicos das reuniões:

"A parte principal das Conferências foi constituída pelas sessões do Instituto Internacional de Estatística, nas quais foram discutidas também as questões referentes à renda e à riqueza nacional, à economia, à biometria, etc

Os assuntos tratados em 27 sessões de grupos podem ser discriminados conforme a seguinte exposição

1 *Problemas do desenvolvimento de sistemas estatísticos nacionais* O relator principal, DEMBURG, holandês, tratou de maneira geral da tarefa da estatística na administração pública Outros relatores informaram sobre as características dos sistemas estatísticos nacionais da República Federal Alemã, do Japão e da Índia Sobre a organização estatística nacional do Brasil foi apresentado um relatório por JOÃO LARA

2 *Desenvolvimento de um sistema de estatística da população* Relator MORTARA, brasileiro, que examinou as possibilidades de se obterem informações estatísticas sobre o estado e o movimento da população em países desprovidos de recenseamentos e de registros dos nascimentos e dos óbitos Foram apresentados outros relatórios, referentes à organização das estatísticas demográficas, no Canadá, na Índia e no Japão (este último expõe os métodos e resultados de uma aplicação de amostragem realizada no censo de 1950)

3 *Estatística demográfica.* Foram apresentadas numerosas comunicações concernentes à demografia indiana; despertaram interesse especialmente as referentes à natalidade e à fecundidade, que foi estudada também em relação à idade da

consumação do casamento (amidade muito precoce na Índia)

Importantes comunicações foram apresentadas sobre questões demográficas de caráter geral ou referentes a países diversos da Índia: FRUMKIN, das Nações Unidas, expôs os resultados de seus estudos sobre o movimento da população nos países europeus antes, durante e depois da segunda guerra mundial; BERNHARD, alemão, e CALITSUNAKIS, grego, puseram em relevo as tendências das populações dos respectivos países; MARSHALL, canadense, comunicou e comentou os resultados de uma pesquisa sobre a fecundidade das mulheres nascidas no ano de 1900 no Canadá, as quais já chegaram perto do fim do período reprodutivo da sua existência; MORTARA resumiu seus estudos, de caráter internacional, acerca da influência das variações da mortalidade sobre a duração da vida economicamente ativa; DEPOIN, francês, ilustrou as variações efetivamente verificadas na duração do período de atividade econômica em sucessivas gerações francesas; MORTARA, ainda, expôs e esclareceu as contribuições do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para os estudos demográficos

4 *Problemas da população em relação ao desenvolvimento econômico* Foram apresentadas e discutidas várias comunicações, entre as quais se salienta a de K. DAVIS, estadunidense, sobre a tendência mundial para uma crescente concentração das populações nas cidades, que deu ocasião a animados debates

5 *Apreciação da precisão dos dados demográficos* O relator principal, DEPOIN, francês, demonstrou a conveniência de se dar impulso aos estudos sobre a determinação, a medição e a correção dos erros das estatísticas demográficas e propôs uma resolução nesse sentido, que foi mais tarde aprovada pela assembléa-geral No curso da discussão, MORTARA apresentou a relação dos estudos já realizados sobre o assunto no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os quais em parte já correspondem aos desideratos do relator BACH, de Israel, discutiu os problemas que se apresentam na análise e correção dos erros nas declarações de idade

6 *Estatística da educação e da cultura.* Foi tomado como base para a discussão um relatório redigido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) Entre as comunicações apresentadas, merece relevo a de G. JARDIM sobre a organização das estatísticas da educação do Brasil

7 *Desenvolvimento de um sistema de estatística do trabalho* A discussão, de limitado alcance, foi baseada num relatório do Bureau Internacional do Trabalho

8 *Estatística econômica* Foram apresentadas várias comunicações, entre as quais devem ser lembradas as de TAGLIACARNE, italiano, sobre índices territoriais da capacidade de compra das populações, de WINKLER, austríaco, sobre critérios e métodos para a medição da produtividade técnica, e de A. A. RIBEIRO DA COSTA sobre estatísticas financeiras e padrões de orçamento no Brasil

9 *Renda e riqueza nacionais* O relator principal, SAUVY, francês, discutiu e delimitou o conceito de renda nacional. Interessantes contribuições sobre problemas de caráter geral foram trazidas por LIVI, italiano, e FINDLAY SHIRRAS, inglês. Várias comunicações sobre problemas de caráter particular ou local foram apresentadas por estatísticos indianos

10 *Econometria.* Os estudos que foram expostos e discutidos referem-se a problemas de caráter particular; é notável entre eles o de ALLEN, inglês, sobre as pesquisas do padrão-de-vida baseadas nos balanços de família

11 *Apreciação da precisão dos dados econômicos* Em virtude da ausência do relator principal, MORGENSTERN, estaduni-

dense, não houve discussão sobre este assunto

12 *Desenvolvimento de um sistema de estatística agrícola* A discussão foi baseada principalmente num relatório da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (F.A.O.) e secundariamente em relatórios de associações estatísticas indianas Participou da ilustração dos sistemas nacionais de estatística agrícola RAUL LIMA, descrevendo as características do sistema brasileiro

13 *Organização nacional indiana para levantamentos por amostragem* Essa organização foi estudada numa sessão especial com base no relatório principal de SEN, indiano Seu funcionamento fora observado no dia anterior, quando os congressistas visitaram uma aldeia nos arredores de Calcutá, onde estavam sendo realizados trabalhos de levantamento A impressão predominante foi favorável; essa organização atesta a alta capacidade dos estatísticos indianos, não somente como cientistas e docentes mas também como realizadores de inquéritos

14 *Problemas biométricos na previsão e estimativa do crescimento das plantas nas regiões tropicais e subtropicais* Relator IRWIN, inglês Houve profícua discussão entre técnicos especializados

15 *Estatística matemática* Foram apresentadas várias comunicações, quase todas de caráter particular com predominância de contribuições indianas Sallenta-se a comunicação de DARMOIS, francês, sobre algumas propriedades características da lei de probabilidade de LAPLACE

16 *Critérios para experimentos* Entre as comunicações sobre esse assunto ("design of experiments") merecem menção especial as de YATES, inglês, sobre determinados critérios para experimentos na agricultura, e de MATHEON e RAO, indianos, sobre critérios para experimentos visando determinar a eficácia de remédios

17 *Amostragem* Houve várias comunicações de não grande importância. RIVET, francês, informou sobre um inquérito por amostragem, referente à ocupação e desocupação, efetuado na França

18 *Princípios econômicos nos problemas de amostragem industrial* Relator principal HAMARKAR, holandês, que resumiu as aplicações industriais da estatística em vários países Foram apresentadas numerosas comunicações, um grupo deles concernente à Índia, e outro a países diversos ou a problemas gerais, entre os quais foi especialmente debatido o dos limites de conveniência econômica das aplicações da estatística na indústria. Foi proposta a constituição de uma seção especial do Instituto Internacional de Estatística para o estudo dessas aplicações; essa proposição foi submetida ao exame e à apreciação do Bureau

19 *Educação estatística* A discussão foi baseada num relatório do Comitê da educação estatística do próprio Instituto Internacional de Estatística Entre as comunicações apresentadas, pela maior parte por indianos, é digna de relevo particular a de MAHALANOBIS, sobre a conveniência da introdução e do desenvolvimento do ensino da estatística teórica na educação secundária ou na fase inicial da educação superior

* * *

Uma característica singular desta 27^a Sessão do Instituto Internacional de Estatística consistiu na preponderância da participação asiática e sobretudo indiana

De 151 relatórios ou comunicações apresentados à Sessão, 81 foram redigidos por pessoas ou entidades indianas e 11 por outras asiáticas, ascendendo assim a 92 o total das contribuições desse continente

A Europa figura com 32 contribuições, a América do Norte com 9, a do Sul com 7 (todas brasileiras), a Austrália com 1

Foram fornecidas mais 6 contribuições por instituições internacionais Para 4 contribuições não consta a nacionalidade do autor

Também nas discussões os asiáticos participaram em proporção próxima de 50% (segundo dados parciais, pois que faltam informações para algumas sessões, participaram 54 asiáticos e 55 não asiáticos)

Entre os participantes das Conferências, os membros do Instituto Internacional de Estatística constituíam apenas uma modesta minoria, estando presentes 46 membros permanentes (dos quais 4 indianos) e 12 membros "ex-officio" (dos quais 2 indianos), em comparação com 96 convidados não indianos e um grande número (provavelmente de 150 a 200) de convidados indianos

Apenas um quinto dos membros do Instituto (cujo número total ascende a 209 permanentes e 53 "ex-officio") participou da 27^a Sessão Dos 52 membros não indianos presentes, 36 pertenciam a países da Europa, 5 à América do Norte, 3 à América do Sul (Brasil), 2 à Ásia, 1 à Austrália e 5 representavam instituições internacionais

Entre os 96 convidados não indianos, 42 pertenciam a países da Ásia, 16 à Europa, 11 à América do Sul (dos quais 10 brasileiros), 9 à América do Norte, 2 à Austrália, 2 à África e 14 representavam instituições internacionais

O excessivo número de convidados, especialmente indianos, desejosos de participar nas discussões, deu viva animação às sessões, mas teve o efeito de tornar insuficiente o tempo dedicado às questões mais gerais e mais importantes, sendo consagrada boa parte dos debates à análise de problemas particulares ou locais De certa maneira, entretanto, esse próprio inconveniente pode ser encarado como uma vantagem, tendo demonstrado de um lado o profundo interesse dos estatísticos estrangeiros pelos problemas indianos, e do outro a grande paixão e séria preparação das jovens gerações indianas para a teoria e as aplicações da estatística "

* * *

VII — REUNIÕES SOCIAIS

Já se vai tornando praxe, nas reuniões internacionais, a organização de um programa social ao lado da agenda estatística para os trabalhos relacionados com os objetivos que as determinaram. No caso das Conferências Internacionais de Estatística essa orientação foi também seguida, não obstante o tempo bastante limitado com que os delegados contavam, inclusive para a execução do programa técnico

Recepções, chás, excursões, almoços, visitas e reuniões semelhantes foram incluídas no programa oficial numa demonstração de hospitalidade, fidalguia e gentileza do povo indiano Entidades e instituições particulares, culturais ou comerciais, endereçaram, outrossim, convites aos participantes das conferências, estendendo ainda mais a parte social

A orientação seguida pela delegação brasileira, neste particular, foi a de deixar à livre deliberação de cada qual a aceitação ou não dos convites recebidos Na hipótese de convite geral, os membros que o aceitassem se encarregariam de representar toda a delegação Estas normas não prevaleceriam, contudo, quando se tratasse de recepção oferecida pelos membros do Governo ou as altas autoridades das Conferências, hipótese em que todos os delegados deveriam comparecer

Entre as reuniões a que compareceu a delegação brasileira destaca-se a recepção oferecida aos participantes das Conferências pelo Senhor Presidente da República, DR. RAJENDRA PRASAD, no dia 7 de dezembro, no Rashtrapati Bhavan, o suntuoso palácio do Governo Estava presente, além dos membros das Conferências, personalidades do mundo oficial e pres-

tigiosas figuras da sociedade local, o Professor MAHALANOBIS, que teve a gentileza de apresentar os delegados brasileiros ao Senhor Presidente da República, e sua Excelentíssima Esposa, tendo Suas Excelências tido a impressão com os mesmos

O Primeiro Ministro, Sr JAWAHARLAL NEHRU, honrou, do mesmo modo, os conferencistas, abrindo-lhes as portas de sua magnífica residência oficial em animada recepção, no dia 5. O Encarregado dos Negócios do Brasil na Índia, Senhor RODOLFO SOUZA DANTAS, tomou a seu cargo a apresentação dos membros da delegação ao anfitrião e à sua gentilíssima filha

O Comitê Indiano das Conferências ofereceu, no dia 8, uma recepção aos delegados no Red Fort, o antigo palácio-fortaleza na Velha Delhi. A delegação do Brasil, que se fazia acompanhar do Encarregado de Negócios, foi alvo de gentilezas, principalmente da parte do Sr CHINTAMAN D DESHMUKH, Ministro das Finanças e Presidente do Comitê, e Professor MAHALANOBIS, Secretário-Geral das Conferências

Entre as excursões organizadas em benefício das pessoas que compareceram às Conferências, cumpre referir as viagens a Jaipur e Calcutá, esta com as interrupções em Mutra, Agra (com a visita ao Taj Mahal) e Benares. São dignos de menção, também, os passeios pelos sítios históricos de New Delhi (Túmulo de SAFARJANG, Hans Khas, Qutas Minar, Purana Qwilla, túmulo de Humayun, Red Fort, Rajghat, etc.)

Cabe mencionar, também, nesta parte do relatório, o almoço íntimo que o Senhor RODOLFO SOUZA DANTAS, Encarregado de Negócios, ofereceu na sede da Embaixada Brasileira aos delegados, assim como a recepção oferecida em despedida, ao Encarregado de Negócios, VITOR COSTA

VIII — CONCLUSÕES

Os resultados de reuniões como as Conferências Internacionais de Estatística não se podem medir, evidentemente, pelo número de sessões havidas, as contribuições técnicas apresentadas, as pessoas que compareceram ou os assuntos tratados. Todos esses fatores, e muitos outros de natureza subjetiva, concorrem para assinalar o êxito ou o fracasso de uma reunião

As observações do Professor MORTARA, anteriormente transcritas, não deixam dúvida de que as Conferências, sob o ponto de vista técnico, atingiram as suas finalidades. Aos resultados apontados deve-se adicionar, em complemento, a possibilidade de contactos pessoais entre os estatísticos mundiais que a reunião na Índia veio proporcionar. Os entendimentos pessoais, estabelecendo ou consolidando relações, constituem, de fato, um fator indireto para o desenvolvimento da estatística internacional e servirão, sem dúvida, para criar entre os componentes de numerosa classe uma sólida base, favorável à maior compreensão entre os homens

No estrito ponto de vista da estatística brasileira as Conferências produziram, também auspiciosos resultados. Mesmo sem se levarem em conta os ensinamentos hauridos pelos membros da delegação nacional, durante os trabalhos das sessões ou em contactos pessoais com os grandes mestres e a experiência adquirida com a observação da execução prática de tarefas, tem-se de concluir que as Conferências foram proveitosas. Cumpre assinalar, primeiramente, o número e o valor das contribuições apresentadas pelos membros da delegação e a interferência pessoal que os mesmos tiveram nos debates travados. Foi este, decerto, um acontecimento digno de registro, pois os representantes brasileiros em reuniões estatísticas internacionais não elaboravam, via de regra, nenhuma contribuição

Ao lado disso, cabe referência ao interesse demonstrado por alguns técnicos, principalmente os indianos, em conhecer a organização estatística brasileira e as soluções adotadas para enfrentar certos problemas práticos e teóricos. É possível que esse interesse tenha sido despertado pela própria contribuição oferecida às

Conferências pelos delegados brasileiros e, o que é mais importante, pelas elogiosas referências formuladas sobre a estatística brasileira em documentos e pronunciamentos de organismos e representantes da O N U

A eleição de TEIXEIRA DE FREITAS, se é, antes de tudo, o justo e merecido reconhecimento de entidade máxima da estatística nacional, dos méritos do grande técnico patriótico, não pode deixar de ser considerada também, ainda que em parcela mínima, um reflexo do prestígio que vem alcançando a estatística nacional nos círculos especializados internacionais. Finalmente, é ainda essa projeção da estatística brasileira, inegavelmente levada a efeito pela atuação do I. B. G. E., que explica a honrosa decisão do I. I. E., firmada por unanimidade e sob calorosos aplausos, de sediar no Rio de Janeiro uma das suas próximas sessões

Na hipótese de concretizar-se a idéia de realização, nesta Capital, da aludida sessão do I. I. E. — a qual, naturalmente, será também acompanhada de reuniões de outras entidades — as observações colhidas por alguns dos membros da delegação brasileira serão de grande valia na ocasião

Foi possível verificar, com efeito, mediante exame dos trabalhos efetuados pelo Comitê Indiano, a complexidade da organização e do funcionamento de uma conferência internacional da amplitude da de estatística. Se o órgão encarregado das tarefas propriamente administrativas não estiver convenientemente equipado e preparado e se não houver o metucioso planejamento de cada fase dos trabalhos, haverá o perigo do fracasso de toda a reunião. Registre-se, aliás, menos como crítica do que como advertência — que a insuficiente organização da Secretaria-Geral das Conferências prejudicou, de certa maneira, o desenvolvimento das reuniões da Índia

Julgo-me no dever, em face do exposto, de chamar a atenção de Vossa Excelência — e, "ipso-facto", do Governo Brasileiro — para a necessidade de serem iniciados desde já os estudos relacionados com a realização das Conferências de 1955 e tomadas, de imediato, as providências preliminares para o encaminhamento daquelas medidas que exigem longo prazo para a sua efetivação. A obtenção de recursos financeiros, os entendimentos com outras entidades nacionais e internacionais que devem concorrer às Conferências, o preparo sistemático de contribuições técnicas — são algumas das providências cujo encaminhamento é demorado e sem as quais não ficará garantido o êxito do empreendimento.

IX — PALAVRAS FINAIS

Resta-me, Senhor Presidente, registrar os meus melhores agradecimentos a todos os membros da delegação, indistintamente, pela colaboração que sempre me prestaram e pela maneira elevada com que se houveram durante as Conferências

A distinção, o cavalheirismo, o desejo de bem servir e o espírito público de todos os delegados, concorreram para que se tornasse sobremaneira fácil a tarefa de coordenação e orientação geral, sob a minha responsabilidade. Aos conhecimentos e à competência pessoal de cada um ficou a estatística brasileira a dever mais alguma coisa, depois das reuniões da Índia. Pediria a Vossa Excelência, por isso mesmo, se dignasse transmitir aos superiores hierárquicos de cada membro da delegação, para efeito de registro nos assentamentos pessoais, o agradecimento desta Chefia pela cooperação que cada qual lhe prestou

Desejaria, ainda, destacar de modo especial a colaboração prestada a esta Chefia e aos membros da delegação pelo Senhor GERMANO JARDIM, representante do Ministério da Educação e Saúde e da Sociedade Brasileira de Estatística. Sempre prestimoso e dotado de boa vontade, o Senhor GERMANO JARDIM jamais se negou a auxiliar, com os seus conhecimentos de idiomas estrangeiros e a grande prática de viagens, qualquer dos seus colegas, quer no encaminhamento de assuntos de interesse público, quer na busca de soluções para problemas pessoais. Julgo que, por estes motivos, o men-

cionado delegado faz jus aos nossos agradecimentos

Foi solicitado à Secretaria-Geral das Conferências em New Delhi o envio de duas coleções das contribuições apresentadas, diretamente ao Conselho Nacional de Estatística. O Senhor JOÃO DE MESQUITA LARA, por outro lado, já fez entrega à Secretaria-Geral de algum material por ele recolhido pessoalmente. Em complemento, junto ao presente aqueles documentos que completam a exposição feita

Finalmente, não poderei silenciar o trabalho eficiente e discreto do referido senhor no

encargo de secretariar a delegação como o fez e pelas notas e colaboração que emprestou, pessoalmente, para a confecção deste relatório, pelo que, como funcionário efetivo que é da Secretaria-Geral do C.N.E., bem merece o elogio a que acima me referi

Protestando por apresentar qualquer outro esclarecimento que se fizer mister, rogo aceitar Vossa Excelência, com este Relatório, mais uma vez, a afirmação da minha alta estima e admiração

(a.) RUBENS D'ALMADA HORTA PÓRTO
Chefe da Delegação Brasileira "

SUBCOMISSÃO DE AMOSTRAGEM ESTATÍSTICA, DAS NAÇÕES UNIDAS

Realizou-se em Calcutá, Índia, de 19 a 31 de dezembro de 1951, logo após o encerramento da sessão do Instituto Internacional de Estatística, a Quinta Sessão da Subcomissão de Amostragem Estatística, das Nações Unidas. Participaram da reunião os membros titulares da Subcomissão, P C MAHALANOBIS, GEORGES DARMOIS, WILLIAM EDWARDS DEMING, FRANK YATES e R A FISHER, e, como convidados, ROBERT MORSE WOODBURY, da Repartição Internacional do Trabalho; P V SUKHATME e C P G J SMIT, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (F A O); K M NAIK, da Câmara Internacional de Comércio; WILLIAM R LEONARD, da Repartição de Estatística das Nações Unidas, e os seguintes estatísticos, que haviam participado da sessão do Instituto Internacional de Estatística: B RAMAMURTI, H GHOSH, K KISHEN, D B LAHIRI, N CHAKRAVARTI, C R RAO, V G PANSE, K B MADHAVA e N C CHAKRAVARTI, indianos; M MACURA, iugoslavo; H C HAMAKER e G GOUDSWAARD, holandeses; SOEWARTO e W T NEPKENS, da Indonésia, e TORE DALENIUS, sueco

Enviaram contribuições, para consideração do plenário, D J DESMOND, G V DYKE e EMILY P POULTON, ingleses; JOHN GAILLARD, HOWARD L JONES, BENJAMIN J MANDEL, A C ROSANDER e R TYNES-SMITH, estadunidenses, e W GEISS, holandês

Os assuntos discutidos podem ser sumariados da forma que se segue

Inquéritos por amostragem, de modo geral — O plenário apreciou o relatório apresentado, sob esse tópico, pela secretaria da Subcomissão. Nesse relatório, que é o quarto no gênero, foram analisados, sumariamente, recentes inquéritos por amostragem, realizados em dezessete países. Foi assinalada, desde logo, a tendência para mais ampla aplicação do método, em número crescente de nações, bem assim para mais rigorosa observância dos princípios e normas recomendados anteriormente pela Subcomissão

O plenário delibou enfatizar a importância de ser observado, sempre que possível, o princípio da escolha aleatória ("random selection") das unidades de amostragem. Recomendou que se evitassem os processos de escolha sistemática — tais como, por exemplo, o da letra inicial dos nomes, ou o dos números ímpares terminados em 25 e dos pares termi-

nados em 76 —, abrindo-se exceção, apenas, para o processo de escolha de cada ítésima unidade — seleção sistemática, com ponto de partida equívocável —, processo que, sem ser propriamente aleatório, oferece resultados que se aproximam dos obtidos por escolha puramente aleatória

A Subcomissão formulou apelo aos estatísticos para que sempre fizessem constar de seus relatórios as informações concernentes ao grau de precisão das estimativas obtidas, assim como para que adotassem a terminologia recomendada, anteriormente, pela própria Subcomissão

O plenário observou que, em atenção a apelos feitos precedentemente, diversos relatórios de inquéritos incluíam dados a respeito do custo do trabalho realizado, e consignou uma recomendação no sentido de que, neste particular, as informações relativas ao custo fôsem apresentadas com discriminação segundo as fases de trabalho, distinguindo-se: preparação (com informação à parte, no tocante aos inquéritos-piloto), trabalho de campo, supervisão, apuração, análise, chefia, elaboração de resultados

Foi ainda assinalado que os relatórios de pesquisas deveriam registrar informações sobre os insucessos porventura verificados. Estas informações serão sempre úteis, com o evitar que deficiências análogas atinjam outros inquéritos

Finalmente, a Subcomissão deliberou considerar a possibilidade de divulgar periodicamente os resultados e as experiências de inquéritos realizados, a fim de tornar mais amplamente conhecidos os novos desenvolvimentos teóricos na matéria e as novas aplicações do método

Estatísticas agrícolas — No tocante à aplicação de métodos de amostragem ao domínio das estatísticas agrícolas, a Subcomissão deliberou dedicar sua atenção aos problemas peculiares do Sudeste da Ásia, tomando como exemplo específico a situação da Índia, neste particular. O sistema de inquéritos por amostragem, utilizados na Índia a esse respeito, foi detidamente analisado, na base de relatórios apresentados por V G PANSE, K KISHEN e N C CHAKRAVARTI. A Subcomissão formulou algumas recomendações para a melhoria dos aludidos inquéritos

Técnicas estatísticas na indústria e no comércio — A Subcomissão realizou discussões

na base dos relatórios seguintes: de WILLIAM EDWARDS DEMING e JOHN GAILLARD, sobre a distribuição da técnica estatística à ampliação das vendas comerciais, no mercado nacional e no internacional, mediante, sobretudo, a progressiva estandarização dos produtos e de suas partes; de D J DESMOND, sobre especificação da qualidade; de H C HAMAKER, sobre a aplicação de métodos de amostragem na indústria do petróleo e na do carvão mineral; e de W GEISS, sobre a especificação das lâmpadas incandescentes e a aplicação de métodos de amostragem para controle dessa especificação

O plenário assinalou que a aplicação da técnica estatística na indústria é, hoje, essencial para a verificação da eficiência, da produção e da qualidade, pois se torna possível obter: a) maior produção, sem novas inversões em equipamentos ou em expansão da fábricas; b) menor gasto relativo de matérias-primas; c) qualidade e uniformidade mais desejadas pelo consumidor; d) maior precisão, quando a precisão é necessária; e) testes do produto em uso, os quais podem fornecer indicações para a melhoria do produto e no tocante à sua aceitação pelo mercado

Foi assinalado, particularmente, que a aplicação da técnica estatística pode proporcionar indicações para reduzir o desperdício de materiais; para uso mais eficiente da maquinaria e da mão-de-obra; para minimizar as perdas e as repetições de trabalho; para realizar economia na compra e no uso de matérias-primas; para planejar e controlar certa uniformidade adaptada às necessidades e ao poder aquisitivo do consumidor, e para assegurar uma produção contínua, de fluxo regular

Registros administrativos — O plenário examinou as possibilidades de aproveitamento das informações contidas nos registros administrativos que organizações de toda ordem, governamentais ou particulares, efetuam a respeito de cada ato realizado Assim, por exemplo, registros de estabelecimentos comerciais, acerca dos produtos vendidos; de empresas ferroviárias, rodoviárias ou de navegação marítima ou aérea, no tocante a passageiros transportados; de hospitais, quanto a doentes internados; de empresas telefônicas, quanto a seus assinantes; etc O aproveitamento dessas informações se faria com os seguintes propósitos: a) de apurar informações contidas nos registros mas não habitualmente apuradas; b) de fornecer indicações para pesquisas ulteriores a respeito de características não registradas; c) de medir o grau de precisão das informações contidas nos registros, talvez para corrigi-las ou para decidir sobre a conveniência de obtê-las de modo diferente

Problemas técnicos da aplicação de métodos de amostragem nesse domínio foram examinados pelo plenário

A amostragem em conexão com recenseamentos — O plenário considerou a aplicação de métodos de amostragem em conexão com censos da população, com os seguintes propósitos: a) de verificar, em amostras da população, características não indagadas na investigação censitária extensiva; b) de realizar

apurações preliminares, com amostras dos questionários coletados, para estimar resultados que só seriam obtidos bem mais tarde, com a apuração completa; c) de realizar inquéritos demográficos, por amostragem, em substituição a censos completos; d) de examinar a proporção de erros nas várias fases da apuração censitária (codificação, perfuração, tabulação)

Houve discussão na base de relatórios sobre essas aplicações, em relação aos censos demográficos realizados no Japão, em 1950, e na Índia e na Grã-Bretanha, em 1951 Foi especialmente analisada a experiência do controle de erros de perfuração de cartões de apuração mecânica, dos censos da população, de habitação e da agricultura, levados a efeito nos Estados Unidos, em 1950 Há a observar que se utilizaram, nessas operações, 250 milhões de cartões de apuração mecânica

Inquéritos para a melhoria de técnicas agrícolas — A Subcomissão examinou as possibilidades de realização de inquéritos por amostragem, com o fim de obter indicações para a melhoria de processos e técnicas agrícolas Foi assinalado que os métodos de amostragem poderiam ter largo emprego no estudo de problemas agrônômicos, tais como os de avaliação de recursos do solo, áreas agricultáveis, processos de cultura (quer sob o aspecto técnico, quer sob o aspecto econômico), introdução de novas técnicas agrícolas, incidência de pragas, etc

Transporte de mercadorias por rodovia — A Subcomissão examinou os resultados de alguns inquéritos em que se tentou introduzir a técnica da amostragem para a obtenção de estatísticas sobre o transporte de mercadorias por estradas de rodagem Foi considerada a experiência de uma comissão técnica inglesa de informação estatística sobre transportes interiores, a qual recomendou a realização de inquéritos nos quais as unidades de amostragem fôsem os veículos de transporte, independentemente das estradas por que transitassem Por outro lado, foi igualmente examinado um relatório de FRANK YATES, que preconiza a adoção de um processo de observação dos veículos ao longo das estradas, localizados os pontos de observação por escolha sistemática, ou de maneira puramente aleatória

Considerou-se particularmente auspiciosa a realização de inquéritos por amostragem, nesse domínio, na Grã-Bretanha (Inquérito-piloto em 1948), Suécia (1950), Suíça (1951) Investigações sobre o mesmo problema estão em curso, presentemente, na França, na Holanda e na Noruega

Estatística do "custo-da-vida" — Efetivaram-se os exames respectivos na base de relatório apresentado por ROBERT MORSE WOODBURY, da Repartição Internacional do Trabalho A Subcomissão formulou congratulações com a R I T e com a VII Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho pela atenção dispensada por estas à adoção de métodos de amostragem para a obtenção de estatísticas do "custo-da-vida".

A Subcomissão formulou, a respeito, as seguintes observações:

"É particularmente difícil, neste domínio, assegurar uma seleção aleatória das famílias a

serem investigadas, em virtude do alto grau de colaboração que das mesmas é requerido. No entanto, é importante que a seleção seja inteiramente aleatória e não limitada às que se ofereçam voluntariamente. Como procedimento ulterior, far-se-ia uma análise do grupo não-respondente ou de recusa, em relação ao qual se procuraria obter, ao menos, informações sobre a composição da família, nível dos rendimentos e razões da recusa. Isto tem sido feito em diversos países, mesmo naqueles em que é baixo o coeficiente de recusa, a fim de inferir-se a respeito de alguma tendenciosidade existente."

A Subcomissão estudou, igualmente, os problemas ocorrentes no que respeita à realização de amplas pesquisas de periodicidade, por exemplo, decenal, e de inquéritos anuais na base de pequenas amostras.

FRANK YATES e GEORGES DARMOIS focalizaram, especialmente, o problema do estabelecimento de escalas de consumo, tendo em vista as peculiaridades nacionais e regionais.

Assistência técnica à Índia e à Indonésia — A pedido do governo da Índia, a Subcomissão examinou os métodos utilizados pelo Instituto de Estatística daquele país. Dada a premência de tempo, a Subcomissão não pôde pormenorizar sua análise, sendo de notar, porém, que as estatísticas agrícolas indianas já haviam sido objeto de cuidadoso estudo de sua parte, conforme foi referido em tópico anterior. Todavia, a Subcomissão pôde apreciar, de modo geral, as atividades desenvolvidas por aquela entidade especializada e consignou, a respeito, que era do maior valor a contribuição do referido Instituto ao aperfeiçoamento das estatísticas indianas e à adaptação destas às necessidades, nesse domínio, de um Estado moderno.

Por outro lado, atendendo a uma solicitação do governo da Indonésia, a Subcomissão formulou recomendações sobre a execução, por métodos de amostragem, de um amplo inquérito sobre a indústria daquele país.

CURSO DE INICIAÇÃO ESTATÍSTICA PARA FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL

De acôrdo com entendimentos havidos entre a direção do Banco do Brasil S A e a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, de que demos notícia em número anterior da REVISTA, realizou-se na sede da Secretaria-Geral, no período de 7 de dezembro do ano próximo findo a 14 de março último, um Curso de Iniciação Estatística, especialmente preparado para servidores do Departamento de Estatística, Estudos Econômicos e Divulgação daquele estabelecimento de crédito.

No mencionado período, foram ministradas 176 aulas, a cargo dos Professores LOURIVAL CÂMARA, RAIMUNDO PAIS BARRETO e MÁRIO RITTER NUNES.

Esse Curso, intensivo e rápido, teve por objetivo proporcionar, aos que o freqüentaram, conhecimentos básicos de Estatística, aplicáveis às finalidades daquele estabelecimento de crédito.

Segundo plano previamente estabelecido, seriam ministradas, no Curso, 160 horas totais de aulas, distribuídas em dois ciclos: o primeiro, de aulas teóricas, com 90 horas; e o segundo, de aulas práticas, com 70 horas. As aulas teóricas do primeiro ciclo se distribuíam assim:

I — Estrutura e Funcionamento da Estatística Brasileira, 12 horas;

II — Estatística Metodológica, 78 horas

E as aulas práticas do segundo ciclo:

I — Estatísticas Econômicas e Financeiras, 35 horas;

II — Estatísticas Monetárias e Financeiras e das Atividades do Banco do Brasil, 35 horas

A experiência, contudo, determinou certas modificações em relação ao plano, sem alterar-lhe, entretanto, a estrutura.

O Curso obedeceu ao seguinte programa:

I — ESTATÍSTICA METODOLÓGICA

Distribuição de freqüência a uma variável — Médias e Índices

1 GENERALIDADES

Particularidades de tabulação

Classes — limites das classes — intervalo de classe — ponto médio

Freqüências — freqüências absolutas e relativas — freqüências simples e acumuladas

Representação gráfica — histograma e polígono de freqüência

O significado da área sob a curva

A curva de freqüências acumuladas

Tipos mais comuns de distribuições — Fenômenos contínuos e discretos

2 MÉDIAS

Expressão geral das médias

Média aritmética — cálculo direto e abreviado — controle de CHARLIER

Propriedades

Aplicações — significado mecânico da média aritmética

Média geométrica e harmônica — propriedades, cálculo e aplicações

3 SEPARATRIZES E DOMINANTES

Mediana — definição, propriedades, cálculo, significado

Quartis, decis, centis — propriedades

Cálculo gráfico

Moda — definição, propriedades, cálculo, significado

Distribuições bimodais e plurimodais

Cálculo gráfico

Valor prevalente — antimoda

4 AFASTAMENTOS

Afastamento médio — definição, cálculo e propriedades

Afastamento médio relativamente à média e à mediana
Afastamento-padrão — definição, cálculo e propriedades

- Emprêgo em exemplos mais simples
Coeficiente de variação
- 5 DISPERSÃO E ASSIMETRIA (Noções elementares, conforme a matéria já dada)
Uso do desvio-padrão
Uso da mediana e dos quartis
Relação entre a média, a mediana e a moda

- 6 NÚMEROS-ÍNDICES
Comparação entre números relativos
Natureza e aplicações dos números-índices
Vários tipos de fórmulas
A ponderação dos elementos
Os testes dos índices
Aplicações práticas
O problema da mudança de base índices em cadeia
A medida do custo-de-vida, do salário real e do poder aquisitivo da moeda

II — ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA

- 1 Objetivos dos levantamentos O campo estatístico Classificação dos fatos
- 2 Organização dos instrumentos de coleta
Condução dos inquéritos
- 3 Crítica das informações Processos de apuração Apuração manual Apuração mecânica Tabulação e listagem Regras práticas de cálculo
- 4 Organização de originais Normas de apresentação Revisão de provas
- 5 Processos de registro e arquivamento Catálogos
- 6 A organização estatística brasileira

III — ESTATÍSTICA DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRO DO PAÍS

- 1 PRODUÇÃO
Produção agrícola
Produção extrativa (mineral, vegetal e animal)
Produção da indústria de transformação
Produção industrial propriamente dita.
- 2 CIRCULAÇÃO
Bancos e estabelecimentos de crédito
Comércio (de exportação e importação, internacional, interestadual e local)
Meios de transporte (terrestres, marítimos, de navegação interna e aéreos)
Moeda metálica e fiduciária

Propriedade imobiliária
Propriedade industrial
Propriedade intelectual (científica, literária e artística)
Títulos mobiliários
Vias de comunicação (correios, telégrafos e telefones)

- 3 DISTRIBUIÇÃO E CONSUMO
Consumo (alimentos, vestuário, habitação, etc; serviços de natureza intelectual e moral; sinistros e acidentes)
Distribuição de riqueza (salários, interesses, rendimentos, lucros, impostos e benefícios)

IV — ESTATÍSTICAS DAS ATIVIDADES DO BANCO DO BRASIL S A

Cobranças
Custódia
Depósitos
Empréstimos
Ordens de Pagamento

V — ESTATÍSTICAS MONETÁRIAS E FINANCEIRAS

Balança de Pagamentos
Câmbio
Compensação de cheques
Finanças Públicas
Meio Circulante
Meios de pagamento
Movimento bancário
Redescontos

Concluíram o Curso, com aprovação, os seguintes funcionários do Banco do Brasil S A :
ALINAR ANTUNES PINHEIRO, ALBERTO RODRIGUES, ANTÔNIO CARLOS SOUZA e MELLO DE OLIVEIRA, AUGUSTO CESAR CARDOSO, CELSO FERNANDO DE LIMA LIRA, DORALÍCIO RONDON RAMOS, EDUARDO DA SILVEIRA GOMES JÚNIOR, ERASTO GIEBER DE SOUZA, EZIO DE OLIVEIRA e SILVA, FERNANDO PAULO GARITANO, ISAAC OHANA, JOÃO BAPTISTA DE ARAÚJO, JOÃO BRIGAGÃO FERREIRA, JOSÉ DE ASSIS SOUSA, JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA DUPRAT, JOSÉ FIUZA LIMA, JOSÉ FRANCISCO GURJÃO DE MELLO, JOSÉ MARTINS DOS SANTOS, JOSÉ XAVIER DE MACEDO, LAURO PEREIRA DE MELO, MAURÍCIO GOMES BEVILAQUA, MURILO GOMES BEVILAQUA, NEWTON GONÇALVES DO REGO BARROS, ORLANDO DOS SANTOS SARAHYBA, OSCAR MOREIRA DE SOUZA FILHO, RAYMUNDO SOARES DE MOURA, RIVAIL DE LACERDA, SERGIO COGLIATTI, WALDEMIRO BAZZANELLA, WALTER DE MATTOS LOUREIRO e WILSON BRANDÃO

Também concluiu o Curso, com aprovação, um servidor da Secretaria-Geral do C N E , Sr HÉLIO DE OLIVEIRA RIBEIRO

ESPECIALIZAÇÃO DE TÉCNICO BRASILEIRO

O Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, General DJALMA POLLI COELHO, recebeu de Mr EWAN CLAGUE, Diretor do "U S Bureau of Labor Statistics", de Washington, D C , o seguinte ofício:

"O objetivo da presente é fazer-lhe uma comunicação oficial sobre os estudos estatísticos realizados neste país pelo Sr LOURIVAL UBALDO CÂMARA

O Sr CÂMARA chegou aos Estados Unidos no dia 13 de junho de 1950, a fim de estudar os métodos de estatística de trabalho no "Bureau of Labor Statistics" do "U S Department of Labor", mediante bôlsa concedida a pedido do Governo Brasileiro. Mais tarde, essa concessão foi prorrogada por este Bureau para que o Sr. CÂMARA continuasse o estudo de estatísticas de trabalho e fizesse o curso de teoria de amos-

tagem, organizado pelo IASI. As bôlsas foram oferecidas pelos Estados Unidos, de acôrdo com o programa da "Technical Cooperation Administration".

O Sr CÂMARA especializou-se principalmente nos métodos estatísticos empregados por êsse Bureau no preparo e análise de estatísticas de emprêgo, rendimentos, produtividade, preços e custo-de-vida. Também fez uma revisão dos métodos do Bureau referentes a estatísticas de salários e acidentes na indústria. Os aspectos teóricos e práticos das técnicas empregadas nesses setores também constaram de suas conferências com os técnicos do "Bureau of Labor Statistics", e de suas leituras e observações de nossos processos em campo.

O curso de teoria de amostragem que o Sr CÂMARA concluiu com pleno êxito achava-se sob o patrocínio do "Bureau of the Budget", e consistiu de estudos teóricos e práticos das técnicas de amostragem empregadas pelas várias repartições do Governo Norte-Americano para a coleta de estatísticas específicas, tais como da população economicamente ativa e emprêgo, gastos de consumidores, preços, agricultura, rendas internas, e estatísticas vitais.

O Sr CÂMARA chegou aos Estados Unidos possuindo conhecimento completo dos métodos estatísticos básicos, o que lhe permitiu cobrir vasto terreno durante sua permanência.

Esperamos que os seus estudos nos Estados Unidos sejam úteis, tanto para êle, como para essa repartição, na execução dos trabalhos estatísticos do país.

Temos verificado que as estatísticas de trabalho têm sido de importância decisiva nos períodos de bruscas mudanças econômicas nos Estados Unidos. Segundo o nosso conhecimento dos planos para o desenvolvimento industrial e agrícola no Brasil, parece-nos provável que essa repartição terá de fornecer, no futuro, estatísticas de trabalho mais amplas ainda do que no passado. Fazemos votos para que o conhecimento adquirido pelo Sr CÂMARA a respeito da maneira que produzimos as séries necessárias ao nosso país auxiliará quaisquer tarefas novas que forem empreendidas no Brasil.

Tivemos prazer com o convívio do Sr. CÂMARA e esperamos poder, no futuro, manter contato com êle em seus trabalhos técnicos."

CRISE NA ADMINISTRAÇÃO DO I B G E

Nos últimos dias do mês de dezembro de 1951, o General DJALMA POLLI COELHO, Presidente do I B G E, em carta a um matutino carioca, externou pontos-de-vista pessoais sobre as estatísticas brasileiras, afirmando que elas "são, realmente, atrasadas, caras e, pior que tudo isto, de duvidosa precisão".

Essas afirmativas deram margem a séria crise na alta administração do Conselho Nacional de Estatística, com a renúncia, em termos irrevogáveis, do Secretário-Geral, Sr WALDEMAR FREIRE LOPES, que foi acompanhado, nessa atitude, por quase todos os que exerciam cargos de confiança na Secretaria-Geral do Conselho e por diversos Inspetores Regionais.

Os Diretores dos Serviços Federais de Estatística, em carta dirigida ao Presidente do I B G E, ponderaram-lhe que "esta acusação não parece justa e está concorrendo, dada a repercussão em outros jornais e nos comentários individuais, para prejudicar um conceito que gerações sucessivas de servidores do País vêm procurando elevar e consolidar".

A Junta Executiva Central, em sua reunião de 4 de janeiro, deu à publicidade a nota seguinte:

"Na sessão ordinária, hoje realizada, pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, o Sr General DJALMA POLLI COELHO leu a carta que lhe foi dirigida pelos Diretores dos Serviços Federais de Estatística, a respeito de suas declarações a importante órgão da imprensa carioca. Tais declarações, consideradas por aqueles membros da Junta como duras, não justas e principalmente prejudiciais ao trabalho de formação de uma mentalidade estatística brasileira, que várias gerações de servidores do País vêm procurando elevar e consolidar, foram longamente justificadas pelo Presidente do I B G E, que as considerou deturpadas nos comentários que mereceram e afirmou não encerrarem menosprêzo à obra já realizada pela instituição, aos seus fundadores e principais responsáveis e tampouco ao corpo técnico próprio e dos diferentes órgãos do sistema.

Foi salientado, pelos membros da Junta, que as estatísticas, em sua generalidade, merecem o conceito de fidelidade e pontualidade, com que são apreciadas pelos maiores e mais rigorosos técnicos nacionais e estrangeiros. Foi formulado um apêlo ao Sr Presidente para que o Conselho Nacional de Estatística não se privasse da colaboração, nos cargos de chefia tanto da Secretaria-Geral quanto do Serviço Nacional de Recenseamento, de funcionários cuja exemplar dedicação e competência eram reconhecidas, os quais haviam solicitado dispensa das comissões que exercem não por serem infensos a qualquer reforma proveitosa nos métodos ora utilizados mas por se haverem melindrado com o julgamento do dirigente da entidade.

O Sr Presidente declarou ser sua intenção tomar em consideração êsse apêlo, dentro do possível. A Junta lamentou a repercussão e os efeitos de opiniões pessoais de seu Presidente, cuja sinceridade e patriotismo não pôs em dúvida, e manifestou os melhores propósitos de colaboração em proveito do bom nome da instituição e do aperfeiçoamento, necessário e possível, da estatística brasileira."

A crise repercutiu fortemente em todo o País, principalmente no Congresso e na imprensa. Diversas Juntas Executivas Regionais de Estatística secundaram a atitude da Junta Executiva Central.

O Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, ex-Secretário-Geral do I B G E e Presidente da Sociedade Brasileira de Estatística, dirigiu longa carta ao Presidente GERÚLIO VARGAS, solicitando-lhe a designação de uma comissão técnica para examinar a veracidade das acusações formuladas pelo General DJALMA POLLI COELHO.

A Presidência da República, considerando que o I B G E lhe é diretamente subordinado, baixou o Decreto n° 30 399, de 16 de janeiro de 1952, do teor seguinte:

"O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 87, n° I, da Constituição da República, e nos termos do Decreto n° 24 609, de 6 de julho de 1934, combinado com o Decreto-lei n° 218, de 26 de janeiro de 1938, e

considerando que se estabeleceu entre administradores e técnicos responsáveis pelo sistema estatístico brasileiro, a cargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, controvérsia de natureza técnica no que diz respeito à economia, atualidade e exatidão dos processos estatísticos em vigor;

considerando que as mencionadas controvérsias, como o indicam as comunicações dirigidas ao Presidente da República e as informações e comentários da imprensa, atingiu ampla repercussão e põe em jogo as normas que presidem ao sistema estatístico vigente no País;

considerando que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentro das margens legais de autonomia administrativa e técnica, está diretamente subordinado ao Presidente da República;

considerando que, pelos motivos acima expostos, não pode o Governo permanecer indiferente a essa controvérsia e, para sua orientação e decisão, necessita do parecer de especialistas competentes, não envolvidos no dissídio,

DECRETA:

Art 1º — São designados os Professores THEMÍSTOCLES BRANDÃO CAVALCANTI, MANOEL BERGSTRÖM LOURENÇO FILHO, JESSÉ MONTELO e o Doutor JOÃO LYRA MADEIRA para, em comissão, sob a presidência do primeiro e no prazo de 60 dias, estudar as bases em que assenta o sistema estatístico brasileiro e os processos estatísticos adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pronunciando-se, em parecer fundamentado, sobre a conveniência do sistema técnico e técnico-administrativo vigente e considerando-o, particularmente, do ponto-de-vista da economia, atualidade e exatidão estatísticas

Art 2º — As autoridades administrativas e técnicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e os funcionários públicos federais encarregados de serviços de estatística prestarão todo o concurso solicitado pelo presidente

da comissão, que poderá requisitar documentos e informações, instalações para a realização de seus trabalhos e servidores para auxiliá-los "

Na mesma data, o Ministro da Justiça distribuiu a seguinte nota à imprensa:

"Por incumbência do Sr Presidente da República, o Ministro da Justiça manteve contactos com o presidente, administradores e técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, inteirando-se dos motivos que suscitaram a controvérsia que atualmente agita aquêle Instituto De acordo com as declarações dos interessados e conforme a documentação compulsada, o titular da Justiça verificou que a presente crise, como, aliás, se tornou público, teve origem em diferenças de apreciação a respeito dos processos estatísticos vigentes. Nestas condições, o Sr Presidente da República, a quem está diretamente subordinado o I B G E , levando em conta a importância do problema e a necessidade que tem o Governo de se esclarecer a respeito, resolveu designar uma comissão de especialistas não envolvidos no dissídio, a qual, sob a presidência do Professor THEMÍSTOCLES BRANDÃO CAVALCANTI, examinará o assunto e dará parecer

Determinou ainda o Sr Presidente da República que, no intervalo, e com o fim de não interromper os trabalhos estatísticos, sejam mantidos os processos e critérios até agora seguidos. Com o mesmo espírito de salvaguarda do interesse público e de continuidade dos serviços, o Governo espera que os servidores do I. B. G. E. , com a providência ora adotada, ponham de lado as suas divergências, de sorte a renovar-se a atmosfera de serenidade e de cooperação, necessária à vida daquele Instituto "

A Comissão encerrou seus trabalhos no prazo fixado pelo Decreto n.º 30 399, apresentando ao Sr Presidente da República circunstanciado parecer, cujo teor ainda não é conhecido

XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPERANTO

Realizou-se, na Cidade do Recife, de 9 a 16 de fevereiro deste ano, sob os auspícios da Liga Brasileira de Esperanto, do XIII Congresso Brasileiro de Esperanto, do qual participaram representantes de várias Unidades da Federação, bem como de alguns países estrangeiros (Argentina, Espanha e França), de associações e clubes esperantistas, representações de entidades culturais, inclusive do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Foi a seguinte a mesa diretora dos trabalhos: Presidente de Honra, General PAULO FIGUEIREDO (Pernambuco); Presidente, Professor ISMAEL GOMES BRAGA (Rio de Janeiro); 2º Vice-Presidente, Sr ANTÔNIO GENÍL FERNANDES (Rio Grande do Norte); 3º Vice-Presidente, Sr JOSÉ ANTÔNIO DE SOUZA FERNANDES (Rio de Janeiro); Secretário-Geral, Sr MÁRIO RITTER NUNES (Rio de Janeiro); 1º Secretário, Sr ALBERTO FLORES (Rio Grande do Sul); 2º Secretário, Sr FERNANDO LARocca (Pernambuco); 3º Secretário, Srta SYLVIA ARAGÃO (Rio de Janeiro)

Precedendo a solenidade de abertura do Congresso, inaugurou-se, no dia 9, naquela Capital, a Exposição Esperantista, comemorativa do XIII Congresso, com a presença de grande número de cultores da língua auxiliar, representantes de autoridades e jornalistas figuraram, na coleção de livros expostos, publica-

ções oferecidas pelo I B G E , entre as quais *Sinopse Estatística do Município do Recife*; *O Movimento Esperantista*; *Urbo Vitória*, em homenagem ao quarto centenário da capital espírito-santense; *Mesaço*, de autoria da poetisa SELENEH DE MEDEIROS; e *La Nova Mondo kaj Esperanto* ("Mensagem da Esperança" — Apêlo a favor de um movimento pioneiro das Américas para a adoção do Idioma Neutro Auxiliar como instrumento das relações entre os Estados, do entendimento comum nas assembleias internacionais e da cultura popular, dirigido à Organização dos Estados Americanos, em maio de 1951, por um grupo de intelectuais brasileiros, entre os quais o Sr MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, Presidente da Sociedade Brasileira de Estatística, Sr General DJALMA POLLI COELHO, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Sr RAFAEL XAVIER, Presidente da Associação Brasileira de Municípios)

Presidiu à solenidade de abertura do Congresso, no interior do histórico Teatro Santa Isabel, o Professor ISMAEL GOMES BRAGA, que, sob a presença de representantes das autoridades locais, inclusive do Governador AGAMENON MAGALHÃES, expôs as finalidades do Congresso congratulando-se com a Comissão Organizadora e os esperantistas de Pernambuco pela iniciativa destinada à difusão do Esperanto

Nas reuniões que se seguiram, discutiram-se temas do maior interesse para o progresso do movimento esperantista, no País Foram as seguintes as teses apresentadas: 1 Fonética Comparada do Esperanto e do Português, de autoria do Sr CARLOS DOMINGUES; 2 Duonpraktika Método por Lernigado de Esperanto, de autoria do Sr EDGARD DA MOTTA GUERRA; 3 O Esperanto e Métodos de Propaganda, de autoria do Sr MÁRIO RITTER NUNES; 4 O Esperanto no Brasil, idem; 5 O Esperanto na Divulgação da Ciência, idem; 6 Serões Esperantistas, de autoria do Sr ARISTÓTELES JUVENAL DE FARIA ALVIM; 7 Organização e Orientação de Cursos de Esperanto, de autoria do Sr ALBERTO FLORES

No decorrer das reuniões do Congresso foram aprovadas várias moções, dentre os quais reproduzimos, a seguir, aquela que se refere ao apoio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ao Esperanto:

"Moção n.º 4: Considerando o valioso apoio moral e auxílio econômico prestado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística à realização deste Congresso, remetendo-nos numerosa e brilhante delegação que em parte toma sobre seus ombros os trabalhos mais áridos desta grande assembléia;

considerando que em homenagem ao nosso Congresso o mesmo benemérito I B G E publicou um álbum desta Capital, em Esperanto, com o título *Urbo Recife*, que divulgará pelo mundo e perpetuará nas bibliotecas esperantistas as belezas e conhecimentos históricos que falam ao coração de todos os brasileiros;

considerando que este apoio do I B G E faz parte de um programa de trabalho que vem

sendo escrupulosamente realizado através dos anos e já conquistou a simpatia e o respeito dos esperantistas de todos os quadrantes do globo terrestre para nosso País;

considerando que o I B G E com suas numerosas publicações oficiais em Esperanto já colocou nossa Pátria na liderança dos povos progressistas do Planeta para o emprego oficial do Esperanto a serviço dos governos dos outros países,

PROPOMOS QUE

o XIII Congresso Brasileiro de Esperanto expresse seu profundo reconhecimento ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e lhe ofereça a colaboração patriótica dos nossos samideanos aqui reunidos, na realização do seu programa de alta significação histórica e humanitária "

Encerrou-se o Congresso no dia 16 de fevereiro, no recinto do Teatro Santa Isabel, em Recife Fizeram-se ouvir vários oradores, entre os quais o representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e 3.º Vice-Presidente do Congresso, Sr JOSÉ ANTÔNIO DE SOUSA FERNANDES, que saudou, em nome do Senhor Presidente do I B G E, os congressistas, em particular os de Pernambuco, reafirmando o apoio que o I B G E sempre dispensou à Língua Internacional e referindo-se à introdução da mesma na Estatística Brasileira desde 1908

Por último, falou o Professor ISMAEL GOMES BRAGA, que, congratulando-se com os esperantistas, manifestou a satisfação com que via realizar, com grande êxito em Recife, o XIII Congresso Brasileiro de Esperanto

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reunindo figuras de projeção no cenário mundial da Administração Pública, a Fundação Getúlio Vargas, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, fez realizar, na Capital Federal, o I Seminário Internacional de Administração Pública, no período de 4 de fevereiro a 5 de março, como parte do programa de encerramento do Curso Avulso de Administração Pública, realizado naquela Instituição, cujo corpo discente era formado por servidores de quase todos os países latino-americanos, num total de 68 alunos

As aulas do referido curso foram ministradas por professores dos Estados Unidos, França

e Venezuela, selecionados pela U N E S C O, os quais tomaram parte ativa nas discussões e debates dos temas propostos no Seminário, de grande proveito para os alunos do Curso, que participaram das reuniões na qualidade de observadores

Constaram da Agenda do Seminário, os seguintes tópicos: 1 Adaptação social e planejamento 2 Natureza e processo do planejamento 3 Organização para o planejamento 4 Planejamento físico 5 Orçamento e programa do planejamento 6 Execução do plano 7 Planejamento econômico 8 A assistência técnica como planejamento 9 Problemas

PROMOÇÕES NO CURSO DE ESTATÍSTICA GERAL E APLICADA ANEXO À FACULDADE DA BAHIA

Realizaram-se, nos primeiros dias de janeiro deste ano, no Instituto de Orientação Educacional e Profissional (I O E P), anexo à Faculdade de Filosofia da Bahia, as provas de promoção ao segundo período do curso especial de Estatística Geral e Aplicada, daquele Instituto

Acontecimento do maior interesse para o meio estatístico baiano, teve a comissão julgadora, perante a qual foram realizadas as provas, presidida pelo Professor ISAÍAS ALVES, Diretor da Faculdade de Filosofia e do I O E P e integrada pelos Srs ARTUR FERREIRA, Inspetor

Regional do I B G E ; FELIPPE NERY, Diretor do Departamento Estadual de Estatística; LUIZ MONTEIRO, titular da Diretoria de Divulgação e Estatística da Prefeitura Municipal de São

Salvador; e Professor ELOYWALDO CHAGAS DE OLIVEIRA

Quatorze alunos dos quadros do Magistério e do Funcionalismo lograram aprovação

JUNTA EXECUTIVA CENTRAL DO C.N.E

Durante o período a que se refere o presente número da REVISTA, a Junta Executiva Central do C N E continuou a reunir-se com frequência maior que a normal, não só em virtude das reuniões especiais para o trato de assuntos censitários, como das extraordinárias convocadas pelo Presidente da entidade, General DJALMA POLLI COELHO

A primeira reunião ocorreu no dia quatro de janeiro, tendo a Junta tomado conhecimento de uma carta do Sr MÁRIO CLARK agradecendo as manifestações de pesar da Junta pelo falecimento do saudoso estatístico mineiro HILDEBRANDO CLARK, e de telegramas dos Srs PRADO KELLI, Presidente da Associação Brasileira de Educação, M A TEIXEIRA DE FREITAS, FRANCISCO CAMPOS, Governador José AMÉRICO DE ALMEIDA, IRINEU BORNHAUSEN, JONES DOS SANTOS NEVES, PEDRO FREITAS e REGIS PACHECO, agradecendo as congratulações pela passagem do vigésimo aniversário da celebração do Convênio das Estatísticas Educacionais e Conexas Fêz-se distribuir entre os presentes tôdas as comunicações e trabalhos da delegação brasileira às conferências internacionais da Índia O Sr Presidente, General DJALMA POLLI COELHO, procedeu à leitura de uma carta que lhe fôra dirigida pelos diretores dos órgãos federais de estatística, Srs RAUL LIMA, ALBERTO MARTINS, AFFONSO ALMIRO, LAURO SODRÉ VIVEIROS DE CASTRO e RUBENS PÓRTO, os quais se pronunciavam a respeito de declarações do Sr Presidente, contidas em cartas dirigidas ao *Correio da Manhã*, desta Capital, o que determinou por parte do General POLLI COELHO minuciosa exposição justificando aquela atitude O assunto foi bastante debatido, tendo-se feito ouvir vários representantes Por fim, a Junta deliberou, por proposta do Sr RAUL LIMA, distribuir uma nota à imprensa, esclarecendo o assunto

Ainda no mesmo dia a Junta voltou a reunir-se para tratar de assuntos censitários. Aprovado um voto de regoziljo ao Sr CASTRO BARRETO pelo recente lançamento do livro de sua autoria *Povoamento e População*, no qual é reconhecido o valor dos estudos elaborados pelos técnicos do I B G E sobre aspectos demográficos do País, segundo resultados do Recenseamento Geral de 1950, e foram distribuídos pelo Sr. TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO, Diretor-Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, dois quadros com os dados dos recenseamentos realizados em 1950, nas Repúblicas de Costa Rica e Equador Ainda com a palavra, o Sr. TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO comunicou que encaminhara, por intermédio do Secretário-Geral, o pedido de dispensa do cargo, em comissão, de diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento, em virtude dos últimos acontecimentos no I B G E Idêntica comunicação foi feita pelo Sr PAULO MESQUITA LARA. A seguir, o Sr

ALBERTO MARTINS aduziu comentários aos que já formulara em sessão anterior, a respeito da alteração introduzida nos quadros de apuração quanto ao estado civil Sôbre o assunto, usou da palavra o Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO declarando que se encontrava em preparo um estudo sôbre as razões que determinaram aquela alteração Por proposta do Sr RUBENS PÓRTO, resolveu-se tirar cópias do referido estudo para distribuição prévia entre os membros da Junta

A reunião seguinte verificou-se no dia 11 O Sr RUBENS PÓRTO apresentou à Casa seu pedido de exoneração do cargo de Vice-Presidente do I B G E , tendo o Presidente da entidade, General DJALMA POLLI COELHO, exaltado as virtudes pessoais do demissionário, lamentando que aquêlle membro da Junta deixasse o cargo que vinha ocupando com brilho e dedicação A Junta tomou conhecimento, a seguir, de um pedido de informações do Ministério da Viação e Obras Públicas a Secretaria-Geral, relativo às estatísticas de mortalidade de alguns Estados, segundo os Municípios, referentes a 1950 e 1951, e de um telegrama do Sr LINDOLFO GOMES, agradecendo o voto de louvor à sua pessoa, aprovado em sessão anterior Por proposta do Sr RAUL LIMA foram inseridas em ata as palavras de despedida do Sr WALDEMAR LOPES, dirigidas ao funcionalismo da Instituição, por motivo de se haver exonerado do cargo de Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística Ainda a pedido do representante do Ministério da Agricultura foi igualmente inserida em ata uma carta do Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, dirigida ao Sr Presidente da República, a respeito da crise suscitada no I B G E Versando sôbre o mesmo assunto, e por proposta do Major ÁLVARO BARBOSA, constou da ata da presente reunião a carta que o Sr General DJALMA POLLI COELHO dirigira ao Chefe do Governo

O Sr. RUBENS PÓRTO propôs, com aprovação da Casa, um voto de congratulações com o Sr GERMANO JARDIM por haver completado cinqüenta anos de idade Ainda com a palavra, o mesmo representante comunicou haver sido registrada, pelo Tribunal de Contas, a verba para pagamento dos serviços de apuração mecânica das estatísticas de responsabilidade do Serviço de Estatística sob sua direção, contratados entre o Ministério da Justiça e o I B G E Comunicou, ainda, que se encontrava prontos os originais referentes às estatísticas criminais de 1948 O Sr AFFONSO ALMIRO após distribuir entre seus pares o *Mensário Estatístico* de dezembro do ano recém-findo solicitou a colaboração da Secretaria-Geral do C N E , através de pessoal técnico, no sentido de ser dada maior uniformidade de ação entre as apurações do Serviço de Estatística Econômica e Financeira e as dos Departamentos Estaduais

de Estatística. A respeito, o Secretário-Geral, Sr LOURIVAL CÂMARA, reafirmou seu propósito, já firmado em recente proclamação aos estatísticos brasileiros, no sentido de dar a maior colaboração aos órgãos do sistema ibgeano. O Sr MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA propôs um voto de louvor ao Diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira por motivo do aparcamento, nos primeiros dias de janeiro, do *Mensário Estatístico* referente ao mês de dezembro próximo-passado, merecendo aprovação unânime.

Nova reunião da Junta verificou-se no dia dezoito. Após iniciados os trabalhos, a Junta aprovou, por proposta do Sr RUBENS PÔRTO, a inserção, em ata, do Decreto n° 30 399, de 16 de janeiro do corrente, bem como da nota oficial distribuída pelo Sr Ministro da Justiça sobre a constituição da Comissão a que se refere aquêle Decreto. Discutiram-se, a seguir, assuntos concernentes à crise do I B G E inserindo-se em ata os documentos julgados necessários a melhor esclarecimento da situação.

Ainda no mesmo dia, a Junta voltou a reunir-se para tratar de assuntos decorrentes da realização do Recenseamento Geral de 1950. Presente à reunião, o Sr OVÍDIO DE ANDRADE JÚNIOR, que acabara de assumir, em caráter interino, a direção das Divisões Técnica e Administrativa do Serviço Nacional de Recenseamento, informou que os trabalhos, naquele Serviço, se processam normalmente. A seguir, o Sr ALBERTO MARTINS teceu comentários sobre a questão por êle levantada em reunião anterior sobre a adoção, em trabalhos do Censo Demográfico, do título "estado conjugal" em substituição a "estado civil". Sobre o assunto manifestou-se o Sr RUBENS PÔRTO lembrando que a matéria ficara em suspenso, estando a Junta aguardando maiores detalhes por parte do Serviço Nacional de Recenseamento sobre os motivos que levavam à modificação do título. O Sr OVÍDIO DE ANDRADE JÚNIOR prometeu tomar providências para que já na próxima reunião fôsse feita a distribuição, aos membros da Junta, dos elementos necessários ao estudo do assunto.

Na reunião seguinte, ocorrida no dia vinte e cinco, a Junta homologou as Resoluções n°s 110 e 83, respectivamente, das Juntas Executivas Regionais dos Estados do Maranhão e Mato Grosso, que dispõem sobre a aplicação do Auxílio concedido pelo Instituto aos Departamentos Estaduais de Estatística, e tomou conhecimento do Relatório das atividades da Junta Regional do Estado de Mato Grosso, durante o ano de 1951, bem assim de cópia da Resolução n° 109, de 27 de dezembro de 1951, da JER E do Estado do Rio de Janeiro, que consigna aplausos às Agências Municipais de Estatística do respectivo Estado. O General DJALMA POLLI COELHO, a seguir, deu conta à Junta dos últimos atos administrativos da Presidência no que se refere à substituição dos Inspetores Regionais de Estatística nos Estados, atendendo aos pedidos de exoneração dos titulares de várias Inspetorias. O Sr RUBENS PÔRTO comunicou ter recebido no dia vinte e dois um ofício da Comissão de que trata o Decreto n° 30 399 em que lhe foi solicitada resposta a onze quesitos.

Após debates de assuntos de ordem interna, alguns dos quais referentes à crise do I B G E, a Junta manifestou seu regozijo pelas distinções que vinham de ser conferidas, por organizações internacionais, aos estatísticos Srs JORGE KINGSTON e TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO; o primeiro por ter sido eleito membro do Instituto Internacional de Estatística, e o segundo por haver recebido convite da O N U para exercer atividades estatísticas na Colômbia. Após discussão de assuntos referentes à economia interna da entidade, o General DJALMA POLLI COELHO pediu urgência para o Projeto de Resolução, que apresentara, visando a conceder abono provisório aos servidores das Agências Municipais de Estatística e Inspetorias Regionais. O Secretário-Geral, Sr LOURIVAL CÂMARA, esclareceu que o abono proposto não será de nível superior ao aumento concedido aos servidores de São Paulo. A respeito, o Comandante MANUEL PINTO RIBEIRO ESPÍNDOLA solicitou fôsse fornecido à Comissão de Tomada de Contas um "dossier" dos estudos já realizados sobre a concessão de aumento de vencimentos aos servidores das Agências Municipais e Inspetorias Regionais.

Nova reunião verificou-se no dia primeiro de fevereiro, tendo a Junta oportunidade de tomar conhecimento de uma carta de D ANNA MARIA DE CERQUEIRA LIMA RAMOS JUBÉ, agradecendo, em seu nome e da família RAMOS JUBÉ, a homenagem, à memória de seu espôso, prestada pela Junta; do ofício n° 72, de 7 de janeiro; do Sr ÁLVARO BARCELOS FAGUNDES, Presidente em exercício da Comissão Nacional de Assistência Técnica, comunicando haver sido aprovada pela aludida Comissão e enviada à Organização dos Estados Unidos Americanos, através da Delegação do Brasil junto àquele Organismo intercontinental, a proposta de "facilidades que seriam concedidas pelo Brasil, no caso de ser escolhido para país-sede do Centro de Ensino de Estatística Econômica e Financeira"; das Resoluções n°s 115 e 87, respectivamente, das Juntas Executivas Regionais dos Estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco, e de telegramas e ofícios de Presidentes de várias Juntas Executivas Regionais, Deputados, Presidentes de Assembléias Legislativas Estaduais e Governadores, que se pronunciam sobre a crise do I B G E, e dos Governadores ERNANI DO AMARAL PEIXOTO, agradecendo a comunicação feita pelo Sr Presidente a respeito da nomeação do Sr FRANCISCO PAULA LIMA STEELE para o cargo de Inspetor Regional no Estado do Rio de Janeiro; LUCAS GARCEZ, congratulando-se com o Presidente do Instituto pela nomeação do Professor OLAVO BATISTA FILHO para o cargo de Inspetor Regional de Estatística em São Paulo; e ERNESTO DORNELES, consultando o Sr Presidente sobre a possibilidade de o Diretor do Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul responder, até ulterior deliberação, pela Inspetoria Regional de Estatística no Estado.

O Sr AFFONSO ALMIRO comunicou haver a Secretaria-Geral designado um técnico para colaborar com o Serviço de Estatística Econômica e Financeira no que se refere ao acórdão firmado entre o Serviço nomeado e os Departamentos Estaduais de Estatística para a apu-

ração das estatísticas do comércio exterior e de cabotagem e do movimento bancário, lendo, a seguir, o Projeto de Resolução que dá autoridade ao referido acórdão Proposto pelo Sr ALBERTO MARTINS, foi aprovado um voto de regozijo pelo regresso do Navio-Escola "Almirante Saldanha", que, após um cruzeiro de 281 dias, dava entrada na Baía de Guanabara no momento em que se verificava a presente reunião da Junta. O Sr ALBERTO MARTINS comunicou, a seguir, que, tendo viajado a Juiz de Fora, compareceu, anonimamente, à Agência Municipal de Estatística Modéio, daquele Município, onde pôde observar perfeita ordem nos trabalhos e arquivos da Agência, tecendo, por esse motivo, os maiores elogios à pessoa do titular daquela repartição. Os debates seguintes se referiram à realização das campanhas estatísticas de 1951, e dos levantamentos quinzenais de estoque, ora em execução na Secretaria-Geral.

O Sr. MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA fez duas comunicações: a primeira dizia respeito ao recebimento, em dia desta semana, da parte do Sr Secretário-Geral, de alguns dados relativos à mortalidade nos anos de 1950 e 1951, nos Municípios dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, solicitados pelo Sr Ministro da Viação, os quais lhe foram entregues no mesmo dia do recebimento; e a segunda se referiu ao recebimento de um processo, para emitir parecer, relativo à criação do Serviço de Estatística do Ministério da Viação e Obras Públicas, encaminhado por este Ministério, esclarecendo que o processo teve origem em ofício da atual Presidência do I B G E ao titular daquela Pasta.

Foram distribuídos entre os presentes exemplares de *A Questão do Conselho Nacional de Estatística* contendo a apreciação do Sr. Presidente sobre a controvérsia suscitada no I B G.E. O Sr Presidente, a seguir, fez entrega aos membros da Junta de exemplares do Relatório do Laboratório de Estatística, tendo sido designado o Sr. MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA para apreciá-lo e dar parecer.

O Sr RAUL LIMA fez distribuir entre seus pares um quadro com dados sobre gado abatido nos frigoríficos, segundo as Unidades da Federação, nos anos de 1949, 1950 e 1951. Após tratar de vários assuntos referentes ao bom andamento dos trabalhos da entidade, a Junta homologou as Resoluções n.ºs 85, 141, 142, 86, 102 e 89, respectivamente, das Juntas Executivas Regionais dos Estados do Pará, Paraíba, Sergipe, Pernambuco, Minas Gerais e Goiás, que dispõem sobre a aplicação do auxílio do Instituto, no exercício de 1952, e as Resoluções n.ºs 142 e 87, das Juntas Regionais da Paraíba e de Goiás, em que a primeira formula votos de congratulações e de agradecimento ao Governo do Estado, e a segunda concede aumento de salários aos servidores contratados pelo auxílio do I B G E e dá outras providências.

Na reunião dedicada a assuntos censitários, ocorrida no mesmo dia, o Sr Ovídio DE ANDRADE JÚNIOR propôs, com aprovação da Casa, um voto de saudade pelo aniversário do falecimento do Professor JOSÉ CARNEIRO FELIPPE, e a inserção em ata do artigo do Professor

GIORGIO MORTARA intitulado "Lembranças de CARNEIRO FELIPPE". Prosseguindo, o Sr Ovídio DE ANDRADE JÚNIOR comunicou haver distribuído, aos membros da Junta, uma tabela com as áreas, populações e densidades dos Municípios do Estado do Espírito Santo. Em se tratando de matéria de interesse do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, o Sr. RUBENS PÔRTO solicitou informações sobre o critério adotado para a publicação das áreas nacionais. Após ouvir os esclarecimentos solicitados, o Sr RUBENS PÔRTO indagou, ainda, ao Diretor interino da Divisão Técnica do S N R, a respeito das providências tomadas quanto à publicação dos resultados dos censos econômicos, previstos para julho do corrente, obtendo a informação de que os trabalhos relativos aos Censos Industrial, Comercial e dos Serviços prosseguem normalmente. Apenas no que se refere ao Censo Agrícola não será possível a divulgação dos resultados de todo o País até julho, esperando, contudo, a Divisão Técnica, poder dar à publicidade, até aquele mês, os resultados referentes a cerca de dez Unidades da Federação, uma vez que já se encontra trabalhado perto de 50% do material coletado. A esse respeito o Sr. RAUL LIMA sugeriu a possibilidade de ser elaborado um Projeto de Lei com o objetivo de prorrogar o prazo de publicação do Censo Agrícola.

O Sr ALBERTO MARTINS indagou, a seguir, qual o critério que será adotado nas publicações definitivas do Censo Demográfico com referência ao grupo "solteiros", ao que o Sr Ovídio DE ANDRADE JÚNIOR esclareceu que as seleções de quadros do Censo Demográfico divulgados estabeleceram, como limite mínimo, a idade de 15 anos para os dois sexos, informando, após, que se encontra com ordem de impressão a "Seleção dos Principais Dados" referente ao Estado do Ceará e que a coletânea relativa ao Estado da Paraíba já se acha em revisão final.

O Sr VIRGÍLIO GUALBERTO fez uso da palavra para, assinalando ser a primeira vez que tinha a honra de comparecer à reunião da Junta, agradecer ao Sr Presidente a sua nomeação para o cargo de Diretor da Divisão Administrativa do Serviço Nacional de Recenseamento, declarando que, funcionário, como era, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, embora dêle estivesse afastado há cerca de 5 anos, não pudera recusar o convite que lhe fôra formulado pelo atual Secretário-Geral, Sr LOURIVAL CÂMARA, pois recusar sua colaboração, neste grave instante da vida do I B G.E., seria negar o próprio ideal igeiano de bem servir à instituição e à comunidade nacional; adiantou que, embora há apenas 15 dias na Direção Administrativa, já tivera oportunidade de formar juízo sobre os problemas que terá de enfrentar, sobretudo os que dizem respeito à dispensa de pessoal e à execução orçamentária; referindo-se à dispensa de servidores do S.N.R., prevista em lei, lembrou que já fôra encaminhado à Junta Projeto de Resolução regulando o aproveitamento do pessoal, encarecendo, a seguir, urgência no estudo do projeto. Foi designado o Conselheiro MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA para examinar e dar relatório sobre a matéria. Tratou-se, a seguir, da reversão

à Campanha Ibgéana Contra a Tuberculose das importâncias relativas a faltas e impontualidades dos servidores do Serviço Nacional de Recenseamento Ao ensejo, o Sr LOURIVAL CÂMARA comunicou já haver sido eleito o novo Conselho de Representantes da C I C T , o qual tomará posse nos próximos dias devendo eleger a direção executiva da Campanha

O Sr DOMINGOS SABOYA congratulou-se com a Presidência do Instituto pela feliz escolha do Sr VIRGÍLIO GUALBERTO para o cargo de Diretor da Divisão Administrativa do Serviço Nacional de Recenseamento, recordando, a seguir, a atuação deste servidor não somente na direção do Departamento de Estatística de Santa Catarina, como em chefia de Serviço no Departamento de Estatística do Café, ou como Assessor dos Serviços de Estatística da Comissão Organizadora do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil e na qualidade de Assessor-Técnico da Comissão de Economia da Assembléa Nacional Constituinte e, finalmente, como Presidente do Instituto Nacional do Pinho, cuja Divisão de Estatística, por sua iniciativa, se filiou ao I B G E em maio de 1948 O Sr VIRGÍLIO GUALBERTO agradeceu, a seguir, as referências elogiosas à sua pessoa

As duas reuniões seguintes da Junta ocorreram no dia oito Na primeira, dedicada a assuntos gerais, o Tenente-Coronel DURVAL CAMPELO DE MACEDO prestou esclarecimentos a respeito de informações estatísticas de interesse do Exército A seguir, a Junta tomou conhecimento de um ofício do Governador LUIZ REGIS PACHECO PEREIRA, agradecendo ao Sr Presidente do I B G E a remessa do exemplar da Resolução n° 342, da Assembléa-Geral do C N E ; de um telegrama do Sr CASTRO BARRETO, agradecendo o voto de regozijo aprovado pela Junta por motivo da publicação de seu livro *Povoamento e População*, e de telegrama assinado por varios Prefeitos Municipais, pedindo informações sobre a crise do I B G E

O Sr RUBENS PÔRTO solicitou ao Secretário-Geral informações a respeito das fontes dos dados sobre mortalidade enviados ao Sr Ministro da Viação Após ouvir do Sr LOURIVAL CÂMARA os esclarecimentos necessários, o Sr RUBENS PÔRTO propôs, com aprovação da Casa, um voto de pesar pelo falecimento do Sr HÉLIO BRACET, filho do Sr HEITOR BRACET, ex-Vice-Presidente do Instituto Prosseguindo, o Sr RUBENS PÔRTO sugeriu que a Presidência do Instituto pusesse em prática, logo que possível, as medidas recomendadas pela Resolução n° 496, de 12 de setembro de 1951, da Assembléa-Geral do C N E , que estabelece providências para o aperfeiçoamento da Estatística do Registro Civil

O Cônsul VICENTE PAULO GATTI propôs, com aprovação da Junta, um voto de pesar pelo falecimento de Sua Majestade o Rei GEORGE VI, da Grã-Bretanha Vários Conselheiros fizeram uso da palavra para tratar de assuntos referentes à crise do I B G E A Junta aprovou, a seguir, a Resolução n° 383, que "constancia os principais pontos do acôrdo estabelecido entre o Serviço de Estatística Econômica e Financeira e os Departamentos Estaduais de Estatística, com o fim de acelerar e aperfeiçoar as apurações do comércio exterior

e de cabotagem, e do movimento bancário" Pela Secretaria-Geral foi apresentado Projeto de Resolução, autorizando o Presidente do Instituto a aceitar doação de imóvel situado em Niterói para a construção da sede dos serviços locais do I B G E O Sr ALBERTO MARTINS, observando estar o referido projeto redigido segundo termos de proposições sobre matéria idêntica, já aprovadas pela Junta, pediu dispensa de interstício, que, com a aprovação da Casa, converteu-se na Resolução n° 384 O Sr AFFONSO ALMIRO distribuiu, entre os membros da Junta, exemplares do n° 7 do *Mensário Estatístico*, correspondente ao mês de janeiro, editado pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira

A segunda reunião contou com a presença do Auditor do I B G E , Sr PINDARO MACHADO SOBRINHO, que, após prestar esclarecimentos a respeito de parecer de sua autoria sobre a prestação de contas do ex-Diretor da Divisão Administrativa do Serviço Nacional de Recenseamento, retirou-se do recinto O Sr MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA, incumbido de examinar o Projeto de Resolução Censitária que visa a aproveitar pessoal do Serviço Nacional de Recenseamento, apresentou à Casa suas observações, deliberando-se distribuí-lo previamente aos Srs Conselheiros antes da próxima sessão censitária O Sr OVIDIO DE ANDRADE JÚNIOR fez distribuir entre os presentes uma tabela que consigna o desenvolvimento dos trabalhos de apuração do Recenseamento Geral do Brasil de 1950, até 31 de janeiro de 1952

Em virtude de ainda permanecer por parte de membros da Junta dúvidas quanto ao uso da expressão "estado conjugal" nas publicações do S N R , a Junta deliberou designar uma comissão, por proposta do Sr MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA, composta dos Conselheiros RUBENS PÔRTO, ALBERTO MARTINS e OVIDIO DE ANDRADE JÚNIOR, para estudar o assunto

O Sr Secretário-Geral, observando haver notado que o impresso sobre o desenvolvimento dos trabalhos de apuração do Recenseamento, distribuído durante a sessão, fazia alusão a pastas verificadas por amostra, declarou ter grande interesse em saber como havia sido feito o respectivo planejamento

Na reunião seguinte, ocorrida no dia quinze, a Junta tomou conhecimento de um ofício do Presidente em exercício da Junta Executiva Regional de Estatística do Estado de Sergipe e de uma cópia da Resolução n° 87, de 6 de fevereiro de 1952, da J E R E de Mato Grosso, e da Resolução n° 125, de 25 de janeiro de 1952, da Junta Regional do Território do Acre, que se pronunciam sobre a crise do I B G E ; de telegrama do Governador MUNHOZ DA ROCHA, comunicando que o Governo paranaense acompanha com muito interesse a obra do Instituto sob a orientação do General DJALMA POLLI COELHO; de telegrama do Comandante do Navio-Escola "Almirante Saldanha", agradecendo o voto de regozijo, aprovado pela Junta, pelo regresso, ao Brasil, daquele veleiro de nossa Marinha de Guerra; e de uma cópia do ofício dirigido pelo Presidente do Instituto ao Senhor Presidente da República, solicitando a autorização de Sua Excelência para a concessão de um abono pro-

visório aos servidores das Inspetorias Regionais e Agências Municipais de Estatística

O Sr RAUL LIMA solicitou que a Secretaria-Geral informasse aos órgãos federais todas as modificações que se vierem a fazer no quadro territorial do País, estabelecendo critérios para o início da vigência das mesmas nas coletas e apurações estatísticas. O Sr Secretário-Geral declarou que o problema é bastante complexo, uma vez que se criam constantemente Municípios e Distritos, adiantando que a matéria está sendo devidamente estudada na Secretaria-Geral.

Ainda no mesmo dia, a Junta voltou a reunir-se para tratar de assuntos censitários. O Sr Ovídio de Andrade Júnior fez distribuir entre os membros da Junta exemplares da *Seleção dos Principais Dados do Censo Demográfico* referentes ao Estado do Ceará, informando, a seguir, que na próxima sessão será distribuída a relativa ao Estado da Paraíba. No que se refere à publicação das "Seleções dos Principais Dados" concernentes aos Territórios Federais, a Junta deliberou que as mesmas serão divulgadas em um só volume. A seguir, entrou em discussão o Projeto de Resolução Censitária que visa a sugerir medidas sobre o aproveitamento do pessoal do Serviço Nacional de Recenseamento, sendo transformado, após emendas, na Resolução Censitária n° 27.

Nova reunião da Junta ocorreu no dia vinte e dois. Foi lido um telegrama da família BRACET, agradecendo o voto de pesar, aprovado em sessão anterior da Junta, pelo falecimento do Sr Hélio Bracet, filho do Sr Hektor Bracet, ex-Vice-Presidente do Instituto; e vários outros expedientes de presidentes de Juntas Regionais, que se exprimem a respeito da crise do I B G E. Após debates em torno de questões de ordem interna, suscitadas pela atual crise da entidade, o Sr Moacir Malheiros Fernandes Silva comunicou à Casa que o Professor Jorge Zarur, Diretor da Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia, lhe informara já estarem calculadas as áreas e densidades demográficas dos Municípios, segundo dados do Censo de 1950, de quase todas as Unidades Federadas. A Junta resolveu aprovar, a seguir, em primeira discussão, a concessão do auxílio especial de Cr\$ 290 000,00 para o Departamento de Estatística do Estado de São Paulo. Foi lida uma exposição do Sr Secretário-Geral à Presidência do Instituto relativamente à conveniência da extinção do expediente aos sábados no Conselho Nacional de Estatística que, votado em regime de urgência, se transformou na Resolução n° 335, que "altera a redação do Artigo 3° do Regimento anexo à Resolução n° 133, de 26 de maio de 1942".

A Junta homologou a Resolução Censitária n° 26, que dispõe sobre as despesas com o Sexto Recenseamento Geral do Brasil, no exercício de 1952, e a Resolução n° 139 da J E R E do Ceará relativa à distribuição do auxílio concedido pelo Instituto, no exercício de 1952, ao Departamento de Estatística deste Estado e os processos relativos ao mesmo assunto das Juntas Regionais dos Estados do Paraná, Mato Grosso e Amazonas.

A reunião seguinte, ocorrida no dia vinte e nove, foi dedicada a assuntos censitários. O Sr Alberto Martins comunicou haver recebido uma Carta do Professor Giorgio Mortara em que este reconsiderava seus conceitos sobre a expressão "estado conjugal" adotada nos resultados das apurações do Censo Demográfico de 1950, deliberando-se convocar aquele técnico para participar da próxima sessão especial para tratar de assuntos censitários.

O Sr Ovídio de Andrade Júnior fez distribuir entre seus pares o Relatório do Seminário de Apuração Mecânica, realizado em agosto de 1951 na sede do Serviço Nacional de Recenseamento, sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação e do I B G E, adiantando que, com esta publicação, ficara atendido o dispositivo no Artigo V do acórdão celebrado entre as duas entidades, que previa a divulgação do relatório final. Distribuiu, ainda, a *Sinopse Preliminar do Censo Industrial de Sergipe*, que constitui a primeira divulgação de dados dos censos econômicos solicitada pelo Conselheiro Raul Lima, o Sr Ovídio de Andrade Júnior prestou esclarecimentos à Junta sobre os erros nas declarações dos boletins da Seção Comercial do Censo Econômico e das providências que estavam sendo tomadas com o fim de corrigi-los. Em seguida, o Sr Virgílio Gualberto, Diretor da Divisão Administrativa do Serviço Nacional de Recenseamento, comunicou que a dispensa do pessoal censitário havia sido iniciada em janeiro do corrente e que, até o momento, já foram dispensados 263 servidores.

O Sr Presidente, General Djalma Polli Coelho, comunicou que já designara a comissão para examinar as contas do antigo Diretor da Divisão Administrativa do Serviço Nacional de Recenseamento.

No decorrer da reunião foram distribuídos exemplares mimeografados do trabalho "Números-Índices das Quantidades e dos Valores Médios Unitários de 24 Mercadorias Exportadas nos Meses de Janeiro de 1949 a Junho de 1951", e do "Boletim de Comunicações" do Serviço Nacional de Recenseamento, de 23 do corrente.

No dia sete de março a Junta voltou a reunir-se para tratar de assuntos gerais, tomando conhecimento, ao início dos trabalhos, de dois ofícios dirigidos pelo Sr Francisco Abrisqueta, Secretário-Geral Interino do Instituto Interamericano de Estatística; o primeiro comunicando haver sido escolhido, pelo Comitê Coordenador de Assistência Técnica daquela instituição, o Chile para sede do Centro de Ensino de Estatística Econômica e Financeira de que trata o Projeto dez do Programa de Cooperação Técnica da Organização dos Estados Americanos, e agradecendo a cooperação oferecida pelo Governo Brasileiro àquela entidade; e o segundo, agradecendo a acolhida e as facilidades oferecidas pelo I B G E ao Sr Omar Dengo, técnico daquela instituição, durante o período em que esteve estudando a organização estatística brasileira. A Junta integrou-se, ainda, de mais três ofícios: o primeiro, do Secretário da Embaixada Britânica, agradecendo, em nome do Encarregado de Negócios da Grã-Bretanha em nosso País, a homenagem prestada pela Junta à memória do Rei George

VI; o segundo, enviado à Presidência do Instituto pelo Diretor do "Bureau of Labor Statistics", do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, Sr EWAN CLAGUE, sobre os cursos de Estatísticas do Trabalho e de Técnica de Amostragem realizados pelo Sr LOURIVAL CÂMARA, atual Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística; e outro do Sr ANÍSIO DE VIANA, Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público relativo a matéria orçamentária O Sr RUBENS PÔRTO apresentou felicitações ao Sr LOURIVAL CÂMARA pela publicação da conferência que este último fizera por ocasião da XI Assembléia-Geral do C N E, sob o título "Iniciação à Amostragem" A propósito, o Sr RAUL LIMA, também felicitando o autor da publicação, leu uma carta do Sr JOSEPH A BECKER, chefe do "International Commodities Branch", do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, na qual, comentando a contribuição do S E P às Conferências Internacionais de Estatística reunidas na Índia, no trecho relativo às providências preliminares de introdução daquele processo na estatística agrícola brasileira, observa aquêlo alto funcionário norte-americano que a Amostragem foi implantada nos Estados Unidos também gradativamente, sem abandono, por largo tempo, dos processos empregados anteriormente Falou, a seguir, das dificuldades tanto de pessoal técnico como de material que o Serviço de Estatística da Produção encontra para a elaboração dos trabalhos que lhe são afetos

Após votação de matéria referente à continuidade dos trabalhos da Junta, foi encaminhado à Comissão de Tomada de Contas, para dar parecer, o processo relativo à concessão de abono provisório aos servidores das Inspetorias Regionais e das Agências Municipais de Estatística

Foi convertido na Resolução n.º 386 o Projeto relativo à concessão de um auxílio especial de Cr\$ 290 000,00 ao Departamento de Estatística do Estado, de São Paulo A Junta homologou, a seguir, as Resoluções n.ºs 87 e 91, respectivamente, das Juntas Regionais dos Estados de Alagoas e Goiás, que dispõem sobre a aplicação do auxílio concedido pelo Instituto àqueles órgãos, no exercício de 1952, e o processo relativo à impressão, por conta da Secretaria-Geral do C N E, do volume *Crimes e Contravenções*

Ainda no mesmo dia a Junta voltou a reunir-se para tratar de assuntos censitários Presente o Professor GORGIO MORTARA, Assessor-Técnico do Conselho Nacional de Estatística, convidado por deliberação anterior da Junta, para colaborar com a comissão encarregada de dar parecer sobre a expressão "estado conjugal", usada na tabulação dos resultados do Censo Demográfico, o Sr Presidente, General DJALMA POLLI COELHO, convidou-o a apresentar sua opinião sobre a matéria Após longa e bem fundamentada exposição, o Professor MORTARA concluiu pela impropriedade da expressão "estado civil", considerando mais acertada a expressão "estado conjugal" O Sr OVÍDIO DE ANDRADE JÚNIOR deu conta, a seguir, do andamento dos trabalhos de apuração dos Censos de 1950

No dia quatorze, a Junta realizou duas reuniões Na dedicada a assuntos censitários, o Sr OVÍDIO DE ANDRADE JÚNIOR fêz distribuir aos membros da Junta exemplares da *Seleção dos Principais Dados do Censo Demográfico* relativa ao Estado da Paraíba e um projeto de publicação do Censo Agrícola de 1950, prestando, a seguir, esclarecimentos pertinentes a este último Projeto que acabara de submeter à consideração da Casa O Sr RAUL LIMA, Diretor do Serviço de Estatística da Produção, foi designado para relatar sobre a matéria Após tratar da execução orçamentária para o exercício do ano em curso, a Junta teve ocasião de ouvir mais uma vez o Professor MORTARA, presente à reunião, que apresentou um resumo, por escrito, de sua exposição anterior sobre o uso da expressão "estado conjugal" nos trabalhos divulgados pelo Serviço Nacional de Recenseamento O Sr ALBERTO MARTINS louvou o Diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento pelo projeto de publicação dos resultados do Censo Agrícola, bem como o Professor GORGIO MORTARA e seus assistentes pela excelência do trabalho "A Alfabetização no Distrito Federal Segundo o Censo de 1950", distribuído durante a sessão

Na reunião seguinte, ocorrida no mesmo dia, a Junta tomou conhecimento de uma exposição dirigida ao Presidente do Instituto pelo Sr PÍNDARO MACHADO SOBRINHO, Auditor do I.B.G.E, no sentido de ser solicitada à Junta prorrogação do prazo fixado pela Resolução n.º 371, de 13 de dezembro de 1951, da Junta Executiva Central, para a apresentação do Projeto de Regimento da Auditoria O Sr. MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA informou, a propósito, que o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia havia ratificado, pela Resolução n.º 413, de 11 de março do corrente, a citada Resolução n.º 371, que criou a Auditoria do I B G E Deliberou-se, por proposta do Sr Presidente, a contar o prazo fixado pelo Artigo 8.º da Resolução n.º 371, a partir de 11 de março do ano em curso, ficando atendida, assim, a solicitação do Sr Auditor

O Sr ALBERTO MARTINS, acompanhado por todos os membros da Junta, apresentou congratulações ao Conselheiro MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA por haver sido agraciado pelo Governo com a Medalha de Guerra A Junta homologou, a seguir, as Resoluções n.ºs 174, 114 e 111, respectivamente, das Juntas Executivas Regionais dos Estados do Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, que dispõem sobre a aplicação do auxílio do Instituto àqueles órgãos regionais no ano de 1952 Foi aprovada a prestação de contas do Departamento Estadual de Estatística do Pará, e reduzida, face a recurso interposto, multa imposta à firma sediada em Curitiba, por infração ao disposto no Decreto-lei n.º 4462

O Tenente-coronel DURVAL CAMPELO DE MACEDO comunicou que foi encarregado, pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, de fazer chegar às mãos do Sr Presidente do Instituto o ofício em que aquela autoridade solicita a ação de Sua Excelência, através da Secretária-Geral, junto aos Departamentos Estaduais de Estatística, no sentido de que sejam publicadas as estatísticas do comércio de cabotagem discri-

minando-se as mercadorias e acentuando a necessidade de regulamentação da Guia Nacional de Exportação. A propósito do assunto, o Sr. AFFONSO ALMIRO solicitou que a Secretaria-Geral dê conhecimento do ofício do Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército aos Departamentos Estaduais de Estatística, reiterando os termos do acôrdo consubstanciado pela Resolução n.º 383, de 8 de fevereiro de 1952. Prosseguindo, o Sr. AFFONSO ALMIRO comunicou que a Comissão encarregada de elaborar o Projeto de Código de Mercadorias já concluiu seus trabalhos preliminares.

O Sr. MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA, apresentando seu parecer sobre o relatório das atividades do Laboratório de Estatística em 1951, congratulou-se com o Professor GIORGIO MORTARA, e com todo o pessoal do Laboratório, pelos esforços que vêm desenvolvendo no sentido de dar às pesquisas técnicas sobre os dados fornecidos pelas estatísticas brasileiras, em seus vários aspectos, não apenas o caráter de investigações meramente teóricas, mas sim o de contribuição de ordem prática, de inegável utilidade para o melhor conhecimento do Povo Brasileiro.

A reunião seguinte ocorreu no dia dezoito. O Secretário-Geral, Sr. LOURIVAL CÂMARA, fez entrega ao Conselheiro RAUL LIMA, atendendo a solicitação anterior, da relação dos títulos universitários dos antigos e atuais ocupantes de cargos em comissão na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística. Após serem encaminhados vários processos ao Conselheiro-relator do mês, Sr. RAUL LIMA, o Sr. ALBERTO MARTINS, designado para examinar e oferecer parecer sobre a vigência da Cláusula nona do Convênio firmado entre os Municípios e o Estado do Rio Grande do Sul, e a União, representada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em face da Resolução n.º 433, de 7 de dezembro de 1945, da Junta Executiva Central do C N E, declarou que havia estudado suficientemente o assunto, dando parecer favorável à delegação, pelo Instituto, das funções de administração e inspeção da Inspeção Regional de Estatística Municipal do Rio Grande do Sul, ao Diretor do Departamento Estadual de Estatística da mesma Unidade da Federação. Após ouvir o manifesto de vários Conselheiros sobre o Parecer, a Junta deliberou examinar em sessão próxima o Projeto de Resolução que será elaborado pela Secretaria-Geral a respeito do assunto. O Sr. RAUL LIMA comunicou que fora designado, pelo Ministério da Agricultura, para cursar a Escola Superior de Guerra, e que brevemente não poderá mais comparecer às reuniões da Junta, quando será substituído pelo seu suplente.

Na primeira das duas reuniões ocorridas no dia vinte e um, a Junta tomou conhecimento dos seguintes expedientes: ofício do Sr. G. GOUDSWAARD, Diretor do Escritório Permanente do Instituto Internacional de Estatística, comunicando a eleição da nova Diretoria daquela instituição, realizada em dezembro do ano passado; ofício do Sr. GUARACY LOPES DE SOUSA CASTRO, Presidente da Junta Executiva Regional do Distrito Federal, encaminhando cópia autêntica da Resolução n.º 96, daquele órgão, que "designa Comissão para dar parecer

sobre as despesas efetuadas com o auxílio especial, concedido pelo I B G E, no exercício de 1951"; e mais dois ofícios, sendo um do Ministro da Fazenda, Sr. HORÁCIO LAFER, dirigido ao Presidente do Instituto, em que aquela autoridade solicita a cooperação do I B G E com a Comissão de Desenvolvimento Industrial no sentido de elaborar plano de levantamento cadastral do País; e outro do Secretário da Junta Executiva Regional de São Paulo, encaminhando cópia autêntica da Resolução n.º 75, daquele órgão, que "sugere ao Conselho Nacional de Estatística alterações nos sistemas de coleta e apuração da Estatística Brasileira"; e, finalmente, relatório apresentado ao Sr. Presidente do Instituto pelo Sr. PÍNDARO MACHADO SOBRINHO, Auditor do I B G E, relativo ao exame contábil da prestação de contas e dos contratos referentes aos Censos dos Comerciantes e dos Marítimos e das Caixas de Aposentadorias e Pensões. A Junta aprovou, a seguir, duas Resoluções: a de n.º 387, que visa a suspender, "até ulterior deliberação da Junta Executiva Central, ou da Assembléia-Geral, do Conselho Nacional de Estatística, os efeitos da Resolução n.º 233, de 7 de dezembro de 1945, desta Junta" e a de n.º 388, que visa a complementar "o Anexo I à Resolução n.º 373, de 21 de dezembro de 1951, da Junta Executiva Central".

Com parecer favorável do Conselheiro-relator, Sr. RAUL LIMA, foi homologada a Resolução n.º 112 da Junta Regional de Estatística do Maranhão, que "dispõe sobre a aplicação a ser dada ao Auxílio concedido pelo Governo Federal ao Departamento Estadual de Estatística, para o exercício de 1952".

Na reunião seguinte do mesmo dia, dedicada a assuntos censitários, a Junta aprovou o projeto apresentado pelo Diretor Interino da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento, Sr. Ovídio de Andrade Júnior, sobre o plano de publicação dos Censos Comerciais e dos Serviços. A seguir, o Sr. Ovídio de Andrade Júnior expôs, à Junta, a situação dos trabalhos da Divisão Técnica do S N R.

O Sr. VIRGÍLIO GUALBERTO, após distribuir mais um número do "Boletim de Comunicações" do Serviço Nacional de Recenseamento, comunicou haver a possibilidade de serem aproveitados cinquenta ex-servidores do Serviço Nacional de Recenseamento por uma firma desta Capital, através do S E S C Regional. Essa colaboração do S, E S C mereceu os melhores louvores da Casa.

No dia vinte e oito a Junta teve oportunidade de se reunir, ainda, por duas vezes. Na reunião dedicada a assuntos gerais, o Presidente da entidade, General DJALMA POLLI COELHO, informou que havia solicitado audiência ao Sr. Ministro da Justiça, a fim de que lhe fôsse adiantado alguma coisa a respeito do pensamento do Governo face ao parecer da Comissão nomeada para examinar o sistema estatístico brasileiro à luz da atualidade, precisão e economia, adiantando que deseja uma solução sobre a controvérsia suscitada no Instituto. A Junta tomou conhecimento, a seguir, de ofícios dos Diretores dos Departamentos Estaduais de Estatística dos Estados de

Golás, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro, acusando recebimento de cópia da Resolução n.º 383, de 8 de fevereiro de 1952, e de uma exposição do Sr. Diretor-Geral do D A S P ao Sr. Presidente da República a propósito de promoção do Presidente do I B G E ao Chefe do Governo solicitando aumento de vinte milhões de cruzeiros no auxílio federal ao Conselho Nacional de Estatística.

O Sr. LOURIVAL CÂMARA manifestou os agradecimentos da Secretaria-Geral ao Major ALVARO BARBOSA, pelos esforços que despendeu no sentido de conseguir que os servidores ibgeanos pudessem adquirir gêneros no armazém reembolsável da Aeronáutica, o que veio beneficiar os servidores mais modestos, habituados a pagar mensalmente as mercadorias que adquiriam no armazém do Instituto de Resseguros do Brasil, fechado há poucos dias. Ainda com a palavra o Sr. Secretário-Geral informou que os bares que funcionavam na Secretaria-Geral e no Serviço Nacional de Recenseamento, sob a responsabilidade da Campanha Igeana Contra a Tuberculose, foram entregues à Secretaria-Geral, em virtude dos prejuízos que davam à Campanha, sendo determinado seu fechamento para limpeza geral enquanto se realiza a concorrência pública para sua exploração.

A seguir, a Junta resolveu aplicar multas a várias firmas por infração ao disposto no Decreto n.º 4462; aprovou as prestações de contas relativas à aplicação do auxílio concedido pelo Instituto, em 1951, aos Departamentos de Geografia e Estatística do Distrito Federal e Território do Acre; homologou as Resoluções n.ºs 86 e 138, respectivamente das Juntas Regionais nos Estados de Alagoas e Paraná; e aprovou o parecer da Comissão de Tomada de Contas relativo à concessão de abono de emergência aos servidores das Inspetorias Regionais e Agências Municipais de Estatística, que foi convertido na Resolução n.º 389.

Foi aprovado um voto de congratulações ao General CYRO DO ESPÍRITO SANTO CARDOSO por motivo de sua recente nomeação para o elevado cargo de Ministro da Guerra.

Na reunião dedicada a assuntos censitários a Junta aprovou o parecer final da Comissão designada para se manifestar sobre o emprego da expressão "estado conjugal" em substituição a "estado civil" nas publicações dos resultados do Censo Demográfico de 1950, que foi convertido na Resolução Censitária n.º 28, com a seguinte ementa: "Define o emprego das expressões "estado conjugal" e "estado civil". O Sr. Ovídio de Andrade Júnior propôs, com aprovação da Casa, um voto de congratulações ao representante do Ministério da Marinha na Junta, Almirante MANUEL PINTO RIBEIRO ESPÍNDOLA, por sua graduação no alto posto de Almirante.

O Sr. Ovídio de Andrade Júnior, após distribuir entre os membros da Junta exemplares da publicação *Censo Industrial — Classificação de Indústrias*, fez sucinta exposição a respeito da situação dos trabalhos do Serviço Nacional de Recenseamento. O Sr. Virgílio Gualberto declarou, a seguir, que havia ficado concluída a impressão de novo volume da série das publicações do Recenseamento de 1940, relativo aos Censos Econômicos do Estado de Pernambuco, informando, após, que, por solicitação do I A P I, o Serviço Nacional de Recenseamento havia concordado em ceder suas instalações para estágio dos candidatos ao concurso de perfurador daquela autarquia. Informou, ainda, das novas dispensas, na forma regulamentar, de servidores-tarefeiros, em face da conclusão dos trabalhos de crítica e codificação do Censo Demográfico. Prosseguindo, o Sr. Virgílio Gualberto inteirou a Junta de que, em virtude da conclusão de várias tarefas e com a ampliação dos trabalhos de sistematização, o Serviço Nacional de Recenseamento deveria sofrer alguma modificação na sua atual estrutura, o que estava sendo objeto de estudo de sua parte e do seu colega, Sr. Ovídio de Andrade Júnior, bem como de haver o Serviço Nacional de Recenseamento concluído a apuração dos elementos do registro civil relativos aos nascimentos, casamentos e óbitos no ano de 1948, objeto de contrato com o Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política.

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS REGIONAIS

Espirito Santo — A Inspetoria Regional de Estatística promoveu, no dia 15 de março, um programa de homenagem à imprensa capixaba, com o oferecimento de um coquetel aos jornalistas na sede da I R.

Contou aquela reunião de confraternização com a presença dos Srs. JOSÉ RIBEIRO MARTINS, Prefeito Municipal de Vitória, ORLANDO CARIELLO, Presidente da Câmara Municipal, MANUEL MOREIRA CAMARGO e JOÃO FELIX DA SILVA, Vereadores, ARGILAVO DARIO, Deputado Estadual, ARMÊNIO JOUVIN, Diretor de *A Fôlha do Povo*, ROSENDO SERAPIÃO DE SOUZA FILHO, Diretor de *A Tribuna*, Major FRANCISCO EUGÊNIO DE ASSIS, representante de *A Gazeta*, além de inúmeros jornalistas e funcionários dos órgãos regionais de estatística.

Falando em nome do Inspetor Regional de Estatística, Sr. MATHEUS MARCONDES DO AMARAL,

fêz uso da palavra o Sr. VAMIRÉ DE OLIVEIRA, funcionário da I R, que apresentou as saudações dos estatísticos capixabas aos jornalistas presentes.

Agradecendo as homenagens recebidas, falou o Sr. ARMÊNIO JOUVIN, que disse da satisfação de seus companheiros de imprensa pela oportunidade que lhes foi oferecida, de manter contato mais estreito com aquele operoso órgão do I B G E, assegurando, a seguir, que a imprensa vitorliense continuaria a dar sua inteira colaboração em prol da estatística nacional.

Goiás — O Departamento Estadual de Estatística deu à publicidade o número 50, referente ao período novembro-dezembro de 1951, do *Boletim Estatístico* do Estado, contendo dados estatísticos do Ensino Primário, relativos a 1949.

HILDEBRANDO CLARK

Com o falecimento, a 18 de novembro do ano transato, em Belo Horizonte, do Sr HILDEBRANDO CLARK, perdeu a Estatística Brasileira um de seus mais ilustres expoentes.

Natural de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, onde nasceu a 17 de maio de 1887, dedicou-se, primeiramente, ao comércio, ao jornalismo e ao magistério secundário Residia na cidade de Itaúna, quando ali o foi buscar, em 1920, para colaborar na execução do IV Recenseamento Geral do Brasil, o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, então investido do encargo de dirigir a realização, em Minas Gerais, daquela operação censitária Desde essa época, o Sr HILDEBRANDO CLARK passou a ocupar-se de trabalhos estatísticos e não mais abandonou esse domínio, em que exerceu proficua e meritória atividade

Concluídos os trabalhos do IV Recenseamento, o Sr HILDEBRANDO CLARK colaborou nos preparativos da comemoração, naquele Estado, do Centenário da Independência do País Em 1923, com a criação do Serviço de Estatística Geral do Estado, passou a integrar o seu quadro de servidores, vindo a substituir, anos de-

pois, o Sr. M A TEIXEIRA DE FREITAS na direção do mesmo órgão Em 1938, transformando-se aquêlê Serviço no atual Departamento Estadual de Estatística, o Sr HILDEBRANDO CLARK foi nomeado seu Diretor

Em 1940, sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dirigiu a realização, em Minas Gerais, do V Recenseamento Geral Em 1950, como Presidente da Comissão Censitária Regional, teve destacada atuação nos preparativos da realização do VI Recenseamento Geral

Desde a constituição do Conselho Nacional de Estatística, em 1936, representou o Estado de Minas Gerais em sucessivas reuniões plenárias, às quais sempre trouxe valiosa colaboração Prestou, ainda, relevantes serviços à sua terra natal, como membro da Comissão Revisora da Divisão Territorial do Estado, em tôdas as oportunidades em que se processou a revisão do respectivo quadro

No mesmo pôsto que ocupou durante vinte anos, o Sr HILDEBRANDO CLARK veio a falecer No transcurso de mais de trinta anos, dedicou à Estatística o melhor de seus esforços, com eficiência e devotamento sem par

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

QUADRO EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
(Repartições Centrais em 31-III-1952)

ORGANIZAÇÃO FEDERAL:

- Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política — Ministério da Justiça e Negócios Interiores
Diretor — *RUBENS D'ALMADA HORTA PÔRTO*
- Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda
Diretor — *AFFONSO ALMIRO RIBEIRO DA COSTA JÚNIOR*
- Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura
Diretor — *RAUL DO RÊGO LIMA*
- Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
Diretor — *LAURO SODRÉ VIVEIROS DE CASTRO*
- Serviço de Estatística da Educação e Saúde — Ministério da Educação e Saúde
Diretor — *ALBERTO MARTINS*

ORGANIZAÇÃO REGIONAL:

Território do Acre	— Departamento de Geografia e Estatística	Diretor — <i>Raul Arantes Meira</i>
Território do Amapá	— Serviço de Geografia e Estatística	Diretor — <i>Clóvis Penna Teixeira</i>
Território do Guaporé	— Serviço de Geografia e Estatística	Diretor — <i>Carlos Augusto de Mendonça</i>
Território do Rio Branco	— Serviço de Geografia e Estatística	Diretor — <i>Aristóteles Lima Carneiro</i>
Amazonas	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Leopoldo Peres Sobrinho</i>
Pará	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Orion Klautau</i>
Maranhão	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Hipátia Damasceno Ferreira</i>
Piauí	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>José Lopes dos Santos</i>
Ceará	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Thomaz Gomes da Silva</i>
Rio Grande do Norte	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Aderbal França</i>
Paraíba	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Luis de Oliveira Periquito</i>
Pernambuco	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Paulo Actoli Pimentel</i>
Alagoas	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Marcelo Aroucha</i>
Sergipe	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>José Hermenegildo da Cruz</i>
Bahia	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Felippe Nery do Espírito Santo</i>
Minas Gerais	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Romeu Jacob</i>
Espírito Santo	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Antônio Lugon</i>
Rio de Janeiro	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Aldemar Alegria</i>
Distrito Federal	— Departamento de Geografia e Estatística	Diretor — <i>Guaracy Lopes de Souza Castro</i>
São Paulo	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Albano Ferreira Costa</i>
Paraná	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Alcides Vieira Arcoverde</i>
Santa Catarina	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Roberto Lacerda</i>
Rio Grande do Sul	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Maurício Filchtiner</i>
Goiás	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Geraldo Campos</i>
Mato Grosso	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Horminda Pituluga de Moura</i>

Nota — Colaboram com essas repartições aproximadamente 1 900 Agências Municipais de Estatística, além de numerosos órgãos de estatística especializada, da União, dos Estados e dos Municípios.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Criada em 5 de abril de 1940, em sucessão à entidade fundada, sob a mesma denominação, em 16 de dezembro de 1931

OBJETIVOS

a) Ampliar e fortalecer as relações existentes entre os estatísticos brasileiros, desenvolvendo-lhes o espírito de classe e unindo-os por laços de solidariedade e cooperação; b) focalizar e esclarecer, pela discussão e trabalho em comum, as questões compreendidas nos limites da estatística e das suas aplicações; c) difundir as finalidades dos levantamentos estatísticos, bem como a sua necessidade e utilidade, e promover o estudo da estatística em geral; d) valorizar, no domínio internacional, a obra da estatística e dos estatísticos do Brasil.

Para alcançar esses objetivos, compete à S.B.E.: a) promover e convocar periodicamente, sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as Conferências Nacionais de Estatística; b) organizar, de forma que estimule e oriente o trabalho pessoal, cursos de estatística e suas aplicações; c) pleitear a inclusão do ensino elementar da Estatística nos programas da instrução primária, secundária e profissional; d) apresentar, aos órgãos superiores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sugestões referentes ao aperfeiçoamento da estatística nacional, bem como pleitear junto ao Poder Público a adoção das medidas necessárias à realização das suas finalidades; e) realizar sessões, conferências, congressos, exposições, viagens e investigações, com o fim de divulgação ou aperfeiçoamento do método estatístico e de suas aplicações; f) manter intercâmbio cultural com as associações congêneres de outros países.

CATEGORIAS DE SÓCIOS

Duas são as categorias de sócios: coletivos e individuais. São sócios coletivos as instituições filiadas ao I.B.G.E. e as associações, companhias ou sociedades admitidas na forma dos Estatutos. Os sócios individuais podem ser: a) honorários; b) beneméritos; c) benfeitores; d) correspondentes; e) efetivos; f) fundadores. As contribuições dos sócios individuais, quando efetivos ou fundadores, são de Cr\$ 5,00 mensalmente; os sócios coletivos estão obrigados a contribuir com a anuidade de Cr\$ 360,00.

A REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, órgão oficial da S.B.E., é remetida gratuitamente aos membros do seu quadro social.

DIRETORIA

Eleita em Assembléia-Geral de 31 de julho de 1950

Presidente — M. A. TEIXEIRA DE FREITAS

1.º Vice-Presidente — JOÃO CARLOS VITAL

2.º Vice-Presidente — JORGE KINGSTON

Secretário-Geral — GERMANO JARDIM

1.º Secretário — JOÃO DE MESQUITA LARA

2.º Secretário — A. CAVALCANTI DE GUSMÃO

1.º Tesoureiro — JORGE NASCIMENTO DE CASTRO

2.º Tesoureiro — JOSÉ ROCHA CAMPOS

Comissão Fiscal — Almirante MANUEL PINTO RIBEIRO ESPÍNDOLA, Major DURVAL MAGALHÃES COELHO e MÁRIO ORLANDO DE CARVALHO

Comissão de Redação — LOURIVAL CÂMARA, AFRÂNIO MELO e ERNANI THIMOTEO DE BARROS

Tôda a correspondência destinada à S. B. E. deve ser remetida — A/C da Secretaria-Geral do I. B. G. E. — Av. Franklin Roosevelt, 166. — Distrito Federal.